

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**TESE DE DOUTORADO**

***OS PAIS E A VIDA ESCOLAR  
DOS FILHOS***

MARIA MARCIA SIGRIST MALVAZI

ORIENTADOR:  
PROF. DR. LUIZ CARLOS DE FREITAS

**Campinas  
2000**

# OS PAIS E A VIDA ESCOLAR DOS FILHOS

UNIDADE	BO		
N.º CHAMADA:	TIUNICAMP		
	M291p		
V.	Ex.		
TOMBO BC/	44540		
PROC.	16-392104		
C	<input type="checkbox"/>	D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00		
DATA	12/05/04		
N.º CPD			

CM00156272-8

CATALOGAÇÃO NA FONTE ELABORADA PELA BIBLIOTECA  
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP

M291p Malavazi, Maria Marcia Sigrist.  
Os pais e a vida escolar dos filhos / Maria Marcia Sigrist  
Malavazi. -- Campinas, SP : [s.n.], 2000.

Orientador : Luiz Carlos de Freitas.  
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,  
Faculdade de Educação.

1. Avaliação. 2. Escola. 3. Família. 4. Professores e  
alunos - Relações. 5. Pais e filhos. I. Freitas, Luiz Carlos de.  
II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação.  
III. Título.

TI0807008

*OS PAIS E A VIDA ESCOLAR  
DOS FILHOS*

# OS PAIS E A VIDA ESCOLAR DOS FILHOS

**NÃO TEMOS COMO NOS FURTAR DE VIVER AS CONTRADIÇÕES DE NOSSO TEMPO. É IMPORTANTE RECONHECER OS LIMITES QUE ELAS NOS IMPÕEM MAS TAMBÉM GARIMPAR, ENTRE ELAS, OS ESPAÇOS POSSÍVEIS DA RESISTÊNCIA E INOVAÇÃO.**

*Maria Izabel da Cunha*



## ***Agradecimentos***

*Bom agradecer novamente pessoas que me acompanham há tantos anos e dessa vez numa realização maior, mais ousada e, porque não dizer, mais prazerosa ainda!*

***Luiz Carlos de Freitas**, meu orientador: grande mestre a quem tive oportunidade de, inúmeras vezes, expressar minha admiração;*

***Helio Malavazi**, meu companheiro: incentivador incondicional, proporcionou as condições objetivas e emocionais durante todo o percurso;*

***Sara e Anita Sigrist Malavazi**, minhas filhas: dando tantas alegrias recarregam minhas crenças na juventude e na educação;*

***Vó Angelina**, minha mãe: exemplo para todos que desejam viver e ajudar os demais;*

***Minha família**: cada qual a seu modo, me ensinando a entender a vida;*

***Companheiros de trabalho da ESSJ**: compreendendo minhas “ausências”, contribuíram para este trabalho acontecer. Um abraço especial a **Marcinha** (secretaria), **Inês** (Biblioteca), **Maurício** (CP), **Gisele e Carmen** (OEs), **Carlinhos e Fátima**(AAs);*

***Escola Salesiana São José**, em especial ao **P. Gilberto Pierobon e P. Milton B. Rezende**: que permitirem a realização desta pesquisa (mais uma!);*

***Colegas do Loed**, em especial a **Regiane Bertagna, Elizandra Godoi e Paulo Trindade** pelos momentos vividos neste, que é um espaço de realização permanente;*

***CNPQ e CAPES**: órgãos financiadores desta pesquisa;*

***Neidinha Marson e Elisete Vianna** (ESSJ), **Maria Helena P. Dias, Rose** (biblioteca) e **Sueli** (secretária) da FE, **Anha** (minha irmã) e **Anita**, pelo apoio técnico e gramatical;*

***Professores, Alunos e Famílias**: deram seu depoimento e, provavelmente, não saibam o quanto contribuíram com esta pesquisa;*

***Marcinha Siqueira e Mariley Gouveia**: me fizeram acreditar que eu poderia realizar este trabalho;*

*Duas pessoas que, se estivessem aqui, estariam torcendo por mim e acompanhando esta trajetória bem de perto: **Alzira Leite Camargo** e meu pai **Geraldo Sigrist**.*

*Todos os outros que estão no coração e me ajudam a ser feliz ...*

***Obrigada !***



## RESUMO

Este trabalho procura esclarecer a natureza das relações entre a família e a escola com vistas a desvendar melhor uma das mais importantes dimensões do processo avaliativo que compreende três áreas: avaliação instrucional (instrumentos formais como provas), avaliação disciplinar (comportamento) e avaliação valorativa (atitudes e valores expressos). A pesquisa se deu em uma escola privada de classe média do Ensino Fundamental, com alunos de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> séries da cidade de Campinas. Foram descritos 70 casos e realizadas entrevistas (algumas gravadas) com as famílias e com os alunos em dois momentos: primeiro separadamente e, depois, juntos. A equipe de apoio pedagógico e alguns professores foram entrevistados e responderam a um questionário com o objetivo de se perceber qual a visão que os mesmos possuíam da avaliação e do projeto político pedagógico da escola. Algumas famílias também responderam os mesmos questionários. Foi analisado o conjunto de registros sobre o aluno no (s) ano (s) em que estudou na escola. A análise do material procurou pautar-se por três objetivos: qual a influência dos pais na vida escolar dos filhos, qual a postura dos pais na escola e, por último, como os pais se fazem presentes na escola, através dos filhos. Ao longo da observação, percebemos que esse processo acontece na escola na medida em que os filhos introduzem na instituição a concepção de mundo existente no âmbito familiar e reproduzem, em várias situações, a imagem que os pais têm da escola. Os casos tomados neste estudo também evidenciaram as ligações entre as três áreas da avaliação, em especial as interfaces da avaliação valorativa. Por isso, entendemos que é preciso analisar mais profundamente os processos avaliativos envolvidos nas relações que a família vem tendo no âmbito escolar para que compreendamos o processo da aprendizagem e da auto-imagem do aluno, uma vez que os fenômenos da avaliação informal, ligados ao aspecto valorativo, costumam interferir diretamente em sua auto-estima e na maneira como ele se coloca frente aos acontecimentos. A organização do trabalho pedagógico, categoria mais ampla que encerra este estudo, indica a possibilidade de uma parceria entre família e escola na construção de seu projeto político pedagógico, apontando na ação conjunta de seus membros a possibilidade da existência de uma educação participativa preocupada com a formação humana dos sujeitos envolvidos neste processo.

## ABSTRACT

The aim of this paper is to try to elucidate the nature of the relationship between family and school to better unveil one of the evaluating process which consists of: instructional evaluation (such as tests), disciplinary evaluation (behavior) and value evaluation (attitudes and values shown). The research was carried out in a middle class "Ensino Fundamental" school with 5<sup>th</sup> to 8<sup>th</sup> graders, in the city of Campinas. Seventy cases were selected. Family and students were interviewed in two different moments - first separately and afterwards together. The supporting pedagogical staff and some teachers were also interviewed and answered a questionnaire which aimed to investigate their vision about evaluation and about the school political pedagogical project. Some families answered the same questionnaire. The material analysed was all the student's records while at school. The data analysis tried to follow three objectives: What is the influence of parents in the student's school life?, What is the parents' attitude towards school? and last How do parents make themselves present in school through the student? During the observation, we realized that on the one hand this process happens at school in the proportion that students bring the conception of a world that exists in their homes to school and on the other hand, at school, students show in several situations, the parents' image of the school. The cases studied in this research, also proved the connections between the three areas of evaluation in special the interfaces of the value evaluation. Therefore we understand that it is necessary to understand better the evaluating processes involving the relations the family has had with the school to better understand the learning process and the student's self-image, once the informal evaluation aspects connected with the value aspect tend to interfere directly with the student's self-esteem and behavior. The organization of the pedagogical work, understood as a wider category, indicates a possibility of a partnership between family and school in the construction of the political pedagogical project. It points to a combined action of its members, and to the possibility of the existance of a participative education worried with the human development of the individuals involved in this process.





# *OS PAIS E A VIDA ESCOLAR DOS FILHOS*

***A CADA GERAÇÃO O SEU DESTINO E AS SUAS  
DORES.  
DEVEMOS ARMAR OS NOSSOS FILHOS PARA A  
LUTA HERÓICA E DIFÍCIL QUE OS ESPERA E  
ELES VENCERÃO.***

*Célestin Freinet*



<b>I. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>01</b>
1. <i>Algumas Motivações Iniciais</i> .....	01
2. <i>Uma Experiência que Motivou o Interesse pelo Tema</i> .....	10
3. <i>O Projeto Político Pedagógico da Escola Pesquisada</i> .....	17
4. <i>Descrevendo a Organização do Trabalho Pedagógico</i> .....	48
5. <i>A Avaliação como Categoria de Análise</i> .....	55
6. <i>Objetivos da Pesquisa</i> .....	67
7. <i>Procedimentos Metodológicos</i> .....	72
<b>II. CENAS DA VIDA (ESCOLAR) REAL: os casos</b> .....	<b>83</b>
<b>III. SIGNIFICAÇÕES POSSÍVEIS</b> .....	<b>249</b>
<b>IV. CONCLUSÃO</b> .....	<b>285</b>
1. <i>Reflexões sobre a família e a escola</i> .....	285
2. <i>Em direção a um novo projeto político pedagógico para a escola</i> ....	300
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	<b>313</b>

## **I. INTRODUÇÃO**

### **1. ALGUMAS MOTIVAÇÕES INICIAIS**

Há 15 anos exercendo a função de coordenadora pedagógica de uma escola de ensino privado da região e, há mais de duas décadas, trabalhando como professora da rede pública municipal e estadual em escolas centrais e de periferia, nos períodos matutino, vespertino e noturno dos municípios de Campinas, Valinhos e Paulínia, tive a oportunidade de observar e vivenciar inúmeras experiências que contribuíram para a construção da temática central deste trabalho e forneceram um fluxo substancial de dados dentre os quais destaquei aqueles que auxiliaram o presente estudo.

Esta longa experiência suscitou o desejo de, observando as repercussões na escola da relação que se estabelece entre pais e filhos, entender o quanto os primeiros podem influenciar a vida escolar dos alunos. Foram os anos de convivência com tais segmentos que, de maneiras diversas trouxeram o desafio de poder apresentar os casos, procurando mostrar algumas facetas da relação entre a família dos alunos e a escola, discutindo os elementos que mais marcaram os casos observados.

Durante muitos anos, o olhar sobre a relação “família – escola” teve apenas como preocupação observar essa interação não objetivando transformá-la em objeto de pesquisa científica. Este olhar era resultado da prática cotidiana de uma profissional da educação que tinha empatia com a idéia de observar a relação entre duas instituições educativas – família e escola. Tendo como educadora, por princípio, participar da vida escolar das minhas próprias filhas era comum tanto acompanhá-las em casa, como comparecer à instituição para sugerir, questionar e compreender, na medida do possível, sua organização. Em algumas ocasiões senti-me bem recebida, percebendo que poderia contribuir tanto em casa, como participando das atividades escolares. Em outras ocasiões, percebia que a escola, oficialmente, me chamava apenas para entregas de boletins, nas reuniões de início e final de ano. Tal realidade era motivo de inquietação,

considerando ser esse um processo unilateral ou seja, se eu não procurasse a escola, ela não requeria minha participação. Talvez esse fosse o motivo pelo qual muitos pais, igualmente, se limitavam a cumprir o formalmente pedido. Com o tempo, porém, depois de muitas conversas extra oficiais e pela iniciativa de alguns poucos pais, houve a criação de um grupo do qual fiz parte e que, durante pelo menos 8 anos, atuou na escola. Apesar de seus propósitos nem sempre serem uníssonos (o que dificultava, por vezes, a união de todos), foi caminhando e sendo reconhecido pela instituição. Entretanto, por vários motivos, o número de participantes foi diminuindo, as reuniões ficaram mais espaçadas, os objetivos se tornando confusos, até que desapareceu, definitivamente. Interessante observar que, conforme os filhos iam crescendo, os pais iam se afastando na mesma proporção. Como não foram substituídos por outras famílias<sup>1</sup>, contribuíram para diminuir drasticamente o grupo em relação ao número inicial. O dado pode auxiliar a reflexão sobre como os pais participam tanto mais efetivamente da vida cotidiana da escola quanto menor é seu filho. Há uma crença, por parte dos pais, de que quanto mais velho o aluno, mais independente e capaz ele é para conduzir, individualmente, sua vida acadêmica. Por essa lógica, os pais não precisam mais acompanhá-lo.

Se por um lado o quadro é verdadeiro, ou seja, alguns pais do grupo “abandonaram” o projeto por opção própria, existe outro dado a ser levado em conta. A escola nada fez para incentivar e motivar o ingresso de novos pais. É importante lembrar que naquela ocasião havia um forte apelo econômico para que a escola agisse assim. O momento era propício a grandes discussões acerca dos reajustes constantes no valor das mensalidades das escolas de ensino privado, por conta da alta inflação, motivo de muitas desavenças e controvérsias dentro do grupo e na relação do mesmo com a escola. Pessoalmente sentia a importância de participar das discussões de caráter financeiro, mas ressentia-me da falta, ou melhor, do abandono dos debates de cunho didático – pedagógico, inclusive de palestras com os profissionais da educação que nos auxiliavam e orientavam na educação familiar. Tais aspectos foram definitivamente abandonados e

---

<sup>1</sup> Durante a pesquisa tanto usaremos a palavra **família** quanto **pais**, considerando que a influência ocorre nessas duas

dessa forma perdeu-se uma das melhores fontes na relação família<sup>2</sup> e escola. Todos perderam. Perdeu a escola, porque deixou de contar com a colaboração de pais que poderiam fortalecê-la, enquanto instituição democrática (resta saber se isso interessava naquele momento histórico, uma vez que mais fácil era deliberar isoladamente do que participar das infindáveis discussões com pais nos finais de noite); perdemos nós pais, porque nada fizemos, efetivamente, para que não se fechasse um canal muito importante de participação e ação na educação de nossos filhos (resta saber se isso também nos interessava ou se inconscientemente nos interessava mais pagar por um lugar que “cuidasse” de nossos filhos, evitando-nos este trabalho); e, por fim, perderam os alunos que não puderam contar com uma via direta de comunicação família-escola, para resolver mais rápida e concretamente suas necessidades.

Após uma experiência de convívio com a educação escolar de minhas próprias filhas, com o passar dos anos, fui observando que, de modo geral, na relação família-escola há questões muito importantes e, às vezes, até mais profundas do que aquelas tratadas em livros especializados (infelizmente não existem muitos), em debates acadêmicos ou dentro das escolas em que trabalhei: abordagens preocupadas em perceber porque o aluno, muitas vezes, leva questões familiares para a escola e as manifesta em procedimentos ligados à disciplina, às notas, a relacionamentos específicos com os colegas, com os professores, etc. A partir daí (mais ou menos por volta de 1987), iniciei uma observação mais sistematizada e o registro de casos que, por motivos diferenciados, chamaram-me a atenção, tendo em comum o fato de estabelecerem uma ligação entre o aluno<sup>3</sup> que estava dentro da escola e sua família que se encontrava, teoricamente, fora dela. Dessa maneira as observações foram acontecendo, aliadas ao fator positivo da pesquisadora ter assumido a função de coordenadora pedagógica do

---

instâncias.

<sup>2</sup> Quando nos referimos à **família**, estamos abrangendo nela todos os membros que convivem intensamente em um mesmo grupo. Portanto pode ou não tratar-se de pessoas com laços de parentesco. Conseqüentemente, podemos citar como exemplo, o distanciamento da figura dos avós na educação efetiva das crianças atualmente. A sociedade moderna conta com inúmeros fatores que contribuem para essa mudança e atualmente crianças ficam muito mais aos cuidados das escolas, de clubes ou centros comunitários, de empregados da casa ou mesmo sozinhas.

<sup>3</sup> Durante a pesquisa tanto usaremos a palavra **filho (a)** como **aluno (a)**. Ambas terão a mesma conotação por se

setor de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> séries na escola pesquisada. A clientela da instituição é composta por alunos de classe média, os cursos variados vão desde a Educação Infantil passando pelo curso básico (ensino fundamental), ensino profissionalizante, ensino médio e médio profissional, até a faculdade. Recebe por volta de 3.500 alunos por ano, sendo, de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> séries, aproximadamente 500 alunos por período. O curso profissionalizante tem algumas especificidades: trata-se de um curso gratuito para alunos de baixo poder aquisitivo, matriculados em um dos períodos em escolas públicas, com, no mínimo 16 anos de idade (no caso do curso de Mecânica Industrial o ingresso pode ser aos 15 anos) e cursando, no mínimo, a 5<sup>a</sup> série (exceção para o curso de Desenho de Máquinas onde o aluno deve estar cursando a 6<sup>a</sup> série). Os alunos podem optar pelos cursos de Mecânica Industrial, Eletricidade, Marcenaria, Desenho de Máquinas, Costura Caseira e Industrial. Com exceção do curso de Costura Caseira e Industrial que tem a duração de 1 ano e o de Desenho de Máquinas, com duração de 2 anos, todos os demais cursos são de 3 anos. Na escola os alunos recebem lanche, transporte, equipamentos de segurança, materiais pedagógicos e uniforme gratuitos. Participam de todas as atividades pedagógicas e eventos em geral com os alunos de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> série do curso regular. Os recreios, pátios, prática de esportes diários como basquete, vôlei, espirobol, futebol de campo, futebol de salão, ping-pong, sábados e domingos esportivos (com torneios e capoeira), são conjuntos.

No setor de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> série o trabalho pedagógico acontece com 50 professores, uma bibliotecária, uma secretária, duas orientadoras educacionais, uma coordenadora pedagógica, dois assistentes de alunos, além do setor de limpeza, faxina, segurança, secretaria central, tesouraria, departamento de pessoal, setor de recursos humanos e diretoria.

Evidentemente, as funções diferenciadas exercidas em escolas de ensino público e privado puderam ser percebidas, claramente, no tipo de relação que se estabelecia com a mesma profissional. Ou seja, na escola pública em que era professora,

---

referirem ao mesmo sujeito, mudando apenas a ótica analisada.



os pais compareciam com menor freqüência por não terem o hábito de reivindicar alguns direitos básicos que possuem e esclarecer dúvidas surgidas. Como professora da escola de ensino privado foi possível verificar uma freqüência muito maior dos pais, durante todo o ano letivo, e a rapidez com que, chamados, compareciam à escola. Também foi possível perceber a maneira diferenciada dos pais se posicionarem em relação às questões tratadas. É importante deixar claro que o fato da escola privada chamar os pais para comparecerem e estes com certa prontidão o fazerem nem sempre significa que a escola esteja de fato abrindo suas portas para a participação dos pais em sua organização e em seu projeto pedagógico. Pode significar, apenas, uma transferência de funções da instituição escola para a instituição família. Assim como o fato dos pais comparecerem mais rapidamente, não significa que estes estejam, de fato, preocupados com o aprendizado e a formação humana de seus filhos. Pode significar apenas que eles desejam resolver o mais rápido possível o fator imediato que impede seu filho de aprender um conteúdo proposto, tirar boas notas e ser aprovado.

Na escola pública, por exemplo, a dificuldade se apresentava desde o início, quando os colegas professores se incomodavam com os atendimentos individuais que fazia. Tomava a iniciativa de chamar alunos e pais e atendê-los durante o intervalo explicando as principais dificuldades e como podíamos, juntos, tentar solucioná-las. O procedimento era sempre motivo de inquietação dos demais professores da escola. Diziam que atendimentos fora das datas de entrega de boletins, usando o período de intervalo (descanso) e ainda requisitando a presença da família dos alunos não era uma prática comum e que um atendimento de tal natureza era ineficaz, enquanto prática pedagógica, portanto não apresentaria resultados. Diziam também que, à medida que era adotada tal prática, eu estava, de certa maneira, “oficializando” um procedimento que eles não desejavam assumir. Mencionavam ainda que uma atitude assim era passageira, tratava-se de uma ilusão e utopia da profissional em início de carreira (10 anos??). Questionavam, entre outras coisas, se eu estava preparada para responder a todas as cobranças de alunos e famílias atendidas. Ainda que tais colocações possam parecer

infundadas é preciso compreender que os professores estão subordinados a regras rígidas de controle e obediência, ensinados desde sua formação acadêmica.

Apesar da estranheza que os atendimentos causavam ao corpo docente, eles aconteciam, a tarefa mais difícil, porém, era conseguir que os pais comparecessem. Muitos deles demonstravam medo e vergonha da professora - medo do que falaria por verem nela "a autoridade que presta um serviço filantrópico, aceitando seus filhos na escola". A noção de direito do uso da coisa pública lhes é distante. Pareciam sentir vergonha, provavelmente, porque percebiam que as conversas muitas vezes terminavam cobrando o tipo de educação dada aos filhos. As manifestações dos pais eram perceptíveis não só pelas palavras mas também pelos gestos e pelo olhar.(CARVALHO, 1996). Eram comuns perguntas do tipo: “*A senhora quer mesmo ajudar meu filho, professora?*” ou “*A senhora acha que ele ainda tem jeito?*”. Só quando os pais passavam a acreditar (e muitas vezes isso demorava a acontecer) na veracidade do objetivo da professora é que retornavam e as proposições, em diversas ocasiões, eram alcançadas. Dessa prática pode-se concluir que quando os pais têm conhecimento da vida escolar dos alunos, os resultados obtidos são significativamente superiores àqueles conhecidos classicamente nas escolas. (NIDELCOFF, 1978).

No caso da escola de ensino privado o atendimento de pais, por parte dos professores, constitui prática comum. Eles acontecem em vários momentos. Nas reuniões de início de ano, na entrega de notas, nas reuniões de final de ano ou quando uma das partes requisita.

Quando os professores atendem pais e alunos, tanto nas escolas públicas quanto nas de ensino privado, existe em comum o fato de que os atendimentos são, prioritariamente, direcionados aos alunos com problemas disciplinares ou de baixo rendimento. Este dado pode e deve suscitar alguns questionamentos. Quando as escolas irão elaborar programas que atendam alunos "sem problemas", visto que eles também carecem de atenção e "investimento pedagógico"? A resposta nos parece desalentadora se considerarmos que nenhuma proposta vem sendo articulada e a questão sequer

aparece nos projetos pedagógicos das escolas. Assim a estrutura educacional continua preocupada em dar conta de atender outro segmento escolar, os chamados "maus alunos". E a forma de fazê-lo, com raras exceções, gira em torno de propostas que responsabilizam unicamente pais ou sugerem a saída do aluno da instituição.

Durante anos, presenciei diferentes formas de encaminhamento feitos pelas instituições. Como professora, também, os realizei inúmeras vezes. Foram contatos interessantes no plano pedagógico e comportamental. Mais tarde, exercendo a função de coordenadora pedagógica e, oficialmente, responsável por atender pais, alunos, funcionários e professores, percebi que o modelo adotado até então era um tanto superficial se comparado ao detalhamento e transparência adotados atualmente. Fui percebendo gradativamente as relações que se estabelecem entre os alunos e suas famílias e também como essas relações são reproduzidas na escola.

Os atendimentos são encaminhados à coordenação pedagógica pela equipe de apoio pedagógico, outras vezes pelos próprios professores e mais rotineiramente pelo serviço de Orientação Educacional.

Outros fatores podem levar a atendimentos de famílias pela coordenação pedagógica. São os casos em que existe a necessidade de análise do projeto pedagógico da escola junto às famílias. Como estas constituem um segmento muito importante para o desenvolvimento do projeto político pedagógico é necessário esclarecer a necessidade de estarem presentes, participando e interferindo no processo de construção do mesmo. É importante esclarecer que as famílias participam muito menos do projeto da escola do que o necessário para caracterizá-lo como realmente coletivo. Isso ocorre, primeiramente, porque os pais não são chamados à escola com frequência. Segundo porque, ao serem chamados a participar, apresentam motivos variados (compreensíveis ou não) para não comparecerem. Assim a construção do Projeto Político Pedagógico<sup>4</sup> da escola acaba por estar centrada nas mãos dos professores, alunos, funcionários e direção

---

<sup>4</sup> No decorrer do trabalho iremos nos referir ao Projeto Político Pedagógico, de forma abreviada, como PPP.

da escola.

A presente pesquisa foi realizada no exercício da função de coordenadora pedagógica e este fato teve várias conseqüências. Um deles foi perceber que os casos relatados apresentaram o grau de detalhamento e profundidade apresentados por causa da função exercida pela pesquisadora. Caso contrário, somente apresentando-me como pesquisadora, é certo que jamais conseguiria obter as mesmas informações. Aliás, cabe aqui um comentário sobre o "professor-pesquisador": agregar duas funções que possuem especificidades e diferenças tão grandes criou situações que necessitam reflexão, respeito e ética para serem encaminhados satisfatoriamente. Por isso, a decisão de iniciar a pesquisa, desenvolvê-la e apresentar seus resultados levou em conta todos estes aspectos<sup>5</sup>. Como neste caso, em vários momentos, o professor pesquisador se depara com dificuldades para exercer as duas funções concomitantemente como: evitar que uma delas determine procedimentos sobre a outra; impedir que haja parcialidade no trato do caso e, muito mais, não deixar que a posição inerente a uma das duas funções interfira na análise dos dados. É interessante perceber como essas posições convivem em um mesmo espaço, como se entreolham, se encontram e, mesmo que se deseje, poucas vezes elas estão desvinculadas (LUDKE e ANDRÉ, 1986). Em muitos momentos me vi, ao atender um aluno ou uma família como coordenadora pedagógica, pensando se aquele era um caso para ser usado na pesquisa, para ser anotado, para compor o banco de dados, qual a força dele como elemento de comprovação ou não de hipóteses, de como as características daquele caso atendiam ou não às questões levantadas, etc. Outras vezes, ocorreu o processo inverso ou seja, no momento em que um caso estava sendo descrito e analisado para fazer parte do banco de dados, me ver refletindo, baseada nas leituras, nos cursos feitos, na experiência de tantos anos atendendo famílias e alunos, na similaridade do caso com tantos outros, em como o atendimento poderia ter sido diferente com vistas à obtenção de um resultado melhor para o aluno, etc. O resultado deste "viver em

---

<sup>5</sup> A esse respeito ver GERALDI (1998).

pesquisa" é que as duas funções se encontram, se fundem e quando percebemos já não há como separá-las. O processo é positivo, enquanto elemento facilitador, para a obtenção dos dados e compreensão da realidade vivida no interior da escola. O que em princípio pôde parecer um fator de angústia, para a coordenadora pedagógica, no momento seguinte, transformou-se em um privilégio vivido por poucos que fazem pesquisa na área. É a realidade da reflexão-na-ação que reflete o fazer do professor, em contato direto com os alunos e do especialista (que também é pesquisador) que atende famílias e adolescentes no interior da escola. E o olhar investigativo que aflora nesses profissionais resulta em reflexão e fazer pedagógico tanto para a pesquisa quanto para a docência.

Ao mesmo tempo, negar a presença de inevitáveis angústias causadas pela atuação simultânea como especialista da educação e pesquisador, em uma instituição de ensino, é negar o real da prática vivida. Lidar com as contradições inerentes ao quadro requer cuidado e bom senso. Os riscos estão permanentemente presentes, porque o pesquisador e o especialista acabam se fundindo e nos tornamos "locutores dos pesquisados". Desejamos ser imparciais, mas nem sempre o conseguimos. Desejamos ser neutros mesmo sabendo que, especialmente em educação, quer como profissionais quer como pesquisadores (acadêmicos) não há ação neutra. Por este lado advém as angústias intrínsecas ao processo de criação e de ação.

Para SOARES (1992: p.126-128):

*“Esse novo momento admite mais que a impossibilidade de objetividade na pesquisa; este novo momento, na verdade, considera a objetividade como fonte de informação. Ou seja: no “continuum” do convencional ao não-convencional, partimos da neutralidade pretendida, passamos à não-neutralidade reconhecida, ou até suportada para chegarmos à não-neutralidade valorizada. A não-neutralidade valorizada é o reconhecimento do eu como objeto de pesquisa possível, porque, na verdade, o eu somos nós...”.*

Por outro lado, existem vantagens inquestionáveis nesta dupla atribuição como a facilidade de acesso às famílias e aos alunos ou o fato de se trabalhar no mesmo local onde a pesquisa se desenvolve ou ainda conseguir aprovação da instituição de ensino para os procedimentos necessários tais como entrevistas, questionários, observações em

horários não convencionais, informações, acesso a documentos, etc. Diferente da situação de um pesquisador desconhecido que, apresentando-se pela primeira vez à escola, certamente não teria a mesma facilidade de acesso aos espaços necessários para o desenvolvimento da pesquisa.

## 2. UMA EXPERIÊNCIA QUE MOTIVOU O INTERESSE PELO TEMA<sup>6</sup>

Em trabalho anterior a este (Dissertação de Mestrado, 1995) pudemos nos aproximar da temática em questão. O trabalho incluiu entrevistas com os membros de um Grupo de Pais Voluntários (GPV)<sup>7</sup>, existente em certo momento na escola, que chamou nossa atenção para as interfaces entre a escola e a família. Apontou, também, os motivos principais da formação, do desenvolvimento e do término do grupo.

Em 1982, o diretor da escola fez um convite a um grupo de pais para que se organizasse formalmente, uma vez que até aquela data a escola não possuía nenhuma representação oficial deles em seu interior. Os pais usariam as dependências da escola contando com a participação dos membros da direção nas reuniões semanais e para desenvolver projetos e eventos.

A pesquisadora realizou entrevistas com os pais levantando questões cujas respostas detalhadas encontram-se gravadas e escritas. Perguntas como: Porque interessava à instituição a participação dos pais? Porque partiu da instituição, na figura do diretor, e não dos pais o convite para o nascimento do grupo? Houve motivação para o grupo se manter unido?

Pelas entrevistas, foi interessante observar como os objetivos iniciais do grupo, postos então, coincidem com os pressupostos contidos no atual projeto pedagógico da

---

<sup>6</sup> A análise detalhada dessa experiência pode ser encontrada na dissertação de mestrado da mesma autora da presente pesquisa (1995/FE-UNICAMP).

<sup>7</sup> A sigla se refere ao chamado GRUPO DE PAIS VOLUNTÁRIOS, constituído com estatuto próprio no ano de 1982 e extinto em 1990. Era composto por um presidente, um tesoureiro, um secretário, um relações públicas e um suplente. As reuniões eram marcadas em calendário elaborado junto à Direção da escola.

escola<sup>8</sup>. O trabalho coletivo, a organização dos alunos, a participação de vários segmentos da comunidade, concretizando democraticamente as propostas, a comunicação permanente entre as famílias e os professores da escola, a participação dos pais nas reuniões, a realização de vários encontros no ano, a participação efetiva dos pais nos diferentes eventos da escola, apareceram como fatores importantes das normas e estatuto do GPV. Algumas respostas demonstram a consciência do papel importante que eles exerciam e de como poderiam atuar no projeto maior da escola: *“O nosso objetivo era auxiliar a escola melhorando a qualidade de trabalho”*. Ou: *“O objetivo era a integração de todos. Daquela união nasceriam novas bases educacionais e participativas, buscando a melhoria da educação, da instrução e do relacionamento dentro da escola”*. Para eles havia preocupação em agir de maneira coerente com o trabalho da escola, mas também desejavam ter identidade própria. *“Primeiro fomos conhecendo o projeto e a filosofia da escola, depois quisemos atuar na área cultural, social, religiosa e recreativa. Fomos uma equipe de apoio e cooperação da direção da escola. Queríamos também que todos os pais participassem do grupo por que era uma forma de nós participarmos da educação integral dos nossos filhos. Mas não foi o que aconteceu. Muitos pais alegavam falta de tempo e não vinham às reuniões ou vinham uma ou duas vezes e depois desapareciam. Os que vinham eram sempre os mesmos. Outro problema é não termos conseguido nos organizar para fazer parte dos Conselhos de Escola e de Classe. Para nós isso seria bom porque junto com os alunos e os professores, discutiríamos muitos problemas que surgiam na escola e poderíamos colaborar dando nossa opinião”*. Pelos depoimentos dos pais, algumas características, que postulavam como indispensáveis para a organização da escola, foram alcançadas: a participação da comunidade no interior dela, a autonomia para que os pais tivessem iniciativas próprias e a composição de um conselho deliberativo eleito por todos.

O grupo de pais voluntários iniciou sua trajetória com reuniões semanais, na

---

<sup>8</sup> Os detalhes da construção do projeto político pedagógico dessa escola estão relatados na dissertação de mestrado da pesquisadora defendida no ano de 1995, na Faculdade de Educação, da UNICAMP.

presença do diretor. No início, os participantes eram poucos e discutiam maneiras de trazer outros pais para as reuniões. Com o tempo foram se fortalecendo e o grupo aumentou consideravelmente. Decidiram ser um grupo sem fins lucrativos, dando início a uma série de palestras e debates sobre temas importantes como: a educação dos adolescentes, a questão dos limites na infância, a importância da convivência familiar, etc. Entretanto, lendo as atas das reuniões, pode-se perceber que, com o decorrer do tempo, houve uma acentuada diminuição nas propostas de palestras e debates, no número de participantes e na frequência às reuniões que passaram a ser quinzenais ou mesmo mensais. Esta trajetória e a aparente contradição que representa o término do grupo, interessaram a pesquisadora. Teoricamente, o GPV tinha características que o legitimariam cada vez mais pois era um grupo forte, aparentemente consciente de seu papel e um importante aliado da escola. Por que então esse grupo desapareceu?

Os pais apontaram vários argumentos e justificativas, durante as entrevistas, opinando sobre os motivos da extinção do GPV. O afastamento da direção das reuniões, foi um deles: *“Até 1990, o diretor participava das reuniões, às vezes até marcando-as ou sugerindo o local de sua realização. No decorrer dessas reuniões muitas decisões eram tomadas e imediatamente agilizadas pelo fato da direção estar presente acompanhando o desenvolvimento da discussão e se posicionando imediatamente no que dependia dela. Nada ficava pendente. Depois fomos ficando sozinhos e era difícil decidir sem ele. Tudo ficou mais demorado”*. Em relação ao argumento pode-se pensar até que ponto os pais necessitariam de tal respaldo. Eles não possuíam autonomia suficiente para continuarem independentemente da figura daquele diretor? Aparentemente não, uma vez que uma autonomia tutelada pela direção da escola é a que se revela na argumentação do entrevistado, tendo sido assim aceita pelos pais.

Uma certa confusão entre noção de direção e figura (pessoa) do diretor também aparece claramente. Não há, por parte dos pais, a diferenciação da função exercida por um dos membros que compõe a diretoria da escola da direção, como um todo. Em alguns momentos ele se referem à presença da direção nas reuniões para, em seguida, dizerem



que se "ele" não comparecia a dificuldade era maior. Esta postura explica, em parte, a situação em que o GPV se encontrou, quando o mesmo diretor foi transferido da escola. Eles dizem que ficaram sem saber o encaminhamento que seria dado à atuação do grupo com a chegada do novo diretor. Se o GPV e a escola tivessem construído uma gestão comunitária, uma troca de pessoa não alteraria o cumprimento das metas estabelecidas coletivamente. O fato é que o diretor, por mais democrático que tenha desejado ser, acabou por concentrar sobre sua pessoa, o planejamento e as funções dos membros do grupo. Algumas afirmações têm defendido que "toda administração acaba tendo o perfil de seu administrador" mesmo que este procure distribuir funções com a finalidade de não concentrar o poder das decisões sobre si. Ao adotarem um modelo de "consulta permanente", eles se descaracterizavam como um grupo. Além disso o atrelamento do processo decisório às instâncias burocráticas da escola, aponta motivos fortes de desmobilização do grupo.

Em relação ao corpo docente que atuava na época, os membros do GPV entrevistados se pronunciaram de maneira clara: *“faltou apoio da direção, da coordenação pedagógica e dos professores para o nosso grupo. Parecia que eles não entendiam o nosso objetivo. Acho que por isso poucos participavam das reuniões. Apesar de nunca terem proibido nossa presença nos conselho de classe e série, nas reuniões de início e término do ano letivo, também nunca nos incentivaram convidando-nos para participar. Nós só éramos chamados quando eles precisavam que assumíssemos planos de caráter filantrópico como ajuda a algum aluno carente, para fazer campanhas de arrecadação de fundos, em época de dissídios de professores ou ainda nos momentos de conversarem com outros pais acerca da necessidade do aumento de mensalidades escolares”*. Sentiram-se usados como “instrumentos de interesse temporário pela direção e por todos os que trabalhavam na escola no período”. Como tais depoimentos chamaram a atenção por não aparecerem em outros momentos, nem nas entrevistas, nem nos livros de ata como pauta de discussão, fomos imediatamente entrevistar os professores daquele período. O cruzamento das respostas

foi muito interessante porque os professores demonstraram desconhecer esse sentimento dos pais do GPV. Os mesmos professores disseram que os pais nunca manifestaram intenção de participar de reuniões pedagógicas, conselhos de classe, série, etc. Comparando as respostas dos dois grupos, concluímos que a falta de intercâmbio efetivo entre eles, através de conversas claras, convites oficiais para as reuniões, foi, parcialmente, responsável pelos desencontros e sentimentos manifestados anos mais tarde.

Ainda em relação aos professores, os pais se dividiam quanto à posição que deveriam adotar. Alguns diziam: *“Eu era da turma que achava que nossa função não era ficar vigiando os professores e a escola. Precisávamos colaborar nos eventos, ajudar a trazer palestras na escola e fazer mais festas. Mas alguns pais achavam que tinham que estar olhando o tempo todo o que os professores faziam. A discussão de nossa função na escola acabava por tomar muito tempo das nossas reuniões e não saíamos com nada definido”*.

A diminuição gradativa dos participantes do grupo também colaborou para seu término. *“Se o nosso grupo não tivesse diminuído tanto, nós teríamos tido mais força para apresentar nossas reivindicações porque mostraríamos que éramos organizados. Acho que faltou também um pouco mais de empenho dos que estavam no grupo. E, para piorar, alguns pais que não participavam do grupo não davam importância para nós. Eles só compareciam quando alguma decisão muito rápida e importante tivesse que ser tomada”*. O que se pode perceber é que os demais pais não tinham uma visão da possibilidade da existência do GPV como um grupo de viabilização de projetos a longo prazo. O imediatismo marcava a ação dos pais que não pertenciam ao grupo e eles, não participando ao longo do tempo nos processos decisórios, pressionavam, de alguma maneira, os integrantes do GPV.

Após os primeiros anos de sua existência, o GPV deixou de assumir a sua função de co-participante do processo de construção do projeto pedagógico em que o trabalho coletivo deve ser priorizado, tornou-se um grupo paralelo que, apesar de utilizar

as mesmas dependências da escola, não se inseriu mais na comunidade escolar. Dessa forma, os pais pertencentes ao grupo não se sentiam membros dela e tampouco eram tratados, pelos demais elementos da instituição, como colaboradores. Com o passar do tempo, o distanciamento se tornou evidente. Por exemplo, os pais não participavam mais das reuniões de professores e os professores-pais deixaram de fazer parte do grupo de pais. Dessa forma, gradativamente, os pais foram excluídos do processo de construção do projeto político pedagógico da escola. Por que isso aconteceu? Algumas entrevistas demonstram que os pais fizeram o possível para participar, mas exaustos e entendendo que não interessavam à instituição, senão como "ajudantes temporários", acabaram desistindo. Outros afirmam que a escola não impedia a participação e que entre eles mesmos é que não havia entendimento, assim foram se cansando e desistiram. Resumidamente, eles responsabilizaram o próprio GPV, ou a escola, pela sua extinção.

Algumas entrevistas demonstram haver, também, uma certa rivalidade dentro do próprio grupo. São afirmações que demonstram ter havido, em alguns momentos, uma disputa velada entre os membros: "*...Para dificultar ainda mais nossa continuidade, existiam algumas diferenças particulares que em diversas ocasiões prejudicaram o andamento dos projetos, às vezes um não respeitava a opinião do outro e minavam as iniciativas da maioria. Esse pequeno grupo acabou cooptando um número significativo de pessoas que aceitou trabalhar com um objetivo e uma função diferente da nossa. Estava errado, mas eles achavam que deveriam fiscalizar o que os professores ensinavam e interferiram em coisas pedagógicas, psicológicas e até no jeito da escola atender os alunos*".

Além dos motivos apontados acima, a questão financeira foi definitiva para o esvaziamento do grupo. No período entre 1990 e 1991 formou-se um grupo de pais, paralelo ao GPV, com o objetivo de discutir o reajuste das mensalidades. O grupo deu início a uma série de debates cobrando, incisivamente, um posicionamento do GPV frente à questão e acusando-o de omissão. O fato abalou e estremeceu ainda mais o relacionamento entre todos porque as discussões acabavam em ofensas pessoais e

agressões verbais. Quando a etapa de negociação de mensalidades foi encerrada, alguns elementos do GPV já haviam abandonado em definitivo as reuniões.

Como o grupo não era independente, quando o novo diretor assumiu, houve certa apreensão quanto aos rumos da nova direção e conseqüentemente do GPV. A posição do novo diretor só reforçou esse sentimento uma vez que, por um lado, não havia a proibição declarada para que eles continuassem mas, por outro, não havia nenhum incentivo para permanecerem atuando como antes.

Novamente se coloca a importância de haver autonomia necessária para um grupo avançar e defender os propósitos que o originaram. É provável que se os pais, tivessem, então, se aliado a outros segmentos da escola, como professores e funcionários, conseguissem apoiar-se mutuamente e o GPV garantiria sua continuidade enquanto grupo.

A opção de ser um grupo voluntário, com estatuto próprio mas não legalmente constituído foi inicialmente defendida pela maioria. Porém, mais tarde, ao avaliarem a experiência, acharam a decisão equivocada pois ficaram desprovidos de qualquer respaldo jurídico ou formal, o que resultou na falta de legitimidade do grupo.

O propósito inicial de envolvimento com a comunidade escolar e com os princípios contidos no Projeto Político Pedagógico, foram abandonados ao longo do tempo. Por vários motivos não há registro de nenhum incidente grave entre as pessoas que compunham o grupo na época que possa justificar claramente seu esfacelamento, também não foi apontado nas entrevistas que a escola tivesse negado aos pais o uso de seu espaço físico, nem impedido que planejassem eventos, nem negado a participação deles nos Conselhos de Escola. Dessa forma podemos imaginar que a somatória de acontecimentos descritos no presente capítulo é que foi, ao longo de 9 anos, contribuindo para o término do GPV.

O fato é que a ausência de um grupo de pais, formalmente constituído, deixa um hiato na construção de um Projeto Político Pedagógico que se pretenda participativo, além de dificultar o acesso dos mesmos ao interior da escola. Ao mesmo tempo em que a

escola pode se responsabilizar pela formação escolar dos alunos, os pais podem contribuir na orientação de seus filhos. Escola e família deveriam se complementar atuando como suporte indispensável para o fortalecimento e a formação do indivíduo.

Hoje a escola continua construindo seu Projeto Político Pedagógico, contando com a participação dos professores, da direção, dos funcionários, dos alunos e dos pais. Mas estes últimos não participam oficialmente do projeto. A presença deles acontece de maneira isolada e esporádica.

Finalmente, podemos concluir que apesar do GPV ter estado solidamente estruturado em determinados momentos, ele se fez frágil no que diz respeito à preservação de suas bases organizacionais. Por não apresentar um projeto próprio que o sustentasse e levasse adiante seus objetivos acabou estando à margem e na dependência da Instituição que o tutelou. Também é possível deduzir que, se o grupo ainda existisse, somada sua atuação ao projeto pedagógico da escola, geraria como produto uma parceria com resultados positivos como muitos que foram observados nos 9 anos em que atuou. Além disso, a inexistente autonomia dos indivíduos que integravam esse movimento resultou na conseqüente ausência de autonomia do próprio grupo (BARROS, 1996).

Estes fatos são aqui apontados para mostrar as origens do problema que a pesquisadora se coloca e também para desenhar uma moldura mais ampla na qual se inserem os variados casos que serão posteriormente apresentados. Para além dos casos em si, aponta-se, também, a necessidade de se rediscutir os grandes objetivos formadores (e não apenas estruturais) da escola e o papel que os vários atores mencionados têm nestas relações formativas destacando-se mais claramente o eixo família-escola.

### 3. O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA PESQUISADA

A presente pesquisa sobre a influência dos pais na vida escolar dos filhos e sua percepção acerca da avaliação, acabou nos remetendo ao Projeto Político Pedagógico da escola pesquisada. Considerando que a mesma escola vem construindo seu PPP desde o

ano de 1987, achamos importante analisar os elementos que fazem parte dele, seus princípios, a metodologia utilizada, a visão de avaliação e de disciplina que possui e a prática decorrente dele, no cotidiano escolar. O fato de tal projeto ser considerado, ao menos em princípio, um modelo com bons resultados, reafirmou a necessidade de “passarmos por ele”, destacando pequenos fragmentos que podem auxiliar a pesquisa em curso. Primeiramente citamos a importância do trabalho como produção intelectual indispensável ao aprendizado e as categorias implícitas no projeto político pedagógico. Em seguida descrevemos as ações didático-pedagógicas a nível curricular e as reuniões da escola com a família dos alunos.

Algumas categorias e elementos que organizam o trabalho pedagógico fazem parte da construção permanente do projeto político pedagógico da escola estudada, apesar das dificuldades encontradas ao longo do tempo de sua efetivação. Alguns elementos demonstram como se efetiva a relação professor/aluno, a metodologia utilizada, a escolha dos conteúdos, a concepção de avaliação, a visão de disciplina escolar, o posicionamento da direção frente ao PPP, o olhar dos pais sobre a escola, o depoimento de ex-alunos, a forma de atendimento às famílias, a estrutura das reuniões pedagógicas, o planejamento e desenvolvimento dos conselhos de série e de classe, etc. Comentá-los torna-se importante para melhor compreendê-los.

### *Os Princípios Básicos*

O Projeto Político Pedagógico da escola está estruturado sobre alguns princípios básicos. São eles:

**A) O aluno é o centro e a justificativa de toda a atividade educativa.** Professores e equipe de apoio pedagógico devem partir do princípio de que não só o desenvolvimento cognitivo do aluno reflete uma ação educativa, mas também o

seu posicionamento perante o mundo. Tanto um quanto outro medem, de alguma forma, a qualidade de trabalho executado no interior da escola. Assim, todos os objetivos e propostas que a escola tenha, devem ser claros para que o aluno possa compreender "onde se quer chegar". Conseqüentemente ele poderá auxiliar o trabalho a ser realizado e poderá, também, agir sobre o mesmo (FREIRE, 1997).

**B) Qualquer trabalho, para ser efetivo e concreto, deve ser coletivo.**

Há possibilidade de se realizar um trabalho significativo se as pessoas agirem individualmente, porém, o resultado, ainda que aparentemente positivo, será passageiro. A ação coletiva aumenta as chances de êxito e de significado das atividades.

**C) É preciso haver coerência dentro do grupo de trabalho.** Para tanto é fundamental que princípios e objetivos estabelecidos coletivamente, norteiem a prática cotidiana.

**D) Os conteúdos estudados devem ter um significado para o aluno.**

AUSUBEL citado por NOVAK (1981: p.56), afirma que *"...a aprendizagem significativa é um processo no qual uma nova informação é relacionada a um aspecto relevante, já existente, da estrutura de conhecimento de um indivíduo."*

Para ele, somente através de um conteúdo, uma metodologia e uma avaliação significativa, o aluno aprende verdadeiramente, porque irá relacioná-los com seu cotidiano. Cumpridas estas etapas, aumenta, por parte do aluno, a possibilidade da aquisição de um saber mais aprimorado e efetivo. O oposto dificulta o aprendizado, uma vez que os conteúdos serão oferecidos ao aluno de maneira descontextualizada e fragmentada. Como uma via de mão dupla, o conteúdo não terá significado e não será assimilado pelo aluno se for desvinculado de um contexto maior.

Na escola pesquisada, existe um sistema educativo que se baseia no trabalho preventivo. Apesar de não ser novo, o sistema contém alguns princípios para o trabalho com os jovens dentro da escola. Ele prioriza "o contato entre professores e alunos no

ambiente escolar, sem limitá-lo ao espaço da sala de aula, mas transpondo-o para os corredores e pátios da escola e, se possível, em viagens e conversas informais”. Ele postula que “a relação professor-aluno é tão importante a ponto de estabelecer posicionamentos pessoais em relação à metodologia, à avaliação e aos conteúdos”. Se a relação entre ambos é positiva, a probabilidade de um maior aprendizado aumenta. Segundo o mesmo sistema, “não adianta reprimir o aluno pelas atitudes que ele já tomou mas, antes disso, é preciso preveni-lo acerca de seus limites e possibilidades. Isso pode facilitar ao aluno escolhas livres”<sup>9</sup>.

#### *As Atividades Pedagógicas*

As atividades pedagógicas da escola têm se pautado pelos princípios citados anteriormente e nos demais exemplos apresentados, poderão ser analisadas. Algumas delas, estão intimamente ligadas à relação que se estabelece entre a família e a escola. E, por entender que o aluno, especialmente a criança e o jovem adolescente, “entram pela porta da frente da instituição” com seu olhar de mundo mas também com a percepção de sua família sobre a escola PERRENOUD (1984,1990,1999), PATTO (1993), GENTILLI (1998), ZAGURY (1999), citaremos alguns procedimentos adotados para, em seguida, apresentar dados de uma pesquisa realizada anteriormente, em que pais, professores, direção, funcionários e alunos, puderam se manifestar sobre o PPP (AUSUBEL e ROBINSON, 1969).

#### *Plano de Estudo e Convívio*

Cabe aqui relatar parte do trabalho desenvolvido pelo SOE<sup>10</sup> da escola, denominado Plano de Estudo e Convívio, que foi observado. Tal plano consiste em um tipo de acompanhamento centrado no aluno com o objetivo de despertar sua responsabilidade para assumir algumas tarefas. O trabalho se dá no período de aulas normais e começa por orientar o estudante quanto à organização básica de seu material.

---

<sup>9</sup> As afirmações desse trecho estão contidas nos documentos do projeto educativo da escola.

<sup>10</sup> Serviço de Orientação Educacional composto por profissionais da área de educação com a função principal de acompanhar o desempenho pessoal e estudantil dos jovens na escola. No setor de 5ª a 8ª série existem duas orientadoras educacionais com especialização em Psicologia Educacional. A escola possui,



Passa pela observação de suas matérias e de como ele registra seus compromissos escolares. A partir daí, com o material de estudo organizado, tem início a fase da organização de horários e local de estudos na própria casa. Nesta etapa, quando necessário, pede-se a colaboração da família. Muitas vezes, somente nestas duas primeiras fases de trabalho, quando a rotina do aluno é alterada, pode-se observar grande melhora na sua postura, segurança e auto-estima. Entendendo o processo ele sente que pode alterá-lo. Os resultados costumam ser maiores se o aluno perceber conseqüências imediatas como a possibilidade de fazer trabalhos sozinho ou em grupos. (ZAGURY, 1996). Como nesta fase o estudante prefere trabalhar junto com os colegas, a colaboração da escola, em casos de trabalhos no período de aulas, ou da família, nos casos de trabalhos realizados fora da escola, atuando como facilitadoras, é fundamental. O objetivo desse trabalho é o de transformar “um tempo de trabalho em tempo de aprendizagem” nem sempre obtido, como alerta PERRENOUD (1994) no modelo de escola da atualidade. A mudança organizacional no cotidiano do aluno é, quase sempre, acompanhada de uma melhora no seu desempenho dentro do ambiente escolar e ele passa, naturalmente, também, a obter melhores notas. Os dois elementos juntos acabam funcionando como motivadores para que o aluno dê continuidade a uma nova prática.

A etapa seguinte consiste em ajudar o aluno a aprender a estudar. (GUIRALDELLI, 1997). Embora pareça óbvio que o aluno saiba fazê-lo, a experiência tem demonstrado que, muitas vezes, ele tem a intenção de estudar, mas não sabe como. Trata-se de uma orientação para o aluno e não para pais pois esses não precisam das tarefas de casa para acompanhar seus filhos podendo fazê-lo de outras formas tais como: reuniões de pais, entrevistas, boletins de notas, etc. (PERRENOUD, 1995: p.156). O trabalho passa a ser, então, o de observar, junto com o aluno, o que o professor está requisitando. Outra forma de auxiliar é apontar as diferentes formas de estudo possíveis como por exemplo: a diferença entre realizar tarefa de escola diariamente, estudar para prova ou somente estudar, independentemente do pedido do professor, tendo em vista as

---

ao todo, 6 profissionais que atuam nessa área.

aulas daquele dia. Em seguida, o aluno pode observar, se desejar, sua ficha de registros. Trata-se de uma ficha feita diariamente pela escola onde se transcreve qualquer atividade de grupo ou individual. O objetivo do acesso a esse material, por parte do aluno, é que ele possa verificar seu desempenho escolar e pessoal, inclusive comparando-o ao anterior. É possível também, a critério do aluno, uma verificação de notas obtidas durante o processo. No caso, a Orientadora Educacional da escola faz contato com os professores e comunica ao aluno. No caso do aluno possuir traços de personalidade (timidez, agressão, isolamento, etc.) que impeçam seu entrosamento no grupo, a escola possui um programa de atendimento geralmente conduzido pelo Serviço de Orientação Educacional. Na circunstância de manifestar desagrado com sua própria situação, algumas atitudes são combinadas entre ele e outras pessoas em quem ele confie, passando a ser sistematicamente atendido. Tão logo apareçam os primeiros sinais de alteração em sua convivência com o grupo, novas linhas de conduta são traçadas. Algumas vezes, mesmo adotando procedimentos de tal natureza, surgem casos com os quais a escola não sabe e não consegue lidar. Trata-se de casos patológicos, neurológicos e de tratamento específico. Geralmente eles são detectados pela própria escola, através do professor. A experiência tem demonstrado que requerem, para alcançar sucesso, contato permanente do especialista com a escola. A troca de informações se mostra valiosa e possibilita maiores chances de sucesso no tratamento. Também a postura da família em tais situações é determinante. Aceitar a hipótese levantada pela escola, procurar um especialista que a confirme ou não, deixar transparente o diagnóstico, manter contato permanente, servir de ponte entre o especialista e a escola, proceder de acordo com as orientações de ambos são atitudes fundamentais que auxiliam bons resultados no tratamento.

#### *Contato com ex-alunos da escola*

Ao longo dos anos, foi possível perceber que eles desejavam retornar à “sua escola” para rever pessoas, prédios e desfrutar de algumas lembranças ainda vivas em sua memória. Pensando nisso o acesso à escola foi relativamente facilitado. Os alunos

podem participar do recreio junto com os professores e os colegas ou nos sábados esportivos com o time. Para a escola este retorno também é importante, porque o ex-aluno funciona como um “termômetro” das mudanças que acontecem dentro dela. Entretanto, mesmo a escola declarando que tem preocupação com o ex-aluno, foi observado que não existe nenhum programa oficial de recepção para eles. Entretanto, as visitas de ex-aluno, quando acontecem, são decorrentes apenas da iniciativa dele de retornar à escola.

#### Estudo do Meio

É uma atividade importante da escola e indispensável no processo de aprendizado do aluno. A expressão tem sido usado com fins e resultados variados pelas escolas. A proposta da escola pesquisada, em relação ao estudo do meio, é de que exista, anteriormente uma pesquisa sobre locais que necessariamente estejam ligados ao tema geral da escola e ao conteúdo a ser desenvolvido para a série, naquele ano. Um roteiro deve ser escrito em conjunto pelos alunos e professores da série. Finda a visita e retornando à escola, tem início uma nova etapa do trabalho até que o debate se esgote, se avalie o conhecimento adquirido e a contribuição dele para todos.

#### Disciplina

Estudos como os de D'ANTOLA (1989) e AQUINO (1996 a, b) tem gerado vários artigos e debates entre as pessoas que participam do cotidiano escolar. Professores, funcionários, direção, pais e alunos, invariavelmente, opinam e se posicionam ao tratar do assunto. A postura “oficial” da escola, observada durante a pesquisa, liga diretamente disciplina ao comportamento do aluno. Por um lado, a disciplina do aluno está ligada à estrutura que a escola lhe oferece como espaço físico disponível, material de apoio, esporte, atividade extra classe em finais de semana, acesso dele aos profissionais da escola, etc. Por outro lado, o comportamento dos alunos tem relação direta com as atitudes do professor. Quando este é autoritário ou excessivamente liberal, os alunos reagem negativamente.

Apesar das afirmações anteriores, não se pode ignorar ou desvincular a história

de vida do aluno, de sua família e do meio em que vive. Ele traz de casa, da sociedade um olhar de mundo que não foi aprendido na escola e, às vezes, dependendo de qual seja ele, a escola hesita em aceitar. Porém, um fenômeno interessante ocorre no grupo de alunos. Quando um limite foi discutido e decidido entre os alunos e o professor, ele pode ser cobrado em sala de aula e será aceito. Outro sintoma é a instalação de certos hábitos que vão sendo adquiridos pela convivência entre os alunos na classe. Por isso acontece de alunos indisciplinados, em contato com um ambiente calmo e acolhedor, conseguirem com o tempo se relacionar de maneira amigável e aumentar consideravelmente sua produção e seu conhecimento. (ZAGURY, 1999)

Estabelecer limites (disciplina) é uma das funções da escola. Mas a diferença entre serem respeitados ou não está condicionada à maneira como são colocados. Segundo ARAUJO (1996: p.110), dois aspectos são importantes e precisam ser observados na relação entre disciplina, regras e moralidade:

*"Em primeiro lugar deve-se observar o princípio subjacente à regra, porque se este não for de justiça, a regra será imoral e, portanto, a indisciplina poderá ser sinal de autonomia. Outro aspecto relevante a ser observado é a forma com que foi estabelecida: se imposta coercivamente, ou estabelecida com base em princípios democráticos. Se imposta autoritariamente, o sujeito pode não se sentir obrigado a cumpri-la, e a indisciplina pode ser um protesto em relação à autoridade".*

Já discutimos neste estudo a importância das decisões sobre comportamentos serem decididas coletivamente. Outra condição diz respeito à maneira como os profissionais se relacionam, diariamente, com o aluno na escola. A atitude de um professor frente aos alunos, dentro da sala de aula, somada à dos funcionários e equipe de apoio pedagógico, nos ambientes externos, é determinante. O aluno que se sente respeitado tende a agir de maneira mais consciente, afetiva aceitando as "normas" do grupo. É evidente que alguns casos se mostram tão comprometidos que pouco se pode fazer, além de se encaminhar o aluno para especialistas em busca de soluções não encontradas pela escola. São os casos de patologias que resultam em comportamentos só

solucionados com tratamentos específicos. Mesmo em casos assim, a escola pode, se quiser, ser um ambiente de ajuda e de recuperação.

Por certo, a busca do equilíbrio entre as situações dicotômicas de excesso de liberdade e imposição arbitrárias de normas de conduta precisa ser superada. Assim o próprio ARAUJO (1996: p.111) afirma: *"Acredito que se deve buscar uma perspectiva que rompa essa dicotomia....isso só será possível com a democratização das escolas, a partir de relações de respeito mútuo e reciprocidade que modifiquem a visão sobre o papel que as regras devem exercer nas instituições"*. Daí a importância da escola ter clareza dos objetivos que, muitas vezes, se encontram implícitos nos seus projetos políticos.

#### Nota e Avaliação

Além dos elementos já citados, há também a questão da nota e a avaliação. Segundo os professores de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> série, há alguns anos atrás, foram realizadas reuniões sobre o assunto que, invariavelmente, geravam muitas controvérsias. Foram discussões um tanto quanto primárias, mas que representaram o início de um processo importantíssimo para o grupo. Hoje os professores entendem que, ao menos, estão mais conscientes do alcance que a nota pode ter para o aluno. Foram inúmeras leituras como FREITAS (1991a, 1991b), FUSARI (1990), debates, palestras, vídeos, questionamentos orais e escritos sobre o assunto. Segundo os professores, no início, quando se falava ou se assistia aos vídeos<sup>11</sup> que mostravam as “injustiças possíveis” que a avaliação ou nota causavam, era comum parte do grupo negá-las, porque estavam mergulhados nos conceitos tradicionais. Hoje o mesmo grupo diz que procura ter mais cuidado com “os males da avaliação” para evitar os equívocos e abusos que ela permite. Para uma professora: *“a nota pode ser uma arma utilizada pelo professor para controlar a disciplina dentro da classe”*. Outra disse que: *“A avaliação deve servir muito mais como um diagnóstico do meu desempenho do que do desempenho dos meus alunos. Se um*

---

<sup>11</sup> Os vídeos em que o professor Luckesi trata dos males causados pela avaliação, foram bastante divulgados no grupo e até hoje são lembrados por eles.

*grande número deles não conseguiu ter notas boas eu preciso olhar que aula eu dei, retomar, voltar o conteúdo, senão fica tudo perdido. Antes de avaliar o aluno preciso me avaliar". Outro depoimento diz: "Já usei a nota pensando que estava só avaliando o aluno e sem perceber eu estava discriminando-o diante dos colegas. Agora fico sempre atenta porque a avaliação pode ser um meio de reproduzir relações de dominação no interior da sala de aula e mesmo da escola. Quando eu faço julgamento publico da capacidade do meu aluno eu o coloco em situação de inferioridade na frente dos colegas. E isso pode ser irrecuperável".*

Evidentemente há casos de alunos que não apresentam condições mínimas para continuarem a próxima etapa do ciclo de estudos e por isso o aluno deve repeti-lo. Mas tais casos se constituem exceção e demandam acompanhamento dos profissionais e dos pais. A equipe pedagógica da escola deve acompanhar o caso com a intenção de encontrar caminhos e fazer sugestões que não representem, para o aluno sinal de incapacitação cognitiva ou discriminação frente ao grupo.

Ainda que não se consiga evitar completamente as aberrações causadas pela avaliação injusta, os professores devem colocar-se em posição que permita questionamentos de pais e de alunos sobre os critérios adotados para atribuir notas ou para atividades realizadas pelos mesmos. E se uma nota configurar-se como incorreta, ela deve ser passível de mudança.<sup>12</sup> Assim, procura-se amenizar a relação de poder implícita no ato de dar ou tirar nota do aluno, uma vez que esta já se mostrou amplamente danosa e destrutiva "*...pela maneira como afetam a interação do professor com o aluno durante o próprio processo de aprendizagem*" (FREITAS, 1998).

Podemos ainda apontar alguns elementos que organizam o trabalho pedagógico e viabilizam a construção do Projeto Político Pedagógico como as reuniões permanentes, uma vez que elas são veículo de debates e decisões do corpo docente e, uma vez incorporadas coletivamente garantem a reestruturação do PPP.

---

<sup>12</sup> A avaliação será discutida com maior detalhamento em outro capítulo desse trabalho.

### As reuniões

As *reuniões*, “encontros entre os profissionais da educação”, servem para “deslanchar” o planejamento do curso. Para os professores *“elas articulam o grupo, fortalecem as decisões e aprimoram o próprio Projeto Político Pedagógico”*. Para que as reuniões sejam produtivas é necessário que a metodologia utilizada por quem as coordena seja motivadora. Caso contrário, *“boas idéias são tomadas como mais trabalho para o grupo”*. Entretanto, independentemente da pauta diversificada das reuniões, é importante que todas elas tenham como objetivo identificar o perfil do aluno que está sendo formado, as conseqüências de tal formação e em que medida a escola está atendendo as demandas de transformação da sociedade atual (PERRENOUD, 1999).

O medo de inovar é uma manifestação que, algumas vezes, surge no grupo. Mesmo contando com o apoio de seus pares, além de certa liberdade para decidirem individualmente as estratégias de ensino, alguns professores ficam inseguros para aceitarem novos projetos. Por causa deste sentimento, percebido em várias reuniões, a motivação tornou-se fundamental não só como estratégia de apresentação de propostas, mas também como caminho para a adesão a elas. Ou seja, primeiro o professor deve se sentir motivado para “querer fazer”. Em seguida, orientado de forma a sentir-se seguro para efetivar as mudanças necessárias no seu fazer pedagógico.

As reuniões de início de ano têm objetivos específicos e ligeiramente diferenciados, de acordo com a série dos alunos. Com os pais de alunos novos, o objetivo é esclarecer os procedimentos básicos da escola, do setor, da equipe de apoio pedagógico e de cada um dos componentes curriculares. Nela comparecem todas as pessoas envolvidas com cada um desses segmentos. Primeiramente, um representante da direção da escola fala dos objetivos globais da instituição, do seu sistema educacional e de sua filosofia. Em seguida, a equipe de apoio pedagógico apresenta os objetivos educacionais e aspectos administrativos do setor como por exemplo: procedimentos para encontro dos pais com os professores e visitas à escola. A coordenação pedagógica explicita o projeto pedagógico do setor, seus princípios, como as atividades escolares o

expressam cotidianamente e, ainda, a importância dos pais acompanharem, ao longo do ano, o desenvolvimento de seus filhos. Posteriormente os coordenadores de área expõem, em nome do grupo de professores, os objetivos gerais a serem atingidos na área e como pretendem acompanhar os alunos nessa caminhada. Em seguida, cada professor fala rapidamente de seu conteúdo e objetivos específicos. O serviço de orientação educacional explica como ocorrem os atendimentos aos alunos, aos pais, a dinâmica dos planos de estudo e os encaminhamentos, quando se fazem necessários.

A postura dos pais em tais reuniões, merece destaque. É como se eles não tivessem idéia do quanto podem colaborar na educação dos filhos sem serem inconvenientes ou autoritários. Aqui vale retomar a questão que se apresenta quando os pais, por motivos variados, se afastam gradativamente da vida estudantil dos jovens adolescentes à medida que eles crescem. Invariavelmente, ao término da reunião, eles perguntam "*se podem mesmo*" comparecer à escola, quando desejarem, ou se podem fazer sugestões e encaminhamentos para a mesma. Um interessante registro da fala de um pai: "*Eu nunca pensei que fosse continuar vindo na escola depois do meu filho terminar o 4º ano primário. Achava que ele não ia mais precisar de mim aqui. Nem pensava que a escola ia me convidar pra ficar vindo aqui. Acho que o meu filho não vai gostar quando eu contar que vocês me convidaram para vir ver a escola durante a semana. Também tem outra coisa, eu não sei se vou ter tempo*".

Já a reunião para pais de alunos antigos tem um outro caráter. Fala-se mais da importância da presença dos pais na escola durante todo o ano letivo. Assim eles podem acompanhar o desenvolvimento de seus filhos e participar dos acontecimentos da mesma, fazendo sugestões e críticas considerando observações que os filhos fazem em casa, sobre a escola. Isso é de grande valia para o aprimoramento do Projeto Político Pedagógico que se desenvolve no setor. Na reunião pode haver, ainda, a apresentação de algum profissional novo no setor ou a explicação de outros procedimentos que tenham sido adotados no ano. Encerrada a primeira parte da reunião, os professores se colocam à disposição dos pais em outros ambientes da escola. A partir daí se considera que os pais



estejam esclarecidos sobre como se fazer presentes na escola para estarem juntos na viagem que é a educação de seus filhos (ZAGURY 1991,1993). E, normalmente, os pais comparecem.

Pelas características apresentadas, a grosso modo, é possível dividir os pais dos alunos em três grandes grupos. Um deles, constituído pela maioria, é composto pelos pais que sempre estão presentes. Outro grupo é o de pais que comparece à escola somente no dia da entrega de boletins dos filhos, no encerramento do ano ou se forem convocados pela escola. Não tomam a iniciativa de visitá-la ou telefonar para informar-se em nenhum momento do ano. Para esses: “...*meu filho não tem problemas por isso acho desnecessário comparecer à escola só para dizer ou ouvir que está tudo indo bem*”. O terceiro grupo é composto pelos pais que comparecem para reivindicar, em nome dos filhos, as notas que consideram injustas. Eles não estão presentes em nenhum outro momento, mesmo sendo convidados. São os que deixam claro que a porta da frente da escola é a nota. Em certa ocasião um pai se pronunciou assim: “*Não sei porque vocês me incomodam tanto e ficam ligando para mim e para minha mulher. Se as notas do meu filho estão boas porque eu tenho que comparecer a escola? Meu filho está aí para passar de ano. Isso é o que me interessa. O dia que ele for mal, aí eu tiro da escola. Esse negócio dele ser indisciplinado como veio escrito no comunicado é comum na idade dele, aqui em casa ele é assim também, principalmente com a mãe e com a irmã. Se ele está batendo nos colegas e respondendo para os professores é problema da escola, não adianta me chamar*”. O pronunciamento do pai esclarece, ao menos em parte, o olhar de alguns sobre a função da escola. Negando-se a comparecer, esta família estabelece um distanciamento que não deve existir na relação da família com a escola. Esta atitude denota que a proposta de ambas caminharem juntas, sem necessariamente haver transferência de responsabilidade de uma sobre a outra, não foi claramente anunciada pela escola ou, de fato, não é importante para a família

O atendimento dos professores aos pais é considerado por esta escola como muito importante pois, mais do que a equipe pedagógica, os professores têm dados quase

diários dos alunos, dentro e fora da sala de aula, que podem auxiliar os pais, através das sugestões feitas.

A entrega de notas aos pais se constitui no momento oficial de encontro entre escola e família, além do Conselho de Série e de Classe, também é importante pela oportunidade de conhecer, conversar, propor e marcar novos encontros. Em tais reuniões, com hora marcada para cada aluno e família, o professor orientador da classe (que foi eleito pelos alunos, no início do ano, para representá-los) atende os pais, munido dos registros feitos ao longo do bimestre. Estes podem, também conversar com os demais professores, equipe pedagógica e funcionários que convivem com os alunos fora da sala de aula. Esta é uma das etapas mais importantes, tal como vem demonstrando sua prática. Além do contato em si, dependendo da natureza das afirmações feitas pela família é possível “explicar”, ao menos em parte, determinados comportamentos adotados pelos filhos na escola. No final do dia, cada professor faz uma espécie de ata da reunião, relatando dados relevantes da entrevista que será lida e encaminhada pela Coordenação Pedagógica às pessoas indicadas. Todo o material é arquivado, ficando à disposição dos pais e sendo utilizado nos atendimentos individuais e conselhos de classe.

#### Considerações Gerais sobre o Projeto da Escola

Na pesquisa anterior (1995) o trabalho tinha, também, por objetivo colher a opinião dos professores sobre o processo de construção do PPP. Considerando o tempo médio de trabalho na escola - 10,4 anos - entre os entrevistados, obteve-se um volume de informações considerável, já que a maioria vivenciou todo o processo, tendo-se registrado a opinião do grupo sobre o significado de existir um PPP formalizado na instituição. As questões se referiam à concepção dos professores sobre o planejamento, a importância atribuída aos registros, o alcance do PPP dentro da sala de aula e fora da escola, as transformações e avanços que ele permite e a importância de um PPP ser construído com a participação dos pais dos alunos (VEIGA, 1995).

Um aspecto que chamou a atenção, durante a pesquisa, foi a segurança que os professores demonstravam ao emitir opiniões. A postura remeteu-nos ao levantamento

da experiência de trabalho do grupo. Eles possuem uma ampla prática de trabalho conjunto, uma média de tempo de serviço bastante alta se comparada àquela de outras escolas da região. Isso significa que os professores se conhecem muito bem, o que facilita e chega mesmo a demonstrar coerência e coesão profissional do grupo.

Enquanto os professores mais antigos tinham percepção do significado abrangente de um PPP, os mais novos se referiam a ele como sendo sinônimo dos planejamentos tradicionalmente elaborados nas escolas no início do ano. A idéia da escrita do Planejamento como uma das etapas, entre outras, da construção e existência do PPP da escola não estava presente. Para eles o procedimento de escrever ou copiar um planejamento individualmente, durante 2 ou 3 dias, sem revisá-lo durante o ano, era sinônimo de projeto pedagógico.

A experiência de construir um PPP, segundo os professores pesquisados fez com que eles mudassem a sua concepção de planejamento. Se antes, escrever um plano era o mesmo que copiar de livros didáticos um programa de ensino, com o tempo, a necessidade de conversar com os colegas sobre sua prática pedagógica trouxe o abandono da idéia de cópia e avançou em direção à criação coletiva e ao aperfeiçoamento de práticas anteriores (VEIGA, 1990). Um dos professores expressa: *“Tudo que foi planejado pode ser utilizado para o ano seguinte, não porque é copiado, mas porque foi montado e redimensionado em grupo olhando para o aluno. O plano ficou dinâmico e se atualiza conforme o ritmo do professor e da classe. Assim existe a possibilidade do cotidiano se fazer presente nas aulas, não por si só, mas porque ele está contido na programação”*. Outro professor diz que: *“O Projeto Político Pedagógico redimensionou minha prática pedagógica à medida que permitiu a abordagem de temas atuais sob uma ótica mais crítica e com envolvimento constante do grupo incluindo alunos, pais e funcionários”*. A necessidade de agrupar-se fez com que a prática de cada um fosse retomada, resultando no compromisso de demonstrar ao colega os resultados do que fora decidido. Conseqüentemente a prática do professor se redimensionou e um deles explica como:

*“...quando clareou os objetivos propostos, permitiu um diálogo para sentir as necessidades reais dos alunos, reformulou o sistema de avaliação, deixou mais transparente a confecção e a própria prática do planejamento, os projetos interdisciplinares se efetivaram e houve uma inovação da didática nas atividades extra e intra classe”.*

A palavra construção, usada para designar o processo de trabalho existente no Projeto Político Pedagógico, explica com precisão a proposta de permanente discussão, modificação e transformação que deve existir dentro da escola. Se assim for, ao longo dos anos, o PPP pode adquirir o perfil da instituição (até da Direção) e do grupo que atua nela. Como no caso da escola em foco, a maior parte dos professores participa há anos de sua construção e, para eles, a trajetória significou luta, resistência, perseverança. Acreditam que, de maneiras variadas, participam de decisões para alterar o Projeto citando inclusive que, às vezes, ficam preocupados, quando algumas mudanças parecem precipitadas. Quando isso acontece, o entrosamento do grupo e a clareza dos objetivos solucionam o problema. Além do aspecto coletivo, o PPP modificou a prática pedagógica individualmente. Os professores perceberam que suas aulas foram se modificando, as avaliações tornando-se mais reflexivas (diagnóstico de sua prática e não só julgamento dos alunos), que a revisão de conceitos começou a ser feita junto ao aluno e novas estratégias foram escolhidas para desenvolver o conteúdo. A preocupação em se manterem atualizados foi decorrência dos debates, em grupo, nas reuniões. Tais alterações geraram maior criatividade por parte do professor e, também, dos alunos, permitindo a inclusão de algumas atividades diversificadas. Houve, ainda, uma maior cooperação entre as várias disciplinas que passaram a se organizar para, juntas, oferecerem condições mais adequadas de estudo para os alunos.

Como os procedimentos, que são reflexo do PPP, vão sendo adotados de maneira coesa pelos professores e estes, por sua vez, atuam coletivamente, se conclui que o Projeto Político Pedagógico tem um alcance amplo, chegando à sala de aula (FALKEMBACH, 1995). Segundo eles, isso aumenta a responsabilidade e o

compromisso de construir um PPP cada vez mais participativo em que o ensino e a formação do aluno sejam, permanentemente, aperfeiçoados.

Além dos professores, os funcionários, a família, a direção e outros fatores sociais acabam por influenciar e serem influenciados pelo Projeto da escola. “*Quando todos nós professores, levamos em conta os fenômenos que acontecem fora da escola, e abordamos um tema comum, estamos dando uma diretriz (estamos influenciando) para o PPP da escola. E quando, por outro lado, o PPP começa a produzir mudança de comportamento no professor, no aluno ou na família, ele está nos influenciando. É como uma "trama" de relações interpessoais e atividades que se movimentam*”. Segundo os professores, esta “lógica” aparece concretamente nos trabalhos interdisciplinares, no compromisso de professores e alunos para viabilizar as propostas, na preocupação dos professores com a formação humana dos alunos, com a qualidade do ensino, que permitem liberdade de questionamento e posicionamento crítico manifestada pelos alunos. (VIANNA, 1986).

O alcance do PPP fora da escola foi observado analisando-se, na prática, a forma como os professores levavam para outros locais de trabalho sua experiência. Eles relatavam algumas práticas e mostravam o material utilizado em suas aulas. O objetivo de tal análise foi perceber se um trabalho como este tem conseqüências “indiretas” e como os profissionais dessa escola atuam fora dela. A maioria afirma que o Projeto Político Pedagógico “*faz parte do meu cotidiano de muitas maneiras. Por exemplo, quando estou em outra escola, colocando em prática o que aprendi aqui*”. Diferentemente do que tem sido propagado, os professores afirmaram que, mesmo atuando em condições de trabalho adversas, como inexistência de reuniões periódicas, falta de disponibilidade de professores para participarem dos grupos de discussão e falta de envolvimento das equipes administrativa e pedagógica, especialmente nas escolas de ensino público, o compromisso ético adquirido ao longo dos anos, não admite posturas diferenciadas em função do local de trabalho. Para eles, a experiência de trabalhar em uma escola com um Projeto Político Pedagógico forte, participativo, efetivo e

sobretudo prático, os capacita para utilizarem os mesmos instrumentais em outras escolas, mesmo enfrentando dificuldades.

Sobre a importância da participação dos pais na escola, os professores se posicionaram de maneira, no mínimo, contraditória. Ao mesmo tempo em que acham importante os pais acompanharem a vida escolar dos filhos, acham que eles não fazem tanta "falta" no cotidiano escolar. Eles não se detém na questão. Somente, após certa insistência na abordagem do assunto, eles concordam com a presença dos pais na escola para atuarem como "repressores" dos filhos nos casos de indisciplina séria. Desejam que os pais dos alunos indisciplinados, quando comparecem à escola, corroborem as atitudes que eles - professores- tomem ou venham a tomar, visando corrigir o comportamento inadequado dos filhos. A causa dessa atitude parece residir nas muitas experiências desagradáveis que, segundo eles, já ocorreram causadas pela presença dos pais na escola. Sem exceção, todos tinham um relato de desrespeito que sofreram dos pais dos alunos, em algum momento de sua vida profissional. Afirmam com veemência que os pais, ao perceberem alguma falha na educação do filho, independentemente da natureza dela, atribuem a responsabilidade do fato ao professor. Esta atitude, se verdadeira, é tão equivocada quanto a do professor ignorar a importância da presença da família na escola. Mudar esta concepção parece um objetivo que o Projeto Político Pedagógico ainda não atingiu, apesar de estar claro para o grupo que o projeto só se efetivará completamente quando os pais fizerem parte dele.

Na pesquisa de 1995, em princípio, os alunos não eram os atores principais. A análise estava centrada nos professores que, como já foi comentado anteriormente, construíram o Projeto da escola. Mesmo assim o grupo de alunos foi o maior quantitativamente e foi citado inúmeras vezes pelos demais grupos como o "objetivo maior do trabalho". Por isso, o grupo de alunos acabou merecendo atenção especial em relação às suas respostas sendo agora objeto do presente estudo. A dificuldade para entrevistá-los foi maior do que nos demais grupos. Tinham certa resistência de falar de si mesmos e da escola. Estranhavam o fato de alguém estar ali para fazer perguntas. Mas

com o tempo se acostumaram com a presença, o gravador e a escrita. Para os alunos, qualquer evento é sinônimo de trabalho livre, de ação independente, de espaço de descoberta e de prazer. Conseqüentemente, sempre que questionados, manifestaram-se favoráveis a atividades desta natureza. Se as atividades com tais características são tão mais agradáveis aos alunos que a sala de aula, por que a escola não proporciona momentos assim, mais vezes? Porque não aproveita a adesão dos alunos e, através dela, ensina? Por que os conhecimentos, a serem adquiridos, não o são por essa via? Perguntas como estas surgiram após as longas conversas com os alunos.

A *Escola Aberta* é uma atividade em que trabalhar significa montar objetos, maquetes e mini projetos que reproduzam o conhecimento adquirido pelos alunos ao longo do ano. É importante perceber que eles normalmente escolhem trabalhos ligados à disciplina com a qual mais se identificam, seja pela empatia adquirida na relação com o professor, seja pela empatia com o próprio conteúdo.

Em agosto, aproveitando o mês oficial de trabalho com *Folclore*, os alunos costumam fazer mais pesquisas do que fazem no restante do ano. É também a ocasião em que a questão estética é debatida mais profundamente. Desenhos de cartazes, composição de roupas típicas, apresentação de peças teatrais escritas, dirigidas e encenadas pelos alunos, arrumação de barracas e preparação de pratos típicos, faixas com explicações de chás e ervas medicinais do Brasil são pensadas e criadas muito mais pelos alunos que pelos professores. Estes acompanham e assessoram, enquanto a equipe de apoio pedagógico procura viabilizar os pedidos e garantir a estrutura do evento. Eles pesquisam os assuntos com os quais mais se identificam, que lhes agradam como expressões regionais bem distantes de seu costumeiro ambiente. Como dizia um aluno "*é bom dançar de outro jeito, mas do jeito do nosso povo*".

Em relação à *Semana de Cultura, Esporte e Lazer*, os alunos se envolvem mais na representação corporal, artística e esportiva. As atividades se alternam entre os jogos, através de equipes, e campeonatos ou apresentações de teatro. Quando buscam objetos para uma gincana interna, os alunos ficam mais livres para criar, não dependendo de

um tempo de aula de 50 minutos para apresentar sua "descoberta". Provavelmente pelas suas características, esta atividade é que os alunos destacaram, nas conversas com a pesquisadora, ser ela a mais esperada e agradável do ano, na escola.

Reconhecendo a veracidade e sinceridade dos relatos sobre a participação do aluno na escola e apesar de se reconhecer a intenção dos profissionais de fazerem muito por ele, percebemos que os espaços, abertos para sua atuação efetiva nas decisões, ainda deixam a desejar. Quer por receio, quer pela ausência do exercício da democracia plena, o que se pratica são "ensaios de participação do alunado". Mesmo sabendo que o exercício da participação é mais constante do que em outras escolas visitadas, a verdade é que ainda não se encontrou um espaço verdadeiramente reservado ao aluno. Ele caminha ao lado da escola, não tendo garantida sua voz nas decisões, que realmente contam, como participação na elaboração das pautas de reuniões gerais, reuniões de professores, de conselhos, etc.

E afinal que mudanças os alunos sugerem, para a escola ser um local mais agradável? A pergunta resultou em três grupos diferentes de respostas. O primeiro, e quantitativamente menor dos grupos, é composto por respostas de alunos que raramente se envolvem com os eventos da escola, não se mostram motivados a participar das atividades, ficando quase sempre isolados dos demais colegas, mesmo em dias normais de aulas, com o incentivo dos professores. Suas respostas carregam certo comodismo e falta de questionamento. Dizem que: *"a escola é lugar para estudar e não para ficar dando opinião"*, *"as sugestões da escola são muito boas"*, *"a escola sabe organizar o que é melhor para os alunos"*, *"a escola faz sempre o melhor para melhorar o desempenho dos alunos"* ou ainda *"algumas coisas não podem ser mudadas, mesmo que os alunos e a escola queiram"*. O segundo grupo envolve respostas de alunos que, apesar de também participarem pouco, conseguem explicar de maneira mais contundente sua opinião, dizendo: *"não quero perder tempo"*, *"não gosto"*, *"a escola só muda o que interessa"*, *"falta liberdade"*, *"eu tenho medo"*, *"as sugestões dos alunos não são importantes para os dirigentes"*, *"como é a maioria que escolhe, não adianta falar"*,



*"a escola não pede opinião do aluno e se pede não muda nada" ou "ainda a escola não dá espaço para sugerir mudanças".* Um terceiro grupo é composto por respostas de alunos que participam de quase todas as atividades. Esses alunos afirmaram que sabem o que é melhor e desejam mudar *"algumas coisas"* na escola; outros querem *"lutar pelos direitos estudantis"* ou *"melhorar a escola é a responsabilidade do aluno"*. Os alunos do último grupo, de alguma forma, têm se diferenciado dos demais e palavras como participação, opinião, cidadania aparecem várias vezes em seu vocabulário. Outro aspecto abordado foi a necessidade de fazer da escola um lugar prazeroso para se ficar. Referem-se inclusive ao número de horas que passam na escola e argumentam que, por isso mesmo, *"é preciso organizar o espaço para ser bem gostoso"*. Também se referem, com certa ênfase, à liberdade que a escola lhes proporciona para se manifestarem. Comparam-se aos alunos que nada fazem para melhorá-la, dizendo que estes saem do jeito que entraram sem *"dar nenhuma contribuição"*. Valorizam também seu próprio potencial dizendo que *"a escola precisa aprender com os alunos como ser mais ágil, gostar de coisas novas, ter mais idéias"*.

Para analisar a competência do aluno para emitir sua opinião, mesmo que diferente das demais, foi proposta uma pergunta a todos. A intenção foi verificar se, mesmo com o alto grau de crítica que manifestaram, são capazes de fazê-la à instituição escolar e, contrariando colegas, se manifestarem publicamente, em situações de posicionamento divergente em relação aos seus pares. Ou seja, a pergunta coloca em discussão a capacidade do aluno de se manifestar, mesmo precisando ser diferente dos integrantes de seu grupo, atitude repudiada pela maior parte dos estudantes desta faixa etária. Sabendo que esta não seria uma questão fácil para responderem procuramos "traduzir" suas falas. Na idade em que estão a identificação com o grupo é bastante forte e negar padrões estéticos e de comportamento significa, muitas vezes, ser discriminado pelos colegas, isolar-se para se proteger ou mudar seu comportamento para ser incluído no grupo. Por isso os adolescentes acabam padronizando suas roupas, a fala, o pensamento, os hábitos e comportamentos. Entretanto, o primeiro grupo de jovens

entrevistados, mesmo demonstrando comportamentos padronizados, manifestou que "tem força" para emitir opiniões diferentes, porque: *"é preciso ser autêntico"; "isso é ser livre"; "só assim há troca de opiniões"; "preserva meus direitos"; "preciso me defender"; "posso ajudar quem não tem a mesma coragem"; "digo agora para poder reclamar depois"; "isso é ter personalidade"; "minha opinião pode ser a que faltava para completar ou aperfeiçoar a idéias do grupo"; "é uma questão de personalidade"; "não se pode aceitar o que não se pensa"; "quem não argumenta, não aprende a defender suas idéias"; "a concordância de opiniões deve ser só coincidência"; "acredita nas idéias que tem"; "expondo minha idéia posso avaliar se ela está certa"*; O segundo grupo de alunos respondeu que não emite opinião perto dos colegas porque: *"ser minoria é chato"; "os colegas acham que não é a sua opinião mas só a vontade de se evidenciar frente ao grupo"; "vergonha"; "medo de ser vaiado"; "como sou minoria sei que vou perder então não adianta falar"*.

Pelas porcentagens e opiniões obtidas é possível supor que o Projeto Político Pedagógico, ao menos aparentemente, tem conseguido atingir, além do corpo docente, também os alunos no sentido de fazê-los se manifestar. A maioria dos alunos respondeu que se sente com liberdade para fazê-lo tanto individualmente quanto em grupos, falando com a equipe de coordenação, orientação ou com os funcionários. Os alunos disseram que para fazerem reivindicações: *"escrevemos uma carta ou fazemos um abaixo-assinado. Já aconteceu também de colocarmos recados nos murais, falamos com a comissão de Formatura, fazemos um "Bom-Dia". Outras vezes conversamos com o representante de classe para levar nosso pedido"*. Quando a escola permite, realmente, que os alunos participem? Segundo eles, quando: *"fazem pesquisa de opinião entre nós; fazem eleições; ajudam os times no sábado esportivo; fazem Escola Aberta; lêem o que escrevemos; deixam a biblioteca aberta o dia todo, fazem reuniões no horário do almoço para ouvir a gente falar e entender melhor a nossa vida e a nossa sociedade. A gente também vai ficando mais amigo do colega"*. O grupo de teatro também é legal porque *todo mundo pode entrar"*.

Várias conclusões emergiram das manifestações dos alunos como a falta de clareza, para diferenciar direitos e deveres dos cidadãos. Ao considerar, por exemplo, a abertura da biblioteca em período integral ou a existência do curso de teatro comunitário, como concessão da escola, o aluno deixa de perceber deveres inerentes à instituição escolar. Ora, se o teatro existe, deve ser para uso coletivo, se a escola tem biblioteca ela deve ficar aberta para consultas. Outra conclusão é a presença de valores da sociedade capitalista como indispensáveis para a sobrevivência. Bens de consumo são tomados como tal independentemente do padrão de vida do aluno. Em contraposição, os jovens da escola são extremamente afetivos e se reportam mais aos casos relacionados a sentimentos humanitários do que aos conteúdos ou metodologia adotada.

Sinais de amadurecimento e independência puderam ser percebidos, quando o grupo de alunos opinou sobre o que gostaria de ver mudado na escola. Citaram elementos importantes como conteúdos, seu papel na sociedade, funções dos órgãos representativos que os rodeiam, questões que, habitualmente, são apontadas, por jovens, bem mais tarde. Respostas como: *"queria que o conteúdo fosse diferente"*, *"que a escola resolvesse mais rápido os problemas do aluno"*, *"que fortalecesse o Grêmio Estudantil"*, *"que desse maior liberdade para podermos enxergar o mundo por nós mesmos"*, *" que os alunos fossem levados a sério"*, são relevantes.

Alguns "apelos" puderam ser considerados verdadeiros recados para os profissionais que atuam na Instituição. Foi indagado, a um grupo de alunos, o motivo pelo qual eles não participavam das atividades da escola, especialmente daquelas que aconteciam fora do horário de aulas. As repostas foram interessantes e sua contraposição poderia ser transformada em objetivos a serem trabalhados pela escola. Ao afirmarem que: *" A escola é lugar para tirar nota e estudar, não para brincar"*, demonstram que o papel da instituição é o de "ensinar conteúdos definidos a priori", distantes de sua formação pessoal. Tais respostas, ainda que representem a minoria, não vêem a escola como lugar de amizade e convívio. Interessante que as famílias dos mesmos alunos, ao serem entrevistadas, também demonstram certo distanciamento, afirmando que

comparecem à escola somente para receber boletins ou quando a equipe de apoio pedagógico marca uma entrevista. Outra observação é que as respostas se ligam a alunos que cumprem o necessário para “passar de ano”, porque não gostam de outras atividades ou por falta de tempo. Concretamente, os pais responderam, seguindo a mesma linha, que não têm disponibilidade para se envolverem com a escola, por causa de compromissos como trabalho. Para tais famílias a proposta da escola está previamente desconsiderada não podendo contar com a participação deles. A mesma pergunta obteve outras respostas como: “*tenho vergonha*”, “*não interessem aos alunos porque são retrógradas, ultrapassadas e conseqüentemente desinteressantes*”. Um grupo de alunos respondeu a questão de maneira inusitada. Não participam porque “*sou irresponsável, acomodado, preguiçoso, individualista, acho tudo na vida uma grande besteira*”. O último e maior grupo participa da maior parte das atividades da escola, demonstra empatia e os sentimentos e emoções aparecem determinando a prática e elogiando a escola. Respostas como “*a escola é liberal*” “*os alunos podem realizar o que desejam*”; “*a escola parece a família da gente, porque se envolve com os nossos problemas pessoais*”, demonstram que a relação afetiva, dentro do espaço escolar pode determinar uma série de iniciativas nos alunos. Eles participam do Grêmio, da PJE, das comissões, do teatro, etc. Acham as atividades coletivas indispensáveis para fortalecer o grupo.

Outro grupo pesquisado foi o de PAIS DE ALUNOS de sétimas e oitavas séries. As seis questões de caráter descritivo apresentadas aos pais abordaram: a existência do Projeto Político Pedagógico; a percepção e a participação dos pais em relação ao mesmo e a sua eficácia no setor de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> séries. Como as famílias se mostraram à vontade para fazer referência aos aspectos negativos da escola, achamos a experiência interessante, porque, costumeiramente, nas pesquisas, percebe-se um certo receio em criticar a escola onde os filhos estudam por medo de serem mal entendidos.

Uma das possibilidades levantadas, desde o início da pesquisa, é a influência familiar na ação educativa escolar, por isso interessou-nos o contato com os pais dos

alunos da escola. Ainda que um pequeno número de pais<sup>13</sup> considere não ser função deles participar da construção de um Projeto Político Pedagógico por não desejar ou por falta de tempo, de vontade ou porque pagam a escola para que os educadores a organizem, a maioria considera o projeto de fundamental importância. Dizem que não o conhecem em profundidade, mas gostariam, quando possível, de participar do mesmo. Entretanto, durante as entrevistas, quando foi colocada a possibilidade concreta de participação deles na construção do PPP, somente uma minoria se colocou à disposição para fazê-lo, a maioria justificando-se por dificuldades decorrentes “*das atribuições da vida moderna*” como chegar tarde em casa, trabalhar o dia todo, não ter onde deixar os filhos pequenos, etc. Uma outra contradição aparece nas entrevistas, quando os pais, ao mesmo tempo que declaram gostar das reuniões, não desejam assumir compromisso de participação, pois se surgirem outros “mais importantes” (não dizem quais), não comparecerão.

Um dos relatos, resume com clareza a opinião da maioria dos pais sobre a importância de participarem ativamente na escola dos filhos e merece destaque: “*Quando meu filho era pequeno eu vinha mais à escola. Agora que ele está crescendo tenho vindo cada vez menos. Acho que ele não precisa mais tanto de mim. Isso facilita porque não fico mais saindo do serviço para reuniões e nem venho tanto nas reuniões da noite porque meu filho diz que é bobagem e que está tudo sob controle. Como eu acredito nele, eu não venho*”. Nas entrevistas, fica evidente a idéia de que quanto maiores os filhos, menos eles necessitam da presença dos pais na escola. Outros vão além: “*Como eu pago a escola eu acho que vocês devem cuidar dele aqui dentro. Quando me chamam eu primeiro pergunto pra ele: “Filho, você aprontou alguma?” Se ele diz que não, eu não venho. Isso porque já aconteceu de eu vir e a escola ficar falando só baboseira de formação humana. Acho que a escola deve falar disso com os alunos e não me chamar*”. A formação humana como responsabilidade da escola, exclusivamente, expressa o princípio equivocado de que a instituição, sem o auxílio da

---

<sup>13</sup> As tabelas e gráficos com detalhes numéricos encontram-se na tese de mestrado da pesquisadora.

família, é capaz de educar o jovem.

Apesar de afirmarem conhecer o PPP da escola, no decorrer das entrevistas percebeu-se que os pais não tem clareza de seu significado. As respostas são divergentes inclusive acerca da proposta pedagógica da escola. Dizem que se baseia em Piaget, Freinet, Montessori, construtivismo, humanismo, etc e que a “linha pedagógica” é participativa, crítica, democrática, inovadora, ou ainda uma somatória dos "melhores métodos atuais".

Mesmo afirmando corretamente que a escola deve possuir um projeto pedagógico para atingir seus objetivos, que toda atividade educativa possui atrás de si uma proposta, que a proposta teve início em 1987, eles atribuem, diferentemente do esperado, o sucesso do projeto a competências individuais e não ao compromisso coletivo: *“Consideramos a proposta séria e comprometida porque a escola só contrata professores de alto nível para dar aulas”*. Outro fator que expressa a existência e qualidade do projeto é o desenvolvimento intelectual e emocional do filho. Para esses pais: *“A escola faz o aluno vivenciar a proposta, o aluno se sente respeitado, valorizado, acompanhado e motivado”*. A preparação do aluno para atuar futuramente no mercado de trabalho, continuando seus estudos dentro da escola até o terceiro grau, torna-se uma opção interessante porque *“a proposta consegue, além de preparar para a profissão e para enfrentarem o mercado de trabalho, oferecer base para uma boa convivência com o mundo externo”*.

Em relação àquilo que a proposta oferece ao aluno, os pais disseram que nas reuniões de início de ano, quando ela é apresentada, podem observar o tipo de trabalho a ser desenvolvido pelos profissionais da casa. Acham a “proposta interessante porque forma o jovem para ser cidadão e se preocupa com os aspectos moral, psicológico, intelectual e acadêmico”. Para eles, a proposta da escola é coerente com a programação de ensino do ano e como as etapas são articuladas o aluno tem oportunidade para construir seu conhecimento. Nesse sentido, os eventos diversificados mostram o esforço de auxiliar os alunos. A proposta na prática é: “clara, coerente, moderna, interessante,

criativa, objetiva, crítica, eficiente e adequada”. Um dos pais resume essas opiniões dizendo: *“Eu tenho certeza que a proposta valoriza sobretudo o ser humano em seu desenvolvimento global e demonstra estar sendo aperfeiçoada, pois, considerando o aluno como centro de sua existência, trabalha com as questões mais pertinentes da adolescência e das transformações características dessa idade uma vez que o aluno se encontra em plena transformação em vários aspectos. A escola procura respeitar as diferenças individuais que se manifestam de várias formas e proporciona atendimentos também individualizados”*.

Uma visão relativamente perigosa dos pais foi percebida quando vários afirmaram, com palavras diferentes, que “não importa a via que se utilize para alcançar um resultado, mas se ele for positivo, para seu filho, está bom”. Esta opinião pode favorecer a utilização, pela escola, de estratégias desaconselháveis como disciplina extremamente rígida, avaliação injusta e discriminatória, entre outros, em nome de “fazer o bem para o aluno”. Mesmo com o aparente “respaldo” de uma parcela dos pais, a escola deve respeitar os alunos e com bom senso utilizar meios adequados para atingir os objetivos de educá-los. De certa forma, o mesmo princípio está presente na escola, ao menos em parte, quando os pais afirmam que *“os filhos gostam de vir para a escola”* e *“se o projeto da escola não fosse bom meu filho não ia querer estar aqui todo dia”*, *“quanto mais eu deixo, mais o meu filho quer ficar na escola”*. A participação dos estudantes em projetos de caráter filantrópico, ainda que para isto eles tenham que ficar na escola em tempo integral, também chama a atenção dos pais e demonstra o envolvimento voluntário deles.

A organização e competência da escola, é percebida concretamente “na lógica do ensino, coerência dos temas dos trabalhos gerais e de pesquisa; qualidade do material didático e paradidático utilizado; condução e escolha dos trabalhos escolares, realização dos eventos, jornais, teatro, estudo do meio; lógica dos cronogramas; anotações e esclarecimentos na agenda; grade curricular; programas de conscientização política, de saúde, meio ambiente; interdisciplinaridade; formas diversificadas de tratar os

conteúdos”. A metodologia, a avaliação e os diversos elementos que organizam o trabalho pedagógico, segundo os pais, são apresentados nas reuniões no início do ano, através de circulares e, para o aluno, na primeira semana de aulas, durante a recepção. Durante o ano, se necessário, os pais são atendidos e orientados junto com os filhos pela equipe de apoio pedagógico, através de um tratamento individualizado. Os pais destacaram como aspecto positivo, a convivência nos recreios e nos esportes, entre alunos, funcionários e professores. *“Alguns serviços oferecidos pela escola são importantes e acho que acontecem porque a escola tem um projeto”*. Eles se referem: ao Plano de Estudo oferecido para alunos que dele necessitam; o projeto de orientação profissional que auxilia na escolha da carreira; a forma de resolver problemas junto com os alunos; as propostas da PJE (Pastoral da Juventude Estudantil) que vinculam o jovem às questões sociais com intervenção no seu meio, com o objetivo de impedi-los de se alienem. Ressaltam que o aspecto lúdico adotado aumenta o gosto pelas atividades paralelas, as pesquisas, as leituras e as atividades nas áreas. Percebem que existe uma preocupação com o método e a forma como o aluno irá acompanhar o conteúdo assim como a continuidade da proposta que, iniciada na quinta série, permanece até a oitava. Fazem referência ao espaço físico e instalações privilegiadas da escola. Ao lado desses pais, existe o grupo que atribui à escola absoluta responsabilidade pela construção de um Projeto Pedagógico. São os que argumentam que a escola "deve pagar profissionais competentes para isso e não pedir aos pais que o façam". Ou ainda que "a escola deve comparar seu projeto com o de outras escolas e escolher seu caminho".

Após emitirem as opiniões parcialmente descritas acima, através das quais sugeriram, opinaram e levantaram aspectos positivos e negativos da escola, os pais foram questionados quanto à possibilidade de participarem das próximas etapas (elaboração e alteração) da Proposta Pedagógica do setor. Neste aspecto se contradisseram porque, apesar do grande envolvimento demonstrado nas entrevistas, muitos afirmaram que não gostariam de ser chamados para participar da elaboração de



um Projeto Pedagógico na escola. Argumentaram que não poderiam fazê-lo por motivos de ordem pessoal como morar longe da escola, constantes viagens, falta de tempo, compromissos em geral. Houve quem argumentasse que seu grau de exigência logo o faria entrar em conflito com os demais preferindo, por isso, não "teorizar assuntos práticos", outros acham que não têm competência para se envolver por faltarem conhecimento ou por não terem formação acadêmica específica para fazê-lo. Para alguns pais, o fato de estarem satisfeitos com o que a escola apresenta justifica a não participação, uma vez que "não se deve mudar o que está dando certo". É provável que as posturas demonstradas pelos pais nos relatos, justifiquem parcialmente a ausência de muitos deles nas reuniões e nos eventos (inclusive aos sábados) promovidos pela escola. Certa ocasião, foram pedidas aos pais sugestões sobre como gostariam que fosse planejado um determinado evento na escola. Alguns responderam que independentemente da forma escolhida "não poderiam estar presentes, mas que o filho não faltaria por que adora a escola". Como isso acontece mesmo em comemorações consideradas classicamente importantes para a família como dia dos pais e das mães, os questionamentos são necessários: A escola não está sendo atrativa para os pais? Os compromissos são de fato tão importantes a ponto de justificarem as ausências? O fato é que os pais têm comparecido à escola com menor frequência a cada ano. E, como citado anteriormente, quanto mais avançada a série do estudante menor o comparecimento dos pais. Dessa forma em todos os eventos o maior contingente de pais é das séries iniciais (5as. e 6as. séries). Para os pais "os filhos já são grandes" e não precisam mais deles; para os filhos é interessante que os pais não compareçam muitas vezes à escola para que os colegas não os achem "crianças". Dois ingredientes que somados afastam a família da escola.

Os dados apontam que alguns pais não percebem a importância de participarem da vida escolar dos filhos. São os que se omitem e se limitam a cobrar da escola o que na sua visão, não deu certo. São os pais que passam anos sem comparecer e, quando o fazem, agem de maneira agressiva. Em tais casos, os filhos são os mais atingidos

dividindo-se entre a opinião do pai, que ele respeita muito e a da escola que também é importante para ele. Com toda certeza, se os pais soubessem o alcance de suas atitudes e comentários, a preocupação em posicionar-se coerentemente seria maior. Falta a uma porcentagem, ainda que pequena, de pais a conscientização do alcance de suas atitudes. Estas, muitas vezes, chegam a ser até cruéis tanto em relação à escola quanto em relação a seus próprios filhos. Imaginar que a crueldade dos pais seja menor na escola de ensino privado é ingenuidade. Eles podem igualmente destruir a auto-estima de seus filhos, colocando-os em situações constrangedoras. Nestes casos cabe à escola tentar fazer um intenso trabalho para motivá-los novamente mesmo sabendo que, quanto mais inadequada tenha sido a atitude dos pais, mais tempo tardam os resultados positivos. Ainda que este comentário seja forte, duro e incisivo em relação aos pais de alguns alunos, ele é fruto da observação de muitos anos de trabalho com alunos e famílias.

A mesma pergunta foi feita a todos os pais entrevistados. Muitos manifestaram o desejo de participar mais efetivamente da construção do projeto da escola, porque, segundo eles, seria um caminho para conhecerem melhor o que já foi realizado, poderiam ouvir, sugerir, seria uma forma de se atualizarem, já que muitos tem outra formação específica, poderiam também melhorar o nível de acompanhamento em casa e sentir como o filho é orientado na escola, uma vez que a proposta tem como objetivo o trabalho coletivo, seria uma forma de todos estarem unidos para construí-lo de forma sólida e aumentarem o entrosamento entre seus membros. Para eles "é assim que pais, alunos e escola se entendem". Além disso colocam com muita propriedade que o envolvimento das pessoas em um projeto coletivo aumenta o compromisso das mesmas com ele e poderiam ver um pouco de si nos resultados obtidos. Acham, também, que a participação deles contribuiria para um trabalho mais dinâmico. Participar com os seus filhos de um trabalho de tal natureza lhes daria uma clara visão do percurso acadêmico e da formação humana que estariam oferecendo aos filhos. A possibilidade de opinar motiva o comparecimento. Afinal, *"cada pai sabe o que é melhor para seu filho"*. Parece que essa frase resume o a importância da presença dos pais na escola. Se eles trabalharem

coletivamente levando, em seu nome e em nome de seus filhos, propostas que tenham como objetivo a busca de aperfeiçoamento do que já existe, a escola obterá ganhos significativos e enriquecerá seu Projeto Político Pedagógico.

Um último aspecto decorrente da pesquisa é que a escola necessita ser mais transparente em relação ao seu PPP uma vez que os pais, mesmo os que dizem conhecer a proposta da escola, o fazem de maneira confusa. Os encontros entre escola e família são esporádicos e insuficientes, limitando-se as reuniões formais (início de ano e entrega de boletins). São raras as palestras, os encontros para troca de idéias a respeito da estruturação a organização do trabalho pedagógico. Os esclarecimentos se limitam a atendimentos individuais e quando eles acontecem, não raro, os pais mencionam que não conheciam o procedimento da escola a respeito do assunto, porque, na verdade, a escola não tem realizado esforços consideráveis com o objetivo de trazer os pais para dentro dela. As causas desse fenômeno variam. Vão desde a dificuldade em encontrar momentos adequados para os encontros, o pequeno comparecimento dos pais aos encontros, até o desinteresse da instituição em tê-los por perto. Fica a pergunta: O número reduzido de pais que comparecem aos encontros marcados pela escola não estaria ligado aos raros convites feitos a eles? Será que a constância dessa prática não levaria o número de pais a participar gradativamente mais? São questionamentos decorrentes das observações e das conversas com esse importante grupo de pessoas que, indiretamente, faz parte da instituição.

O fato do Projeto Político Pedagógico ser construído pelos professores e funcionários garante sua legitimidade perante as instâncias do poder, mas não elimina as características de um projeto construído sem a participação dos pais. Isso se torna um desafio a ser encarado pela instituição escolar, apesar de todas as dificuldades que a participação efetiva dos pais nesse projeto político pedagógico possa representar, uma vez que os ganhos efetivos dessa parceria são incomparavelmente maiores que as perdas.

PERON (2000) trata desse assunto em seu trabalho de conclusão de curso (TCC) levantando os aspectos relevantes do PPP dessa escola, de como ele foi sendo

construído pelos professores, funcionários, pais, alunos e direção. O trabalho destaca ainda as diferenças existentes entre o PPP dessa escola e de outras escolas de ensino privado da cidade e em seguida, as compara com escolas de ensino público tanto estaduais quanto municipais.

#### 4. DESCREVENDO A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

Uma breve descrição da organização do trabalho pedagógico tem por objetivo facilitar ao leitor o entendimento de atitudes e práticas observáveis ao longo do trabalho, especialmente no capítulo III onde se descrevem os casos mais detalhadamente .

? **Horário:** Ainda que uma minoria de pais e alunos argumentem que a escola não deveria exigir e fixar horário para a entrada dos alunos nas aulas, ela opta por fazê-lo contando com o apoio da maioria deles. São vários os motivos apontados para isso. Primeiramente se considera a idade dos alunos. Trata-se de adolescentes que ainda não possuem critérios completamente amadurecidos para reger sua vida estudantil com completa autonomia e responsabilidade. Não se trata de incompetência, incapacidade ou irresponsabilidade dos mesmos. Não estar apto para fazer opções dessa natureza, deve ser um fato a ser tratado com normalidade e como característico desta faixa etária ou ainda como uma fase da vida em que o jovem testa pessoas e instituições e assim, cresce. Dessa maneira, é compreensível que conteste determinações como horários pré-estabelecidos. Em segundo lugar, existem determinadas orientações que são passíveis de questionamentos e outras que deverão ser cumpridas. Esta afirmação provavelmente facilitará críticas por parte de alguns “liberais da educação”<sup>14</sup> que desconhecem, na prática, o processo de crescimento normal de um adolescente que necessita de limites e ações que o coloquem como membro de seu grupo.<sup>15</sup> Em terceiro lugar, a escola, enquanto espaço coletivo,

---

<sup>14</sup> As aspas utilizadas nessa definição se explicam por não termos encontrado outro termo que explicitasse mais adequadamente nosso objetivo.

<sup>15</sup> Não temos dúvida que defender a possibilidade do aluno interromper a aula independentemente do

precisa garantir a todos o cumprimento das finalidades as quais ela se propôs e por isso foi procurada. Uma delas é a aula. Independentemente do modelo de aula que alunos e professores tenham, ela é um momento no qual os objetivos estão sendo cumpridos. Exemplificando: independentemente da aula acontecer em uma sala convencional, em um pátio, em outro local fora da escola, não é recomendável que as pessoas estejam entrando ou saindo de forma a interromper a dinâmica combinada. Salvo exceções, é o que ocorre. Aliando o argumento apresentado acima sobre a faixa etária, é provável que outra forma de gerenciar a aula, resulte negativamente. É por esse motivo que a escola apresenta, antes da matrícula (momento em que os pais devem analisar as propostas da escola, observar seu projeto pedagógico e fazer sua opção) alguns elementos que a organizam como o horário para a entrada dos alunos.

#### ? **Uniforme**

O uso do uniforme, nos dias atuais, trás de volta uma velha discussão sobre sua real utilidade. No início, o uniforme era utilizado como forma de padronização e de imposição da opinião adulta.<sup>16</sup> Com o tempo ele foi, contraditoriamente, adquirindo outras funções como o barateamento dos custos de vestimenta e como identificação individual e coletiva. Atualmente o uniforme é quase uma exigência da família que o enxerga como elemento facilitador de sua rotina. Por certo muitos adolescentes não gostam dele por considerarem-no um fator de padronização, quando o desejável é a individualização da vestimenta como símbolo de identificação e valorização de determinados tipos e marcas de roupas. A escola, em meio a essa discussão, opta por

---

horário estabelecido para a mesma ou de um acordo prévio com os colegas e o professor significa, nessa idade, uma deseducação e sobretudo desrespeito com seus pares. Mais difícil ainda é aceitar que alguns “educadores” defendam essa prática em nome da liberdade do estudante.

<sup>16</sup> Na prática não havia a necessidade de identificar o aluno uma vez que tanto as cidades quanto as escolas eram menores e as pessoas frequentemente se conheciam. Também não existiam os índices de violência que presenciamos na atualidade, nem a escola assumia o papel de “guardar” os alunos enquanto os pais estavam no trabalho. Hoje a realidade inversa trás de volta a discussão acerca da importância (ou não) do uso do uniforme na escola. Condições adversas como o índice de violência, o tempo maior que o aluno passa dentro da escola, a diversidade de pessoas que convivem com os alunos e a necessidade dele ser identificado tanto nela como quando está nas ruas ou usando um transporte como o ônibus regular faz com que a escola, em geral, assim como os pais, optem pelo uso do uniforme.

adotar o uniforme sem que a ausência dele seja um fator de impedimento para o aluno assistir as aulas. Curiosamente as famílias, na maioria dos casos, assumem o papel de fiscalizar e quando necessário pedir exceção de sua obrigatoriedade.

? **Jogos no intervalo**

Este é considerado um dos momentos mais alegres da escola. Durante o recreio das aulas, os alunos se organizam em times ou individualmente para jogarem. As opções possíveis são: ping-pong, basquete, futebol de campo, futebol de salão, espiribol, vôlei e basquete. Alguns minutos antes do sinal, uma pessoa (nesse caso trata-se de um salesiano que exerce essa função há 12 anos e é a mesma pessoa que cuida da horta) se dirige aos campos e aguarda a chegada dos alunos para em seguida distribuir bolas e raquetes. Os próprios alunos, voluntariamente, se dirigem aos campos, quadras e pátio e fazem uso desses espaços até que a mesma pessoa dê um sinal para encerrarem as atividades.

? **Presença dos professores no convívio durante o recreio**

A presença dos professores junto aos alunos durante o recreio é fortemente incentivada. Espera-se que os mesmos estejam conversando com os alunos uma vez que esse momento, pela sua informalidade, permite que as conversas ocorram de maneira mais espontânea e se resolvam, no âmbito social, pendências que restaram da sala de aula. Não são todos os professores que comparecem todos os dias uma vez que a presença é voluntária mas é possível perceber um número considerável deles fora da “sala dos professores”. Assim também os membros da direção, os funcionários, orientadores e coordenadores tem o hábito que estarem junto aos alunos. (?)

? **Convívio como local comum dos alunos da 1ª fase, 2ª fase, CPDB , ETEC e Ensino Médio**

Durante o recreio, os alunos fazem uso de espaços comuns. Exceto os alunos da Educação Infantil (de 4 a 6 anos), os demais se encontram para jogarem ou conversarem em um único local. Os alunos do Ensino Médio e Técnico foram os

últimos a aderir a essa prática, enquanto os de Ensino Fundamental e Profissionalizante sempre a possuíram.

? **Jogos no início da manhã e no horário do almoço**

Para o grupo de alunos que frequenta os cursos profissionalizantes e que é oriundo dos bairros mais distantes, depende de transporte coletivo e chega antes das 7:00 horas na escola, existe um espaço denominado salão de jogos onde há mesas de tamancobol, snooker, pebolim e ping-pong que podem ser usadas até o horário do início do Bom-Dia e Boa-Tarde. Um salesiano acompanha os alunos nesse período, uma prática desenvolvida há 30 anos na escola. No horário de almoço, segue-se o mesmo modelo, uma vez que a maioria vem de outra escola e o local utilizado é o mesmo em que durante o recreio, os alunos jogam. Existe um funcionário que lhes presta assistência podendo participar dos jogos com os alunos. Com exceções, as alunas participam muito menos que os alunos dos esportes em geral. Ocorre também dos alunos chegarem mais cedo para as aulas do período da tarde ou aguardarem o início do outro período para fazerem trabalhos ou consultarem a biblioteca na própria escola.

? **Jogos e campeonatos aos sábados e domingos**

Nesse mesmo modelo funcionam as atividades aos sábados e domingos na escola. A escola fica aberta ao longo do dia (as atividades tem início às 7:30h), recebendo os alunos, independentemente do setor em que estudam ou faixa etária. Eles se organizam em times para campeonatos ou comparecem à escola apenas para se encontrarem com os colegas ou ouvirem música. Esporadicamente, existem demonstrações de capoeira uma vez que, há certo tempo, existem alunos que participam desse modalidade esportiva. Os pais igualmente podem participar de jogos ou organizar campeonatos entre si. As mães não tem o hábito de comparecer, exceto nas festas programadas pela escola, em calendário. Especialmente aos domingos alguns meninos e meninas de bairros de periferia da cidade comparecem à escola e participam de atividades espirituais, esportivas e artísticas. Eles recebem

lanche e transporte gratuitos.

? **Curso CPDB (Curso de Ensino Profissionalizante D. Bosco)**

Algumas especificidades desse curso como ingresso, faixa etária, nível sócio econômico dos alunos matriculados já foram descritos na página 03 deste capítulo, mas cabe ressaltar a riqueza da convivência entre eles e os demais alunos dos cursos regulares da escola. Os espaços como banheiros, campos, mesas de jogos, ginásio poli esportivo, cantina são comuns inclusive aos sábados e domingos. Normas de organização como o uso do mesmo modelo de uniforme, acesso de entrada, saída, crachás de identificação de portaria, uso e empréstimo de livros da biblioteca, são comuns a todos os alunos, independentemente da faixa etária ou curso que freqüente. As exceções ficam por conta do uso diferenciado do avental e equipamento de segurança, necessários para as oficinas, e do horário antecipado de saída dos alunos do CPDB para que possam freqüentar a escola pública, no período oposto.

? **Bom Dia – Boa Tarde**

Momento diário em que os alunos se reúnem na sala de aula com seu professor ou no pátio, por séries ou classes, com um funcionário, professor, coordenador, orientador ou aluno voluntário e no início do período de aulas em que se discute, por alguns minutos um assunto (preferencialmente atual) considerado importante na área política, social, econômica, etc. Não se trata de um momento adequado para repreensão ou orientações técnicas quanto a procedimentos disciplinares ou acadêmicos. Trata-se de uma fala dirigida a todos com o objetivo de educação e humanização dos indivíduos que convivem no interior da escola. Por isso, muitas vezes, as pessoas fazem uso de um artigo de jornal, letra de música, frase marcante ou acontecimento relevante para subsidiarem a reflexão.

? **Atendimento individual**

Trata-se de uma prática baseada na filosofia da escola que busca no trabalho preventivo evitar que os alunos se envolvam em problemas de ordem emocional, afetiva, familiar, etc. Quando isso acontece, eles são atendidos pela(s) pessoa(s) que



trabalham na equipe pedagógica e antes de se tomar qualquer atitude punitiva, são ouvidos e dependendo da natureza do caso a família é chamada somente para tomar conhecimento do caso ou para trabalhar junto com a escola na solução dele. Nesse aspecto dois princípios norteiam o trabalho: nenhuma família comparece à escola sem que o aluno esteja sabendo, antes, que ela será chamada e, sempre que a família é atendida o aluno conhece antecipadamente o assunto e o encaminhamento a ser sugerido pela escola.

Outro aspecto referente aos atendimentos individuais diz respeito à competência dos sujeitos. A escola não trabalha com indivíduos contratados para atender alunos nem os encaminha a um funcionário “especialista” em atendimentos. Existe uma equipe que se responsabiliza coletivamente pelo atendimento dos alunos. Entende-se que, respeitando a formação de cada um, todos estão, em princípio, habilitados para atender os alunos, não havendo necessidade de aguardar o atendimento de um profissional específico. Este princípio, além de facilitar o trabalho, possibilita a rapidez e a operacionalidade dele.

? **Entrevista com pais e famílias.**

Inúmeras vezes o aluno e a família são atendidos, independentemente das notas ou do rendimento obtido. São os casos em que a escola percebe, através de um funcionário, professor ou mesmo colega do aluno, que ele está passando por um momento particularmente importante de sua vida juvenil. Depois do aluno ser atendido, se a escola considerar necessário, as famílias são chamadas para uma ou mais entrevistas com a Orientadora Educacional e ou Coordenadora Pedagógica. São os momentos em que os relatos se fazem necessários para que se entenda algumas atitudes do aluno no campo cognitivo, disciplinar, etc. Muitas vezes desta entrevista resultam encaminhamentos e formas de tratamento para o aluno dentro e fora da escola. O resultado deste trabalho depende, muitas vezes, da receptividade do aluno e das pessoas envolvidas com ele. Nesta fase tanto a família quanto os professores tem um papel fundamental na ajuda da resolução do caso.

? **Reuniões pedagógicas abordando 3 aspectos: humano, organizacional e pedagógico**

Todas as reuniões do setor acontecem sobre uma pauta elaborada com 3 princípios. Em primeiro lugar destina-se um tempo para que as pessoas possam refletir sobre aspectos importantes de humanização e educação. Em seguida são apresentadas propostas ou mesmos avisos de caráter técnico e prático para que o trabalho diário se desenvolva. Por último são abordadas questões de caráter pedagógico, buscando soluções e aprimoramento do trabalho coletivo do setor.

**Competências do Coordenador Pedagógico**

Para melhor compreender a dinâmica do trabalho na escola pesquisada, se faz necessário esclarecer as competências do coordenador pedagógico que atua nela. Além das atribuições classicamente conferidas a eles como orientar a reelaboração do projeto político pedagógico do setor em sintonia com o da escola, organizar e dirigir o processo pedagógico, planejar e orientar os planos anuais dos professores, acompanhar o trabalho pedagógico e atendê-los em suas necessidades, promover palestras e reuniões para pais, alunos e professores, acompanhar a elaboração do planejamento e a integração dos diversos componentes curriculares, convocar reuniões pedagógicas para a unidade do processo educacional, acompanhar anualmente a escolha e adoção dos livros didáticos e paradidáticos, ter um trabalho integrado com os orientadores educacionais para verificação do atendimento e rendimento dos alunos, atender e orientar os pais no acompanhamento da vida escolar, emocional e afetiva dos alunos, atender e orientar os alunos em relação a sua organização, desenvolvimento acadêmico e cognitivo assim como em aspectos emocionais e afetivos, participar com os demais coordenadores das reuniões, organizar e motivar a assistência aos alunos no pátio, providenciar, informar e viabilizar cursos para professores, existem outras atribuições de responsabilidade dos coordenadores pedagógicos de caráter burocrático e administrativo como emitir mensalmente os dados para a folha de pagamento, elaborar circulares e comunicados do

setor, elaborar o calendário e o horário do setor, fazer cumprir as normas e legislação de ensino, organizar e participar das promoções da escola: estudo do meio, feiras, campanhas, projetos e eventos, entrevistar, avaliar e propor à direção a contratação e demissão de professores e funcionários para o setor, acompanhar e avaliar os trabalhos dos professores, alunos e funcionários do setor, elaborar pautas de reuniões pedagógicas, coordenar os conselhos de classe e série nos bimestres e no final do ano, verificar o desenvolvimento diário das atividades pedagógicas, transmitir à secretaria os resultados de notas bimestrais e anuais, providenciar substituição de professores em caso de falta ou licença, comunicar ao serviço de manutenção os reparos necessários e dar ciência dos comunicados gerais nas reuniões pedagógicas com pais, alunos e professores.

Assim, a função exercida pelo coordenador pedagógico dessa escola acaba diferenciando-o de um “gerente”, um “executor” ou mesmo de um “administrador” e o aproximam de um organizador do grupo que, coletivamente, se responsabiliza pelo desenvolvimento das relações interpessoais dos sujeitos que estão nela diariamente. Os instrumentos, técnicas, métodos para o alcance desse objetivo são diversificados mas todos remetem a práticas coletivas, baseadas na importância da afetividade e humanização dos alunos adolescentes, professores e funcionários.

## 5. AVALIAÇÃO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE

Dentre os elementos que organizam o trabalho pedagógico no interior da escola, a avaliação, por vários motivos, é um dos que tem merecido maior atenção. Classicamente conhecida como instrumento de quantificação e medida do conhecimento do aluno, a avaliação tem sido estudada, nos últimos anos, através de novos parâmetros de análise (LUDKE, 1992). Se antes era tratada como instrumento legítimo e formal de medida dos conteúdos apreendidos, hoje ela é também analisada pelo seu poder informal de medir e qualificar comportamentos, valores e atitudes dos indivíduos (FREITAS, 1995). Além disso, a avaliação é conhecida, mais recentemente, pela força de exclusão ou manutenção dos alunos na escola como já evidenciaram os estudos de

BORDIEU E PASSERON (1975), PERRENOUD (1990), SILVA (1991), FREITAS (1995). A avaliação do professor pode determinar a aprovação, reprovação, permanência, exclusão, auto-estima baixa, alta, maior ou menor desempenho do aluno na escola. Ela modula a aquisição do conteúdo e, muitas vezes, se sobrepõe ao método de ensino escolhido pelo professor (CROOKS, 1988: p.438-481).

No interior de um conceito mais amplo de avaliação encontra-se a nota, o certo ou errado, a aprovação e/ou reprovação social, o bonito e o feio, o aceitável e o não aceitável. (MEDIANO,1987). Em decorrência destas possibilidades, atribuídas à avaliação, as pessoas avaliam-se permanentemente. Entretanto é na escola que as práticas avaliativas afloram com mais força, porque a organização da escola as permite, incentiva e legitima. Talvez por isso possibilitem tantas experiências, que lembradas posteriormente, marcam a vida das pessoas tanto negativa, quanto positivamente. Por fim, a escola é o espaço onde convivem avaliações instrucionais, avaliações de comportamento/disciplina e avaliações de valores e atitudes.

Para FREITAS (1995: p. 95-96):

*“A escola capitalista encarna objetivos (funções sociais) que adquire do contorno da sociedade na qual está inserida e encarrega os procedimentos de avaliação, em sentido amplo, de garantir o controle da consecução de tais funções.  
...Destaca-se, ainda, sua função elitista. A escola capitalista não é para todos. É uma escola de classe”.*

Esta abordagem acerca da amplitude da avaliação pode, em parte, explicar os diversos procedimentos existentes, hoje, na escola capitalista (HEXTALL,1976:p.1) e, quem sabe, colaborar para possíveis mudanças nas condutas de professores, alunos, funcionários e mesmo da direção da escola. Mudanças na própria visão da avaliação, no entendimento da micro função atual da avaliação (avaliação escolar) e de sua macro visão, denominada no presente trabalho como avaliação social<sup>17</sup>. Pode, ainda, contribuir

---

<sup>17</sup> Entendemos por avaliação social, o processo de medir, quantificar e qualificar os indivíduos exercido pela sociedade que opera como examinadora e quantificadora das atitudes dos indivíduos em todas as suas

no sentido de redimensionar a importância da avaliação sob a ótica escolar.

A escola, de maneira geral, sempre valorizou a avaliação, mais como prática que auxilia em muito, o controle e o disciplinamento dos alunos que como instrumento de verificação do conhecimento adquirido por ele ou como caminho para observação das práticas pedagógicas contidas no projeto político da escola. Provavelmente, talvez seja este um dos motivos pelos quais, se observa, no ambiente da escola, uma acentuada preocupação dos pais com a avaliação.

Como não possuíssemos muitas referências, inclusive bibliográficas, que nos indicassem, com precisão, os vários olhares dos pais sobre a avaliação, iniciamos a observação procurando perceber os procedimentos, manifestações e reações deles acerca desta importante categoria da organização do trabalho pedagógico. Paralelamente iniciamos um estudo mais atento da temática, chegando a algumas conclusões que auxiliaram a análise final. Percebemos que a avaliação, classicamente atribuída à escola, possui amplificadores fora dela. A avaliação está presente fora da escola, nas relações interpessoais e, em âmbito mais geral, na própria sociedade onde atuamos.

No âmbito escolar, quando nos referimos à avaliação, pensamos normalmente nos processos pelos quais os professores avaliam formal ou informalmente os alunos e como, atribuindo-lhes notas e conceitos, os classificam como aprovados ou reprovados, ao término de uma série ou ciclo. Este processo formal de avaliação é bastante conhecido e divulgado nos meios escolares. Mas além de tal avaliação classificatória, amplamente conhecida, existem outros processos avaliatórios informais no interior da escola, que, igualmente, classificam os indivíduos, chegando a excluí-los do ambiente escolar. Estes, porém, não são tão difundidos, ainda que possam ter força maior que os processos formais de avaliação e, quase sempre, se apresentem como determinantes no resultado do desempenho escolar do aluno. Os processos informais dizem respeito à

---

atitudes de convívio social como no ambiente familiar, de trabalho, de amizades, etc. Entendemos por avaliação social aquela avaliação que a sociedade faz dos indivíduos sobre todas as suas atitudes que estarão permanentemente sendo vigiadas e observadas e, em decorrência disso quantificadas como adequadas ou não, procedentes ou não. Em decorrência disso o indivíduo será "aprovado" ou "reprovado"

avaliação realizada sobre o indivíduo no aspecto disciplinar, nas atitudes e nos valores expressos pelos alunos que são ou não aprovados pelos professores. Mais do que a avaliação acadêmica realizada em sala de aula, avalia-se a "*a adaptação social e as qualidades pessoais específicas*" do aluno (GIROUX, 1997: p.66).

O mesmo processo avaliatório de disciplina, atitudes e valores existe fora da escola e se relaciona à “aprovação” ou “reprovação” da sociedade em relação ao sujeito. Ele é perceptível ainda nas relações familiares nas quais os mesmos indivíduos –alunos ou não - se inserem. No caso dos sujeitos serem alunos, é possível verificar, no interior da instituição que os pais (família) avaliam os filhos e a escola expondo, de várias formas e em ocasiões diversas, a opinião que possuem.

Na circunstância, por exemplo, de uma retenção escolar, o aluno vive, junto com sua família, um momento especialmente importante. A experiência negativa ou positiva que o filho irá viver advém, em parte, do comportamento dos pais, de sua visão e análise da situação. Normalmente, quando o aluno fica retido, nos primeiros momentos, costuma ser difícil para a família entender a impossibilidade daquele sujeito seguir adiante seus estudos e geralmente os pais usam argumentos contra a instituição, o professor, o próprio aluno e até contra sua possível negligência.

Sabemos que os sentimentos que se apossam dos elementos da família no caso de uma reprovação são reguladores de suas ações e num primeiro momento, são sentimentos de culpa, vergonha, medo, revolta. Revolta pela injustiça cometida, vergonha por não ter podido ajudar e frustração por se sentirem reprovados também. É muito comum a mãe dizer na escola que “estudou tanto com o filho, que passou noites ajudando a resolução dos exercícios, que o acompanhou nas aulas extras ou particulares, que pediu ajuda de conhecidos para esclarecer as dúvidas do filho, que fez os trabalhos pedidos junto com ele, etc.”

Os sentimentos são reguladores das atitudes e da medida da compreensão das mesmas. Na maioria das vezes percebe-se que a presença dos pais na escola vem

---

pelo meio em que vive.

acompanhada de uma carga sentimental forte que nem sempre tem o filho como motivo, para explicar determinados posicionamentos. Tal carga de sentimentos tem interferências de toda natureza. São problemas afetivos, profissionais, financeiros, familiares, psicológicos, relacionais, que se somam e acabam desembocando no filho e na escola. Este, por sua vez, está sujeito à eventual intempestividade e ao poder dos pais, que exercem o poder, inclusive, de decidir por ele (aluno) os procedimentos mais adequados para o momento.

Os sentimentos reguladores da ação dos pais sobre os filhos podem tanto ser de sentimentos positivos, quanto negativos. Os pais podem regular suas atitudes em relação ao filho e sua vida escolar tanto através da compreensão, ajuda, companheirismo, afeto, segurança quanto do abandono, ansiedade, raiva ou uso de instrumentos inadequados como castigos, imposições exageradas e impróprias.

Além da percepção que os pais têm da escola e da influência que exercem sobre os filhos, a avaliação se apresenta como elemento muito importante na relação escola e família. Como dissemos, a avaliação existente no cotidiano dos indivíduos, inclusive fora da escola, atinge a família e as relações interpessoais em seu interior. Como resultado, a família se estrutura de acordo com os princípios que este importante instrumento impõe. Por exemplo, o olhar que um dos elementos da família possui sobre o filho que “não possui bom desempenho escolar” estará sempre sendo lembrado nas conversas e observações ligadas à escola ou o “excelente” resultado de aprovação de um filho nos exames vestibulares será motivo para elogios nas conversas informais, entre os membros da família.

Sendo a avaliação um instrumento tão poderoso ela é acessada por muitos, inclusive pela família, para justificar e motivar os indivíduos dentro e fora da escola.

FREITAS (1995: p. 224-251) esclarece muito bem a força e o objetivo das várias dimensões que constituem o âmbito da avaliação: a de verificação do conhecimento, a de disciplina e a de controle de valores e atitudes. Ambas as formas de avaliação podem ser realizadas de maneira formal ou informal.

O autor diz:

*"... A avaliação informal cria as condições para a reprovação. Ou seja, as relações já estão rompidas no processo de aprendizagem. A avaliação informal, portanto, cria o "habitat" propício para a reprovação ou aprovação, ela vai criando as condições que vão gerar uma ou outra. Por isso a aprovação e a reprovação são construções. Essa questão da avaliação e as relações entre a avaliação informal e formal, são decisivas na formação do professor pois tentando inadvertidamente ajudar o aluno, pode criar uma complicação maior ainda. E o professor como um profissional tem que ter consciência disso, porque tem que ter a maturidade emocional suficiente para neutralizar os conceitos, os juízos que ele forma, de tal maneira que eles não definam a sua interação com o aluno. Ele tem que ser treinado profissionalmente para isso. Nesse processo de construção dos juízos há subprodutos ainda graves. É a questão da auto-imagem do aluno. O problema da avaliação informal contaminando a avaliação formal, criando condições de aprendizagem inadequadas, é uma questão que não se restringe ao âmbito da sala de aula" (FREITAS,1997: p.16-19).*

Ou seja, os processos avaliatórios que perpassam e superam a avaliação formal são usados pelos indivíduos também fora da escola. Nesse sentido é que nosso estudo procura identificar como os pais (família) agem em relação às questões da vida escolar dos filhos, centrados, especialmente, na avaliação de valores e atitudes.

Outra observação diz respeito à avaliação e disciplina. Tanto as famílias quanto os professores e os alunos relacionam, permanentemente, uma com outra considerando que ambas não podem caminhar separadamente. Provavelmente essa percepção decorre da relação que elas possuem com o poder e a autoridade. Dentro da escola, a avaliação pode ser utilizada como uma “arma” de manutenção de “autoridade”, de controle e de “domínio da classe”. Não é difícil identificarmos alguns profissionais da educação que fazem uso permanente dos inúmeros processos de avaliação como instrumentos de manutenção de seu poder e de submissão do grupo de alunos.

FREITAS (1995: p.59) se refere à avaliação da seguinte maneira:

*"No cotidiano da escola os objetivos estão expressos nas práticas da avaliação. Na avaliação estão concentradas importantes relações de poder*



*que modulam a categoria conteúdo/ método. Ou seja, os objetivos da escola como um todo (sua função social) determinam o conteúdo/ forma da escola. No plano didático essa ação se repete e, à sua vez, sedia relações de poder que são vitais não só para o trabalho pedagógico na sala de aula, mas para a sustentação da organização do trabalho da escola em geral – seja pela via disciplinar, seja pela via da avaliação do conteúdo escolar, ou das atitudes e dos valores. Deve-se considerar que os objetivos de que falamos não são apenas os explícitos, mas incluem os objetivos “ocultos” da escola interiorizados a mando do sistema social que a cerca” . ( grifo nosso)*

Enquanto LIBÂNEO (1991) entende a avaliação incorporando objetivos da escola e de seu sistema de maneira implícita e seletiva e aponta a avaliação por objetivos como uma possibilidade de superação das dificuldades existentes na escola, relacionadas à compreensão do fenômeno da avaliação como um todo, superando e muitas vezes até substituindo a antiga avaliação de conteúdos, FREITAS (1995: p.254-255) alerta que esta é uma parte da questão a ser analisada uma vez que, além do enfoque dado pelas escolas à necessária existência da avaliação por objetivos<sup>18</sup>, o projeto pedagógico dela é que determina os conteúdos e explicita seus objetivos globais indicando, de fato, a intencionalidade de suas práticas avaliativas. Para o autor, a organização do trabalho pedagógico, aliada às práticas avaliativas existentes, traça os rumos da escola e traduz seus verdadeiros objetivos.

Nesse sentido LUCKESI (1996:p.18), ao tratar de uma das vertentes da avaliação, aborda os diferentes olhares que esta pode adquirir no interior da escola, de acordo com os objetivos de seus interlocutores:

*“Pais, sistema de ensino, profissionais da educação, professores e alunos, todos têm suas atenções centradas na promoção, ou não, do estudante de uma série de escolaridade para outra. O sistema de ensino está interessado nos percentuais de aprovação/reprovação do total de educandos; os pais estão desejosos de que seus filhos avancem nas séries de escolaridade; os professores se utilizam permanentemente dos procedimentos de avaliação como elementos motivadores dos estudantes, por meio da ameaça; os estudantes estão sempre na expectativa de virem a ser aprovados ou*

---

<sup>18</sup> Nesse campo uma importante análise se coloca e se contrapõe entre Freitas e Libâneo podendo ser encontrada em Freitas, 1995 e nos anais do ENDIPE e CONED de 1997 e 1999.

*reprovados e, para isso, servem-se dos mais variados expedientes. O nosso exercício pedagógico escolar é atravessado mais por uma pedagogia do exame que por uma pedagogia do ensino/aprendizagem.”*

De fato, um dos maiores objetivos dos pais, quando os filhos estão em idade escolar, é sua aprovação anual. Como a aprovação está intimamente ligada à avaliação positiva e às boas notas, estas passam a ser uma fonte de preocupação considerável para todos. A aprovação representa para os pais, o “sucesso” necessário para que os filhos avancem em sua necessária e permanente formação acadêmica e o “diploma na mão”, simboliza a abertura para um mercado de trabalho promissor.

A esse respeito LUCKESI (1996: p.19) se expressa:

*“Os pais das crianças e dos jovens, em geral, estão na expectativa das notas dos seus filhos. O importante é que tenham notas para serem aprovados. Isso é facilmente observável na denominada Reunião de Pais e Mestres, no final de cada bimestre letivo, especialmente no nível de escolaridade de 1º Grau. Os professores vão à reunião para entregar os boletins aos pais e conversar com eles sobre as crianças que estão “com problemas”. Tais problemas, na maior parte das vezes, se referem às baixas notas de aproveitamento. Os pais, cujos filhos, apresentam notas significativas, não sentem necessidade de conversar com os professores de seus filhos (que reunião é essa, então, em que os reunidos não têm interesse em conversar sobre o tema para o qual foram convidados?)”.*

De fato, na maior parte das vezes, tanto os pais quanto a escola utilizam as “boas notas” e a “avaliação positiva” feita sobre o aluno para justificar “a boa educação” que ambos desejam para ele. E o oposto também procede ou seja, os pais e a escola se preocupam acentuadamente quando o aluno “não está bem”. Para ambos, “não estar bem” normalmente significa que as notas do filho, ou aluno, de acordo com os parâmetros colocados pelo modelo de escola atual, não são suficientes para que ele seja promovido. Por essa via, outras deduções que podem ser feitas como: o tipo de avaliação realizada, o conhecimento adquirido ou não que a avaliação traduz, o objetivo da avaliação realizada e, principalmente, o objetivo da escola com a avaliação, não são levadas em conta. A prática de observar as notas com a finalidade de promoção é

também utilizada por ambos com finalidade disciplinar. Assim, se justifica aos jovens as “boas intenções” que eles possuem, quando outras formas de orientação e exigências já se esgotaram, no campo disciplinar. Com afirmações como: “Se você continuar com essas notas, não vai conseguir tirar diploma e não será ninguém na vida” ou “Se você continuar brincando vai ver o que acontece com a nota da prova” a escola manifesta seus valores, através de práticas avaliativas. Da mesma forma age a família quando diz: “Se você não se comportar na escola e tirar boas notas, será proibido de sair hoje” ou, “Se você passar no vestibular, ganha um carro”. São práticas que também ela, enquanto agente de educação, utiliza expressando os valores e as atitudes que possui e que ensina ao filho.

Além da avaliação utilizada como prêmio ou castigo, existe, também, o que denominamos, no presente trabalho, de avaliação social, com a finalidade de controlar os indivíduos. Alunos e filhos são permanentemente avaliados pela sociedade para serem classificados como bons ou ruins, capazes ou incapazes e finalmente escolhidos como os melhores ou excluídos entre tantos. Logo no início de seu livro, FREITAS (1995: p.59) expõe um dos problemas a ser discutido em sua obra, relacionado à função social da escola e ao papel desempenhado pela avaliação na sociedade capitalista:

*“É possível que a categoria mais decisiva para assegurar a função social que a escola tem na sociedade capitalista seja a da avaliação. A avaliação e os objetivos da escola/matéria são categorias estreitamente interligadas. A avaliação é a guardiã dos objetivos. Os objetivos em parte estão diluídos, ocultos, mas a avaliação é sistemática (mesmo quando informal) e age em estreita relação com eles”.*

Este processo está presente em muitas etapas da vida do sujeito. Por exemplo quando ele “escolher” uma nova escola para freqüentar, um emprego, um curso universitário (leia-se vestibular), uma cidade, região ou casa para morar, etc. Ele estará sempre sendo avaliado para, se aprovado, avançar ou, se reprovado, desistir e individualmente assumir sua incompetência mascarando desta e de outras maneiras as

injustiças do sistema a que está submetido. A escola reproduz as desigualdades da sociedade capitalista na medida em que exclui a maior parte das pessoas e mantém os “melhores” para representá-la, ratificando, assim, as desigualdades sociais contidas nela.

A elitização da escola capitalista, que não atende a todos, como um mecanismo de exclusão e até “explicação” das desigualdades econômicas é estudada por BORDIEU E PASSERON (1975) que assim se referem a ela:

*“A função social seletiva, incorporada pela escola, faz com que ela seja vista como um local de preparação de recursos humanos para os vários postos de trabalho existentes na sociedade. Nesse sentido, se não houver resistência, a escola traduz as desigualdades econômicas em desigualdades educacionais e, depois, retraduz tais desigualdades educacionais em desigualdades econômicas”* .

Dessa forma, a escola capitalista funciona como um instrumento seletivo para fortalecer e ratificar o poder das elites.

Assim como BORDIEU E PASSERON entendem a sociedade capitalista como espaço de exclusão e discriminação dos indivíduos, FREITAS (1995: p.269-270) entende a avaliação e os objetivos da escola como legitimadores de desigualdades sociais e econômicas:

*“A avaliação transmuta-se em objetivos e os objetivos transmutam-se na avaliação. Porém, é a avaliação que legitima a exclusão dos alunos menos favorecidos, criando uma cortina de igualdade aparente cuja função é dissimular a verdadeira vocação excludente da escola na sociedade capitalista. Perante a avaliação todos são iguais – da mesma forma que perante a lei...Mais que nunca a observação de Perrenoud se impõe: a escola discrimina tanto pelas diferenças que faz como pelas que não faz”*.

No campo político a avaliação também está presente, nas injustiças decorrentes da visão neoliberal que se exime de qualquer responsabilidade de valorização humana e desenvolvimento comunitário classificando individualmente o sujeito e conferindo-lhe, muitas vezes, o rótulo de incapacitado para as novas habilidades e exigências do

mercado. Assim as desigualdades sociais são encobertas e as pessoas são responsabilizadas, individualmente, pelos seus sucessos ou fracassos. Nesse sentido, a relação de avaliação com o poder se dá no momento em que, ela se utiliza de resultados individuais dos alunos para explicar sua conduta e ratificar as decisões de sua esfera de poder. A idéia pode ser observada também em GENTILLI (1998: p.22), quando reproduz a lógica utilizada pelo sistema ao utilizar-se dos princípios neoliberais:

*"O neoliberalismo privatiza tudo, inclusive o êxito e o fracasso social. Ambos passam a ser considerados uma variável dependente do conjunto de opções individuais mediante as quais as pessoas colocam em jogo, dia a dia, seu destino. Se a grande maioria dos indivíduos é responsável por um destino não demasiadamente gratificante é porque ainda não souberam reconhecer as vantagens que lhes oferecem o mérito e o esforço, mediante os quais se triunfa na vida. Tem-se de competir, e uma sociedade moderna (e "livre") é aquela na qual só os melhores triunfam. Dito de maneira simples: a escola funciona mal porque as pessoas não reconhecem o valor do conhecimento e investem pouco em seu "capital humano".*

Ao exigir que a escola tenha "qualidade", o Estado apresenta um modelo de competência estabelecido pelas leis de mercado, através de um projeto político elaborado por ele. Transfere a educação, que antes existia na esfera política e social, para a esfera do mercado *"negando sua condição de direito social e transformando-a em uma possibilidade de consumo individual, variável segundo o mérito e a capacidade dos consumidores"* (*ibidem*, p. 19). Controla o cumprimento de um projeto assim apresentado através de critérios de avaliação externos à escola. Faz cumprir programas de qualidade diferentemente do que seria o verdadeiro objetivo de um projeto pedagógico que, construído pelos elementos que fazem parte da escola, pudesse incorporar os pressupostos reais da educação como o saber, a aquisição do conhecimento, a relação professor versus aluno, etc.

O Estado anuncia (ou não?) um projeto pedagógico e cria mecanismos para que ele se cumpra. Qual o resultado de um mecanismo impositivo e não participativo como este? FREITAS (1995: p. 258) assim explicita a questão:

*“O efeito esperado é que o controle se dê, agora, pela via da avaliação externa e não mais burocraticamente. No entanto, melhor ainda se esse controle externo for complementado por outro, baseado nos procedimentos de Qualidade Total, um poderoso instrumento de controle social entre pares. Submetendo as escolas ao controle externo, consegue-se reproduzir, no nível da escola básica, o fenômeno dos “cursinhos”. As escolas têm “autonomia” para ensinar seus alunos, mas se tais alunos não passam nas avaliações externas, a escola será alvo de medidas corretivas – não necessariamente punitivas, mas todas destinadas a assegurar os objetivos globais da escola, ou seja, assegurar o controle político do projeto da escola de fora para dentro”.*

Neste contexto é que o sistema educacional está posto. Às escolas cabe a formação de trabalhadores que atendam as demandas do mercado. E ela, cumpre seu “ofício” com competência. Evidentemente existem alguns pólos de resistência mas, de tão reduzidos, acabam por passar despercebidos. As escolas, em sua maioria, utilizam pressupostos como disciplina, provas, notas, normas, regras, em nome da organização pedagógica e disciplinar que resultam em ambientes acrílicos e alienados. Não se trata aqui de contestar a variedade de informações que a escola acessa aos alunos mas o tipo de informação que ela lhes possibilita. Sem dúvida, a escola atual oferece aos seus alunos uma quantidade muito maior de informações se comparada à escola existente há poucos anos atrás. Entretanto, cabe questionarmos que informação e que debate, liderados pela escola, têm provocado transformações no campo social e político? Não seriam as atuais informações veiculadas pela escola aos seus alunos muito mais ligadas ao "campo de interesse", importantes aos "futuros profissionais" que buscam uma "colocação no mercado"? Estas afirmações encontram em APPLE E TEITELBAUN (1991: p.70) a seguinte afirmação:

*"O controle externo do conteúdo e dos processos de sala de aula move-se cada vez mais diretamente para dentro do edifício escolar, atravessa os corredores e chega às salas de aula. Neste processo, o controle sobre o ensino e o currículo que o professorado tem ganho tão lenta e duramente move-se para fora. É retirado daquelas pessoas que estão dentro das salas de aula e atribuídos uma vez mais a corpos legislativos e administrativos,*

*corpos cada vez mais dispostos a orientar a escola de acordo com as necessidades gerenciais e industriais".*

Portanto, quando nos referimos ao grau de alienação e criticidade, existente nos ambientes escolares, estamos preocupados com a qualidade deles e não necessariamente, ainda que importe, com sua quantidade como defendem várias "agências de educação", como cursinhos, vestibulares, provões, etc.

Nesse sentido, a família acaba auxiliando a instituição educacional à medida que exige dela desempenho para atender as leis do mercado. Caso a escola não cumpra tal função pode ser apontada pela família como "fraca", descontextualizada da realidade ou desatualizada.

Em sentido oposto, quando a escola atende as leis de mercado e reproduz os valores determinados pelo sistema, a avaliação acaba por ser um instrumento forte para determinar o comportamento do indivíduo, para definir valores e atitudes e para atribuir notas que classificam os indivíduos em bons e ruins. A avaliação que, aparentemente, aconteceria só no interior da escola, revela-se como reflexo de um sistema social mais amplo. A sociedade também classifica, discrimina e moraliza. Tal sociedade, tal escola - ainda que não haja nisso um determinismo fatal.

Neste cenário é que se encontram professores - leia-se escola - e famílias. Eles reproduzem esta lógica de avaliação e se relacionam com os estudantes/filhos pelo mesmo viés.

## 6. OBJETIVOS DA PESQUISA

Atuar profissionalmente, tratando das relações que se estabelecem no ambiente escolar, pode nos ajudar a entender uma das dimensões mais complexas da escola: os processos avaliatórios. Tais processos, já evidenciados em outros estudos como os de BERTAGNA (1997), CAMARGO (1996), FREITAS (1995), GODOI (2000), HOFFMANN (1992), LUCKESI (1984), LUCKESI (1996), LUDKE (1986), LUDKE

(1992), MACHADO (1996), PINTO (1994), SOBIERAJSKI (1992), (1992), SOUZA C. (1995), SOUZA S. (1995), VILLASBOAS, LOED<sup>19</sup> estão perpassados por, pelo menos, três áreas que se entrelaçam: a avaliação instrucional (provas, por exemplo), a questão da disciplina e sua interface com as notas ou outros resultados de avaliação e, finalmente, a avaliação de valores e atitudes.

Os casos que serão tomados neste estudo evidenciarão estas ligações das várias áreas do processo avaliatório, em especial as interfaces do último tipo, relacionadas à avaliação de valores e atitudes.

A ação dos pais em relação às questões da vida escolar do aluno estão freqüentemente situadas no campo da avaliação dos valores e atitudes. O objetivo deste estudo é procurar examinar a natureza destas relações entre a família e a escola para melhor desvendar, neste caso, esta dimensão do processo avaliatório.

Vários fatores sociais exercem influência na formação do adolescente e a análise deles tem sido feita por várias áreas do conhecimento incluindo a história, a sociologia e mais exaustivamente a área da psicologia. O resultado da maior parte de tais estudos nos remete à constatação da existência de grupos sociais e instituições que apresentam identidade cultural e histórica com esta faixa etária tais como: amigos, família, colegas de escola, grupos musicais, etc. Mesmo não sendo objetivo de nosso trabalho analisar a influência de cada um deles sobre os jovens, ignorá-los seria uma demonstração de ingenuidade e alienação uma vez que o processo de formação do pensamento do jovem parece fortemente marcado pelas mais diversas influências, especialmente na faixa etária aproximada de 11 a 20 anos. Dentre os fatores e grupos que influenciam os jovens, alguns se destacam como, por exemplo, o grupo de amigos, já que o intenso convívio e identidade entre eles favorece a “troca” de experiências e, conseqüentemente a adoção de padrões de comportamento que retratam a época, os

---

<sup>19</sup> Laboratório de Observações e Estudos Descritivos da Faculdade de Educação da UNICAMP. Este grupo, do qual fazemos parte, vem debatendo as questões ligadas à avaliação e produzindo vários trabalhos neste campo com o objetivo de compreender os fenômenos ligados a esta importante temática, presente no ambiente escolar.



costumes e o local onde vivem. Também, os meios de comunicação têm se mostrado bastante eficazes na formação de "cabeças" juvenis, através da linguagem, da música, da vestimenta, da informática, etc.

Dos grupos citados, o que nos interessa no momento, pela importância que parece exercer na formação dos jovens, é a família. Ainda que a influência da família, sobre os jovens, venha diminuindo com o passar do tempo, ela ainda aparece como um importante grupo do qual o jovem participa. Assim, famílias que adotam "comportamentos não convencionais" como, por exemplo, o uso de armas de fogo, uso de drogas, prática de roubo, etc podem influenciar, ao menos parcialmente, o comportamento do filho durante a vida. Fatos dessa natureza têm sido amplamente divulgados pela mídia e podem servir para uma reflexão séria desvinculada do sensacionalismo que classicamente os cerca. Transpondo esta reflexão para o âmbito escolar, esperamos analisar, ao menos em parte, como a família avalia a vida dos filhos na escola, reforçando ou negando atitudes dos alunos.

Aceita a possibilidade, temos como primeiro e principal objetivo examinar a **influência<sup>20</sup>, dos pais na vida escolar dos filhos**, procurando esclarecer os processos de avaliação informais implicados nestas relações.

O entendimento de que posturas deterministas<sup>21</sup> autoritárias, ausentes, omissas ou participativas dos pais com os filhos sobre a escola, podem estar influenciando a percepção que os jovens têm da instituição educacional que frequentam, motivou o interesse pelo que se tornou o segundo objetivo da pesquisa ou seja, o exame **da postura dos pais na escola**.

---

<sup>20</sup> **Influência**, palavra de origem grega, que significa fluir por dentro; mexer nas emoções e atitudes de alguém; aquilo que um faz pelo outro; vai da exatidão de interferir e modificar procedimentos até a delicadeza de sugerir mudanças no outro; fluir por dentro significa brotar no outro uma nova sensação que resulta na mudança consciente ou não da outra pessoa.; é a possibilidade de transformação nos vários setores da vida de um ser exercida por alguém de fora. Os significados descritos foram manifestos em palestra proferida pelo professor Dr. Rubem Alves em 20/06/98 no auditório do colégio Imaculada de Campinas.

<sup>21</sup> Esse é um dos motivos pelos quais a palavra interferência não está sendo utilizada nesse trabalho. Consideramos que influência retrata melhor a possibilidade de ingerência da família na vida escolar. Dessa forma abre-se um espaço para a possibilidade do aluno (filho) ter certa independência em relação as atitudes e opiniões dos pais. Na verdade achamos que isso acontece algumas vezes. Ainda que não seja comum, pode-se encontrar alunos que se posicionam de maneira diferente da família em relação à escola. Evidentemente que um estudo mais aprofundado dos casos

A caracterização que se segue pretende esclarecer o que entendemos, no presente trabalho, como famílias ausentes e famílias participativas no contexto da vida escolar dos filhos. Consideramos famílias ausentes, não só aquelas que deixam de comparecer em datas, consideradas por elas "naturalmente" importantes, como o dia estabelecido para a entrega dos boletins de notas do aluno, mas, também, aquelas famílias que não procuram estabelecer vínculos de comunicação com a escola para obter informações sobre o processo de formação pedagógica e humana dos filhos. São aquelas que, por exemplo, se negam a comparecer em entrevistas, mesmo quando os profissionais da escola apresentam alternativas diferentes do horário de trabalho convencional dos pais como sábados, período noturno, férias, aquelas que não facilitam a orientação de trabalho com revistas e filmes mesmo sem ônus financeiro, aquelas que não comparecem a nenhuma atividade cultural da qual seu filho participe, não lêem nem devolvem comunicados escritos ou telefonemas da escola, não atendem, mesmo esporadicamente, pedidos dos filhos durante o período de aulas, não se disponibilizam a facilitar encontros de equipes de trabalho das quais seus filhos façam parte, não auxiliam atividades como visitas a bibliotecas públicas ou exposições culturais, etc. As possíveis conseqüências pedagógicas para o adolescente, quando a família se exime da responsabilidade do acompanhamento escolar dos filhos, vão desde a percepção que ele terá de como os pais vêem a avaliação escolar até o entendimento que ele pode ter de que esta atitude da família representa falta de carinho, afeto, distanciamento, etc.

Por contraposição, entendemos como “famílias participativas”, as que agem de maneira oposta às “famílias ausentes”. Além disso as entendemos como sendo aquelas que fazem sugestões, demonstrando claramente o desejo de colaborar na educação dos filhos e, na mesma proporção, que apoiam as iniciativas da escola, também a criticam, quando necessário.

Em ambos os casos as famílias sinalizam determinadas posições para seus filhos. Avaliam informalmente suas atitudes e valores e com isso influenciam, mesmo

---

específicos explicam essas situações e podem nos remeter a questões psicológicas na área das relações familiares.

que parcialmente, suas ações, como veremos neste estudo.

Da mesma maneira avaliam informalmente a escola e, demonstrando essa avaliação aos filhos, os influenciam. Esta influência dos pais sobre os filhos, manifestada no interior da escola, pode, em situações diferenciadas, ser percebida pelos profissionais que trabalham com os alunos. Ela pode ocorrer, por exemplo, no momento de uma entrevista de atendimento ao aluno, durante a disputa de um jogo esportivo, na conversa de pátio entre professor e aluno, no contato do aluno com funcionários em período oposto ao de aulas ou nos finais de semana, etc.

O maior ou menor grau de envolvimento do aluno com a escola é também um elemento importante para facilitar a observação da avaliação informal da família sobre a escola, da influência desta sobre as manifestações dos alunos, da avaliação informal dos pais sobre as atitudes e valores dos filhos e da influência deles sobre as ações dos alunos. Isso significa dizer que na medida em que o aluno participa de várias atividades extra classe, como teatro, jogos, trabalhos e pesquisa de biblioteca e laboratório, grupos de jovens, ficando, conseqüentemente, mais tempo na escola ele, quase sempre, se envolve mais com as atividades e com os profissionais que atuam nela do que o aluno que comparece à escola só para o período de aulas normais e/ou aquele que, comparecendo, mantém um relacionamento formal, tímido e até distante das pessoas com as quais convive.

É importante pontuar, também, que os processos avaliatórios citados podem ocorrer de maneira velada, sutil e, muitas vezes, não prevista pelos próprios atores, no caso, pais e alunos. Isso significa dizer que nem sempre as famílias ou os adolescentes possuem, por antecipação, posicionamento frente a situações escolares.

O terceiro objetivo de nossa pesquisa provavelmente nos fornecerá dados para analisarmos **como os pais se fazem presentes na escola, através dos filhos**. Este objetivo nos levou a vários questionamentos: se os filhos, por uma via de “mão dupla”, devolvem para a escola, as avaliações de seus pais sobre ela, que comportamentos adotados pelos alunos sinalizam isso?; quando o comportamento do filho é muito mais

um retrato da avaliação dos pais sobre a escola?; como perceber se os pais transmitem através dos filhos “recados diários” para a escola?; se o fazem, como isso se manifesta?; Se os pais não comparecem à escola todos os dias, que fatos, concretamente, demonstram que eles estão presentes nas salas de aula, nos pátios, nos jogos esportivos, nas atividades extra-classe, através dos filhos?

Na adolescência, o jovem, mais do que a necessidade de se sentir protegido pela família, pretende ser independente, tomar decisões sozinho, lutar fervorosamente para demonstrar sua opinião e explicitar claramente seus desejos. Nessa fase a organização familiar passa a ser percebida, comparada e até questionada. Os posicionamentos autoritários da família com o filho, manifestados através de escolha do grupo de amigos para trabalhos escolares, imposição de horários de estudo, escolha de profissão de acordo com seu desejo, têm apresentado resultados negativos, como o afastamento e a revolta do jovem com a família. A escola pode, em tais circunstâncias, ser um dos lugares utilizados por ele para demonstrar sua insatisfação, passando a adotar comportamentos que denotam agressividade, desrespeito, rebeldia, isolamento, timidez e insegurança. Por tal razão, o ambiente escolar talvez possa ser tomado como um espaço de demonstração da influência positiva ou negativa dos pais nesse aspecto da vida dos filhos.

Conseqüentemente, entendemos que é preciso compreender melhor os processos avaliativos envolvidos nas relações que a família vem tendo no âmbito escolar.

## 7. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Há muitos anos atuando como coordenadora pedagógica de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> série em uma escola na região de Campinas, atendemos alunos provenientes de famílias de classe média. A organização dessa escola é bastante complexa, uma vez que a mesma recebe alunos desde a Educação Infantil, passando pelo ensino fundamental, médio, técnico e faculdade. A escola possui também um curso profissionalizante que atende a alunos carentes, necessariamente estudantes de escolas públicas, a partir de 14 anos de idade.

Por conta dessa realidade, bastante diversificada em relação à clientela que atende, a escola possui algumas especificidades que a diferenciam das demais escolas de ensino privado da região. Também pela experiência de muitos anos como professora de escolas públicas na região, observando as relações entre a escola e as famílias provenientes das classes menos favorecidas da população, a temática foi despertando nosso interesse, principalmente pelo olhar que as mesmas famílias têm sobre a educação escolar dos filhos. Dessa forma, ambas as funções instigaram, cada uma a seu modo, questionamentos, dúvidas e suposições bastante interessantes. A escolha definitiva do tema para a pesquisa foi, pois, resultado da junção das duas funções concomitantes- a de coordenadora pedagógica e a de professora - porque as duas, ao mesmo tempo, instrumentalizam a prática e apontaram os caminhos para a realização da pesquisa. Além disso, não se pode ignorar que tanto o professor quanto o coordenador pedagógico podem e devem ser observadores e pesquisadores de sua própria prática, independentemente do fato de sua observação tornar-se ou não um trabalho acadêmico.

As primeiras reflexões davam conta da importância, cada vez maior, da existência de um Projeto Político Pedagógico para as escolas com o objetivo de articular o trabalho e as práticas coletivas em seu interior. Quanto mais mergulhávamos no estudo da questão, mais claros ficavam os critérios necessários para a construção do projeto e também que segmentos não poderiam deixar de participar do processo de sua construção. Fomos então percebendo que professores, funcionários, direção, alunos e pais deveriam, juntos, estar presentes nessa caminhada. A etapa seguinte de reflexão nos remeteu à constatação de que professores e direção poderiam mais facilmente ser envolvidos, mas o envolvimento de funcionários e alunos demandava um esforço maior. Quanto aos pais, o caso era mais sério ainda pois eles nem sequer eram cogitados como importantes na participação da comunidade escolar, salvo como representantes de APMs (Associação de Pais e Mestres) ou grupos de cooperação voluntária, para trabalhos não pedagógicos.

Com o tempo, conversando com os pais, fomos percebendo que eles, quando

ouvidos, têm muito o que dizer sobre a escola e o trabalho desenvolvido em seu interior. Pensamos, então, que talvez tenha sido esse um dos motivos pelo qual os pais costumam ser deliberadamente "esquecidos" pelos demais membros da instituição. Assim, fomos "olhando" cada vez mais para eles, procurando verificar, nas poucas ocasiões em que compareciam à escola, como era seu comportamento.

Paralelamente ao quadro, fomos acompanhando vários casos de alunos adolescentes que estudavam na escola e chamou nossa atenção a maneira decisiva como a família afetava a vida escolar dos mesmos. Começamos a suspeitar que a questão não vinha sendo percebida com a atenção que parecia merecer nem por parte das escolas, nem por especialistas da educação. Tal suspeita motivou uma observação mais detalhada de alunos e famílias. Sem dúvida, nessa etapa, o fato da pesquisadora ser também coordenadora pedagógica, facilitou a observação e o acompanhamento dos grupos que, em alguns casos, duraram até 5 anos, enquanto outros tiveram a duração de meses apenas. Algumas entrevistas eram mais constantes (alguns casos exigiram até três atendimentos semanais) outras esporádicas. De acordo com a natureza do caso os contatos eram iniciados de maneira clássica - pessoalmente dentro da escola- e depois acabavam ocorrendo por outras vias como encontros fora da escola, por telefone, por bilhetes, etc. Pelas características que apresentavam, eram acompanhados pelo serviço de orientação educacional da escola, por um professor pelo qual o aluno tivesse empatia e liberdade de relacionamento e, algumas vezes, era necessário contar com a ajuda de um profissional fora da escola.

Inicialmente não prevíamos que a função de coordenadora pedagógica nos ajudasse na obtenção de dados para a pesquisa. Com o tempo, entretanto, fomos percebendo que as famílias, quando atendidas pela coordenadora relatavam dados importantes para entender o aluno. Falavam da organização familiar e de detalhes de sua privacidade provavelmente por pensarem que dessa maneira aumentariam as chances de resolução dos problemas do filho. É importante esclarecer que a forma escolhida para exercer a função de coordenação costuma influenciar a maneira como a família se

coloca. Costumamos deixá-las à vontade para se manifestar assim como respeitar seu silêncio como forma de expressão. Por exemplo, era comum a família fazer referência a dificuldades financeiras, ao possível processo de separação do casal, à existência de usuários de drogas entre seus membros, etc. A constatação foi feita com o tempo, ao verificarmos que elementos dessa natureza não eram freqüentemente relatados se a entrevista ocorresse com outro funcionário ou professor do aluno, mesmo existindo entre os professores, funcionários e alunos um contato direto. Assim as informações acabavam sendo fornecidas com maior profundidade e, ao mesmo tempo, em que auxiliavam o entendimento da vida escolar do aluno, forneciam dados para a pesquisa. Isso não significa que a afirmação feita acima, acerca do contato do aluno com a orientadora educacional ou o professor não fosse também verdadeiro e importante.

Outra observação, ao longo de anos de profissão, diz respeito à presença de pesquisadores na escola, que não pertencem ao corpo docente da mesma. As dificuldades de acesso às famílias e mesmo a alguns alunos são flagrantes. Nesses casos, a intervenção de alguém do grupo, apresentando o pesquisador para os demais, facilita o trabalho dele. A resistência dos pais em conversar com pessoas estranhas à rotina da escola e dos filhos, o medo de fornecerem informações pessoais, a falta desse tipo de pesquisa dentro das escolas são alguns dos elementos que lhes causam estranheza. Mesmo nos casos em que, com o consentimento prévio dos pais, um pesquisador de fora da escola - portanto “estranho” aos alunos – passa a ser introduzido, percebe-se sua timidez ao falarem de sua rotina. A família, da mesma forma, ao ser entrevistada, não se sentiria confortável por vários motivos como constrangimento, medo, insegurança, necessidade de privacidade, etc. Provavelmente a profundidade e detalhamento dos dados coletados neste estudo foram possíveis, porque a pesquisadora era também a coordenadora pedagógica. Os dados, no caso, são “naturais”. Ao mesmo tempo, não pretendemos afirmar que a função trouxe somente vantagens em todas as fases da pesquisa. É provável que, em alguns momentos, a mesma função pode ter afetado relatos, a compreensão dos fatos e, até mesmo, impossibilitado a imparcialidade das

pessoas envolvidas.

Concluindo, o interesse pelo tema se deu, como já foi afirmado, pela longa convivência com escolas diferenciadas, pelo volume de informações acumulado ao longo de anos e pela facilidade em acessar os pais e os alunos para um trabalho que tem justamente nestes dois elementos os principais agentes de pesquisa.

Para evitar dúvidas e confusões quanto às entrevistas normais de pais de alunos da escola e as entrevistas utilizadas para a presente pesquisa, esclarecemos que as etapas relatadas a seguir são feitas com frequência e independentemente do uso que se fará delas. Todas tiveram um encaminhamento pedagógico com a finalidade de auxiliar o aluno e foram destacadas e utilizadas para análise aquelas que melhor atenderam aos propósitos estabelecidos para a pesquisa.

Os atendimentos com os pais obedeceram uma lógica, para facilitar e agilizar a obtenção de dados que pudessem auxiliar o aluno e resolver a questão em pauta. O pedido de entrevista tanto podia ser feito pela escola, pelo aluno ou pela família. No caso de ser feito pela escola os pais tinham uma descrição do caso apresentada a eles, uma ficha individual de acompanhamento do aluno<sup>22</sup> e o motivo do pedido de comparecimento deles na escola. Em seguida os pais emitiam sua opinião, discutindo e, junto com a coordenação, decidiam pela presença ou não do aluno na entrevista. A fala dos pais era livre e, durante a mesma, a coordenadora pedagógica podia fazer perguntas para esclarecimentos. Normalmente os pais relatavam a dinâmica da casa, a organização e estrutura familiar e os problemas pelos quais estavam passando. Em seguida era feita

---

<sup>22</sup> A ficha individual de acompanhamento do aluno é composta de uma série de anotações feitas diariamente pelos professores e pela equipe de apoio pedagógico servindo como roteiro de informação e orientação do cotidiano do aluno na escola. Essa ficha é apresentada aos pais sempre que estes requisitarem ou é enviada pela escola no caso dos pais, mesmo chamados, não comparecerem para entrevista. O aluno também pode ter acesso livre a sua ficha de observação quando desejar. Caso haja alguma anotação no conteúdo dela que o aluno tenha dúvidas ele pode pedir esclarecimento dela para a pessoa que a fez. As anotações dizem respeito a saúde, ao comportamento, ao relacionamento dele no grupo de colegas, com professores, dentro e fora da sala de aula, ao aproveitamento, a participação das atividades dentro e fora da sala de aula, ao depoimento dos pais (desde que autorizados por eles), etc. Tanto aspectos positivos quanto negativos relacionados à formação humana e ao aproveitamento do aluno devem estar contidos nessa ficha.



uma proposta para os pais e para o aluno que podia ou não ser aceita tendo por objetivo resolver a questão em pauta. A proposta era sempre decorrente do encaminhamento da entrevista, da disponibilidade dos presentes e, sem dúvida alguma, da experiência adquirida ao tratar casos parecidos, utilizando princípios pedagógicos coerentes com o projeto da escola. Uma das propostas que costumava apresentar resultados positivos era a de sugerir aos pais um comparecimento mais sistemático na escola para esclarecerem dúvidas existentes. Na mesma ocasião eles podiam ser atendidos pelos professores ou por um membro da equipe de apoio pedagógico. Também podiam ter acesso por telefone ou pessoalmente à ficha de observação individual e diária do aluno. O que pode parecer ao adolescente uma investigação, passava a ser tratado como um acompanhamento estreito e esclarecedor de dúvidas que os pais tinham. Para o aluno, o fato dos pais o acompanharem semanalmente lhe dava a sensação de estar sendo cuidado e atendido pelos pais.

Nos casos em que a família apresentava problemas graves de relacionamento como, por exemplo, brigas entre o casal, agressão física ao filho, dificuldade grave de relacionamento com um dos membros da família, alcoolismo, uso de drogas na família, ausência prolongada de um dos familiares por causa do emprego, a escola optava por trabalhar inicialmente só com o aluno, considerando a dificuldade em obter resultados uma vez que o problema se encontrava em outra esfera. Dependendo do resultado o aluno continuava a ser atendido só pela escola. Em caso do problema persistir e nem a equipe pedagógica nem um professor específico conseguirem ajudar o aluno, então a família era chamada para nova entrevista e as sugestões dadas incluíam leituras específicas para a família, consulta a outros profissionais, etc.

Das centenas de casos existentes, foram escolhidos os que ofereciam possibilidade de observação da relação entre a família e a escola e os que apresentavam ligações, tanto positivas quanto negativas das famílias, com a vida escolar dos filhos.

É interessante ressaltar alguns aspectos como o fato de alguns casos não terem tido chances de uma possível resolução, porque os pais, ao tomarem conhecimento dele,

romperam completamente o contato com a escola inclusive transferindo o filho sem que ele desejasse. Nos casos em que o aluno permaneceu na escola por muitos anos, a observação aconteceu prolongada e sistematicamente. Também existiram casos que foram resolvidos, em função de suas características, em curto espaço de tempo.

Além da descrição da forma de atendimento, foram percorridas outras etapas para a coleta e formação do banco de dados da pesquisa. Após o aluno ser atendido individualmente eram agendadas as entrevistas com os pais. Importante esclarecer que o aluno sempre sabe quando seus pais serão chamados e o motivo da entrevista que acontece na sala da coordenadora pedagógica e tem duração aproximada de 1 hora e 30 minutos. Inicialmente as conversas obedecem um roteiro de acordo com a necessidade e o assunto a ser tratado. Em seguida a entrevista transcorre independentemente de um roteiro fixo e os pais falam livremente. Depois a coordenadora pedagógica apresenta para os pais os registros feitos do filho e o maior número de detalhes, coletados por várias pessoas. No final procura-se sempre fazer um fechamento da entrevista e, em alguns casos, agendar novo encontro para garantir o retorno dos pais e o compromisso deles e da escola de acompanhar o aluno. Se necessário, pela gravidade e necessidade do caso, é feito um encaminhamento para profissionais específicos dentro e fora da escola.

No caso dos pais comparecerem à escola sem agendarem o encontro com antecedência, procurava-se atendê-los, ainda que rapidamente e, se necessário, marcar um novo contato.

No caso de atendimentos a um pequeno grupo de alunos, eles aconteciam na sala da coordenadora ou, ao lado, na sala de reuniões. Comunicava-se, também, previamente, que a coordenadora faria algumas anotações que, no final da entrevista, poderiam ser lidas pelo aluno. No caso deles não havia roteiro prévio, a conversa caminhava livremente. Entretanto, sempre que os alunos eram atendidos procurava-se combinar, antes do início da entrevista, alguns procedimentos considerados imprescindíveis. Primeiramente o solicitante da entrevista - coordenadora ou alunos - falava o motivo e a necessidade do encontro. Nesse momento era muito importante não

se manifestar nem em palavras nem em gestos para que o outro pudesse ficar à vontade para colocar o maior número de detalhes sobre o caso. Em seguida, os demais podiam se manifestar. Por fim, procurava-se chegar a um consenso a respeito do que devia ser feito e de como a escola, os alunos e as famílias (quando necessário) iriam atuar. Os atendimentos também aconteciam, mais raramente, na sala de aula, com todos, a pedido de um professor, de um membro da equipe técnica ou dos alunos. Nesse caso, os procedimentos eram bem parecidos com os de pequenos grupos. Os atendimentos, em maior número, também ocorriam individualmente e de acordo com o requerente.

Entrevistas com os pais e os filhos eram gravadas, se os mesmos permitissem com antecedência. Muitos optavam por não realizar a gravação, argumentando ficar mais à vontade somente falando com a coordenadora pedagógica. Nesse caso, imediatamente após o término da entrevista, na ausência dos pais e dos alunos, eram feitas as anotações necessárias sobre as perguntas e respostas feitas, o desenvolvimento da conversa, os gestos mais significativos deles, as manifestações mais relevantes como choro, agressões verbais, procurando garantir o registro mais completo do encontro para ser analisado posteriormente.

Além do procedimento relatado até aqui, adotamos outros instrumentos com a finalidade de aprofundar a obtenção de dados para os casos que apresentavam maior interesse. Entregamos para os pais dos alunos (dos casos escolhidos para a análise) questionários sobre sua visão de escola e de avaliação. Entregamos questionários também para alunos independentemente de seu desempenho escolar. Fizemos a observação diária dos alunos e famílias escolhidas, observando as diferenças de comportamento que apresentavam.

Lemos e analisamos a ficha de acompanhamento individual desses alunos nos anos anteriores e ao longo do ano letivo.

Analisamos a forma e o conteúdo dos comunicados enviados pela escola às famílias desses alunos e, posteriormente, acompanhamos a devolução deles, sua escrita e assinatura, procurando perceber se eles continham opiniões da família sobre a escola.

Entrevistamos pelo menos 2 professores de cada um desses alunos e as profissionais do Serviço de Orientação Educacional com o objetivo de obter mais dados, informações e comparar as opiniões emitidas.

Entrevistamos e/ou aplicamos questionário para funcionários diretamente ligados aos alunos que foram entrevistados.

Gravamos 10 horas de entrevistas com professores. As entrevistas foram individuais ou em pequenos grupos e eles falaram livremente sobre um ou mais alunos. Relataram procedimentos, manifestações e atendimentos que fizeram com os alunos e seus pais durante o ano, inclusive em reuniões de entrega de notas ou no portão de entrada da escola.

Gravamos 6 horas de relatos de mães /professoras referindo-se às situações vividas por elas e por seus filhos no ambiente escolar. Em todos os casos foi solicitada a autorização para a gravação e a entrevista.

Nas entrevistas individuais ou familiares gravadas, e posteriormente transcritas, procurou-se observar a identidade de posturas e opiniões entre pais e filhos na escola, perceber qual a visão de avaliação que os pais e os alunos têm, como vivenciam a avaliação social que acontece dentro e fora da instituição, se demonstram saber distinguir avaliação de mensuração, avaliação escolar de avaliação social, se interferem na maneira da escola avaliar, se dão maior importância à avaliação ou à aquisição de conhecimento, etc.

Destacamos 70 casos em que aparecem alunos adolescentes na faixa de 11 a 16 anos, estudantes do ensino fundamental de 5ª a 8ª série, matriculados em uma escola de ensino privado da cidade de Campinas.

Os casos foram descritos reunindo-se toda a informação disponível, articulando-se para cada um deles um texto que procurou mostrar, nos limites dos dados, as relações intrincadas existentes entre o ambiente escolar e as ações do aluno e a atuação da família.

A organização destes textos ou episódios reúne os elementos essenciais para

cada caso, em função dos objetivos fixados para esta pesquisa, isto é, a influência dos pais na vida escolar dos filhos, a postura dos pais na escola e como eles – pais – se fazem presentes na instituição, através dos filhos.

Apesar da divisão dos casos por objetivos, é possível que o leitor perceba, em um mesmo episódio, elementos relacionados aos demais objetivos citados. Mesmo assim, optamos por manter a divisão, com a finalidade de facilitar a leitura do trabalho.

Posteriormente à sua organização (apresentada no Capítulo II), os casos foram examinados deduzindo-se deles as temáticas de fundo que deram origem às análises do capítulo III, em especial a questão dos processos avaliativos envolvidos nas relações família – escola. As categorias extraídas dizem respeito às relações entre pais e filhos; família e escola; educador e aluno; disciplina escolar e à própria avaliação, já tratada anteriormente no capítulo I.

## II. CENAS DA VIDA (ESCOLAR) REAL: os casos<sup>23</sup>

À luz dos três principais objetivos desta pesquisa que são: **a influência dos pais na vida escolar dos alunos, a postura deles na escola e as diversas maneiras com que se fazem presentes, através de seus filhos, na instituição**, apresentamos um conjunto de casos que auxiliaram a análise elaborada neste trabalho. No trajeto dessa descrição, os casos foram sendo agrupados e algumas categorias como a relação entre pais e filhos, família e escola, educador e aluno, a disciplina escolar e a avaliação, foram surgindo, as quais, posteriormente, serviram como apoio para o exame das percepções levantadas inicialmente.

Em primeiro lugar, é importante esclarecer que encontramos, ao longo da pesquisa, alguns casos em que apareceram, ao mesmo tempo, os três objetivos citados enquanto que em outros foi possível reconhecer somente um ou dois deles. A escolha dos casos a serem analisados não teve como critério a quantidade de objetivos que possuísem mas a consistência do caso diante da temática proposta.

Em segundo lugar, a definição dos objetivos não teve como princípio classificar as possíveis influências dos pais na vida escolar dos alunos como positivas ou negativas mas analisar como elas acontecem e quais suas conseqüências.

Em terceiro lugar, percebemos, na análise dos casos, que a influência pode variar de intensidade dependendo das características do aluno, da família e do meio em que vivem. Entretanto, não encontramos nenhum caso em que a família, não participasse em algum grau, da vida escolar do adolescente, como será demonstrado.

Por último, cabe esclarecer que a análise da influência da família sobre os filhos foi feita a partir do âmbito escolar. Feito o recorte a partir da instituição é que os casos foram abordados agregando-se a opinião dos pais e dos alunos sobre ela (escola) e de como tais grupos se manifestam a seu respeito.

---

<sup>23</sup> Os casos estão acompanhados de números para facilitar a organização do banco de dados e para eventuais consultas aos escritos originais.



**FOCANDO AS RELAÇÕES: À GUIA DE INTRODUÇÃO:** Os primeiros 24 (vinte e quatro) casos estão diretamente ligados ao primeiro objetivo estabelecido no trabalho ou seja à análise da influência dos pais (família) na vida escolar dos filhos.

Dois casos iniciais mostraram como a família influencia, especialmente na adolescência, no comportamento dos filhos. Em um dos casos, uma das famílias apresentava dificuldade de convívio com a escola, especialmente a mãe, desde o início dos estudos da primeira filha. Sua história de vida, permeada por sérias dificuldades financeiras, acabava por interferir na relação da família com a escola dificultando as soluções dos problemas que a aluna apresentava diariamente. A mãe tinha por hábito amarrar pequenos pedaços de madeira ao lápis gasto para que ele fosse utilizado até o final, exigia que a filha apagasse as folhas escritas a lápis para reutilizá-las, contestava a quantidade de material usado diariamente pela filha, o contrato da escola, o custo do estudo do meio, etc. Uma vez, comparecendo à escola, disse:

- “ *Vocês pensam que o meu dinheiro é capim, que eu posso gastar com bobagens que vocês sonham a noite e de dia querem colocar em prática, às minhas custas. Esse negócio de estudo do meio, professor mandar aluno ver filme, ir ver exposição de arte e outros mais que eu não vou falar porque senão não acabo hoje, é problema de quem não tem o que fazer. Porque vocês não estudam com os alunos como antigamente, na classe mesmo?*”.

Em outra ocasião a mãe jogou fora o trabalho feito pela filha na aula de Educação Artística, referente ao dia das mães, dizendo:

-“*Joguei mesmo porque gastei dinheiro a toa de material para receber uma "porcaria". Será que essa professora não sabe fazer alguma coisa útil?*”.

E, no mesmo ano, a aluna disse que não faria o trabalho do dia dos pais: “*Não vou fazer porque eu sei que vai ficar uma droga. Nem eu nem minha mãe gostamos das coisas que a escola manda fazer*”.

Os argumentos apresentados pela escola à família e particularmente à aluna, não surtiam efeitos. Somente quando a escola pediu o comparecimento do pai em uma entrevista foi possível entender, ao menos em parte, a relação. Ele relatou detalhes da história de vida da mãe que, aparentemente, colocaram a origem do problema na dificuldade financeira do passado dela. Ela nasceu em uma fazenda de agricultura



canavieira na região de Piracicaba. Foi trabalhadora rural até os 19 anos de idade e frequentou somente as primeiras séries da escola, quando criança. Segundo o pai, esses fatos marcaram tanto sua vida que ela se referia a eles com uma frequência exagerada, chegando a incomodar as pessoas com quem convivia. Relatou que o controle dos gastos financeiros da casa era feito por ela usando de extrema rigidez. Segundo ele, a mãe insistentemente repetia para a filha: “  *você tem muita sorte de poder ir para a escola e não precisar trabalhar como eu*”. E a filha, apesar de não gostar desse argumento, raramente reagia a ele.

Usamos a denominação “pais” para referir-nos às atitudes da família da aluna uma vez que, apesar da mãe se pronunciar mais vezes, o pai concordava e a apoiava incondicionalmente. A própria aluna usava frases como “  *meus pais não aceitam que eu pague esse material*” ou “  *não vou gastar para comprar mais livros do que o que foi pedido no início do ano*” e nunca emitia a opinião como se fosse só da mãe.

Não se pode negar a intensa participação dos pais na vida escolar da menina. Eles acompanhavam e sabiam tudo o que era feito na escola. E, mesmo percebendo que algumas atividades agradavam a filha, como os trabalhos de Educação Artística, eles se negavam a comprar o material.

O comportamento dos pais também era percebido pela maneira agressiva com que tratavam os professores e funcionários. Não gostavam de conversar, limitando-se a explosões de descontentamento frequentes que impossibilitavam o diálogo.

Essa postura dificultava a relação da escola com a família e mais, os professores também tinham dificuldade para lidar com as reações agressivas apresentadas pela aluna, porque o posicionamento dos pais foi, ao longo dos anos, levando-a a assumir o mesmo discurso, sempre que a escola propunha algo fora do convencional e, especialmente, que envolvesse algum custo financeiro.

Aparentemente, com o tempo, as atitudes dos pais acabaram por representar um aval para a aluna protestar também contra idéias que não envolviam dinheiro. Para ela foi ficando mais cômodo agir dessa maneira do que mostrar sua capacidade. Toda a situação só contribuía para agravar, cada vez mais, os problemas com a aluna, o relacionamento entre família e escola, entre os professores e ela.

O caso mostra a relação entre a opinião dos pais e a opinião da aluna. A possibilidade dos alunos “levarem” para o interior da escola a percepção de mundo de seus pais está posta e, através disso, está igualmente posta a possibilidade dos pais influenciarem, no âmbito escolar, as ações dos alunos. Os pais estão permanentemente avaliando a escola, os professores e seus próprios filhos. Os valores e as referências utilizadas nesse processo são construções externas à escola (história de vida, classe social, etc.). É um processo inevitável, razão pela qual é melhor que o compreendamos e nos preparemos para lidar com suas conseqüências – e por que não – nos preparemos para uma abordagem inclusiva desta realidade no próprio projeto político pedagógico da escola. (01)

Outro caso introdutório poderá auxiliar a observação destas relações. Diz respeito a uma família com dois filhos matriculados na mesma escola. Entre outras contestações, os pais se negavam a comprar os materiais pedidos para uso dos alunos durante o ano letivo, inclusive folhas de papel sulfite. Diziam aos filhos que a escola não usaria todo material pedido. No início do ano, os dois irmãos disseram aos colegas que iriam guardar todas as folhas usadas, para contá-las no final e provar que a exigência da escola era desnecessária.

No final do ano, durante uma discussão em sala de aula, um dos irmãos foi questionado por uma colega a respeito da contagem e uso das folhas. Ele disse: “ *a escola não usou mesmo o que pediu. Eu bem que sabia e meu pai falou mesmo. Eu só não vou falar porque se eu provar que a escola me rouba eu tenho que sair daqui e eu não quero*”. A aluna argumentou que a professora tinha dito aos alunos que ela mesma fazia o cálculo do número de folhas que usaria e o controle das mesmas durante o ano. E ele respondeu: “ *Você é boba mesmo. Você acha que a professora não é comprada também? Ela pede e depois dá um pouco de presente para a escola e outro tanto leva pra ela. Meu pai sempre me falou que é assim. Eu acredito*”.

Durante vários anos a situação se repetiu e os próprios colegas acabavam se irritando, porque, muitas das iniciativas do grupo acabavam sendo boicotadas pelos irmãos. Era comum os alunos brincarem dizendo: “ *Ih, professora, nem adianta propor. Quer ver o fulano falar não? É só falar de comprar coisas que ele logo fica bravo. Ô*

*fulano você não vai falar nada?”*. Como tal situação estava cada vez mais freqüente, o caso foi levado à coordenação pelos professores, porque eles se sentiam ofendidos com as acusações. Diante disso, a coordenadora telefonou para o pai com o objetivo de esclarecer o assunto. O pai usou as seguintes palavras: *“Olha meus filhos não querem sair da escola e eu deixo aí por isso e porque é mais barato também. Mas não me venha dizer que a escola não rouba a gente porque eu não acredito, está entendido? E eu falo mesmo para os meus filhos porque essa é a verdade. Agora vocês não podem proibir meus filhos de falarem isso aí. Eu autorizo e eles podem falar direto para a professora, para a coordenadora, para o diretor e até para o papa, entendeu? E essa história de dizer que é a professora que conta as folhas é lorota ou então ela leva a parte dela nisso também”*.

Apesar das denúncias, os alunos estudaram durante 14 anos na escola. Este dado, em oposição à opinião dos pais sobre a escola, gera uma pergunta: *“Se os pais não confiam na escola, porque aceitam que seus filhos estudem tanto anos seguidos, nela?”*.

A incompatibilidade entre o que os pais diziam pensar da escola e a permanência dos filhos na mesma instituição, aparece em outros momentos como a recusa em comparecerem nas entrevistas marcadas pela escola com o objetivo de argumentar sobre a necessidade do uso do material ou no fato de fazerem afirmações pessoalmente ou através dos filhos duvidando da honestidade dos professores.

Nota-se a quase identidade na argumentação usada tanto pelo pai como pelos filhos em relação à eventual desonestidade do uso do material e ainda na contestação dos princípios e valores apresentados pela escola. Além disso, na mesma medida que os filhos reproduziam a imagem feita pela família, eles também assumiam a opinião de que a escola não agia corretamente, incluindo-se aí descontentamento e permanente agressividade no convívio escolar.

Uma das conseqüências da atitude dos pais foi a não receptividade dos filhos às propostas da escola. De maneira geral, os filhos não aderiam às propostas mesmo que elas fossem feitas pelos próprios colegas. Em certa ocasião, o grupo propôs que em comemoração ao final do ano letivo, a classe faria um churrasco e a organização dele ficaria a cargo da comissão eleita por eles. O mesmo aluno acabou discutindo seriamente com a comissão, colocando em dúvida a honestidade do uso do dinheiro recolhido, o que

resultou no afastamento dos organizadores e no cancelamento do churrasco, com enorme insatisfação do grupo e embate direto com o referido aluno. (02)

Não se trata aqui de fazer um exame sobre a condução concreta das situações criadas no interior da escola. Estes casos apenas querem demonstrar que os pais, através de suas concepções, valores e permanente avaliação das atitudes da escola, terminam influenciando o posicionamento de seus filhos, no interior da instituição.

Se as repercussões destas relações fossem sempre “de pequena monta” não haveria motivo para preocupações especiais. Ocorre, como veremos a seguir, que tais relações e influências podem assumir proporções graves. Os casos que se seguem testemunham a intrincada rede existentes neste campo.

Resistimos à tentação de lidar apenas com os casos emblemáticos. Embora de leitura menos agradável e mais cansativa, optamos por apresentar o registro do conjunto de casos, com toda sua riqueza.

*“Eu já fiz muito por esta escola...”* O caso procura mostrar como a influência dos pais pode se projetar em outros filhos do casal. Os mesmos pais citados no caso anterior têm uma filha com aproveitamento considerado excelente, porém, desde o episódio ocorrido com o filho (descrito no caso), eles não comparecem à escola. Concretamente a aluna apresenta atitudes contraditórias. Às vezes é doce, carinhosa e participativa. Outras vezes é agressiva e diz: *“eu devia mesmo sair da escola como meus pais falam para mim”*. De fato, no final da sétima série, os pais a pressionaram para que deixasse a escola e ela, ao mesmo tempo em que se despedia dos amigos, se mostrava bastante indecisa: *“ Não sei se saio dessa escola para fazer o que meus pais querem ou se fico aqui porque eu gosto dos amigos e dos professores”*. Outro elemento importante observado foi o fato dela nunca falar de seu irmão dentro da escola. Certa ocasião, referindo-se ao assunto, ela disse a uma professora: *“Meus pais falaram que eu não posso falar do meu irmão aqui, se eles souberem que eu conto o que ele faz, eles vão ficar muito bravos, falaram até que eu não posso contar quando meu irmão mudar de escola e olha que ele muda muito de escola, viu? Mas a senhora não vai contar isso pra eles não, vai?”*. Não são raras as situações em que a agressão é dirigida aos mesmos

professores com os quais tem bom relacionamento. Depois volta para se desculpar. Às vezes procura boicotar as atividades propostas, como visitas e estudo do meio, tentando convencer os colegas de classe sobre a inadequação de algumas delas. Uma das professoras deu o seguinte depoimento: *“Ela continua resistindo às pressões dos pais e se mostra dividida entre a escola - de que gosta- e a família que não gosta da escola. Percebo uma grande influência da família sobre ela. Nem sempre o que ela coloca é o que ela pensa. Ela fala de uma maneira ...Sinto que ela tem um pouco de mágoa da escola. É uma coisa que ela traz de casa, das coisas que aconteceram com o irmão. Então tudo o que ela faz ou fala está relacionado com isso. Esses dias eu perguntei: Porque você não vai participar do coral da escola que está ensaiando para a festa de formatura? Ela disse: Eu já fiz muito por essa escola e a escola não foi agradecida. Eu perguntei: o que você já fez por essa escola?” Ela respondeu: Eu participava de tudo, eu tinha uma paixão por essa escola e agora eu não gosto mais. Eu disse: “Você tem certeza do que está falando?” Ela disse: “Ai, professora, eu não gosto mesmo”. Mas sabe quando você percebe que o que ela está falando não é o que ela sente? As coisas que a mãe fala aparecem nos gestos, nas falas, mas é certo que não é o que ela pensa. Em uma das avaliações ela tirou B. Ela deixou a prova em cima da mesa e disse: “Você vai rever essa nota”. Eu disse: “Não vou poder fazer isso, porque eu já revi uma vez junto com você.” “Ah! Então eu vou deixar aí na sua mesa. Essa prova eu não quero. Pode ficar para você. Minha mãe falou que eu podia deixar de presente, se você não quisesse mudar a nota”.*

A opinião de outra professora traz elementos importantes no entendimento e na relação da família com a escola. *“Eu acho que até o ano passado ela era completamente diferente. Se eu não fosse a mesma professora dos dois anos eu poderia até dizer que se tratava de outra aluna. Então a hipótese que eu tenho é a de que a 8ª série é justamente a série em que o irmão teve tantos problemas e precisou sair da escola. Ela pode estar fazendo uma ligação com essa série, esses professores, essa escola. Na cabeça dela a série que repreendeu drasticamente o irmão é que a mesma que ela está cursando agora. Em minha opinião, essa é uma hipótese que precisa de uma análise psicológica”.*

Quanto às notas da filha, os pais parecem ter a mesma postura que tinham com o filho. Segundo eles, o fato da filha ter bom desempenho elimina a necessidade de

participação das atividades escolares e do comparecimento às entrevistas. Nas poucas vezes em que a mãe compareceu à escola, após a saída do filho, ela não cumprimentou ninguém, deixando claro seu descontentamento e quando não comparece às entrevistas marcadas, faz referências bastante negativas sobre a escola, para outras mães, no estacionamento da escola ou por telefone. Se, por um lado, a aluna demonstra que gosta do convívio escolar, das amigas, dos professores, por outro lado, expressa o que costuma ouvir, a respeito da escola, sob o ponto de vista dos pais. **(03)**

*“Eu tenho que apanhar, sou burro mesmo...”* O aluno gosta de ficar durante todo o dia na escola inclusive no horário do almoço para participar dos jogos de mesa. Ele brinca e pratica esportes, inclusive aos sábados. Aos domingos, dia em que a escola recebe alunos carentes oriundos dos bairros periféricos da cidade que abrigam a população das classes menos privilegiadas como o DIC VIII (Distrito Industrial de Campinas) e do Jardim Santa Mônica, ele está presente. Joga, entra na fila do lanche como todos e tem bom relacionamento no grupo.

Passados alguns meses de seu ingresso, os professores e os funcionários perceberam que o aluno vinha para a escola, em determinados dias, com marcas por todo o corpo. No início levantou-se a hipótese de que o garoto apanhasse dos pais já que ele dizia serem os mesmos bastante severos. Por esse motivo a escola os chamou. Na entrevista, a mãe relatou que o próprio filho se agredia. Houve certa estranheza por parte da escola, porque, até aquele momento, o aluno não apresentava sintomas fortes que confirmassem a informação. Sendo, também, o primeiro caso presenciado pela instituição, em vários anos. A mãe não omitiu informações nem deixou de responder a todas as perguntas feitas. Disse que: *“É muito triste mas é ele mesmo que se bate. Ele age assim desde criança. Faz tratamento psiquiátrico há muito tempo mas nós temos tido pouco resultado. Nós toleramos tudo o que ele faz. Mas, minha filha, é muito duro de presenciar as crises que ele tem. Rezo para agradecer a Deus todo dia o fato dele não ter tido nenhuma crise ainda aqui dentro. Se tiver vai ser muito ruim porque eu tenho certeza que os colegas vão se afastar dele. Quem vai querer ter amizade com um louco. Bom, ele não é louco viu? É que todo mundo na família fala que ele é. Mas eu sei que ele vai sarar”*.

Pouco tempo depois da mesma entrevista aconteceu a primeira crise dentro da sala de aula. As pessoas que a presenciaram não sabiam como agir uma vez que nem a família, nem o terapeuta que tratava do aluno orientaram a escola. O garoto, assim que recebeu da professora uma prova com nota abaixo da média, disse alto para todos os colegas: *“Eu tenho que apanhar, sou burro mesmo”*. Imediatamente começou a se unhar, se morder e se espetar com o compasso. Quando a professora tentou contê-lo foi agredida por ele com uma régua que estava sobre sua mesa. Dizia: *“Se alguém me segurar eu furo a veia do meu braço”*. Somente com a ajuda de um funcionário e dois professores foi possível contê-lo. A família foi imediatamente chamada.

O terapeuta do aluno foi procurado pela escola. Segundo ele: *“Como os pais são bastante severos e exigentes com o desempenho escolar do aluno, ele incorpora castigos físicos que os pais não dão. Raramente os pais batem nele. Mas o imaginário do aluno cria tal visão e ele se pune fisicamente. E eles estão cada vez mais perdidos, sem saber como agir. Dou orientações mas nem sempre eles seguem. Mas não esperem resultados rápidos. Esse é um caso em que os resultados positivos demoram a aparecer”*. Pela aparente inconsistência dos dados, da análise dos sintomas apresentados por ele, dos procedimentos para resolver parcialmente as crises, pelo tempo (desde 3 anos) bastante longo de tratamento, a fala do profissional não transmitiu segurança para a escola. Imediatamente foi sugerido que a família consultasse outro profissional com a finalidade de comparar as opiniões e confirmar o tratamento realizado até o momento. Na visão leiga dos profissionais que trabalhavam com o aluno, na escola, era preciso tentar uma nova terapia uma vez que a adotada pela família não estava apresentando resultados e o garoto corria riscos. Mas a família recusou a sugestão. A escola não insistiu pois os pais disseram que se sentiam seguros com o tratamento. Mesmo assim as dúvidas, quanto ao procedimento do terapeuta, continuaram.

As reações de agressividade do garoto eram imprevisíveis e, mesmo assim, os colegas continuaram a ter contato com ele. Às vezes recebia bem “seus insucessos” como perder o jogo ou receber provas com notas baixas, outras vezes se rebelava. Os professores tentavam estratégias diferenciadas para evitar as crises, mas nem sempre tinham êxito. Procuraram não entregar as provas dos alunos na classe mas o resultado não agradava a maior parte deles. Tentaram entregá-las via correio ou através do

representante de classe. Quando o aluno percebia alguma modificação na conduta normal das pessoas se mostrava revoltado o que, muitas vezes, foi motivo para uma nova crise.

Na 7ª série, ele foi reprovado e a escola se preparou tentando evitar uma outra crise. Como os pais estavam acompanhando de perto a vida escolar do filho, já esperavam essa possibilidade. No final do ano, a família foi avisada e compareceu junto com ele. O aluno ouviu o que os pais falaram, ouviu os argumentos dos professores e não teve nenhuma reação agressiva.

Há 3 anos, os professores decidiram que tomariam o caso como um desafio. Uma professora disse: *“ Fizemos uma reunião, conversamos bastante e decidimos, baseados nas atitudes dele dentro e fora da sala de aula, que vamos investir mais nele. Vamos ajudá-lo nas atividades que deve realizar e na relação dele com os outros colegas de classe. Vamos tentar uma aproximação física, porque ele se esquia e não gosta que o toquemos, e também falar mais com ele. Já que esse psiquiatra não faz nada, nós vamos fazer nem que seja errado, mas se a gente tem boa intenção, acho que vai dar certo”*

A relação dos pais com o filho é difícil. Eles diziam: *“ Nós somos bravos mesmo. Achamos que o estudar e vir na escola é fundamental. Já pensou esse menino em casa? O trabalho que vai dar? Nós cobramos resultado de nota sim. Nós fazemos tudo por ele e porque ele não faz a única coisa que pedimos, que é estudar? Sabe, nós até deixamos de ir nas reuniões da família porque sabemos que ele vai se comportar mal. Então para não ter que ficar bravos, nós nem vamos. Às vezes a gente quer muito ir mas sabe, é melhor não. Fazemos isso por ele, porque ele não estuda”*. Questionados sobre o fato de falarem para o filho que, por sua causa, deixam de fazer programas supostamente agradáveis, eles disseram que sim. A informação sinaliza o provável sentimento de "estorvo" manifestado pelo menino.

É provável que a maneira como os pais reagiram, diante da reprovação do filho, sem o rigor habitual, tenha auxiliado o aluno a aceitar seu suposto “fracasso”. Se eles tivessem agido como fizeram em outros momentos, ele certamente teria nova crise. A afirmação é decorrente de outros episódios nos quais os pais, fazendo comentários extremamente negativos e impróprios sobre o filho, contribuía para o agravamento da



situação e, sem dúvida foram motivadores do início de crises de auto-agressão. Ahamos que a postura dos pais, diante desse episódio, foi determinante para o aluno aceitar os resultados do ano e fator inibidor de outras crises. Sabemos que a patologia apresentada pelo aluno necessita de tratamento rigoroso, que ela pode surgir e se agravar independentemente da postura da família, mas nesta situação específica foi possível observar que os pais, com a mudança de atitude diante dos resultados, influenciaram positivamente a conduta escolar do filho. (04)

*“Vocês não acham que nessa idade isso é normal?”* Na época do Estudo do Meio, um dos professores se dirigiu aos alunos de uma classe explicando sobre o local, o objetivo e os procedimentos a serem adotados para que o projeto fosse bem sucedido. Ouviu um dos alunos dizer aos colegas: *“Vou pagar o estudo do meio com minha mesada, depois eu falo pro meu pai e pra minha mãe que foi de graça, não vão contar nada pra eles, porque eles querem que eu ache que o estudo do meio é muito ruim”*.

A família mora em frente à escola. A mãe, especialmente, apresenta dificuldade para aceitar que o filho tenha que seguir as mesmas normas dos demais alunos, inclusive atender os horários de entrada e saída da escola. Tanto ela quanto o filho querem entrar pela portaria, independentemente do horário, sem autorização. Ela acha que o filho pode, quando estiver brincando na rua e desejar comprar doces, entrar na escola, ir até a cantina e, em seguida, sair sem autorização, contrariando medidas de segurança, que determinam aos visitantes e alunos, em período oposto ao das aulas, identificar-se na entrada e na saída. A mãe fica muito brava com a escola porque acha que: *“todos aqui conhecem meu filho, porque ele não pode entrar e sair a qualquer hora? Isso é um absurdo. E piora mais quando ele tem que dar satisfações para a portaria”*. É hábito do garoto brincar em frente à escola e a mãe, todas as tardes, faz seus exercícios diários no parque da lagoa próxima da escola. Por várias vezes disse aos porteiros para olharem o menino (e também sua bicicleta) e avisar sobre qualquer acontecimento que o envolva.

Como o aluno fica durante todas as tardes em frente à sua casa, exatamente defronte à escola, ele acaba conhecendo todos os alunos e famílias, assim como a mãe. Ele é bastante agitado e se envolve em muitas brigas no final do período escolar. Ao ser chamado se comporta como se não visse problemas em suas atitudes. A mãe, da mesma

maneira, acha que as atitudes do filho *"são normais de sua idade"* e que *"a escola exagera ao falar sobre ele"* porque *"o menino não é tão levado assim"*.

Certa ocasião, o professor de filosofia se ofereceu para comprar um material que os alunos iriam usar na sala de aula, porém, sem caráter obrigatório. O aluno fez seu pedido, através de uma lista de alunos, mas quando o material chegou desistiu de comprá-lo, dizendo que: *"Eu mudei de idéia, não quero mais. Se o professor já comprou ele que pague ou então ele pede para o diretor pagar"*. Os próprios colegas da classe acharam sua atitude negativa, uma vez que o professor estava lhes prestando um serviço.

Pressionaram o menino, dizendo que sua atitude não era correta. Mais tarde, em conversa com o assistente de aluno disse: *"Eu vou pagar, eles podem parar de me encher. Mas vou pagar porque eu quero. Se eu contar pra minha mãe eu sei que ela vai dar razão pra mim. Mas os meninos disseram que se eu não pagar eles perdem a amizade comigo. Então eu vou pagar com a minha mesada e pronto"*.

O pai trabalha fora da cidade e só volta para casa nos finais de semana. O menino tem medo dele. Disse, em atendimentos: *"eu corro atrás do prejuízo antes do meu pai saber, senão... já viu, né?"*. A escola percebeu que a mãe não conta ao marido o que acontece com o filho. Ela disse: *"Eu ajudo nas lições porque não quero que o pai dele se intrometa. O pai é muito bravo, se ele não fizer o trabalho, apanha. Eu sou muito boba mesmo. Quando ele apronta eu dou castigo mas volto atrás e escondo do pai dele. Mas como vocês da escola estão me pressionando eu resolvi que de agora em diante, os bilhetes são todos para o pai assinar"*.

Quando soube que o filho vinha falsificando assinaturas do pai nas provas e comunicados em princípio não concordou, mas, em seguida, assinou uma prova enviada pela escola em que havia a assinatura dela falsificada por ele. Sem comunicar-se com a escola para obter informações sobre o ocorrido, assinou novamente.

Percebendo que o filho escondia muitos fatos dos pais, a escola passou a informar-lhes mais detalhadamente. Sobre isso ela assumiu o seguinte discurso: *"Meu filho é bonzinho (sempre se refere a ele no diminutivo), mas sabe qual é o problema? São as amizades. Ele se junta com alunos irreverentes e debochados. Como ele vai evitar essas amizades?"*.

Certa ocasião, o aluno fez a capa da pasta de um trabalho de Educação Artística com figuras de mulheres nuas extraídas da revista playboy. A professora disse a ele: *“Não está legal. Essas figuras não são para esse tipo de trabalho. Gostaria que você repensasse”*. Ele ficou irritado, não concordou e disse isso a professora. Quando a mãe soube, foi até a escola, deu apoio para o filho dizendo: *“Ele tem ou não direito de escolher? Se ele preferiu usar essas figuras na capa do trabalho é porque o pai está cheio dessas revistas em casa e sempre fala para o filho que são bonitas”*.

Quando a mãe é chamada, a maioria das vezes, coloca em dúvida depoimentos de funcionários, professores e dos próprios colegas do filho. Para comprovar os fatos ela costuma se dirigir aos colegas do filho e questioná-los sobre os acontecimentos, inclusive aqueles que envolvem pessoas adultas e quando envolvem problemas entre os alunos ela procura o grupo no final das aulas para fazer perguntas. Os colegas não gostam destas atitudes.

Os colegas de classe gostam de realizar trabalhos conjuntos com ele pois conseguem, ao seu lado, burlar os limites impostos pela escola, inclusive com o aval da mãe. Ela acha que as atitudes do filho *“são normais”*. O menino também tem uma fala parecida. Diz: *“Não sei porque vocês estão me chamando, não fiz nada. Só por isso?”*.

Outro dado interessante diz respeito à identidade entre o pai e o aluno. Ambos são bastante parecidos fisicamente, nos gestos, nos argumentos utilizados nas entrevistas, etc. O pai é um figura interessante, tem um tipo físico exótico e faz questão de dizer que: *“Sou machão. Fui criado assim e vou morrer assim”*. Nos últimos tempos, tem tentado acompanhar mais o filho. Em uma das entrevistas em que o objetivo era tratar sobre agressões físicas do aluno sobre outros alunos, ele se mostrou favorável à posição do filho. Segundo ele: *“Vocês não acham que nessa idade, isso é normal? Eu mesmo, vou confessar não consigo evitar uma briga de trânsito de vez em quando e, às vezes, o menino está junto, afinal ninguém é de ferro. Acho que a escola não deveria reprimir essas briguinhas porque é isso que os meninos vêem na televisão”*.

Pelos dados percebemos que o aluno reproduz a opinião do pai sobre brigas e agressões. Por isso, mesmo que a escola tente trabalhar isoladamente com o aluno, a opinião familiar tem força suficiente para anular todo o trabalho dos profissionais da escola.

O comportamento da família dentro da escola permite que o aluno continue com os mesmos procedimentos. A família não considera as atitudes do filho inadequadas e nas poucas vezes que o fez, procurou dividir com outros alunos parte da culpa. Tal atitude, ao mesmo tempo em que explica alguns acontecimentos, dificulta, em muito, a possibilidade de um diálogo com a família e com o próprio aluno. (05)

*“Minha mãe trabalha e eu não tenho com quem ficar”* Existem situações em que a família, por diversos motivos, não acompanha a vida escolar do filho, procurando transferir parte de sua responsabilidade para a escola.

É o caso de algumas famílias que deixam os filhos na escola às 7:00 horas, vindo buscá-los somente à noite, por volta das 19:00 ou 20:00 horas, quando o expediente já terminou e os filhos estão com os porteiros e vigias. Na maior parte dos casos, a família não comunica à escola a sua intenção e age independentemente da estrutura que a instituição oferece para acolher os alunos.

Dois colegas com idade entre 11 e 12 anos, cursam a 5ª série do ensino fundamental, à tarde. Invariavelmente eles chegam na escola, pela manhã, por volta das 7:00 horas. Um dia, a coordenadora pedagógica, conversando com eles sobre o motivo de estarem tão cedo na escola, ouviu: *“Minha mãe trabalha e eu não tenho com quem ficar. Ela acha perigoso eu ficar em casa sozinho. Meu pai vem me pegar as 18:30 horas. Eu vou comer um lanche na cantina e de tarde fico esperando ele chegar. Minha mãe me deixou aqui para passar o dia. Ela disse que aqui é mais seguro”*.

Mesmo sabendo que a instituição oferece os estudos em tempo parcial e que após o término do período o aluno não estará assistido completamente, a família opta por deixá-lo em tempo integral na escola por motivos que variam da displicência e falta de limites dos pais sobre os filhos, até a impossibilidade real de estar com eles por trabalharem o dia todo. Neste caso, a família acaba transferindo algumas responsabilidades, inerentes a ela, para a escola - cuidar do aluno que passa o dia na instituição. Muitas vezes o adolescente estará privado de uma alimentação adequada (a escola possui lanchonete e não refeitório), de cuidados higiênicos (o garoto ficará durante todo o dia sem banho ou impossibilitado de um local próprio para sua higiene pessoal) e de um local próprio para descanso (a escola não possui tal ambiente).

Em casos assim, quando a família foi comunicada sobre a inadequação na decisão de deixar o filho durante tantas horas na escola, reagiu, culpando a instituição pela falta de ambiente e funcionários para este tipo de atendimento.

Parece que essa família, em decorrência do grande número de horas que passa longe dos filhos, deseja que a escola seja um local muito mais para guarda e cuidados com o filho, do que propriamente um local de aprendizado. É evidente que a escola deve ter também a preocupação de auxiliar e cuidar de seus alunos, mas não é somente esta sua função. Alguns cuidados básicos continuam sendo também responsabilidade da família, como estabelecer limites e horários para cada uma das atividades características da vida de um adolescente. (06)

Convivendo durante muitos anos com alunos que são filhos de pais separados, fomos percebendo que alguns comportamentos se repetiam com grande frequência. O fato gerou o interesse em abordar uma questão que envolve inúmeras famílias atualmente. A observação foi sendo feita no sentido de perceber se a separação dos pais, em algum momento, influenciava a vida escolar do aluno e em caso positivo, em que grau ela podia interferir em seu aprendizado, em seu relacionamento com as pessoas e ainda , como o próprio aluno aborda a questão e a posição dos pais separados diante dos filhos e da escola.

O critério mais importante adotado no trato da questão foi afastar qualquer possibilidade de julgamento da separação em si e retirar dos casos elementos ligados aos objetivos citados no parágrafo anterior.

*“Odeio os dois que falam que são meus irmãos...”* A separação do casal foi marcada por brigas e discussões contundentes. O filho participou de todas as etapas desse processo. O pai mudou-se para o nordeste do país, separando-se do filho. Além dele raramente visitar o filho, evitava que este o visitasse dizendo que *“toda vez que ele me visita tenho problemas graves em casa, já que me casei de novo e tenho dois filhos desse casamento”*. O aluno, por sua vez diz: *“adoro visitar meu pai, tenho saudade dele de vez em quando. E além disso quando vou lá apronto mesmo. Odeio os dois que falam que são meus irmãos.”*

A mãe é enfermeira de “alto padrão” em um hospital da universidade próxima da escola. A mãe explica que o filho fica bastante tempo sozinho por seu trabalho exigir horários diferentes do convencional. O aluno estuda há muitos anos na escola. Alto, magro e fisicamente saudável, desde o início apresentou um comportamento preocupante como por exemplo ir para as aulas sem sapatos e sem blusa. Era comum os funcionários providenciarem roupas para ele vestir, evitando que ele voltasse para casa. Certa ocasião o vigia noturno da escola o encontrou escondido em um dos prédios por volta das 23:00 horas. Notificada, a mãe disse que até aquele horário não havia procurado pelo filho, porque achava que ele poderia estar na casa de algum amigo. Consultado, o aluno disse que pretendia dormir na escola “*porque seria emocionante*”.

Por muitos anos esse mesmo aluno, demonstrou certa “implicância” com uma garota que, assim como ele, estudava na escola há mais de 8 anos. Durante esse tempo chegaram a estudar algumas vezes na mesma classe, pelo fato de terem a mesma idade. A menina, descendente de japoneses, é de estatura baixa e franzina. Ele tinha o hábito de ameaçá-la nos recreios, dizendo que iria matá-la. Para a mãe dele esse comportamento era próprio da idade, achando-o “engraçado”.

Como parte do Estudo do Meio das quartas séries eles e os demais alunos, foram, em determinado final de semana para Campos do Jordão. Durante a noite, uma das professoras que acompanhava o grupo ouviu um gemido e, procurando, encontrou-os, embaixo da escada que levava ao refeitório - a garota já sem forças, com o rosto vermelho. Ele tentava enforcá-la e foi difícil para a professora retirá-lo de cima da aluna. Ela precisou ser socorrida. Imediatamente os pais de ambos os alunos foram chamados. A mãe, novamente, na presença das professoras e dos pais da garota disse que tinha certeza de que tratava-se de uma “*brincadeira*”.

A partir do episódio a escola passou a insistir para que a mãe procurasse um profissional para fazer um diagnóstico daquele comportamento e, se necessário, iniciasse um tratamento. A mãe se recusava. Ambos continuaram estudando na escola. Ele dirigia palavras a todos e mais frequentemente para aquela aluna. Um dia, já mais crescida, durante a troca de aulas no corredor, ela reagiu e também dirigiu-lhe um palavrão. Irado, o aluno segurou a cabeça da menina e, por várias vezes, bateu-a contra a parede dizendo que iria matá-la. Os colegas começaram a gritar. A testa dela estava sangrando.

Novamente os pais foram chamados e a escola explicou à mãe do aluno que havia esgotado suas possibilidades de permanecer com ele se o mesmo não iniciasse um tratamento. Em princípio ela concordou com a proposta da escola. Como o aluno continuava apresentando algumas atitudes como gritos, risos, gestos, silêncio em momentos pouco convencionais, a escola pediu a ela o nome do profissional que estava acompanhando o filho. Feito o contato ele disse que: *“A mãe me procurou dizendo que a escola havia pedido um diagnóstico do filho. Nas primeiras consultas percebi a gravidade do caso. Conversei com ela, inclusive sobre a necessidade de uma possível internação conforme o andamento do caso. Prescrevi os medicamentos necessários, mas o menino me disse em uma das sessões que não os toma porque a mãe não exige que ele o faça. Marco as sessões mas eles não aparecem. Como se trata de uma profissional de minha área, que trabalha no mesmo hospital que eu, fica desagradável cobrar dela que compareça. Me parece anti ético”*.

Depois de algum tempo, o psiquiatra forneceu um dado bastante significativo para a escola. Ele soube que a segunda mulher do pai do aluno era descendente de japoneses, assim como seus dois filhos. Para o médico *“ esse elemento é muito importante pois amarra fatos da vida do menino e estabelece, em sua mente, uma ligação entre a segunda família do pai com a aluna que ele agredia na escola”*.

Por outro lado os pais da garota, em todos os episódios que envolveram a filha, tomaram o caso do aluno como doença. O pai chegou a dizer para a menina na sala da coordenação: *“Filha, você não pode ficar com raiva dele porque ele é doente. Gente doente precisa de tratamento. Se ele se tratar você vai continuar estudando aqui. Ele é um coitado”*. Em seguida sem a presença da filha disse: *“Olha, a senhora que é coordenadora, precisa forçar a mãe desse aluno a tratá-lo. O que vai acontecer com minha filha? Tem que ter uma explicação o que esse menino faz. Nós gostamos da escola mas se ele continuar assim temos que tirá-la daqui. Minha mulher já quis fazer isso mas eu pensei que se ele continuar com esse pensamento ele vai atrás dela, mesmo que ela saia da escola. Pensei em mudar mas eu sei que ele vai achá-la. E meu cunhado que é médico disse que ele pode ficar mais irado ainda se souber que ela mudou porque vai achar que ela está fugindo, que está com medo dele. Já procurei a mãe dele mas ela foge de nós. É um inferno, ele sabe onde nós moramos e liga em casa, sabemos que é*

*ele, mas ele não fala nada. E o pior é que não tem hora. Pode ser de dia, de noite ou de madrugada. Tem uns colegas dela que já viram ele rondando a nossa casa, à tarde. Vocês não sabem o que estamos passando. Por isso é que eu estou falando que vocês precisam fazer alguma coisa, entende?”*

Diante do quadro, a escola, através dos professores e funcionários, aumentou sua atenção sobre os dois alunos tentando evitar novos incidentes.

Posteriormente ele começou a ameaçar a professora orientadora de sua classe. Era ela quem entregava as notas para a mãe, relatava os fatos, transmitia a opinião do conselho de classe e fazia as sugestões de encaminhamentos. Ele morava no mesmo bairro que a professora. Uma tarde, pulou a janela da casa dela e, entrando em sua sala, mexeu em alguns objetos. Foi visto pelo vizinho que chamou sua atenção. Na última briga do aluno na escola, foi a mesma professora que separou-o do colega. Em seguida ela começou a receber vários telefonemas de ameaça. Certa ocasião, ela estava no interior de um supermercado e percebeu que ele estava presente. Tirava as mercadorias do carrinho dela e, do outro lado das gôndolas, dizia alto palavras obscenas.

A situação foi piorando cada vez mais e a escola exigiu um posicionamento definitivo da mãe. Ela optou por tirá-lo da escola a fazer um tratamento rigoroso. Quando soube que iria deixar a escola, ficou muito bravo. No último dia de aulas quebrou duas carteiras, rabiscou paredes, quebrou o vaso sanitário e o vidro do banheiro. Com a saída dele, a escola não soube mais sobre o caso. **(07)**

*“Quero mostrar meu pai para os meus amigos...”* Os pais do aluno não viviam juntos. O pai esteve poucas vezes na escola. Segundo a mãe e o próprio aluno, ele é bastante displicente e não cumpre algumas obrigações em relação à família. Além de não pagar a pensão, estabelecida em juízo, raramente visita o filho e, quando o faz, se refere à escola de maneira negativa.

A escola chamou-o várias vezes. Ele comparecia e se comprometia a voltar outras vezes, mas não o fazia. Apresentava resistência à educação dada pela mãe ao filho, prometia agir, mas quando terminava a entrevista, saía e demorava longo tempo para retornar. Não cumpria o prometido, mesmo fazendo-o na presença do filho.



O aluno costuma pedir para a escola enviar os avisos para ele porque *“quem sabe ele vem, eu quero mostrar meu pai para os meus amigos, senão eles não acreditam que ele mora nessa cidade”*.

O garoto ficou reprovado na 5ª série, fez acompanhamento psicopedagógico e a profissional que o atendeu, em contato com a escola, apontou sérios problemas emocionais que o garoto tinha e que estavam relacionados à ausência do pai na vida dele. Problemas como: sentimento de solidão, abandono, baixa auto estima, etc.

A mãe, diferente do pai, acompanhava com mais detalhes a vida escolar e pessoal do filho. E como precisava do auxílio financeiro do ex-marido, pedia insistentemente que a escola o chamasse. Segundo ela: *“Acho que é um jeito dele perceber que o filho existe. O menino sofre porque sente falta do pai e porque ele não aparece nunca. Quem sabe, ele vindo na escola, percebe que precisamos de tudo. Até que ele pague a escola do filho. Eu tenho tentado preservar a figura do pai, não para mim mas para o meu filho crescer mais equilibrado. Mas eu não posso socorrer a falta da figura paterna”*.

No final do ano, a mãe disse: *“ Por mim ele fica retido mesmo. Eu sei que ele deixou a escola de lado, estamos passando por um momento muito difícil. Ele não pode acudir todos os aspectos de sua vida emocional. Acho que a escola está certa e os resultados não podiam mesmo ser diferentes. Acho que meu filho não teria condições de ir para a 6ª série. Eu falo isso pra ele. Não fico brava. Sou uma mãe carinhosa. Vocês vêem como ele está entendendo bem a reprovação? Mas eu tenho medo do pai dele. Vocês precisam me ajudar a explicar pra ele, vocês precisam convencê-lo. Ele pode prejudicar nós dois mais do que já prejudica”*.

O pai foi chamado e compareceu depois de vários telefonemas da escola. Disse à coordenadora: *“Acho que meu filho deveria ser aprovado por que eu pago para ele estudar e pago caro para ele não reprovar. Pago muito caro essa escola, o material, o transporte. A mãe do meu filho é culpada disso, ela não cuida direito do menino. Mas vocês podiam fazer alguma coisa, não? Deixar só na mão dela não dá. Sabe o que eu vou fazer? Vou acioná-la judicialmente por irresponsabilidade. Ela não acudiu a situação em tempo”*.

Pelos fatos relatados, tanto a influência do pai como a da mãe na vida do filho, inclusive escolar, era bastante evidente. O pai pelo longo período que ficava sem ver o filho e a maneira com que se relacionava com ele, prometendo visitá-lo ou levá-lo para passear e não cumprindo, só agravava a situação de abandono sentida pelo garoto. Por isso o filho “forçava” situações que “obrigassem” o comparecimento do pai. Para o aluno era uma das poucas oportunidades que tinha de “mostrar aos amigos que tinha pai”. A mãe, por reforçar publicamente as situações que demonstravam a omissão do pai do menino, agravava e reforçava seus problemas emocionais.

E, para complicar ainda mais a situação, a mãe tinha medo do ex-marido e da possibilidade dele tirar-lhe a guarda do filho.

A influência dos pais,<sup>24</sup> cada um a sua maneira, acabava por afetar a vida do filho, também no âmbito escolar. Quer nas entrevistas especiais que aconteciam com o aluno, quer no relacionamento dele com as pessoas, quer na sua visão de mundo, era possível perceber a presença dos pais, através do garoto. **(08)**

*“O problema do meu filho, eu resolvo...”* Ainda sobre o consumo de drogas, outro caso merece ser relatado por fazer parte de um grupo em que o desconhecimento, a insegurança ou o receio de uma educação equivocada por parte do pais, pode levá-los a tratar os filhos usuários, de maneira inadequada.

A mãe do aluno aparentava ser fisicamente frágil, de estatura baixa e bastante magra. Falava baixo e rápido. Nos vários atendimentos realizados, ela se mostrava preocupada e olhava, todo o tempo, para os lados como quem verifica se existe mais pessoas observando a conversa. Ela procurou a escola com o seguinte pedido: *“Preciso que vocês me ajudem olhando meu filho. Ele toma um comprimido, um analgésico infantil, na hora do intervalo, junto com o lanche. Sabe, desde pequeno foi acostumado assim. No começo eu dava para ele descansar durante o dia e dormir melhor à noite. Com o tempo ele começou a reclamar de dores de cabeça e no corpo. Então comecei a colocar na lancheira dele um comprimido todos os dias pra ele tomar se precisasse. Mas ele começou a tomar todos os dias. Eu perguntava e ele dizia que tinha doído a*

---

<sup>24</sup> O assunto é discutido nesse trabalho e se constitui um dos mais sérios problemas na educação do jovem. A coerência dos pais, separados ou não, aparece como atitude fundamental na educação dos filhos.

*cabeça, outro dia dizia que tinha doído o joelho e cada dia era uma coisa. No início eu não achei que tinha nenhum problema, mas agora estou começando a me preocupar. Eu li que quem toma muito comprimido também pode ficar viciado. Eu já tentei não dar mais o comprimido para ele, mas ele fica muito bravo e diz que sem o comprimido a dor de cabeça é tanta que nem consegue pensar. Não sei, mas tenho um pressentimento de mãe que isso pode ser um problema”.* No decorrer do atendimento, quando foi sugerido que ela consultasse o médico do filho e diante das orientações recebidas que fosse à escola com o marido para novo atendimento, ela relatou: *“Eu não posso contar para o meu marido porque ele vai ficar muito bravo comigo. Eu estou me sentindo um pouco culpada por deixar a situação chegar nesse ponto. Eu não só sabia mas ajudava meu filho porque eu comprava o remédio que ele precisava. Se eu tenho o hábito de tomar remédio? Tenho sim, eu e meu marido. Minha mãe e minhas irmãs ficam muito bravas porque falam que pra tudo a gente vai à farmácia”.* Foi perguntado se ela já havia contado o fato ao pediatra do menino. Ela respondeu: *“Ih! Você nem sabe, quando ele era pequeno eu não falava porque sabia que era certo. Mas depois de grande, quando eu falo que vou perguntar para o médico, ele não deixa de jeito nenhum”.* A escola consultou um médico e o mesmo afirmou que precisaria conversar melhor com o aluno e a família, mas, aparentemente, tratava-se de um caso de dependência farmacológica ou dependência química medicamentosa e que assim como outras dependências apresentava riscos para o aluno. Seria necessário um diagnóstico mais preciso e, se confirmado, um tratamento.

A mãe parecia não se dar conta da gravidade do caso. A escola tentou, através de seus profissionais, uma aproximação com o garoto, conversando nos recreios e através do professor de educação física, mas as tentativas foram frustradas. O pai foi chamado com o pretexto de retirar o boletim do filho mas argumentou que: *“desculpe mas eu trabalho em São Paulo e vou de ônibus fretado. Se perco meu ônibus de manhã tenho prejuízos no meu trabalho. Mas minha mulher pode, é certeza que ela vai”.*

Depois de muitas tentativas, a professora de ciências do aluno conseguiu que ele, ao menos, aceitasse conversar sobre o assunto com ela. Foram vários encontros em que ela, aos poucos, foi explicando que ele precisaria ir a um médico para verificar “se poderia tomar aquele remédio”, mostrou algumas fotografias e trouxe um texto para ele

ler. No final, ele mostrou os primeiros sinais que concordaria em consultar um médico. Imediatamente a escola comunicou a mãe com o objetivo de que ela o levasse à consulta. Ela disse, ainda por telefone: “*Quem autorizou a professora a falar disso com meu filho? Quem autorizou a professora a mandar meu filho ao médico? Vocês contaram para ela? Ele não me contou nada disso. A professora não podia falar nada com ele, sem me consultar antes. Eu contei para você só para desabafar com alguém, não para que “outros” resolvessem por mim. O problema do meu filho, eu resolvo. E sabe de uma coisa? Pensei melhor e nem acho que o caso é tão grave. Eu e o meu marido também tomamos remédio e não somos viciados, viu?*” Esse dado foi confirmado pelos colegas de classe que freqüentavam a casa do aluno. Brincando, durante uma aula de laboratório em que a professora estava abordando os vários tipos de drogas existentes no mercado, eles deram como exemplo os hábitos da casa do colega.

Depois do telefonema, a mãe não se comunicou mais com a escola e no final do ano pediu transferência do filho para outra instituição.

Percebemos que o comportamento dos pais influenciou decisivamente o filho uma vez que ele reproduzia os hábitos familiares vividos dentro de sua casa.

Numa relação de causa e efeito o aluno contava com o apoio da mãe para manter seu possível vício e ela reforçava tal hábito na medida em que o aceitava. Além disso a atitude de retirar o aluno da escola reforçou, para ele, a idéia de que esta fez uma intromissão em seu problema particular, problema que nenhum dos dois demonstrou efetivamente interesse em resolver. Ambos, em ocasiões diferentes, recusaram a ajuda oferecida.

Para o aluno, o uso de medicamentos era uma necessidade. Provavelmente eles tinham percepção de que, para resolver o problema, seria necessário abandonar a aparente estabilidade em que viviam. As relações familiares e as atitudes teriam que ser repensadas a partir do tratamento, precisariam estar em contato com outros profissionais e várias pessoas conheceriam o fato. Por certo isso os amedrontava. (09)

“Resolvi que meu filho vai embora...” Assim como este, outros casos demonstram que o comportamento dos pais pode apresentar conseqüências imediatas na vida escolar do filho.

O caso, se refere a um aluno que, desde o início do ciclo, não tinha hábito de apresentar trabalhos nas datas combinadas com os professores, deixava de fazer tarefas, não participava adequadamente dos grupos de trabalho, das aulas de laboratório, se dirigia à biblioteca, mas não fazia a pesquisa solicitada, interrompia o professor, quando este se dirigia à classe, etc.

Em relação aos colegas, ele combinava, mas não comparecia às reuniões em equipes e em duplas, faltava aos treinos e aos jogos, na sala de aula ironizava quando eles faziam perguntas aos professores, atrapalhava os grupos que trabalhavam na biblioteca, interrompia os colegas quando estavam apresentando trabalhos. No início, este comportamento era aceito e até admirado pelos amigos mais próximos porque era motivo de inúmeras brincadeiras. Mas com o tempo alguns alunos, sentindo-se prejudicados, foram se afastando dele. No final, era difícil para os professores conseguir que ele fosse aceito nos grupos de estudo, de pesquisa ou de jogos. Aparentemente o mesmo comportamento que o aproximou, foi responsável por afastá-lo dos colegas.

Quanto à estrutura escolar, ele resistia ao máximo em participar dos eventos. Chegava quase diariamente atrasado para a primeira aula e quando estava no horário pedia à secretária: *“Olha, quebra meu galho, não quero entrar. Minha mãe me fez chegar na hora. Eu estou morrendo de sono. Fiquei assistindo televisão até as duas. Não dá. Preciso de um tempo para acordar. Posso ir lavar o rosto?”*

Os pais compareciam pouco à escola. Os comunicados enviados, com o objetivo de conversar sobre o comportamento do filho, não eram devolvidos. Em uma das entrevistas foi perguntado o motivo deles não terem comparecido antes, a mãe respondeu que eles haviam se esquecido. Imediatamente, o aluno interferiu: *“Não mãe, esse foi o bilhete que eu perdi. Aquele que o porteiro achou e entregou para o X* (ele se referia ao assistente de alunos que recebeu o bilhete do porteiro depois de alguns dias). *Lembra? Eu te falei”*. A mãe do aluno nada respondeu.

Na mesma entrevista, a mãe se dirigiu à coordenadora pedagógica se referindo ao fato do filho ter dificuldades para chegar no horário de início das aulas e disse: *“Eu não sei o que acontece com ele. Toda noite, se deita às 21:00 horas e de manhã parece que está caindo de sono”*. Ao ser questionada sobre a possibilidade do filho não estar dormindo neste horário, ela perguntou: *“Você está querendo dizer que eu estou*

*mentindo? Se eu estou dizendo que ele dorme cedo é porque dorme cedo. Eu não tenho culpa se a escola exagera nas tarefas de casa e se meu filho não tem tempo de descansar. Ele já chega exausto, logo cedo. Além disso, você já observou o peso da mochila que ele carrega, de manhã? Acho absurda a quantia de material que vocês pedem".* De fato, foi observado o excesso de material do aluno. Consultada a respeito, a orientadora educacional, junto com o aluno, relatou que ele tinha o hábito de trazer diariamente todo o material na mochila e que ele havia sido orientado por ela e por alguns professores para selecionar o material, de acordo com o dia da semana. Perguntado o motivo do seu procedimento, ele argumentou: *"Trago tudo para não ter perigo de esquecer nada"*.

Outro assunto abordado na entrevista foi o fato dos professores suspeitarem que as tarefas não eram feitas pelo aluno uma vez que o nível das respostas e dos textos produzidos, não eram compatíveis com sua idade, nem com a produção demonstrada por ele, quando estava em aula. Além disso, a letra apresentada, na maioria das vezes, era a da mãe. Ela argumentou que *"só passava a limpo, para ajudá-lo"*. A escola pediu a ela que evitasse tal procedimento.

O pai do aluno, em todas as entrevistas com funcionários ou professores, levantava a suspeita de que o filho era discriminado porque ele, como pai, havia participado da comissão de negociação das mensalidades, em anos anteriores. Um dos professores do aluno, fez o seguinte relato a esse respeito: *"Conversei com o pai do aluno sobre as dificuldades do filho. Ele não recebeu muito bem as minhas observações dizendo que eram críticas e que eu poderia estar discriminando o aluno por causa dele ter participado da comissão que "brigou" por causa das mensalidades. Eu nem sabia disso. Falei para o pai que nem era contratado dessa escola na época que aconteceram esses fatos. Faz tempo, hein? Até brinquei dizendo que sou de uma geração mais nova. Ele não gostou e disse que se eu não sabia, que procurasse saber. Fiquei sem entender nada. Uma hora ele diz que eu discrimino o menino, outra hora diz que eu não sei de nada. Eu não quero nem saber das brigas dele com a escola, meu negócio é outro. Ele até pode falar que eu sou alienado mas tem dó, vou saber do que aconteceu 4, 5 anos atrás? Agora falar da falta de responsabilidade do filho, ele não quer. Fica o tempo todo desviando para outro assunto"*.

Alguns professores não tinham conhecimento dos detalhes do episódio, porque ele havia ocorrido anos antes do ingresso do aluno no setor de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> série. Mas a explicação não era aceita pelo pai. Para ele, o episódio havia sido determinante na conduta que os professores adotavam com o menino e após muitos anos, ainda, causava o clima desagradável de desconfiança da família no trabalho pedagógico realizado pelo setor.

O episódio lembrado pelo pai, diz respeito ao fato dele, representando os demais pais, ter agredido fisicamente o diretor da escola em uma reunião de negociação de parcelamento e descontos nas mensalidades escolares. Como os demais pais optaram por destituí-lo da função, uma vez que o fato interferia na continuidade das negociações, ele acabou por desentender-se com o grupo. A partir daí, a situação ficou bastante delicada para todos. Com o tempo, entretanto, o episódio foi sendo esquecido, menos por ele, que sempre voltava a citá-lo nas entrevistas.

A 7<sup>a</sup> série foi para o aluno, marcada pelos episódios mais graves de falta de compromisso e desatenção. No final do ano, os pais optaram por transferir o filho para uma escola pública. Quando o pai foi retirar o boletim do aluno, disse: *“Resolvi que o meu filho vai embora. Ela vai para a escola do estado. É a única maneira dele passar de ano. E eu não estou interessado que o meu filho aprenda, eu quero mesmo é que ele tire o diploma”*.

Achamos pouco provável que as atitudes de indisciplina do aluno possam ser explicadas, como deseja o pai, somente pelo episódio de agressão ao diretor da escola, anos atrás. É mais provável que ele estivesse sendo influenciado pelo ambiente escolar que se criou e até mesmo pela falta de limites da família sobre ele como horário de estudo em casa, obrigação de comparecer às reuniões com os colegas e cumprir os compromissos assumidos.

Os pais, de certa forma, autorizavam as ações do filho na escola, assim como em casa. As atitudes da mãe, fazendo as tarefas por ele, eram mais importantes que suas palavras. Representavam, em seu imaginário juvenil, a própria autorização para que ele mantivesse seu comportamento. Mais uma vez, a ação dos pais estava autorizando o filho a não assumir um comportamento responsável. A posição displicente do aluno, aliada ao excesso de cuidados da família, indiretamente antecipou sua saída da escola. E

esta, mostrou-se incapacitada para trabalhar com a família de maneira adequada e conseqüentemente conseguir que ela tratasse a vida escolar do filho por outra via. Assim, a escola demonstrou estar “preparada” para tratar casos corriqueiros, mas com dificuldade para solucionar casos que colocam em debate a instituição e a abertura real dada por ela para a participação efetiva dos pais. (10)

*“Eles acabaram ficando a “cópia” dela...”* Os pais não vivem juntos. Os dois filhos estudavam na escola. A menina tinha relacionamento bastante difícil com as colegas. A classe a descrevia como *“Ela é chata e antipática. Ninguém gosta dela. Todo mundo na classe fala e dá sua opinião, mas ela é diferente. Ela fala de um jeito... Parece que só ela sabe tudo. É por isso que ela fica de lado. Ninguém quer ficar com ela.”*. A professora orientadora da classe deu um depoimento, em outras palavras, parecido: *“Ela é uma aluna inteligente, organizada e se empenha para fazer o melhor. Mas o problema é que ela demonstra toda sua capacidade para a classe de maneira antipática. Ela não é humilde em nada. Por isso não encontro um aluno na classe que goste dela. As vezes um ou outro se aproxima mas logo percebo que é mais por interesse em aproveitar o que ela sabe ou para que ela faça os trabalhos por ele. Depois que passa o trabalho eles se afastam. É um problema. Tenho que ficar mediando todo o tempo para a situação ficar, no mínimo, suportável. Quando ela vai falar alguma coisa na classe, os colegas fazem gestos e protestam. Olha, eles tem certa razão, ela é muito difícil mesmo. O clima na classe não é nada fácil ”*.

A mãe, ao comparecer à escola, procurava informações sobre os fatos ocorridos na sala de aula porque, segundo ela, a filha reclamava das colegas de classe. Também se referia aos professores de forma agressiva. *“Eu não sei o que acontece. Minha filha é boa aluna e assim mesmo os colegas a tratam mal. Ela reclama muito que eles a “deixam” de lado. Acho que eles tem dificuldade em entender as coisas que ela fala. Será que não está faltando um certo “trabalhinho de vocês”, não? Acho que o que vocês fazem é muito pouco. Afinal a escola está aqui para ajudar ou não? Fora daqui então é pior. Eu tenho que ficar no meio das brigas quando eles vão fazer trabalhos fora daqui”*.



No final do ano ela se mudou para outro estado, levando a filha. O filho foi morar com o pai e continuou morando na cidade. Ao mudar-se, ela comunicou: *“Estou indo embora daqui. Não agüento mais. Até o pai dos meus filhos resolveu me atormentar. Ele diz que eu prejudico o crescimento dos meus filhos porque sou muito brava. Pode isso? Eu vou, mas ele vai ter mais trabalho para ir ver a filha, porque eu vou levá-la comigo. O menino já é mais crescido e já bate mais o pé. Então eu vou deixar ele ficar morando com o pai”*.

O pai, no início do ano seguinte compareceu dizendo: *“Tenho que avisar que vim muito pouco até agora. Muitas vezes não podia mesmo porque viajo muito. Mas outras vezes descobri que minha ex-mulher escondia os problemas de relacionamento deles. Ela não deixava as crianças contarem porque achava tudo normal. Eu nunca vi uma prova nem uma circular que a escola mandava. Ela era muito difícil e essa foi uma das razões porque nós nos separamos. Acho que meus filhos, conviveram muito tempo só com ela e eu fui me afastando. Eles acabaram ficando “a cópia” dela. Não é que eu seja bonzinho, tenho meus defeitos mas ela contribuiu muito para eles ficarem assim”*.

Trata-se de um caso em que o relacionamento do casal mesmo após a separação, continua interferindo na educação dos filhos. Há, pelos dois relatos, acusações mútuas e atribuições de responsabilidades que, provavelmente, atingem os filhos. Esconder do ex-parceiro os problemas apresentados pelos filhos, afastar-se deixando para o pai ou a mãe cuidarem da educação deles, omitir-se mesmo conhecendo os problemas são características rotineiras percebidas nos atendimentos às famílias dos alunos. Pela ótica da mãe, a filha sendo “boa aluna” teria automaticamente um bom relacionamento com os colegas, o que nem sempre é verdade. Muitas vezes, a maneira do aluno mostrar seu desempenho o afasta do grupo. Sobrepor-se aos demais, de maneira antipática, por certo, descaracteriza um dos sinais mais importantes de identificação “do grupo”, que consiste na igualdade de comportamento, vestimenta, linguagem e desempenho escolar. **(11)**

*“Meus filhos jamais mentiram para mim...”* A aluna é filha de um casal que mostra divergências sérias em relação à proposta da escola. Apesar de conhecer a opinião dos pais, ela demonstra gostar do ambiente e das amigas da classe. Estas a

auxiliam periodicamente, porque ela apresenta algumas dificuldades apesar de se esforçar para saná-las. Costuma chorar constantemente na escola, mas não conta o motivo nem para as amigas mais próximas. Quando isso acontece pede para sair da sala de aula e ficar sozinha.

A aluna apresenta dois comportamentos diferentes em relação à escola. Quando está sozinha, apesar de tímida, inibida e de falar baixo, ela é solícita, simpática, cumprimenta as pessoas e responde, com facilidade, as perguntas dirigidas a ela.

Quando está junto com os pais, não cumprimenta nenhum professor ou funcionário da escola, fica sempre de cabeça baixa e, se alguma pergunta é feita, espera que a mãe ou o pai respondam por ela.

Numa ocasião, recebendo uma prova com nota baixa, falsificou a assinatura da mãe. Foi atendida pela orientadora educacional: *“Eu falsifiquei a assinatura dela porque estava com medo dos meus pais. Meu pai é muito bravo e não quer que eu tire nota baixa”*. A orientadora educacional decidiu chamar os pais, porque achou o momento oportuno para eles ouvirem o motivo da falsificação da assinatura e, ainda, poderem conversar e talvez descobrir o motivo de sua timidez e choros constantes. Os pais compareceram e a orientadora educacional contou o fato a eles e pediu que a aluna falasse. Imprevisivelmente, ela disse: *“Eu não falei para você que fui eu que falsifiquei a assinatura da prova. Nem é a da minha mãe. Alguém pegou minha prova na mochila e escreveu o nome dela”*. Terminado o relato da filha, o pai disse: *“O que é isso? Você quer que minha filha fale o que não fez? Mais um engano da escola, hein? Meus filhos nunca, jamais, mentiram para mim”*.

A aluna fazia tratamento com uma psicopedagoga. Esta afirmou que a aluna tinha os mesmos problemas lá. Chorava e dizia que tinha medo do pai. Mas quando eles compareciam não repetia as mesmas idéias colocadas na ausência deles.

Em uma entrevista, só a mãe compareceu. Começou dizendo que a filha dava muito trabalho porque não gostava de estudar. E, falando sobre a família, fez a seguinte afirmação: *“Esperava que nascesse um homem e veio uma menina. Já tinha um filho e quando ela nasceu tive que fazer um enxoval novo. Tive muitos gastos com ela. Meu marido sempre falou que queria ter três filhos, todos homens”*.

A aluna terminou o ciclo na escola, com certa dificuldade. Ingressou no 1º ano do ensino médio e foi retida. Não quis mais estudar. (12)

*“Será que você não poderia cuidar deles para mim?...”* Os três filhos do casal foram alunos da escola. O mais velho era calmo, tímido, discreto, se relacionava bem com os colegas de classe que apresentavam as mesmas características acima. Tinha excelente relacionamento com a maior parte dos professores e funcionários. Apesar de quieto, era receptivo, colaborador e alegre. Diferente dele, os dois irmãos gêmeos eram bastante indisciplinados. Apesar de não estudarem na mesma classe, estavam na mesma série. Ficavam sempre juntos e faziam os mesmos programas. Quando um deles, ia para a escola, o outro o acompanhava. Jogavam no mesmo time da escola e participavam dos mesmos jogos nos recreios diários. Na saída dos alunos, quando havia algum problema relacionado a briga entre alunos eles também se mantinham unidos. Por isso, normalmente, os atendimentos, as entrevistas, os comunicados eram para ambos. Eram orgulhosos, não assumiam nem se desculpavam diante de equívocos cometidos com colegas ou professores. Enfrentavam e ironizavam as pessoas inclusive os pais dos alunos, respondiam aos professores, porteiros, brigavam freqüentemente com os outros alunos, não atendiam os pedidos feitos pelos funcionários, não cumpriam compromissos assumidos e não tinham receio dos comunicados enviados para a família. Diziam que “nada lhes aconteceria” e que “a mãe iria comparecer à escola para tirar satisfações sobre a atitude tomada com eles”.

Como eram irresponsáveis com as atividades escolares, o rendimento deles foi diminuindo gradativamente apesar de serem capazes de apresentar outro resultado. Toda vez que resolviam estudar para as provas, conseguiam boas notas ou quando faziam as pesquisas apresentavam bons trabalhos finais.

Os pais compareciam sempre que a escola os chamava. Raramente assumiam uma postura de adesão ao quadro apresentado pela escola sobre o comportamento dos filhos. Normalmente procuravam “explicar” os motivos pelos quais eles “eram obrigados” a agir diante do caso. Mas não o faziam de maneira ríspida, ao contrário, costumavam rir ingenuamente das “artes” dos próprios filhos e, diferente deles, nunca

tratavam mal as pessoas da escola. Estavam sempre presentes nas festas, comemorações, reuniões, eventos, etc.

Durante uma entrevista, a coordenadora pedagógica perguntou aos pais porque, na opinião deles, existia diferença de comportamento entre os dois irmãos gêmeos e o filho mais velho. Disseram: *“É culpa da gente. Nós não colocamos muitos limites mesmo. Sabe, tentamos ser mais maleáveis com esses dois porque com o mais velho já fomos muito rígidos e ele não é feliz. Então nós resolvemos agir diferente com os mais novos. Eles são danados mesmo, mas não são maus meninos”*.

A postura do pai era diferente, quando a esposa não estava junto com ele. Parecia mais à vontade para emitir sua opinião, que nem sempre era a mesma das entrevistas em que os filhos ou a mulher estavam. Apesar de não concordar com o que ele chamava de “rigor excessivo da escola com os filhos”, parecia compreender melhor os fatos que lhe eram relatados. No final de uma entrevista disse: *“Em casa nós também temos muitos problemas com os garotos. Os vizinhos reclamam muito deles. Minha esposa não trabalha fora de casa e fica sabendo de tudo o que eles fazem. Mas ela tem o defeito de encobrir e esconder de mim o que eles aprontam. Quando fico sabendo já passou um certo tempo. Daí, o que vou fazer? Ficar bravo com efeito retroativo? Não adianta nada, então eu também acabo deixando passar. Vira e mexe sou surpreendido com as “artes” deles. A escola é a única que me chama quando ainda dá tempo de fazer alguma coisa. Como vocês pedem a minha assinatura, então eles têm que mostrar e ela não pode esconder. Acho que é por isso que a relação com a escola está ficando cada vez pior.”*

Como a situação foi piorando, a mãe passou a freqüentar as reuniões sozinha, porque o pai trabalhava em outra cidade e ficava difícil para ele faltar muitas vezes para acompanhá-la. Invariavelmente ela se posicionava afirmando que: *“Acho que os meus filhos são injustiçados aqui na escola. Parece que tudo o que acontece, são eles que fazem. Parece que está ficando cada dia pior. E os outros, não fazem nada? Em casa eles são danados mas são muito bons filhos. Eu tenho tido muitos problemas de saúde e meu marido prefere que eu fique na casa da minha mãe porque os meninos me deixam mais nervosa ainda e como eles já estão crescidos, sabem se virar. Mas é só eu chegar, lá vem bilhete, de novo”*.

O pai, em certa ocasião, compareceu à escola e disse: *“Eu não sei mais o que fazer. Minha mulher está na mãe dela. Está doente de novo e os meninos não colaboram. E vocês não podem tolerar um pouco? Desculpe mas eu estou desesperado. Sabe o que é ficar fora o dia inteiro, ficar ligando para saber da casa e da esposa e ainda chegar e ouvir reclamações de todo lado? Até o guarda da rua resolveu reclamar dizendo que eles ficam mexendo nas casas dos vizinhos durante o dia. Não sei mais o que fazer”*. Em seguida, ele foi encaminhado para falar com uma professora que desejava lhe dar algumas orientações para acompanhá-los em casa, nas tarefas. Ela ficou muito surpresa porque o pai se dirigiu a ela, dizendo: *“Estou desesperado. Não sei mais o que fazer. Falei com a coordenadora mas parece que a escola não entende meus filhos. Minha mulher está fora. Meus filhos gostam muito de você. Será que você não poderia cuidar deles para mim?”* A professora ficou assustada com o pedido e disse que infelizmente não poderia assumir tal responsabilidade, mas se comprometeria a conversar com os garotos e acompanhá-los na escola. Ela começou a dar aulas particulares para eles, a ficar no horário do almoço com eles, a conversar mais com os meninos, pedia ajuda para os outros professores para acompanhá-los nas outras disciplinas, além da que ela ministrava. Ela dizia que *“tinha muita pena do pai”*.

O irmão mais velho não tinha nenhum convívio com os outros dois irmãos, dentro da escola. Era como se fossem desconhecidos. Não se falavam, não chegavam e nem saíam juntos. Em uma ocasião ele se dirigiu a um funcionário e pediu: *“Nem me lembra dos meus irmãos, por favor não me manda dar avisos pros meus pais, não quero nem saber o que eles aprontam”*.

No decorrer do tempo, eles passaram a fazer muitas inimizades com os alunos, inclusive das outras classes e período. A escola entendeu que a possibilidade de mantê-los estudando nela havia se esgotado. Pediu aos pais que fizessem a transferência dos meninos. Eles foram para outra escola e o irmão mais velho permaneceu estudando lá até o final do ciclo. Uma vez, conversando com uma professora, ele disse: *“Estou no céu, graças a Deus meus irmãos saíram daqui. Agora eles não me encham mais. Eles só aprontavam. Apesar que eles continuam aprontando em casa, na rua e na outra escola também. Mas pelo menos não fico o dia inteiro com eles”*.

Mesmo com o passar do tempo, a escola continuava tendo informações deles, porque, além de morarem próximos a ela, tinham amigos que continuaram estudando no Ensino Médio da escola além deles mesmos, às vezes, jogarem no sábado esportivo. A mãe continuou tendo problemas de saúde e o pai esteve por longo tempo em tratamento para a cura de um câncer. O filho mais velho saiu da casa dos pais e mudou-se para a casa de seu padrinho, em outra cidade.

O caso apresenta várias características que mostram como a postura dos pais interfere na educação escolar dos filhos, chegando a influenciar o comportamento destes dentro da escola. (13)

“*O menino tem jeito?...*” O próximo caso trata de um garoto, filho único, que ingressou na 5ª série com problemas de indisciplina e baixo rendimento. Era irreverente, contestador, provocava os colegas e questionava todas as atividades feitas na sala de aula, no pátio ou nos campos e quadras. Além disso, demonstrava ser bastante esperto e capaz. Quando gostava de uma professora ou da metodologia da aula, ele apresentava excelentes resultados. Ameaçava os colegas de “pegá-los na saída” e realmente brigava na portaria da escola, com frequência. Da mesma maneira ao fazer amizade com outro aluno, passava a defendê-lo sempre.

Os pais eram idosos, bastante humildes na fala e na postura. Prestavam bastante atenção às orientações fornecidas pelos professores e procuravam segui-las atentamente. Eram disponíveis e sempre compareciam, juntos, aos atendimentos. Mostravam-se bem intencionados e desejavam ajudar o filho. Na primeira entrevista o pai disse: “*Sabe dona, nós fomos pais já depois de certa idade. Deus deu esse filho que era o que nós mais queríamos. Acho que mimamos o menino. A gente não sabe educar ele, não. Não entendemos nada desses adolescentes. A gente pôs o menino aqui porque uma vizinha disse que vocês chamam a gente para orientar. O menino é meio danado, mas ele atende se fizer as coisas, com jeitinho, com ele. A gente quer que vocês digam o que fazer nesse negócio de escola, de estudar. É claro que a gente vai perguntar antes, porque tem que saber como faz e outras coisas. Mas a gente faz. Depois a gente quer voltar para perguntar se deu certo. E se vocês quiserem a gente vem falar se o que vocês mandaram*”

*a gente fazer foi bom, lá em casa. Tá bom assim? A senhora acha que dá para ajudar o menino?”.*

De fato, eles costumavam seguir as orientações da escola quanto aos horários de estudo, os dias que o garoto deveria estar na escola em outro período, etc. Às vezes, o pai ligava sem que a escola o chamasse e dizia: “*A senhora acha que está dando certo? O menino tem jeito?*” ou perguntado: “*Ele falou que tem que ir hoje à escola. Tem mesmo?*”

Outra preocupação dos pais era com a possível necessidade do filho ser acompanhado por algum especialista. Não tinham restrição a esse tipo de ajuda e questionavam os professores a respeito. A escola nunca encaminhou o aluno para qualquer especialista porque ele não apresentava sintomas que indicassem tal necessidade. Ele não precisou nem mesmo de professores particulares, porque a defasagem de conteúdo apresentada, por ocasião de seu ingresso na escola, foi sanada por ele mesmo, com a ajuda de poucos professores, normalmente durante as próprias aulas.

Alguns procedimentos já haviam sido combinados entre os pais e a escola. Por exemplo, quando as reuniões eram com os pais e o aluno, nada ficava por ser dito em relação ao comportamento do garoto. E, via de regra, os pais apoiavam à escola, na frente do filho. Por outro lado, era de conhecimento do menino que a escola não contaria aos pais todas as suas atitudes.

Esse é um dos casos em que o resultado positivo alcançado no final do ciclo pelo aluno esteve, em grande parte, vinculado ao comportamento dos pais diante das orientações dadas pelos profissionais da escola. Em nenhum momento a família deixou de cumprir o que foi combinado. E o aluno foi gradativamente melhorando até chegar ao final do curso com grande sucesso. O depoimento de uma das professoras que o acompanhou de perto resume: “*Hoje eu nem acredito que é o mesmo aluno de quando chegou aqui. Ele melhorou demais. E olha, é mérito dele e dos pais. O jeito humilde dos pais virem para as reuniões. Olha eu me lembro bem, eles chegavam, sempre juntos com o filho. Sentavam e ficavam escutando tudo o que era falado. Não me lembro deles terem dado razão para o filho nenhuma vez que ele brigou. Ao contrário, olhavam para ele e falavam sempre baixo e calmamente que ele estava errado e que podia melhorar.*”

*Eles sempre estavam prontos para atender os nossos pedidos. E o menino sabia que se não melhorasse, os pais ficariam sabendo. Hoje ele é um menino feliz. Continua brincando, é alegre e de bem com a vida. E eu admiro como os colegas gostam dele. Lembra como ele brigava, batia, unhava todo mundo? Olha como ele está agora. Que mudança!”.*

A coordenadora pedagógica se refere a esse caso como: “*Esse garoto ajudou a escola a crescer no entendimento e habilidade para tratar com adolescentes. Cada pergunta (e que perguntas!) que ele fazia nos obrigava a procurar respostas seguras e convincentes, caso contrário ele continuava discordando. O resultado alcançado por ele foi um presente aos profissionais da casa e para sua família. Foram 5 anos de trabalho ininterruptos. Inclusive uma reprovação que se mostrou necessária e foi compreendida pelos pais, o que contribuiu para que o aluno também a aceitasse”.* (14)

“*Relações perigosas...*” A mãe da aluna é médica psiquiatra. Quando comparece à escola parece muito nervosa e descontrolada. Roe unhas, mesmo quando conversa, tem os cabelos despenteados e é muito magra. Fala muito rápido tornado-se, às vezes, difícil entendê-la. Não aceita as orientações da escola sempre que estas estejam ligadas à participação dela, como ajudar na arrumação do material, não perder hora, oferecer um local e horário específico para a filha fazer tarefas, etc.

A filha é insegura, os pais são separados e ela procura esconder o fato das pessoas, incluindo seus colegas de classe. Ela permanece com a boca aberta todo o tempo, fica trêmula por qualquer motivo inclusive quando os professores falam com ela na classe. Se algum funcionário a cumprimenta no corredor ela olha desconfiada e não responde. Se lhe dirigem a palavra por motivos banais como perguntar se ela está bem, pergunta porque a pessoa está perguntando aquilo. Quando ela sabe que a mãe vem à escola, fica apreensiva durante todo o período e somente no dia seguinte é que ela recupera sua “normalidade” voltando a prestar atenção na aula, conversando com os colegas e participando dos jogos no intervalo. A aluna apresenta dificuldade especialmente em atividades que requerem dissertação e crítica.

Os problemas com a aluna ficaram mais acentuados quando a mãe começou a namorar o pai de um colega de sua classe. As famílias eram amigas, saíam juntas e os



filhos estudaram, por vários anos, na mesma classe. Os encontros entre os pais aconteciam no estacionamento da escola e tanto os colegas da classe como suas respectivas famílias viam o relacionamento dos dois. Os alunos, na classe, começaram a comentar porque o pai do menino é casado e vive com a mulher. Os colegas faziam comentários de acordo com o que viam na entrada, na saída da escola e diziam tê-los visto juntos na casa da garota quando iam fazer trabalhos em equipe com ela. O comportamento da classe exigia que os professores ficassem atentos para evitar constrangimentos dos dois alunos. As vezes o assunto tinha alguma relação com temas como namoro, sexo, infidelidade, etc. E aí, os alunos se olhavam e a situação ficava delicada. Ambos deixaram de se falar, de sentarem próximos e de fazer trabalhos juntos.

Quando a professora iniciou um conteúdo ligado à sexualidade humana, a garota começou a chorar e disse que não gostava de ter aula "dessas coisas".

O menino não podia ver cenas que se mostrassem violência em murais, filmes, jornais, etc. Ele teve uma forte crise de choro ao assistir o filme "Ilha Bikini", passado na matéria de Ciências, que tratava da bomba atômica.

Quando o rendimento escolar da menina começou a piorar, a mãe dizia que o problema da aluna era a escola e os professores e acusou as pessoas de negligenciarem nos cuidados e no acompanhamento de sua filha.

O aluno não sabia como se portar quando a situação ficava constrangedora. Procurava disfarçar e, mesmo no início, dizia que eles só ficavam conversando. Quando a situação entre os pais ficou insustentável, porque a esposa do pai descobriu, os filhos já estavam com sérios problemas emocionais e de rendimento.

A escola fez pouco além de pedir aos colegas de classe que mantivessem discrição e evitassem rir ou comentar o assunto.

No final do ano a mãe e a filha se mudaram para São Paulo. O aluno continuou até o final do ciclo na escola.

O que chama a atenção no caso são as relações sociais que se estabeleceram envolvendo a escola, a família, os demais alunos e suas respectivas famílias e como um problema familiar interfere na estabilidade emocional do jovem, fazendo-o ter problemas sérios com o aprendizado. Também merece registro o fato dos pais não perceberem (ou perceberam?) que a relação amorosa deles, por mais legítima que lhes

parecesse, acabou interferindo na vida escolar dos filhos e na relação deles com os demais colegas. (15)

*“Quanto custa uma prova com nota boa?”* A professora estava em uma das etapas do desenvolvimento do projeto sobre drogas. Quando ela se referia às diferenças entre usuário e o traficante, os demais alunos da classe apontavam, entre risos, um colega. Mais tarde, terminada a aula, durante o intervalo a mesma professora foi procurada por alguns alunos da classe. Pediram desculpas e quiseram explicar que estavam rindo por saberem que o aluno “X” era usuário de cocaína e que o pai do mesmo aluno era traficante. Questionados pela professora, eles confirmavam a suspeita dizendo: *“Professora, a gente tem certeza. Tem muita coisa acontecendo na vida dele. De repente, mudou muito o jeito dele viver, morar, se vestir. Agora ele só se veste com roupa de grife até para vir para a escola, tem sempre um monte de dinheiro na carteira e paga lanche pra todo mundo. Anda com carro importado e a família dele mudou para um bairro “chique” na cidade. Antes não, eles eram gente simples e ele morava numa casinha pequena, longe do centro”*.

Os alunos da classe demonstraram, no relato para a professora, que estavam um pouco assustados por não saberem como agir, inclusive nos momentos em que o colega lhes contava como usava a droga e como o pai fazia suas “transações” para fugir da polícia. Pouco tempo depois do episódio, o aluno apresentou os primeiros problemas sérios relacionados ao rendimento e aproveitamento escolar.

O aluno não tinha hábito de fazer tarefas, nem comprometer-se com atividades escolares de outra natureza, que costumeiramente interessam bastante aos alunos do último ano do ciclo como: maratonas, planejamento de formatura, projeto de orientação profissional, etc. Nos anos anteriores, porém, seu desinteresse não era tão acentuado. Apesar de tal comportamento tinha uma relação normal com os colegas da classe, brincava e falava normalmente. Em certa ocasião, quando recebeu uma prova com nota abaixo da média, perguntou à professora: *“Quanto custa uma prova com nota boa? Eu estou perguntando porque estou disposto a pagar para resolver logo esse caso, está dando muito trabalho”*. Diante da reação de susto e revolta da professora, o menino não mais tocou no assunto e parece que não o fez mais com nenhum outro professor.

Conversando com um funcionário do setor, ele disse: *"Cara, professor é muito honesto viu? Por isso eles vivem nessa situação miserável. Eles podiam facilitar um pouco, com tanta gente querendo passar de ano e eles ficam aí, mendigando nota pra aluno. Ficam dando de durões. Quer saber, acho que eles merecem ser assim porque eles não fazem nada, não se esforçam pra ganhar dinheiro mais fácil"*.

A mãe, mesmo sendo chamada, nunca compareceu à escola dizendo, por telefone que: *"Tenho outros problemas para resolver. Se querem me dizer que meu filho é rebelde, é mesmo, concordo. Também por isso, não vou. Ele já é grande, pode responder por seus atos, está na 8ª série. O que eu podia fazer por ele, já fiz até a 4ª série. Agora é com ele"*.

O pai foi chamado. Era uma pessoa bastante simples, no modo de se expressar, mas ao mesmo tempo, demonstrava "ares de superioridade" através de objetos que ele portava como as chaves, os dois celulares e um rádio comunicador, deixando-os sobre a mesa de atendimento. Falava alto e interrompia a entrevista para falar ao telefone.

Ele afirmou não saber da "oferta" que seu filho fizera à professora. Disse que conversavam pouco e que o menino tinha suas razões para agir daquela forma, pois sabia que iria apanhar da mãe, porque, segundo ele, o relacionamento deles não era bom.

Ele próprio se referia ao filho como: *"aquele moleque é uma coisa, só dá trabalho e atrapalha, eu tenho que ser sempre muito cuidadoso com "certas coisas" porque ele é esperto (ele não dizia quais, mas deixava uma sensação de mistério perpassar toda a conversa). Só se faz de burro no estudo e pra tirar o diploma porque pras outras coisas..."*. Em dado momento, ele formulou discretamente uma pergunta referente *"ao preço que a escola cobraria para o moleque passar logo de ano assim não tenho mais dor de cabeça de vir na escola resolver esses casinhos que ele cria"*. Diante da recusa da profissional em prosseguir a entrevista caso ele continuasse a encaminhar a questão daquela forma, ele pediu para se retirar e disse: *"Quer saber, não tenho mais paciência pra esse blá, blá, blá. Eu pago e vocês que se virem com o moleque. O problema é da escola e dos professores"*.

Em nossa opinião, nota-se certa coerência entre a atitude, as palavras, a maneira de agir, a exibição material do pai e do filho. O próprio olhar diante da escola é o mesmo. A instituição, enquanto local de saber, é ignorada. Assim como existe a

obrigatoriedade do pai de comparecer à escola, para tomar conhecimento da rotina de seu filho, há, por parte deste, uma obrigatoriedade de comparecer às aulas. Ambos estão ali buscando uma nota, um boletim e a aprovação para a série seguinte. O olhar diante da questão da avaliação é o mesmo, ou seja, ela pode ser atrelada à compra e venda com certa "normalidade" desde que seja para atender aos interesses de quem possui o capital. O olhar de ambos diante da profissionalização é idêntico, ou seja, o profissional pode ser comprado e caso se recuse é justificável sua situação de miséria. Eles utilizam uma posição econômica como indicador de intenções e objetivos e, caso as pessoas envolvidas na situação não aceitem, eles se "retiram". No caso do filho, comprando a prova e do pai, comprando a aprovação.

Novamente é possível perceber como comportamento da família pode influenciar um aluno na escola e no relacionamento que ele mantém com os colegas na sala de aula, com os funcionários e com os professores. Entrevistando a família dos alunos ou pelo menos um dos pais, na maior parte das vezes, é possível observar elementos que avalizam esta afirmação. **(16)**

*“Ele nunca faz de propósito”* Trata-se de um menino diferente dos demais. A coordenadora pedagógica o descreve da seguinte maneira. *"É um aluno absolutamente calado e apático. Aparentemente não ouve o que lhe é falado, parece sempre estar em outro lugar. Nunca responde nem para se defender nem para se justificar, nem para se irritar, nem para sugerir, nem para explicar. Olha nos olhos do locutor, embora não se importe com o que esteja sendo dito. Não sabe, depois de terminada uma fala (monólogo), repetir o que foi conversado. Nunca abaixa a cabeça, não parece ser tímido, acanhado ou envergonhado. Ao contrário, posta-se firme, com a coluna ereta mas sem emitir explicitamente nenhum sentimento. Aparenta ter muita dificuldade em falar. Não relata nada a respeito da família, da classe, dos colegas, do professor ou mesmo das aulas. Não diz se gosta ou não da escola ou se deseja mudar-se para outra escola mesmo com a insistência da família que se mostra aberta a tal possibilidade".*

Quanto ao aproveitamento escolar ele apresenta dificuldade e seu rendimento é baixo. Frequentemente não faz tarefas nem traz a mochila com material para a escola. No ano em que foi reprovado, após cursar a 8ª série, foi proposta pela escola, uma

transferência para o período da manhã, segundo a orientadora educacional, *"como uma tentativa de buscar em novos colegas uma motivação para seguir adiante uma vez que ele não se relacionava com nenhum dos alunos de sua turma"*. A família aceitou.

A mãe, apesar de aceitar algumas propostas feitas pelos profissionais que trabalham com seu filho, posiciona-se defendendo e justificando as atitudes dele. Ela diz, por exemplo: *"Ele NUNCA faz de propósito"*. *"Ele NUNCA acha que vai se prejudicar, eu posso te garantir que ele vai melhorar. Ele está tentando"*.

O garoto chega atrasado quase todos os dias. Ele vem para a escola de ônibus e a mãe o traz sempre que ele perde hora, apesar de prometer não fazê-lo. Ela diz que o lembra em tempo de chegar para o início das aulas, mas ele demora para se levantar e fica mais de uma hora no banho. Também, quando descobre que ele deixou todo o material em casa, ela leva a mochila para a escola mesmo que ele não tenha pedido e, quando chega, invariavelmente, procura desculpá-lo e assume o problema para si, culpado-se por ter "esquecido o material no carro".

Ao ser observado à distância, nos recreios, é difícil perceber reações dele aos estímulos do ambiente estudantil como brincar com um colega, fazer comentários sobre acontecimentos do dia, etc. Mesmo na presença da mãe que se mostra aberta e pronta para ouvi-lo, ele mantém os mesmos gestos, as mesmas posturas e o mesmo olhar. Durante uma entrevista, junto com a mãe, ao ser questionado pela orientadora educacional e pela mãe sobre como estava se sentindo estudando no período da manhã e ainda se desejava retornar para o período da tarde, disse de maneira lacônica: *"Não faz diferença, os alunos são pessoas e não amigos"*.

Os hábitos dele, fora da escola, segundo a mãe, se restringiam a assistir televisão todo o tempo, só indo dormir nas primeiras horas da madrugada. Ele não recebe ninguém em sua casa por isso a mãe diz não saber se ele tem amigos.

A mãe é fonoaudióloga. Tem graves problemas de fala, sendo difícil entendê-la quando conversa. Quando questionada mais incisivamente, prefere não responder a algumas questões, dizendo que não deseja fazê-lo "por motivos particulares". Não manifesta se aceita ou não o método da escola, alegando que "não me compete julgar a escola". Assim como o filho, a mãe não emite sua opinião sobre a escola, o que deixa os profissionais que nela trabalham sem saber se ela aceita o modelo de escola proposto ao

filho ou se, em casa, exerce alguma resistência sobre ela o que poderia de certa maneira auxiliar uma análise das possíveis causas da apatia do aluno. A atitude de ambos sobre a escola é a mesma: não se opõem à escola, não reagem, não acusam, nem demonstram resistência a ela. A única afirmação clara da mãe é sobre o término do curso. Diz que seu objetivo é ver o filho terminar a 8ª série, “depois ele é quem vai decidir o que fazer do futuro”.

A atitude de ambos coincide também acerca da figura paterna. Apesar do casal ter vida em comum, ele nunca compareceu à escola e nem é mencionado durante as entrevistas ou conversas informais.

A mãe resolveu empregar o filho em uma locadora de vídeo de propriedade dos amigos da família. Segundo ela, apesar do filho estar gostando da experiência, ele apresenta as mesmas características de apatia e silêncio. Ao ser questionado a respeito do emprego disse que *"tanto faz trabalhar ou não. Não faz diferença"*.

Achamos que apesar da identidade existente entre mãe e filho, existe o agravamento da situação do menino à medida que a mãe justifica a falta de compromisso e os "esquecimentos" dele como sendo seus. Apesar de não considerar normais suas atitudes, ela não o repreende e prefere deixar para ele decidir qual será seu futuro depois do término do ciclo de Ensino Fundamental. (17)

*“Vocês não sabem, mas eles são bonzinhos...”* Trata-se do caso de dois irmãos, filhos de uma professora que trabalhava na mesma escola em que eles estudavam. Apresentavam rendimento insatisfatório aparentemente causado, entre outros motivos, por indisciplina, sendo que o comportamento de ambos diferia da maior parte dos alunos da 7ª série. No convívio da sala de aula eram simpáticos com os colegas de quem gostavam. Formavam um grupo bastante unido e se queixavam quando um dos alunos não aceitava participar de alguma brincadeira. Porém, não eram receptivos com os demais colegas de classe. Se um deles fizesse alguma pergunta ou pedisse explicações ao professor, durante uma aula expositiva, logo o apelidavam pejorativamente e intimidavam a participação de todos. Os professores diziam que havia dificuldade em conversar individualmente com eles, porque se recusavam a qualquer contato.

Costumavam estragar carteiras e materiais da sala de aula. Em várias ocasiões depredaram ambientes da escola como banheiro, portões, cadeados e sala de aula. Agiam da mesma maneira fora da escola. Por ocasião de um baile, compareceram ao clube e, ao final da noite, quebraram algumas cadeiras e mesas do local. Após dois dias, sabendo que eles eram alunos da escola, um dos diretores do clube telefonou para a escola informando o ocorrido. Em outra ocasião, durante a festa de aniversário de uma colega de classe, entraram no escritório do pai da garota e mexeram em documentos da família. Foram ao banheiro, rasgaram os papéis de parede e danificaram um vitrô de madeira da casa. Os pais da aluna manifestaram publicamente seu descontentamento e os colegas contaram o fato na escola. Eles tinham também, por hábito, acusar outros alunos pelas atitudes que tomavam e dificilmente assumiam a autoria do acontecimento. Procuravam cooptar colegas, formando grupos e “marcando” brigas na porta de outras escolas e de bares que freqüentavam nos finais de semana. Em uma das escolas onde estudaram estiveram envolvidos em um episódio, relatado pelo secretário da mesma: *“Eles são terríveis. Uma noite eles entraram na secretaria da escola. Eles estavam procurando as provas bimestrais. Coincidentemente, a única prova que já estava pronta foi levada para casa, pela professora, e as demais ainda se encontravam na sala de mecanografia, para serem copiadas. Como nós não tínhamos como provar que eram eles, porque o vigia disse que não tinha certeza, não pudemos levar o caso adiante. Acho que o vigia sabia, mas ficou com medo, porque eles são ...”*.

A mãe, por seu lado, apresentava dificuldade em aceitar que os filhos pudessem ser os autores de fatos como os citados acima. Demonstrava insegurança e fragilidade no trato com os problemas dos filhos e, além disso, manifestava extrema dependência do marido a ponto de pedir que ele fosse chamado porque ela “passava mal” toda vez que precisava tratar de algum assunto relacionado com a indisciplina dos filhos. Ao mesmo tempo, pedia que não fosse contado detalhes do ocorrido porque o marido era muito rigoroso com todos na casa. De fato, nas entrevistas feitas pela escola com o pai, ele demonstrava, em princípio, ser bastante rigoroso. Comparecia sempre que chamado. Incondicionalmente usava farda – é militar- e apresentava uma postura de austeridade.

Certa ocasião o pai disse: *“Lá em casa eu sou o único que é rígido com os meninos. Sendo assim eles já fazem o que fazem. Imagine seu eu fosse menos exigente?”*

*A mãe é muito boa com eles, por isso ela faz papel de boba. Eles tripudiam e ela pensa que eles são bonzinhos. Comigo não. Eles nem pensam em me fazer de besta. Eu imponho horários e dias para eles saírem de casa mesmo. Podem até dizer que não está certo mas eu não vou mudar. Por enquanto quem manda em casa sou eu. Quando eles tiverem barba na cara e dinheiro no bolso eles podem decidir, por enquanto eu mando. Além disso eu exijo que eles mostrem o boletim, quero nota para passar de ano. O resto a gente dá um jeito”. Mas a fala do pai não parecia corresponder à sua ação. De acordo com os amigos dos meninos, eles “enganavam” o pai. Por exemplo, tinham o hábito de pular a janela para sair à noite sem o consentimento dele. Não mostravam as provas nem as notas, com a aprovação e “cobertura” da mãe, que os apoiava incondicionalmente. Segundo ela: “Os meninos não querem mostrar as notas para o pai. Eu entendo e tenho pena deles. Vocês não sabem, mas eles são bonzinhos, procuram contar tudo o que fazem para mim, mas para o pai...escondem o que podem. Isso acontece porque quando ele fica sabendo de uma nota baixa, faz uma guerra. É uma catástrofe lá em casa. Vocês não sabem como ele é bravo. Contar então, de uma escapadela, da madrugada? Nem pensar. Acho que se o pai souber, mata os meninos”.*

Além da atitude de apoio aos filhos, a mãe apresentava sintomas de doenças psicossomáticas. Precisava se ausentar freqüentemente da sala de aula ou não comparecia ao trabalho. A situação parecia se agravar após algum fato grave envolvendo os filhos. Em decorrência das ausências freqüentes e de problemas de relacionamento com os outros alunos, ela foi demitida. Sua reação parece ter piorado as atitudes dos filhos que permaneceram estudando na escola, até o final do ciclo. Ela se rebelou dizendo que sua demissão era uma punição da escola aos filhos e eles diziam diretamente aos alunos, filhos de professores e de funcionários, que eles eram “privilegiados”. Mesmo assim terminaram o ciclo na escola e, em seguida, se matricularam na escola onde a mãe estava trabalhando. Lá, os fatos se repetiram. A mãe, depois de dois anos foi novamente demitida pelos mesmos motivos e os filhos deixaram a escola.

Hoje um dos garotos mudou-se para o exterior, sozinho.

Interessante perceber que os irmãos, apesar de freqüentarem séries diferentes, tinham em comum os mesmos programas e os mesmos colegas. Normalmente o que se



observa na escola é um contato menor entre irmãos durante o período de aulas. Eles procuram preservar amizades independentes como uma forma de manter sua individualidade e privacidade.

O pai, por sua vez, se distanciava dos filhos não conversando com eles mas “exigindo” postura e resultados. Imaginava, dessa forma, estar contribuindo para a formação dos filhos, mas, na verdade, estava se colocando à margem da formação pessoal e acadêmica de ambos. A supervalorização da nota e “de passar de ano”, colocava os filhos em uma situação de reforço da distancia estabelecida na família. Não obtendo as notas esperadas pelo pai, não tinham também motivo para aproximar-se dele porque sabiam estar sujeitos a nova dose de repreensão e exigências. A afirmação do pai querendo “nota para passar de ano” também demonstra sua visão parcial da função da educação escolar. Não havia em sua fala nenhuma referência à importância do saber, para a formação dos filhos adolescentes. Para ele o único significado da frequência escolar, era a série seguinte.

No caso da mãe, os filhos, apesar de aparentemente gostarem dela, usavam-na na empreitada de esconderem do pai a situação em que se encontravam. Sabiam também que ela ficava emocionalmente abalada com suas atitudes, mas o fato não representava impedimento algum para agirem de maneira não convencional. Ao contrário, se fortaleciam cada vez mais, à proporção que ela se colocava contra as demais pessoas e a favor deles. Como isso era feito publica e deliberadamente, eles pareciam se aproveitar de sua postura. Daí se deduz o motivo para que eles tivessem piorado seu comportamento quando a mãe, ao deixar a escola, passou a emitir opinião claramente desfavorável acerca dela e dos motivos que, segundo ela, provocaram sua demissão. (18)

*“Quero deixar claro que...”* A mãe é ex-funcionária da escola. Foi demitida por desvio de documentos e verbas assistenciais da escola. Os dois filhos continuaram a estudar na escola. No final do ano a filha ficou em recuperação, na disciplina de Português. A mãe compareceu e demonstrou grande descontentamento não só com o trabalho da professora mas com a instituição, de modo geral. A família não tinha o hábito de comparecer, quando era chamada para entrevistas. A mãe tinha o hábito de interceptar os professores informalmente, no intervalo ou durante festas e

comemorações. Segundo os professores: “*A mãe não imprimia um caráter formal às conversas procurando-nos em momentos inadequados como se as rápidas conversas pudessem significar atendimentos escolares ou sugestões de acompanhamento. Ela parecia se recusar a cumprir os mesmos passos de outras famílias. Isso dificultava o trabalho porque parecia sempre que ela já havia sido atendida. Ela provocava um tipo de atendimento que, mais tarde, foi usado contra nós mesmos*”.

A aluna, apesar de não ter muitos amigos na classe, fazia parte de um grupo de meninas que ficavam sempre juntas inclusive nos programas fora da escola. Faziam todos os trabalhos e pesquisas entre elas e não gostavam de trabalhar com outros alunos. Ela era resistente aos pedidos dos professores e não gostava de manifestar-se sobre a matéria na classe. No último bimestre do ano apresentava dificuldades e a mãe, quando percebeu a eminência de uma reprovação, disse que “estava chocada e revoltada” com a escola. Durante a única entrevista formal pedida pela escola, em que ela compareceu, fez graves ofensas e denúncias contra os professores e em especial contra a metodologia utilizada pela professora de Português. A aluna confirmou todas as afirmações da mãe contra o trabalho realizado pela professora.

Nos dias subsequentes, a coordenadora pedagógica conversou informalmente com alguns alunos da classe e procurou informar-se acerca de afirmações da aluna como, por exemplo, que a professora não havia corrigido o último trabalho do ano, não havia marcado a data das provas ao longo do semestre e nem explicado a matéria pedida em uma das provas. Como as informações dos alunos não confirmavam a da mãe, a professora foi chamada e pediu nova entrevista com a aluna e sua família. Nela, a professora explicou em detalhes os acontecimentos e a participação da aluna no ano, os trabalhos não realizados por ela, as pesquisas não apresentadas, os livros não lidos, etc. Apresentou detalhes aparentemente desconhecidos da família. Além disso apresentou o resultado de diversas atividades que requeriam habilidades diferenciadas dos alunos. A professora apresentou nove notas da aluna, resultantes de provas formais, trabalhos em grupo e individuais, jornal falado e escrito, quadro mural de atualidades e outros instrumentos diferenciados de avaliação. Apresentou datas, natureza de trabalhos e notas de cada uma delas. Quando a professora terminou sua exposição a mãe, aparentemente nervosa, alterou seu tom de voz com a professora dizendo: “*Você é incompetente,*

*desorganizada, exigente, perseguidora. Além disso essas anotações não são da minha filha*". A aluna, por sua vez, confirmava com a cabeça as afirmações da mãe. A situação demonstrava que a solução do caso seria difícil. A professora foi dispensada da reunião.

Em seguida, foram explicados para a família, pela coordenadora pedagógica, os procedimentos que seriam adotados pela escola e em paralelo, o desenvolvimento dos trabalhos de recuperação que teriam início em seguida com a aluna e outros colegas daquela série. A mãe, disse: "*Quero deixar bem claro que não retiro nada do que falei e tem mais: se a minha filha ficar retida eu vou denunciar a escola na receita federal*". A coordenadora então esclareceu que ela estava tratando de assuntos diferentes na mesma entrevista mas ela manteve suas afirmações. Independentemente das ameaças da mãe, no final do ano, a garota foi aprovada por méritos próprios e a família não compareceu para receber o boletim. No início do ano seguinte, com o filho matriculado na escola, a família foi chamada e a coordenadora pedagógica explicou que o comportamento da família e da aluna, no ano anterior, demonstravam em parte, um desconhecimento com a forma de trabalho adotado pela escola e por isso, antes de começar o ano, eles estavam sendo chamados para alguns esclarecimentos. Foi dito, também, que a forma encontrada pela aluna e pela família de manifestar sua insatisfação com o trabalho não era a mais adequada, uma vez que chegava a desrespeitar pessoalmente os profissionais da escola e não só o trabalho desenvolvido nela. Ela ouviu e demonstrou através dos gestos, estar discordando das colocações feitas. Disse: "*Quero deixar claro que eu não concordo com muita coisa do que vocês falam mas se o objetivo é que eu tire meu filho daqui, desistam. Ele vai continuar nesta escola*".

O marido, por causa de seu trabalho, foi transferido para outro estado do Brasil e com isso a família precisou se mudar. **(19)**

*"Eu nunca sei o que vocês estão pedindo"* O aluno apresentava problemas quanto à organização do pensamento lógico, que se manifestavam em seu cotidiano na desorganização de material e de compromissos rotineiros junto a escola. Não apresentava as tarefas pedidas nas datas estabelecidas, se esquecia do lanche, dos trabalhos, do material das aulas do dia, das provas assinadas, etc. Muitas vezes utilizava parte da aula procurando o material esquecido, dentro da mochila. Esta, aliás,

permanecia sempre no corredor com todos os seus pertences espalhados pelo chão e os demais colegas, não raro, pisavam em suas coisas. As professoras procuravam auxiliá-lo, mas raramente eram bem sucedidas. O aluno trazia todo o material da semana (o que resultava em sobrepeso na mochila) e tentava encontrar os cadernos do dia, o livro pedido e mesmo o lápis e a caneta necessários à aula. A classe se dividia em um grupo de colegas que se colocam em atitude de ajuda a ele e outra parte que já não queria ajudá-lo, uma vez que argumentaram estarem “enjoados” de fazê-lo por tanto tempo. Ele é visto e conhecido como “trapalhão e azarado” pelos alunos de outras séries também. Por isso, com o tempo, passou a ser alvo de chacota dos colegas que comentavam, inclusive, que a casa dele era como sua mochila.

Essas atitudes acabavam por prejudicá-lo porque ele nem sempre estava com os trabalhos a serem apresentados aos professores ou acabava por prejudicar o grupo de colegas, uma vez que não cumpria suas tarefas nos trabalhos de grupo. Por isso, a orientadora educacional, iniciou um trabalho com o aluno acerca da importância da organização do material escolar e depois dos demais procedimentos para organizar-se para as aulas. Mesmo assim, os progressos foram muito pequenos e por isso foi pedido o comparecimento da família para que, ciente da situação, pudesse auxiliar o filho.

No dia marcado, a mãe compareceu e segundo a coordenadora, logo foi possível perceber que ela apresentava características semelhantes às do filho. Diz: *“Foi muito difícil para ela, primeiramente, encontrar a sala de coordenação ainda que a secretária a tivesse orientado mais de uma vez. Percebendo a dificuldade da mãe, a secretária a acompanhou pessoalmente até porta de minha sala e pediu que ela aguardasse, na ante sala, o término de outra entrevista. Mas mesmo com esse pedido, ela entrou na sala ao lado onde a orientadora educacional estava realizando outro atendimento. Ela então pediu para a mãe aguardar na ante-sala que seria imediatamente chamada. A mãe, parecendo não entender o pedido, entrou em minha sala. Eu estava terminando uma conversa com um dos funcionários do setor e como essa atitude não era comum, fiquei sem entender bem o que se passava. Felizmente a secretária chegou e procurou contornar a situação. Após alguns minutos ela foi atendida. Sentou-se e colocou uma grande mochila, ao seu lado, no chão. Durante toda a entrevista, procurou algumas coisas dentro da mochila como as provas do filho que*

*ela havia assinado e que desejava entregar. Mas o jeito dela procurar as coisas era diferente de outras mães e de outros alunos, em situação semelhante, porque ela colocava a cabeça praticamente dentro da mochila. Como ela não encontrava o material desejado, “jogou” tudo o que havia dentro da mochila em cima da mesa da coordenação e reiniciou a tentativa, agora não frustrada, de encontrar as provas. Mas se esqueceu do relatório que havia sido entregue alguns dias antes, pelo filho”.*

A mãe apresentava as atitudes descritas, mas não era agressiva. Parecia, de fato, não entender o que lhe era pedido. De maneira humilde colocou: “ *Olha eu nunca sei o que vocês estão pedindo. Acho que a escola não esclarece direito o que quer. Precisa escrever na agenda do meu filho os dias de prova senão ele esquece mesmo”.*

Depois da entrevista, a coordenadora disse: “*Acho que ambos são muito parecidos. Não acho que a mãe possa ajudá-lo. Como vamos pedir a mãe que ajude o filho a olhar o horário de aulas se ela não sabe como fazer isso? O trabalho tem que ser feito com o aluno”.*

Percebe-se neste caso, até engraçado, um procedimento de assimilação de opiniões, valores e posturas entre aluno e família. Quando a mãe, utilizando os mesmos argumentos que o filho e sugerindo que seus problemas eram decorrentes da falta de clareza da escola (e só aquele aluno em sua turma apresentava o problema), é possível entender que, de alguma maneira, ela repetia o que o filho lhe dizia, em casa. Ou o oposto. É possível que o aluno repetisse o mesmo argumento que ouvia da família sobre o motivo dele não conseguir assimilar os pedidos dos professores.

Interessante perceber a identidade entre ambos. Desde a chegada da mãe e mesmo durante a entrevista descrita (aconteceram outras com as mesmas características) os gestos e a postura eram surpreendentemente iguais. Desde os gestos mais simples, como ela colocar a mochila e ele colocar a sua no corredor da sala de aula, ao lado da carteira apesar de existir um local próprio para isso, até as palavras, utilizadas para “explicar” a ausência do material, eram similares. Além disso, os comentários dos alunos de que “a casa do colega era como sua mochila” podem mostrar o grau de desorganização da família que acabou se reproduzindo no cotidiano do aluno, na escola. De qualquer modo, parece que atitudes aparentemente pouco importantes na formação

acadêmica do aluno acabaram por prejudicá-lo, ao longo dos anos, à medida que interferiam negativamente no método de estudo adotado por ele. (20)

*“Agora as coisas vão melhorar...”* Aluno desde a 5ª série, era indisciplinado e desrespeitava tanto funcionários e professores, quanto os próprios colegas e mesmo os pais dos colegas, quando comparecia à casa deles. Certo dia o pai do aluno foi à escola dizendo que: *“Agora as coisas vão melhorar. Minha mulher se aposentou e vai cuidar das crianças em casa. Tenho certeza que eles vão parar de aprontar na rua e aqui na escola também”*. Apesar da colocação feita pelo pai do aluno, a mãe não apresentava a mesma disponibilidade dele para comparecer à escola e acompanhar os filhos.

Ela era bastante jovem, se vestia de maneira imprópria para o ambiente escolar. Usava shorts bem curtos, mini blusas e outras roupas que visivelmente chamavam atenção dos colegas dos filhos que, aliás, faziam comentários a respeito, com os funcionários do setor, dizendo que gostavam de ir fazer trabalhos de escola na casa do colega, porque a mãe dele “se exibia” para eles.

Depois da aposentadoria, a mãe passou a frequentar mais a escola mas o filho demonstrava, visivelmente, não ficar à vontade com sua presença. Mais tarde, a mãe de um amigo do garoto compareceu à escola e fez uma acusação dizendo que a mãe daquele aluno iniciava os garotos na vida sexual dentro de sua própria casa. Disse que seu próprio filho havia contado, mas que pedira que ela não comentasse na escola. Segundo ela: *“Até a quarta série meu filho tinha o hábito de trazer os coleguinhas para fazer trabalho de grupo aqui em casa. Eu sempre gostei porque além de ter a casa sempre cheia de crianças eu podia acompanhar o que eles estavam fazendo. Mas quando começou a quinta série meu filho não queria mais fazer trabalhos lá em casa. Ele teimava, brigava e só queria ir na casa desse amigo. Fiquei desconfiada. Comentei com meu marido. É coisa de mãe... Achava que tinha alguma coisa errada. Comecei a perguntar e fiquei em cima. Até que ele falou. Quase morri. Não queria acreditar mas fiquei firme para o meu filho não perceber o meu susto. Acho que ela devia ser punida. Meu filho disse que ela não fez nada com ele mas com os colegas...Então resolvi vir aqui na escola e contar”*.

Segundo a coordenadora, o pai, parecia nem desconfiar dos fatos. Um dia, o aluno se envolveu em uma briga na porta da escola porque um dos colegas disse a ele o que acontecia entre eles e sua mãe. No dia seguinte, o irmão mais velho compareceu à escola e conversou com os meninos no estacionamento. Eles confirmaram o motivo da briga do dia anterior. Ele se dirigiu ao setor e muito revoltado, dizia: “ *A escola deixa os alunos difamarem minha mãe. Vocês não fazem nada para proteger minha mãe? Vocês deixam os alunos comentarem esse absurdo dela?*”. A coordenadora procurou acalmar o irmão mais velho mas não desmentiu os fatos, nem os confirmou, segundo ela, “*porque aquele não era o momento para se conversar porque ele estava muito nervoso*”.

Depois daquele episódio, o aluno piorou sensivelmente seu comportamento e suas notas, além de faltar freqüentemente às aulas. Dizia que ele apanhava cada vez mais da mãe. Nem o pai, nem ela compareceram mais às entrevistas. No início do ano seguinte nem o aluno nem seus irmãos voltaram a estudar na escola.

Este também parece um caso em que as relações familiares acabaram interferindo no comportamento do aluno e a escola, tratando do comportamento do aluno, acabou por conhecer fatos a respeito do procedimento da mãe que influenciaram diretamente o filho e a sala de aula através de outros alunos. O comportamento e o rendimento do aluno, ainda que indiretamente, puderam ser influenciados pelos fatos descritos e pelo direcionamento dado tanto pela família quanto pela escola a caso. Além disso, a postura da mãe também acabou por influenciar o comportamento de vários alunos ao se organizarem para os trabalhos de grupo. (21)

“*Eles falam que eu não tenho jeito...*” O caso a seguir trata de uma família com dois filhos que estudaram na escola, cuja mãe é usuária de drogas: cocaína e heroína, desde a adolescência e, posteriormente, crack. O pai dos alunos são separados há vários anos e desde então os filhos moram só com a mãe. Ela é engenheira e, há muitos anos atrás, junto com o marido, foi transferida para trabalhar em uma empresa de Campinas, mas em pouco tempo foi demitida por excesso de faltas e não voltou a se empregar.

A mãe tinha o hábito de comparecer bastante à escola e segundo a coordenadora “*muitas vezes ela vinha sem motivo aparente e dizia que estava andando e resolveu entrar*”. Ela falava bastante, principalmente de seu problemas com o consumo

de drogas e da dificuldade em parar. Não demonstrava nenhum constrangimento em abordar publicamente o assunto e o fez, várias vezes, diante dos filhos. Além disso mostrava os braços, as pernas e o pescoço com marcas roxas das picadas de agulhas. Era alta e muito magra. Dizia: *“É porque fico muitos dias sem comer. Quando fiquei grávida a primeira vez parei com as drogas. Na segunda gravidez, não consegui. É muito duro não conseguir. Eu prometo mas quando vejo já estou na rua, usando e nem sei quantos dias chego a ficar fora de casa. No começo eles me internavam sem eu querer. Depois eu mesma comecei a ir sozinha. Mas se enjoô, eu fujo. É muito ruim ficar longe dos meninos e das drogas. Minha família? Ih! Eles nem querem saber de mim. Não tenho família aqui, só eu e os meninos, todo mundo mora longe, em outro estado. Mesmo assim, no começo, eles ajudavam mas depois desistiram. Eles falam que eu não tenho jeito...Antes, quando eu desaparecia, os meninos chamavam a avó. Mas depois não quiseram mais. Então os vizinhos cuidam dos meninos para mim. A pior coisa é ver meus filhos pedirem para eu parar de usar mas está cada vez mais difícil..”..*

Os filhos faltavam muito às aulas. O rendimento escolar de ambos oscilava e aparentemente estava ligado aos períodos de melhora da mãe. Quando ela estava melhor, eles compareciam à escola inclusive nos finais de semana, para jogar e, algumas vezes, ela comparecia também.

O mais velho aparentava mais maturidade que os colegas da mesma idade e seu desempenho era melhor que o do irmão. Eles tinham bom relacionamento na classe. Segundo a orientadora educacional: *“Quando eles faltavam, os colegas sabiam o motivo e não comentavam. Procuravam ajuda-los nas tarefas e matérias perdidas e punham o nome deles nos trabalhos. Às vezes um colega da classe convidava um ou outro para almoçar na casa dele. Era impressionante a discricão com que os colegas de classe tratavam o assunto. E, nessa idade, as brincadeiras abordando o uso de drogas são comuns, mas por amizade ou por pena dos meninos, os alunos jamais faziam comentários ou brincadeiras se referindo ao problema, na frente deles. Era como um pacto, todos sabiam, mas não tocavam no assunto”.*

Assim como a mãe, os irmãos falam dos problemas causados pelo uso de drogas quando são atendidos.



Em um dos períodos em que ambos se ausentaram por vários dias das aulas, o filho mais velho deu o seguinte depoimento: *“Minha mãe voltou para casa ontem à noite. Dessa vez ela ficou dormindo na rua vários dias. Ela sai e não avisa. A gente fica sozinho. Quando a gente encontra ela está largada, nem conhece a gente. Quando ela demora para voltar, como agora, tem sempre um vizinho que vai comigo nos “pontos” que eu já sei que ela pode estar. Achamos ela de noite. Levamos ela para internar. Mas logo ela sai, as vezes foge, as vezes fala que vai se tratar em casa. Mas não adianta. Quando ela voltar tem que fazer os documentos de novo. Sempre é assim. Ela perde tudo, a bolsa, os documento e, o dinheiro, ela gasta. Ela tem uma “plaquinha” que usa no pescoço. Essa ela quase nunca perde. Tem o nome dela mas o endereço nem adianta, ninguém avisa a gente. Também ela fica lá, com aqueles amigos dela que...sabe né? São iguais. Quem vai avisar?”. A gente mora em uma casa, eu acho que ela nem gosta que os amigos dela vão lá. Ela fala pra gente não abrir a porta de noite para ninguém. Acho que ela tem medo. Eu não tenho. Eu e meu irmão dormimos com uma faca escondida. Quando ela está em casa e eu e meu irmão vemos que ela não está muito boa, a gente nem fala com ela, senão ela some. A gente não quer que ela fique na rua. A gente gosta dela. Ela é legal quando não está com droga... Minha avó já quis levar a gente mas nós não queremos. Minha mãe só tem a gente, se nós formos embora, ela não vai ter mais ninguém”.*

O filho mais novo apresenta sintomas diferentes dos demais alunos de sua idade. Seu olhar é parado, esta sempre desatento, disperso e apático. No ano em que as crises da mãe foram mais constantes, ele deixou de ir às aulas por longos períodos e dizia que não queria mais estudar. Segundo a coordenadora: *“Insistíamos para que ele comparecesse telefonando para os vizinhos e mandando recados pelo irmão. Apesar de saber da grande dificuldade que ele apresentava, sabíamos que era melhor ele estar na escola do que sozinho, na rua. Na verdade, depois de setembro ele só ia para brincar e participar dos jogos”.*

Numa manhã, ele chegou com febre para as aulas. A escola procurou a mãe e o pai para indicar o medicamento que ele deveria tomar. Como não foram encontrados, a escola optou por telefonar para o pediatra, cujo número constava da ficha do aluno. Após a orientação, a coordenadora pediu esclarecimentos sobre o garoto. Ele disse:

*“Vou abordar esse assunto com a senhora porque a mãe já me disse que vocês sabem. Já tem um bom tempo que eles não vem mais aqui mas pelo tempo que cuidei deles e pelo que tenho estudado sobre o assunto posso dizer que o garoto, por certo, apresenta um comprometimento que deverá se manifestar, de forma mais acentuada, com o tempo por causa do tipo de drogas e o uso contínuo que a mãe fez delas durante toda a gestação dessa criança. Eu a acompanhava porque ela e o marido traziam o filho mais velho aqui e porque eles não tinham ninguém nessa cidade e acabavam se apegando às pessoas como eu e outros profissionais. Especialmente o marido me ligava e fazia confidências bastante tristes ou pedia que eu a aconselhasse quando ela viesse ao consultório. Por isso sei que ela, mesmo grávida, sofreu internações e teve crises de abstinência por causa das drogas que usava. E acho que posso dizer mais: estatisticamente, pela quantidade e qualidade das drogas que usa, ela não sobreviverá por muito tempo”.*

Outro relato da coordenadora explicita a situação em que os três viviam: *“Com o tempo, ela se acostumou a vir para a escola e quando estava muito mal vinha avisar que estava indo voluntariamente se internar. Essas ocasiões eram terríveis, pois ela pedia nossa ajuda para contar aos garotos. Nós chamávamos os meninos e quase sempre o mais velho reagia melhor, enquanto o pequeno chorava e pedia para ela parar. Mas era interessante perceber, em tais ocasiões, provavelmente por estar em crise profunda, ela não se comovia com os pedidos deles, diferentemente de outras ocasiões em que, pedia desculpas e chorava na frente deles”.*

O pai dos meninos casou-se novamente e tinha uma filha pequena. O contato dele com os filhos era cada vez menor e o da escola com ele cada vez mais difícil, porque, quando era anunciado que o telefonema era da escola, ele não atendia. Em uma das raras ocasiões em que isso aconteceu, ele disse: *“Em primeiro lugar eu vou pedir por favor para vocês não ficarem ligando para o meu serviço. Isso me atrapalha profissionalmente. Sobre esse assunto quero dizer que já fiz muito por ela e não adiantou nada. Ninguém pode ajudá-la. Se ela não atende nem os filhos, vai atender quem? Eu? Sobre os meninos quero falar que todas as experiências que eu tentei foram bastante negativas e nas vezes em que fiquei com eles tive que levá-los, no meio da noite, para verem a mãe e isso acabava me dando mais trabalho do que se ficassem*

*direto com ela. E se ela está internada eu nem fico sabendo porque eles nem me contam. Se eles estão ficando sozinhos, eu não sei. Vocês é que estão me falando agora”.*

Segundo a coordenadora, essa informação não procedia, porque a vizinha que tinha telefone e que recebia os recados da escola informou que: “*Quer saber? O pai é um safado. É mentira que ele não sabe. A mãe liga para o serviço e ele manda dizer que não está. Ela liga aqui de casa. Eu também já liguei, por minha conta, uma vez quando os meninos estavam sozinhos e ele fez a mesma coisa. Liguei até para a casa dele mas a mulher ficou brava. Todo mundo aqui na rua sabe que não adianta nada procurar por ele. Antes a gente ligava e ele prometia que vinha buscar os filhos, a gente esperava mas ele não vinha e nem dava satisfação. Agora a gente mesmo cuida deles por conta própria. Cada um cuida um pouco e assim vai. Já viu um pai que não liga para os filhos?”.*

Quando o mais velho terminou a 8ª série, eles não foram mais à escola. Como o mais novo ainda não havia terminado o ciclo, no ano seguinte, a escola procurou por eles através dos vizinhos, do pediatra e do pai mas todos diziam também estarem surpresos com o desaparecimento deles. A coordenadora acha que o pai sabia mas não queria informar. Ele se recusou a fornecer qualquer telefone da família dela. Disse que ligaria no dia seguinte mas não o fez.

Em nossa opinião, trata-se de um caso bastante delicado que envolve questões familiares profundas e antigas. A escola, inevitavelmente, esteve envolvida, tendo conhecimento de particularidades em decorrência das características psicológicas da mãe que contava com naturalidade detalhes íntimos de sua vida e dos alunos que, como ela, não se constrangiam em deixar pública a situação em que viviam. Outro elemento determinante para o caso é a droga usada pela mãe. Muitas vezes, não dependia da mãe a decisão quanto aos procedimentos e atitudes pois essas estavam condicionadas a um fator externo, no caso a cocaína, o crack, etc.(22)

“*Humildade para que?*” O aluno era o mais velho de dois irmãos que estudaram na escola. Desde a 5ª série apresentava excelente rendimento, mas tinha um postura bastante antipática perante os colegas. Se achava muito bonito e bom aluno. Os colegas não gostavam da maneira como ele se colocava diante do grupo. Uma colega de classe

disse: “*Ele é bonito mesmo mas de tão chato, tão chato, ele fica até feio. Não suportamos mais esse cara na classe. Ele pensa que é o mais. Ele é ridículo. A gente prefere tirar nota baixa do que ter que agüentar ele querendo dizer que sabe tudo, que pode fazer tudo sozinho, que os trabalhos dele só tem A, etc. Não dá. Esse cara, não dá*”.

Com o tempo, os problemas de relacionamento dele com o grupo foram se agravando e ele começou a ser “ignorado” propositalmente pelos demais alunos. Quando os professores precisavam trabalhar em grupo, os problemas surgiam porque ninguém desejava estar ao lado dele. A mãe foi chamada para auxiliar a escola no trabalho que a orientadora educacional iria iniciar sobre a importância do relacionamento entre as pessoas e da humildade necessária a ele perante o grupo. Ela não aceitou a proposta da escola. De maneira agressiva com atitudes semelhantes ao filho disse: “*O que vocês querem? Um aluno banana na escola? Um aluno que não reaja? Vocês querem que os outros façam e ele aceite? Ou vocês querem que meu filho passe a tirar notas baixas para ser importante aqui? Se é isso, desistam. Eu não concordo e não vou ensinar humildade para ele, como estão me propondo. Humildade para que? Para sofrer na vida? Ele tem mais é que ser bom e mostrar isso aos colegas e aos professores. Ele estuda muito para ter que se humilhar. E sobre ser bonito, ele é mesmo, e daí? Vocês acham que ele precisa passar a ser feio para ser aceito? Ou acham que ele tem culpa da beleza que a natureza deu a ele? Olhem, nem vou comentar mais nada*”.

Sem o aparente apoio da família, a escola iniciou um trabalho com o aluno. Ele foi mais receptivo que a mãe, mas, às vezes, assim como ela, dizia: “*Que culpa eu tenho em ser bom aluno. Será que eu vou ter que tirar nota baixa agora, só para contentar os outros?*”

Ao final da 7ª série, a mãe decidiu mudá-lo de escola, o pai, então, compareceu. Eles eram separados e ele disse que isso facilitava para ela esconder muitos fatos que aconteciam com os filhos. Disse que ela ocultava o calendário da escola e não deixava os filhos mostrarem-no para que ele não tomasse conhecimento sobre os dias de reuniões e eventos e assim ficasse impedido de comparecer. Disse que também ficava alheio à vida escolar dos filhos, porque viajava constantemente e ficava pouco na cidade.

Quando a mãe soube que o ex-marido comparecera na escola, telefonou e exigiu que a mesma não prestasse nenhuma informação a ele. Além disso, fez uma série de comentários na portaria e no estacionamento, com outras famílias, acerca do nível de ensino da escola que, na sua opinião, “era fraco e por isso o filho iria para um segundo grau “forte”, caso contrário, não conseguiria entrar em nenhuma faculdade “de nome”. A filha caçula continuou estudando na escola.

Parece que a identidade de idéias e opiniões da mãe e do filho são emitidas nas frases usadas nos atendimentos. Além disso, a distância, estabelecida pela separação entre os pais, agrava a situação, uma vez que a mãe, ao se preocupar em omitir do pai a situação escolar dos filhos, demonstra rancor e rivalidade na relação de ambos. O pai, por sua vez justifica sua omissão, através da viagens e da falta de comunicados da mãe e dos filhos com ele. Por último, as frases da mãe sobre a beleza física do filho, sobre seu rendimento e sobre a importância de uma “escola forte” demonstram a opção de educação que faz para os filhos. Parece tratar-se de uma educação baseada na famosa “lei de Gerson”, onde os melhores devem se sobrepor e dominar os que não o são, além de basear-se na disputa e concorrência permanentes. (23)

“A filha é minha e posso fazer o que quiser...” Esse caso apresenta as características já citadas sobre a dificuldade no delicado relacionamento família e escola.

O casal tinha três filhos estudando na escola. Os dois filhos mais velhos eram bastante tímidos. Os pais sempre compareciam à escola. Demonstravam certos cuidados com os filhos como carregar suas mochilas até o porta da sala, levar lanche quente no início do recreio, entregar trabalhos diretamente para os professores, etc. Tais procedimentos, se comparados aos demais pais de adolescentes da mesma idade, não eram comuns. Eles demonstravam estar descontentes e ter sérias restrições à proposta pedagógica da escola. Criticavam e questionavam a metodologia e a competência dos professores, as normas e o regulamento do setor, a conduta dos funcionários. Era comum, ao virem às reuniões, fazerem comentários negativos sobre estes assuntos com outros pais. Em dias de reuniões, especialmente de entrega de notas, vez por outra, eles "convocaram" outros pais para movimentos e abaixo assinados contra um ou outro professor. Essa conduta quase sempre era presenciada pelos filhos.

Os dois filhos mais velhos falavam pouco e pareciam estar sempre ligados à opinião dos pais sobre a escola. Não se relacionavam informalmente com os colegas.

Mesmo sem falar, demonstravam seu descontentamento em gestos, olhares e isolamento em relação ao grupo. Pareciam mal humorados, desconfiados e insatisfeitos. A filha mais nova, aparentemente, era diferente dos irmãos. Principalmente longe dos pais, ela brincava com todos os professores e funcionários, emitia sua opinião com facilidade, participava das atividades, das equipes de trabalho, era mais solta, falava bastante, era descontraída e tinha amigas. Procurava estar longe dos irmãos, mas quando isso era inevitável ela mostrava alguns sinais que a aproximava deles. Falava menos, e como eles, se distanciava das amigas e não brincava com as pessoas. Com o tempo, começou a esconder provas e trabalhos que demonstrassem mau desempenho. As notas foram piorando cada vez mais e com elas surgiram os primeiros sinais de indisciplina e resistência para realizar as atividades de que não gostava chegando a atrapalhar os colegas de equipe. Porém, quando resolvia se empenhar, conseguia melhores notas e um rendimento geral muito melhor.

Com o tempo, ela começou a se afastar das pessoas. Diferente de antes, caso algum professor se aproximasse dela para conversar, ela se afastava. No final do ano foi reprovada. Os pais, apesar de saberem da possibilidade, ficaram irados e tentaram de várias maneiras que as notas fossem modificadas. Durante uma semana foram diariamente à escola. Faziam afirmações em nome de um professor, para outro, tentando perceber, na fala deles, alguma incoerência que auxiliasse na mudança da situação da menina. Quanto mais a situação se confirmava, mais eles se exaltavam. Especialmente o pai, falava alto nos corredores que iria "levar o caso para o Ministério da Educação" e iria buscar "seus direitos". Exigiu vários atestados assinados pela escola comprovando sua presença diária nela, relatou à direção fatos que, segundo ele, comprovariam a má conduta dos professores. Foi à secretaria, à tesouraria, à portaria e a outras dependências da escola para igualmente "denunciar a irresponsabilidade e a injustiça cometida com sua filha". Quando eram mostrados os trabalhos, as provas, as notas, os boletins que contribuía para que entendesse o resultado, ele dizia que "isso é forjado para me enganar". Todo o tempo os pais se faziam acompanhar pela filha. A menina falava pouco, chorava, não contestava as afirmações do pai nem a dos professores. Em uma das

manhãs, o pai se dirigiu à professora de Geografia com uma prova na mão e disse: *"Minha filha falou que essa rasura na nota foi você quem fez. Estava escrito B e foi rabiscado por cima C. Ela disse que foi você quem fez isso para prejudicá-la. E agora, professora, como ficamos?"* A professora disse ao pai que se tratava de um engano porque ela em momento algum havia rasurado a nota. A menina havia tido menção C. A menção B que aparecia ali, não fora colocado por ela. Em seguida, perguntou à menina: *"Fui eu que mudei a nota dessa prova?"*. A menina não respondeu e o pai ficou mais irado.

Segundo a coordenadora pedagógica, os pais estavam colocando a filha e os professores em situação cada vez mais constrangedora, por isso chamou-os em sua sala. Ela expôs a gravidade da atitude deles e como isso poderia deixá-la instável emocionalmente e como essas atitudes poderiam prejudicá-la, no ano seguinte, quando ela fosse prosseguir seus estudos. O pai disse: *"Eu sei o que estou fazendo, além disso a filha é minha e posso fazer o que quero, mesmo porque estou defendendo a minha filha de um bando de hipócritas que são vocês"*. Como a entrevista estava se encaminhando de maneira pouco comum, a coordenadora pedagógica sugeriu que a mesma fosse encerrada porque os pais estavam muito nervosos o que impedia a comunicação. O pai levantou-se e dirigindo-se à coordenadora colocou o dedo em seu rosto dizendo que ela era *"tão hipócrita quanto todos os outros"*. Ele foi advertido e imediatamente saiu da sala, falando alto e repetindo as mesmas palavras.(24)

O bloco seguinte apresenta 39 (trinta e nove) casos ligados diretamente ao segundo objetivo da pesquisa que trata da postura dos pais (família) na escola.

*"Em casa, ele também é assim"* Trata-se de um caso em que os pais permitiam que o aluno reproduzisse as mesmas atitudes destrutivas que tinha em casa, na escola. A influência deles se dava, justamente, na medida em que não discordando do comportamento do filho, questionavam a escola assegurando a manutenção do mesmo quadro. O aluno tanto na escola como em casa quebrava vidros, destruía móveis, descargas de banheiros, etc. Quando os pais foram chamados pela primeira vez,

disseram: “ *Em casa ele também é assim, mas achamos normal esse tipo de atitude ao menos em meninos dessa idade. Com o tempo ele sozinho vai ver a necessidade de modificar*”. O relato explicava, ao menos em parte, o fato das propostas feitas pela escola, na tentativa de tratar o problema, serem rejeitadas e não cumpridas por eles. Os pais compareciam sempre que a escola os chamava, sempre, porém, para apoiar incondicionalmente as atitudes do filho. Uma vez a mãe se dirigiu à orientadora educacional e disse: “ *Olha, vocês podem achar que não está certo mas eu e meu marido achamos que os filhos tem pais para que os apoiem, senão não precisam ter pais ou mães. Se viram sozinhos. Eu sempre vou vir aqui para defender meu filho, não adianta esperar outra coisa de nós*”. Para eles as boas notas do filho bastavam e de certa forma desejavam que a escola também entendesse a situação sob tal prisma. A escola, por sua vez, procurava argumentar que a convivência do aluno com muitos outros colegas exigia dele um comportamento mais adequado.

A atitude dos pais ao apoiarem incondicionalmente o filho e contestarem os argumentos apresentados pela escola diante dele, de certa forma, lhe dava “consentimento familiar” para seguir reproduzindo o comportamento de casa na escola ou nos demais ambientes que frequenta, como festas de colegas da classe, consultórios médicos, etc.

Em contato realizado pela escola com o psicólogo que iniciou um tratamento com o aluno, o mesmo confirmou a hipótese levantada de que ele não apresentava qualquer distúrbio e que o problema aparentemente residia na falta de imposição de limites da família sobre o filho. Outro dado a ser considerado foi extraído do relato do pai: “ *Por causa do meu trabalho, eu fico ausente da minha família por longos períodos. Como eu posso, nas poucas horas que passamos juntos, reprimir meu filho?*”. Aparentemente, a convivência do pai e por extensão dos outros familiares com as atitudes do aluno advêm de um sentimento de culpa do pai em vista do pequeno espaço de tempo de que dispunha para estar com o filho. Por outro lado, os profissionais da escola que trabalhavam com o aluno acreditavam que somente a mudança de comportamento dos pais poderiam auxiliar uma vez que eles já haviam tentado vários caminhos, sem sucesso. Para eles, quando a escola impõe limites a serem respeitados em suas dependências e não conta com o apoio dos pais, como neste caso, as chances de êxito



são praticamente nulas pois o aluno não tem motivos que justifiquem verdadeiramente uma mudança. Ao contrário, ele possui motivos que explicam certo “conforto” em permanecer agindo da mesma forma. Achavam também que, caso se concretizasse uma atitude adequada dos pais, tanto eles quanto o próprio aluno perceberiam os resultados em curto espaço de tempo.

A família não aderiu a proposta da escola, o aluno não apresentou mudanças significativas até o final do curso. (25)

*“Ela faz de conta que não sabe nada”* O pedido de transferência de período desse aluno foi feito pela família justificando que o mesmo precisaria freqüentar atividades como natação, jiu-jitsu, inglês, alemão e futebol, no período oposto. Como existia a vaga, o pedido foi aceito. Mas logo no início foi observado que o aluno agia de maneira oposta aos argumentos apresentados pela família inclusive ficando durante todo o dia na escola. Quando questionada, a mãe dizia que o filho precisava aguardar o horário para dirigir-se da escola para as demais aulas ou que a escola se enganara, porque o filho não havia permanecido lá. Além disso, o aluno apresentava dificuldade para aceitar normas de organização como dirigir-se à sala de aula no horário previsto, negar-se terminantemente a usar o uniforme, omitindo notas e comunicados da família. A mãe, por sua vez, quando percebia que o filho não estava cumprindo determinadas regras combinadas com ele, omitia fatos para, aparentemente, proteger o filho. Certa ocasião, a secretaria enviou um documento para que fosse devolvido, com a assinatura da mãe através do aluno. Como o documento não era devolvido, a escola, aproveitou o motivo para solicitar sua presença para uma entrevista. A mãe respondeu rapidamente que havia esquecido de devolvê-lo. O filho, na presença de todos, disse que ela não poderia ter se esquecido, porque ele sequer lhe mostrara. Atitudes como essa mostravam certa rebeldia do aluno em relação a ela. Ao ser questionada sobre o fato dela aceitar a atitude do filho, disse: *“Faço isso mesmo. Vocês queriam o que? Ele é o único filho que tenho e se eu não ajudar ele, quem vai ajudar? Se eu não ajudar ele vai gostar de mim? Claro que não. Já pensou uma mãe que não ajuda o filho quando ele precisa? Pra mim ajudar é isso. Ficar do lado dele quando ele precisa”*. A coordenadora perguntou: *“E a*

*senhora acha que agora ele precisa que a senhora deixe de falar a verdade?” Ela respondeu: “Claro que precisa. Filho sempre precisa que a mãe proteja ele”.*

Por contradição, a atitude de proteção da mãe, causava no filho, desprezo e reprovação. Assim, quando ele percebia que a colocava em situação constrangedora, alegrava-se. Referindo-se posteriormente ao fato, ele se expressou assim: *“Minha mãe não sabe nada, não, não é que ela não sabe nada, ela faz de conta que não sabe nada, mas ela sabe sim, sabe que eu engano ela. Mas ela não fica brava, por isso eu continuo enganando ela”.* Além disso, a mãe permitia que o filho adotasse uma linguagem pouco convencional no trato direto com ela inclusive diante dos amigos dele. Um colega fez o seguinte comentário com um professor: *“Olha professor não fica chateado com o que ele falou pra você. Ele fala assim até com a mãe dele. Um dia no estacionamento da escola ele “xingou” ela na frente de nós. Outro dia nós fomos fazer trabalho na casa dele e lá ele mandava nela perto da gente. Falou que não queria aquele pão, que queria bolacha da padaria. Ela foi buscar e nós comemos. Já pensou professor?”.*

Em um dos bimestres do ano, a tia se dirigiu à escola para retirar o boletim de notas uma vez que a mãe não poderia fazê-lo e, segundo ela, a relação do menino no ambiente familiar era mesmo o citado pelo colega de classe. Sobre possíveis notas do aluno abaixo da média, a mãe dizia que os professores eram injustos com ele. Os comunicados enviados pela escola, através do filho, eram quase sempre ignorados por ela. Ao ser cobrada apresentava motivos variados. As vezes dizia que o filho já havia relatado o fato e por isso não precisaria assiná-los. Quando a escola telefonava, ela atendia o telefone dizendo que era a empregada da casa. Outras vezes, dizia que a empregada havia atendido e não dera o recado.

Quanto aos professores dizia que o corpo docente do período matutino era muito rígido. Se por um lado a mãe apresentava o dado para argumentar que o filho era prejudicado, por outro negava o retorno dele para o período da tarde.

Outro dado observado é que a mãe tinha o hábito de dirigir-se a ele no diminutivo. Ele se mostrava muito irritado e não gostava de ser tratado assim porque dizia que tendo 1,90 metro de altura não tinha cabimento o tratamento da mãe. Em uma entrevista ela disse a orientadora educacional: *“Coitado do meu filhinho, ele é tão bonzinho e vocês não param de pegar no pé dele”.* Também possuía o hábito de se

dirigir as pessoas de maneira “chorosa”. Na mesma entrevista ele disse: “*Ah mãe, vê se pára de falar chorando, que saco!*”.

Pensamos que se por um lado o comportamento da mãe o protegia, por outro o irritava. Ele manifestava os dois sentimentos. Sempre que tinha dificuldades ele pedia o auxílio dela, mas não tinha restrições para demonstrar seu descontentamento com a forma dela tratá-lo. Também achamos que a resistência da mãe, em estabelecer limites para o filho, impedia parcialmente a mudança do aluno. Ele sabia que poderia contar com o apoio incondicional da mãe. A escola, por outro lado, argumentava que sem esses limites e trabalhando sem o apoio da família, não obteria bons resultados. Ao término do curso, o que se observou é que o aluno apresentava as mesmas características e atitudes de quando ingressou nela. **(26)**

“*Não acredito nas escolas...*” No início da última série, uma família pediu transferência de uma aluna para a escola. Na entrevista inicial tanto os pais como a aluna, ao serem questionados sobre os motivos do pedido de mudança, não fizeram referência ao fato dela ter sido expulsa da escola anterior. Logo no início, a escola procurou facilitar sua aproximação com alguns alunos com o objetivo de iniciar um processo de adaptação à classe. Em seguida, a aluna começou a questionar orientações da escola diante dos colegas. Atendida pela orientadora educacional dizia que não tinha nada a sugerir e que concordava com as normas. A classe em que ela estudava foi aos poucos se dividindo, em grande parte do causa das atitudes de resistência que apresentava com parte dos colegas. Coincidentemente a classe se dividiu em dois grupos. Esse fato chamou a atenção, porque no último ano, normalmente, os preparativos da formatura costumam aproximar os alunos. Um dos grupos não a aceitava. O outro tinha grande afinidade com as idéias que ela apresentava. A divisão interna da classe dificultava principalmente os trabalhos que necessitavam da participação de todos ao mesmo tempo. O grupo da aluna começou a reagir negativamente às propostas feitas pelos professores e até pelos alunos do grupo oposto. Criou-se uma situação delicada na sala.

O depoimento de uma funcionária da escola pode esclarecer alguns pontos: “*É incrível mas poucas vezes tivemos uma aluna assim. Ela comenta sobre a vida pessoal*

*dos professores e dos colegas de classe. Uma vez eu a chamei para tratar desse assunto. Ela estava calma e simpática. Contou histórias tão diferentes que cheguei a ficar confusa sobre as informações que tinha. Depois de conversarmos certo tempo, ela deixou minha sala e pude ver que ela ria. Acompanhei-a e sem que ela visse observei que ao entrar na sala de aula ela imediatamente começou a discutir com um aluno dizendo que ele e os seus colegas eram “dedo duro”. Optei por não chamá-la naquele momento e pedi uma entrevista com a família. Quando os pais vieram fiquei mais surpresa ainda. Eles se colocaram na posição de defesa da filha antes mesmo que eu pudesse explicar o motivo do pedido de comparecimento deles. A aluna foi chamada e relatou os fatos de maneira bastante diversa dando a impressão que os colegas a perseguiam. Os pais, por sua vez, diziam que os colegas e os professores estavam discriminando a filha por ela ser nova na escola. Fiquei perplexa. Já não sabia se os alunos estavam falando a verdade. Terminada a entrevista fui verificar com mais detalhes com os professores e os alunos. De novo, ela mudou a história. Os pais, meu Deus, são iguaizinhos a ela. Eles não aceitam que a escola aponte algum problema. Em princípio eles parecem amigáveis mas depois...Engraçado que eles participam de todos os eventos da escola. Estão sempre presentes. Acho que eles não querem ouvir porque terão que tomar atitudes então preferem negar os acontecimentos. Eles se transformam e agridem quando falamos o que não querem ouvir. Olha, eu não sei se vou fazer uma análise errada mas acho que a menina, percebe a fragilidade dos pais e usa isso para continuar do mesmo jeito. Eles por sua vez, adotando esse comportamento reforçam as atitudes da filha. Acho que é um círculo”.*

Depois do episódio, a coordenadora pedagógica chamou novamente a família. A proposta era de iniciar um novo trabalho de adaptação com a aluna. Na entrevista foram relatados os fatos e como proposta foi apresentado um novo trabalho de adaptação procurando envolvê-la com grupos de representantes de alunos, já existentes na escola, e assim indicar canais de reivindicação e representação legítimos como Grêmios Estudantis, PJE<sup>25</sup>, etc. Para isso, foi pedido à família que estivesse atenta às referências tanto positivas quanto negativas feitas pela menina sobre a escola, inclusive professores com

---

<sup>25</sup> Trata-se de um grupo de jovens da escola denominado pastoral da juventude estudantil que se reúne semanalmente e desenvolve várias atividades de reflexão, esportivas, teatrais, musicais, filantrópicas, etc.

os quais tivesse maior empatia, para que o trabalho de aproximação tivesse êxito. A família era o canal ideal uma vez que ela contava aos pais sobre a rotina da escola. A mãe fez o seguinte comentário a respeito da proposta: *“Olha eu tenho muitas dúvidas da boa vontade da escola em adaptar minha filha. Vocês querem que eu diga detalhes da minha família para usarem para quê? Acho que vocês discriminam os alunos novos e só trabalham com os antigos. De maneira geral, não acredito nas escolas.”*

Em outra ocasião, uma professora descreveu assim o fato ocorrido na sala de aula: *“Você acredita que ela me disse que participou do trabalho de equipe feito na biblioteca mesmo que o grupo dissesse que ela ficou na quadra de vôlei? Eu fiquei muito brava porque alguém estava me enganando. Fui checar para saber quem estava falando a verdade. Perguntei até para a bibliotecária e ela disse que a aluna não estava lá. O pior é que fui falar com ela e você sabe o que ela falou? Disse: “Olha professora nem lembro mais do que você está falando. Já faz tanto tempo...”*”.

Em novo encontro com a família, os pais ouviram que a entrevista inicial tinha por objetivo conhecer os motivos da transferência, (mesmo porque nessa fase, a matrícula dos alunos já estará efetuada), as expectativas dos pais e a proposta da escola diante do caso específico do aluno em pauta. Foi dito a eles que mesmo a escola não tendo como que princípio “investigar os motivos do desejo de mudança” da família, muitas vezes, esse dado pode ser importante, quando colocado de maneira clara e objetiva, para facilitar os atendimentos, esclarecimentos, normatização, etc. Após a explicação, o pai disse: *“Você acha que eu iria contar para vocês que minha filha foi expulsa? Porque eu iria confiar nessa escola se a outra foi ruim? Além disso eu não acho que vocês iriam usar essa informação para ajudar minha filha. Apesar que agora vocês já sabem porque alguém veio contar. E acho também que vocês estão esperando que eu fique bravo com minha filha porque ela pergunta coisas para os professores. Não esperem isso de mim mesmo, porque minha filha não mente em casa”*.

Sabemos que existem várias maneiras dos pais protegerem seus filhos. Aliás, proteção é uma atitude esperada e adequada dos pais especialmente na infância e adolescência, fases em que os filhos ainda não estão totalmente preparados para opinarem sozinhos sobre importantes momentos de sua própria vida. Apesar da oportuna

participação dos pais nesta fase, é possível observar, em alguns casos, certa inadequação na forma de protegê-los.

Um dos sintomas da superproteção dos pais sobre a vida escolar dos filhos é a mudança freqüente de escola. Normalmente as transferências dos alunos são motivadas pela troca de emprego dos pais que acarreta a mudança de cidade, estado ou país. É possível, ainda que raramente, ocorrerem mudanças por motivos de doença, óbito na família ou pela divergência entre família e escola quanto a proposta pedagógica da mesma. Mais raro ainda é o aluno se transferir no meio do ciclo ou durante o ano, oriundo da mesma cidade ou da mesma região e transferido entre escolas que possuem a mesma proposta pedagógica. Nesse caso, normalmente, junto com o pedido de transferência, a família trás críticas enfáticas à escola freqüentada anteriormente pelo filho, atribuindo a ela toda responsabilidade pelos problemas ocorridos até o momento. Normalmente em casos assim, os pais, o aluno e a escola anterior omitem fatos importantes que, não relatados, acabam surgindo em curto espaço de tempo no novo ambiente escolar. Quando isso acontece é importante verificar os motivos reais dessa mudança porque o quadro pode estar sinalizado alguma inadequação da escola para trabalhar com o jovem que apresenta diferenças de comportamento ou ritmo, comuns entre estudantes adolescentes ou dificuldade de adaptação do jovem ou da família ao modelo vigente na escola. (27)

*“Em casa ninguém fala nada...”* Um outro caso demonstra que o comportamento dos pais pode interferir no posicionamento adotado pela filha tendo como conseqüência a discriminação do próprio grupo em relação à ela.

Tanto a família quanto a aluna apresentavam a mesma dificuldade para aceitar críticas ou sugestões da escola. A aluna rejeitava qualquer crítica feita à sua pessoa. Ao ser chamada por uma funcionária disse: *“Nem adianta vir me dar bronca, que saco! Parece que vocês só falam comigo para isso. Será que só na escola eu faço coisa errada? Porque em casa ninguém fala nada?”*. É verdade que nas entrevistas com a família, ela costumava ser elogiada pelos pais que, da mesma forma, não aceitavam que a escola fizesse referência a algum comportamento inadequado dela. A mãe, em uma das entrevistas, se referiu aos pedidos da escola da seguinte maneira: *“Não adianta mais me*

*chamar para eu ouvir vocês falarem mal da minha filha. Faço questão de vir a escola só se for para ouvir elogios sobre ela. Se não for por esse motivo, façam o favor de não me chamar”.*

Certa ocasião, a aluna esvaziou o extintor de incêndio localizado no corredor próxima a sala de aula em que estudava. Como nenhum aluno assumiu a atitude, a conversa sobre o episódio se deu com toda a classe. Como os indícios levavam a essa aluna, ao ser atendida ela acusou outro colega da classe, parente de uma professora. Tratava-se de um aluno quieto e fisicamente incapaz de carregar o extintor sozinho. Atendida, ela dizia que não tinha sido ela e, enquanto foi possível, denunciou o colega de classe. Um grupo de alunos da classe, que tinha presenciado o fato, passou a pressioná-la para que ela contasse, porque, apesar de serem seus amigos, não achavam correto que o outro garoto ficasse em situação tão ruim. Pressionada pelo grupo, ela assumiu a culpa, depois de algum tempo. Atendida disse que acusou o colega de classe *“para se vingar da escola que pegava no seu pé”*. Sobre o episódio, a mãe, inicialmente, fez vários telefonemas para a escola dizendo que: *“A escola e os colegas da minha filha estão pressionando para ela contar uma coisa que ela não fez. Vocês não vão fazer nada para ajudá-la? Não aceito que minha filha sofra essa injustiça. Além disso ela não mente para mim. Se fosse ela, tenho certeza que já teria me contado. Eu acredito nela”*. Depois que a mãe tomou conhecimento do fato, nunca mais compareceu à escola nem tampouco assinou o comunicado enviado pela mesma sobre o caso.

Acreditamos que a atitude dos pais diante do caso dificultou sua resolução adiando por meses a possibilidade de um trabalho e criando certa instabilidade na classe pois os colegas cobravam permanentemente da aluna que contasse a verdade por não aceitarem uma acusação injusta.

O fato da aluna não assumir seus atos, dizendo, inclusive, que tinha visto o colega carregando o extintor, chama a atenção para a segurança com que ela tomava tal posição. Ela não estava respaldada pelos colegas da classe, nem pelos funcionários, nem pela escola de maneira geral. Aparentemente o apoio estava centrado na figura dos pais. A posição deles, negando a ação da filha, estava presente diariamente na escola assim como a presença deles, através das palavras da aluna. Parece que esse tipo de comportamento dos pais influencia negativamente o jovem.

A mesma aluna apresentava outro comportamento que a diferenciava das colegas de sua idade. Inicialmente ela se afastou das atividades esportivas que aconteciam, durante o recreio diário, com participação das alunas. Dizia que a prática daqueles esportes (espiribol e futebol de campo) a deixaria “masculinizada”. Em seguida foram surgindo alguns comentários, entre os colegas, sobre seu comportamento fora da escola em festas ou mesmo na sua própria casa. Os professores começaram a perceber que, ao distribuírem trabalhos para serem feitos em equipe fora da escola, a maioria dos alunos queria estar no grupo dela. Uma das professoras questionou o fato e uma das alunas sugeriu que ela perguntasse aos meninos. A professora ouviu então o seguinte comentário: *“Ih, dona, ela gosta de se mostrar para nós. Fica dançando e deixa a blusa cair. A gente fica daquele jeito. A mãe dela vê, mas não faz nada por isso a gente sempre vai lá”*. Uma ocasião, durante o intervalo, na quadra de vôlei, ela se deitou sobre um garoto. Quando a professora que presenciou o fato foi conversar com ela, a aluna disse: *“Hi! professora, o que é que tem isso?”*. Gradativamente tal aspecto de seu comportamento foi se tornado mais evidenciado e por isso a escola resolveu chamar a família. A mãe se prontificou a tratar a questão abertamente com a filha, mas, antes, quis saber detalhes para *“ver se a escola não estava exagerando”*. Conforme os fatos iam sendo relatados ela ria. Disse: *“Olha gente, acho até normal que ela faça essas coisas. Vocês nunca foram mocinhas? De qualquer jeito vou tomar providências porque acho que as pessoas, inclusive as famílias das amigas da minha filha, são muito conservadoras”*. Na mesma entrevista o pai completou: *“Acho minha filha muito sensual (?) e por isso é natural que os meninos gostam de ficar ao lado dela”*.

Por ocasião da viagem de formatura, a garota começou a organizar um grupo composto em sua maioria por meninos, para uma viagem paralela à dos demais formandos. Achava os demais *“babacas e criancinhas”*. A viagem aconteceu com o apoio e a presença da mãe, como voluntária, mas sem nenhum representante da escola já que estes estavam acompanhando o outro grupo de formandos. No retorno os alunos relataram alguns acontecimentos relacionadas a práticas de relacionamento físico da aluna com os colegas que se transformaram em problemas para os adultos monitores e para os funcionários do hotel.



É importante esclarecer que este trabalho não deseja fazer análises sob a ótica moral dos indivíduos ou julgamentos dos princípios do que convencionalmente são tomados como certo ou errado inclusive por serem posicionamentos, que, sob o ponto de vista sociológico e antropológico, contam com inúmeras variáveis e interferências de acordo com o agrupamento e a sociedade dos indivíduos. É evidente, porém, que em uma mesma sociedade existem alguns parâmetros. Um deles diz respeito à (delicada) questão da formação sexual do jovem. Nos últimos tempos, uma vasta literatura tem discutido qual a melhor linguagem, o melhor momento, as pessoas mais qualificadas, o veículo, as estratégias para o trato do assunto com a criança e o adolescente. O certo é que na adolescência o tema atinge o seu mais alto grau de importância e aflora com muita intensidade. Certo, também, é que não deve ser assunto tratado de maneira fragmentada só pela escola ou só pela família. Todos devem se envolver. (28)

“ *Vocês exageram, não?...*” Os pais, comerciantes da cidade, pertencem à classe mais favorecida da população. Os três filhos apresentam características comuns como apatia, obesidade e falta de compromisso com os estudos. Segundo os pais, eles gostam de assistir televisão, ver filmes e passear. Depois de alguns anos enfrentando problemas com a estrutura familiar, problemas internos graves de relacionamento e convívio, os pais optaram por dar início a uma terapia em que todos participam. Segundo a terapeuta os resultados estão demorando mais que a média de tempo normal. Disse que a família não tem conseguido sanar sequer os problemas da falta de compromisso de todos dentro da casa. Uma das filhas tem hábito de furtar objetos dos colegas (dentro e fora da escola) e nunca assumir sua atitude. É irônica, extrovertida, um pouco debochada e dissimulada. Tem o costume de tirar fotos das amigas para revendê-las. Uma ocasião fotografou as amigas da irmã mais velha e, em seguida, começou a vender as fotos das garotas em trajes íntimos, tiradas num final de semana na fazenda da família. A mãe, comparecendo à escola, contou que, no mesmo local, organizou um encontro com suas amigas. As duas filhas e mais 3 amigas a acompanharam. Durante toda a duração do encontro elas ridicularizaram as senhoras adultas, chamando-as de “velhas”, em diferentes locais como a piscina, trilhas, nas diferentes brincadeiras e demais atividades realizadas. As amigas da mãe interromperam o encontro no domingo pela manhã.

Na véspera de uma festa da escola, a aluna compareceu no período oposto às suas aulas e, sem que ninguém visse, entrou em uma sala onde estavam guardados os objetos a serem usados no dia seguinte. Estragou parte do material, esvaziou o botijão de gás que seria usado para encher os balões de ar. Em seguida, assumiu para as amigas a autoria do caso. Ao ser questionada respondeu : *“Bom, eu sei que não precisava fazer aquilo mas também não é nada assim tão grave. Vocês exageram, não?”*.

Os pais comparecem à escola sempre que são chamados. Eles ouvem mais do que falam. Muitas vezes, concordam com a escola inclusive relatando outros fatos que ocorrem fora dela e que se somam aos já citados. Por várias vezes se desesperaram, choraram e pediram ajuda da escola, mas, em todas as ocasiões, quando a escola entendeu que poderia contar com eles, houve uma volta ao posicionamento original de apoio irrestrito aos filhos, contrário às orientações da escola.

Pensamos que a forma escolhida, pelos pais, para acompanhar a vida escolar dos filhos tem impedido, ao menos parcialmente, que eles tenham claro os referenciais a serem assumidos pelo grupo familiar, necessários para formá-los enquanto estudantes. Sem parâmetros que tracem os limites necessários para sua idade, eles vem perdendo vários amigos. Um dos pais disse: *“Olha minha filha pode ser muito amiga dessa menina mas eu não vou permitir que ela venha aqui na minha casa, quanto mais que saiam juntas, nem que passem nos finais de semana. Você acha que estou errado? Se ao menos a menina estivesse em tratamento, vá lá. Mas assim, solta e ainda tirando coisas das casas das pessoas eu não vou permitir mesmo”* .

Esse caso nos remete a influência dos pais sobre essa filha e os outros dois filhos do casal. Os três apresentam algum desvio de comportamento. O filho mais velho não tem amigos e é isolado do grupo. Sempre que pode, coloca algum colega de classe em situação difícil perante um professor ou outro pai, por isso os outros alunos se afastam cada vez mais. A menina “do meio” tem o hábito de colocar uma colega contra a outra. A filha caçula é a que furta objetos. Como a escola tem agido sem o apoio da família, os resultados são pequenos e limitados, se comparados às possibilidades reais.

**(29)**

*“Nossa filha não é essa que vocês estão falando...”* Trata-se de uma das filhas do casal citado no caso anterior. A garota apresenta as mesmas características dos irmãos com o agravante de ser mais agressiva que eles, no trato com os adultos.

O comportamento dos pais chama a atenção da escola pela sua peculiaridade. Sempre que chamados os pais resistem em aceitar que a filha tenha as características apresentadas pela escola. Para eles a irmã é que as possui. O pai resume assim: *“Vocês estão confundindo nossas duas filhas. Que a outra seja danada, tudo bem mas essa de jeito nenhum, ela até pode ter algumas falhinhas mas nem de longe é o que vocês dizem. Acho que você precisam procurar melhor na ficha aí. Nossa filha X não é essa que vocês estão falando não. A outra já dá problema suficiente para nós, essa não, de jeito nenhum.”*

A aluna faz parte de um grupo de meninas que tinha por hábito omitir aos pais fatos importantes combinando o que seria dito igualmente a todos. Por exemplo, mencionavam a existência de um trabalho na escola como motivo para saírem de casa para passeios e encontros. Quando os pais se telefonavam, as informações sempre eram as mesmas. Quando a escola percebeu que os pais do grupo de alunas estava com este problema que, de alguma forma, a envolvia, foi combinado com eles um contato mais freqüente. Compareciam ou telefonavam sempre para a escola para que as informações reais fossem conhecidas. Assim, em pouco tempo, o problema praticamente desapareceu. Este exemplo de proposta pode ajudar no entendimento de como o trabalho realizado entre família e escola pode apresentar resultados positivos. **(30)**

*“Vocês pensam que eu não sei que ele é danado?...”* O caso a seguir envolve uma família com conflitos entre seus membros, relacionados à crise conjugal dos pais e a maneira de tratarem o filho. A família comparece freqüentemente à escola (especialmente a mãe). Ambos, mãe e pai, revelam com facilidade os problemas conjugais e familiares, que possuem, a qualquer pessoa que os atenda na escola. A mãe tem o hábito de omitir do marido fatos da vida escolar do filho. E, quando ele a acompanha, costuma mostrar-se incomodado por ignorar detalhes, pedindo que se repita os fatos para que possa entendê-los. A mãe diz: *“Olha eu prefiro que vocês não chamem meu marido. Ele mais atrapalha do que ajuda. Chega em casa e diz que eu sou a*

*culpada pelo menino estar tão mal na escola. Prefiro não contar nada a ele. Se posso eu escondo dele a situação do meu filho. Eu quero que vocês entendam, viu? Eu não faço por mal, mas não dá. Ele não ajuda em nada. Se eu pudesse ficaria só com meu filho. Prefiro educá-lo sozinha”.*

Quando o marido descobre que a mãe e o filho deixaram de contar o que acontece na escola, ele cobra os dois publicamente. E as brigas acabam sendo inevitáveis e acontecem ainda dentro da escola. O aluno também tem o hábito de esconder da mãe, tanto quanto possível, fatos acontecidos. O círculo acaba se configurando, quando a mulher esconde do marido, ao mesmo tempo em que o filho esconde dela, questões envolvendo sua rotina. Ela diz que: *“sinto que sou traída pelo meu filho. Isso é que mais me magoa. Eu chego a enganar o pai dele, para encobrir as artes que faz, e depois ele vem me escondendo coisas? Vocês não acham que eu sou bem aberta para ele poder me contar tudo? Não entendo porque ele faz isso.”* Quando a coordenadora pedagógica perguntou se ela suspeitava do porquê das mentiras do aluno e de como ele havia aprendido a omitir detalhes da rotina escolar, ela não respondeu.

Durante o único atendimento que a escola fez só com a presença do pai ele disse: *Eu sei que minha mulher esconde as coisas de mim. Quando nós brigamos ela fala que eu sou muito calmo com os meninos, que eu devia bater neles também. Mas ela não bate igual nos três, no caçula ela bate menos. Vivo falando que os meninos vão cobrar dela no futuro tanta diferença com o menor. Mas eu também escondo dela quando os meninos aprontam. Como eu não bato eles preferem que eu saiba. Não conto porque ela é muito nervosa. Ela até já fez tratamento mas não adiantou”* .

O aluno não entrega os bilhetes enviados pela escola, diz que a mãe esquece de assiná-los, que não vê ou que não tem tempo de fazê-lo. A mãe, por sua vez, diz que o filho esquece os bilhetes e, segundo ela, esse é o motivo da escola “perseguí-lo”. O aluno falsifica a assinatura dos pais nos documentos, no material que os professores enviam para eles terem ciência da participação do aluno nos trabalhos escolares, na ficha de acompanhamento individual e nos comunicados em que a escola marca datas de reuniões e entrega de boletins, etc.

Apesar da aparente conivência com as atitudes do filho, a mãe afirmou várias vezes que: *“Eu bato mesmo quando fico sabendo de alguma coisa que ele fez. É para*

*ele aprender e não fazer mais*". Em uma entrevista, quando se referia à atitude, a coordenadora disse que não era aconselhável que ela batesse tanto no filho. Ela disse: *"Vai entender vocês agora. Vivem reclamando do menino e quando eu tomo a atitude de bater nele vocês vem com essa história. Tem dó"*.

O casal tem muitos desentendimentos, mas tem a mesma opinião sobre a importância do filho estudar. Dizem que *"o estudo é importante para ser alguém na vida"*.

Em uma entrevista a mãe disse: *"Não escondo de ninguém que meu casamento é um desastre. Não sei até quando eu vou ficar junto com meu marido. Estou educando meu filho para vivermos sozinhos. Por isso eu tenho que prepará-lo. Quero que ele seja meu aliado para futuras emergências. Vocês entendem que eu tenho que estar sempre do lado dele?"*.

Sempre que a escola chama a família (quase sempre é a mãe que comparece) é perceptível uma mudança temporária no aluno. Ele fica "bonzinho" por uns tempos. Em entrevista, a mãe contou que, quando fica muito brava, diz para o filho que contará para o marido. Ele fica "bonzinho" por uns tempos, segundo ela, porque tem medo. Ela disse também que nunca conta nada para o marido, apenas ameaça o menino. Quando tinha 12 anos, o menino fugiu e a família foi procurá-lo. Quietos e sempre mal humorados em uma das entrevistas foi perguntado porque escondia muitos fatos da mãe, ele respondeu: *"Não acho certo o que eu faço e não acho justo com minha mãe. Sei que ela gosta muito de mim. Não sei porque faço essas coisas para ela"*. Na semana seguinte a mãe usou uma frase bastante significativa, na frente do filho, ao se referir ao episódio da fuga, afirmou: *"Sabe professora, eu tenho medo do que ele é capaz de fazer"*.

O aluno é o filho caçula de três meninos. A mãe demonstra protegê-lo mais que aos outros. Ela diz: *"Meu filho detesta que eu o compare com os irmãos. Ele gosta de ser amado. Parece que até mais que meus outros dois, ele quer mais ajuda que os outros. E quando eu falo que gosto deles também, ele fica muito irritado e diz que não vai dividir a mãe com ninguém"*.

A mãe não aceita facilmente o que é apresentado pela escola. Costuma dar razão para o filho na presença dele. Durante um dos atendimentos disse: *"Eu acho que vocês estão errados, acho que os professores perseguem o meu filho. O que é que há?"*

*Porque vocês fazem isso? Com meus meninos mais velhos não era assim. Parece até que vocês só vêem ele na escola!*” O hábito de continuar agredindo fisicamente o filho confirma a postura que ela assume de ser uma mãe severa porque bate no filho, ao mesmo tempo em que aceita e encobre as atitudes de indisciplina e desrespeito dele.

A mãe sabe que o filho a engana inclusive dizendo que está fazendo lições no quarto. Diz: *“Vocês pensam que eu não sei que ele é danado. Vou contar uma coisa, ele pensa que me engana falando que está fazendo lição de casa no quarto. Eu percebo mas espero para pegar ele no pulo. Só assim posso dar um corretivo nele. Eu estou sendo enérgica, só que depois eu tenho que fazer uns carinhos, né?”*.

O relacionamento deles com as demais pessoas é complexo. O aluno esquiva-se dos adultos que se aproximam dele. É bravo, responde agressivamente a qualquer tentativa de aproximação. A mãe tem um comportamento parecido. A tia do aluno disse que a irmã tem uma péssima relação com a família e os vizinhos. Entretanto mãe e filho se relacionam bem. Ela acha que o ajuda, ele tem interesse em tê-la como aliada, pois ela aprova suas atitudes. (31)

*“Por que as normas são importantes?...”* O aluno mora com a mãe que acompanha sua vida escolar. O pai comparece nos momentos em que é chamado pela escola. A mãe usa roupas típicas dos anos 60 e gírias comuns aos jovens ligados à música rap. Tem o hábito de chegar à escola e cumprimentar o filho com as mãos abertas e no alto dizendo: *“Tudo em cima aí, garotão?”*.

O aluno, apesar de ter excelentes notas, apresenta dificuldades para entender o que é pedido, não tem o hábito de atender as solicitações feitas pelos professores e freqüentemente, deixa as pessoas que estão falando com ele sozinhas, quando não aprova o que está sendo colocado.

Em entrevista ele disse: *“Eu acho um saco tanto falação, não sei porque tenho que ficar ouvindo, não gosto. Eu não acho que as normas sejam importantes. Porque as normas são importantes? E eu aprendi que quando não acho uma coisa importante é porque ela não é pra mim e se não é pra mim, porque eu tenho que cumprir?”*

Para uma professora: *“o X é rebelde, deixa a gente falando sozinha, não aceita as normas, sinal, horário de recreio, uniforme, nem nada. Como ele não aceita e*

*nem concorda, ele burla todas elas. Não consegue parar de brincar um minuto, fica nos desafiando. Ele não brinca sozinho, isolado e quieto. Ele brinca, fica olhando e rindo para ver se estamos vendo e nos incomodando. Parece que faz para mostrar aos professores do que é capaz. Tenho certeza que ele sabe quais os procedimentos normais para se viver em grupo mas ele é muito inteligente, por isso fica questionando. Acho que ele faz isso para atrapalhar a aula. Ele sabe que estudando sozinho, vai conseguir. Mas e os outros? É justo? E eu?”*

A mãe, por sua vez, tem o hábito de “desviar” a conversa, quando se aborda alguma questão em que se requisita atitudes mais enfáticas de sua parte. Muitas vezes ela interrompe e diz frases como: “*Mas ele não é uma gracinha?*” ou “*Ele é lindo, você não acha?*”. Costumeiramente, as entrevistas chegam ao final sem nenhuma providência efetiva combinada.

A mãe demonstra, explicitamente, não conseguir colocar limites para o filho, desvia as falas originais, transforma-as em brincadeiras e encerra a visita.

Referindo-se, certa vez, aos próprios gestos e roupas disse: “*Olha, não estranhem não, vocês ainda não me conhecem muito bem. Sei que eu choco com esse meu jeito. Mas descobri que isso faz meu filho se aproximar de mim. Ela acha super legal me apresentar aos colegas. Diz que sou maneira. Sabe que sempre eu brinco de cachorrinho com ele, na sala?*”.

Quando se referiu ao ex-marido, disse: “*Eu gostava muito dele, mas ele me achava meio louca. Foi arranjar uma mocinha agora, pode? Vou ser clara. Faço tudo para o meu filho, que é o único que eu tenho, gostar de mim. Quero que ele fique do meu lado sempre. Não morando. Eu sei que ele vai embora um dia. Tá certo, mas ele tem que olhar e ver que eu sou sua parceira. Diferente do pai, ele não tá nem aí com o moleque. Nem vai ver. Tem gente que me fala que eu não posso falar mal do pai na frente dele. Mas fazer o que? Vou falar que ele é bonzinho? De jeito nenhum. Falo mesmo. E sabe, mesmo que eu não falasse, o menino vê como ele é”.*

O pai disse na entrevista: “*Eu sei pouco do meu filho, mas também com a mãe que tem? Bom, eu não vou fazer comentários negativos dela, afinal ela que cuida e eu sei que ele gosta muito da mãe. Já não é muito comigo, ainda se eu começar a falar mal dela, ele é capaz de nunca mais me olhar. Olha, eu sei que vocês querem o bem dele,*

*mas não adianta contar muito comigo, não. Eu não posso fazer muita coisa para mudar a situação.”*

Ainda sobre o pai, cabe relatar um episódio. Em uma festa (1997), ele compareceu com a namorada. Encontrou-se com o filho, no pátio da escola (o menino tinha ido um pouco antes com a mãe). Fez carinho em sua cabeça e conversaram um pouco. O aluno se posicionou de frente para o pai, mas de costas para sua namorada, mesmo vendo que o pai estava de mãos dadas com ela. Quando ele se despediu com um beijo no pai e saiu, este chamou-o e perguntou se ele não iria se despedir da namorada. O garoto olhou-a com explícita desaprovação e beijou-a sem tocá-la. A garota, por sua vez, só tocou-o com uma das mãos e mesmo assim com os dedos fechados em suas costas. A situação mostrou a provável dificuldade que o filho apresenta, assim como a mãe, para lidar com a atual situação conjugal de seu pai.

Em relação à dificuldade do aluno para atender as solicitações, achamos que ele está bastante acostumado a ser tratado em casa de acordo com características favoráveis que o ambiente permite: grande atenção, individualidade, poucas situações a serem partilhadas no ambiente escolar, porém as decisões são coletivas e nem sempre agradam a todos ao mesmo tempo. Para o aluno, assim como sua casa, a escola não deve ter limites, o que faz com que ele aja independentemente das demais pessoas com quem convive. Daí a dificuldade do aluno de assumir a existência de limites em nome do respeito ao grupo. Diante do incômodo ele prefere dizer que “*Não entende a necessidade de tantas normas e orientações*”. (32)

*“Não aceito que meu filho fique reprovado...”* Era um garoto esperto, alegre, de bem com a vida, com atitudes típicas de sua idade. Gostava muito de brincar. Freqüentava a escola todos os dias, jogava futebol diariamente no recreio e nos finais de semana. Tinha excelente relacionamento com os colegas. Durante toda a semana ele “formava” os times para jogar aos sábados na escola. Mas não estudava, não fazia as atividades pedidas, não apresentava trabalhos, mesmo aqueles realizados em grupo. A cada ano seu rendimento caía mais. A mãe era chamada não só para conhecer o quadro de acompanhamento do filho, mas para ajudar facilitando trabalhos e pesquisas feitas fora da escola assim como os horários de estudo necessários para ele se recuperar. Ela



sempre dizia que estava “tomando providências” para que o garoto não faltasse à escola (ele dormia à tarde e não conseguia acordar para vir à escola pela manhã), fizesse as tarefas e participasse dos trabalhos em equipe.

Os pais eram separados e o aluno era acompanhado, na escola, pela mãe. Ele não assumia responsabilidades enquanto estudante e sua mãe fazia trabalhos e tarefas de casa por ele. Quando se tratava de trabalhos em equipe, ela pedia aos colegas que colocassem o nome dele “*para que a escola não prejudicasse o menino*”. Os colegas não gostavam muito da situação mesmo porque a mãe chegava a ligar para suas casas ou fazia pedidos de tal natureza no estacionamento da escola, diante do filho. Às vezes, quando a equipe de trabalho resistia aos pedidos da mãe e não colocava o nome dele nos trabalhos, ela telefonava para os colegas do filho e ficava brava com eles. Com o tempo os colegas não queriam mais trabalhar com o garoto. Frequentemente os professores precisavam intervir para solucionar os problemas que surgiam. Cada ano o rendimento escolar do aluno era pior. Assim precisou refazer uma das séries do ensino fundamental.

O pai tinha pouco contato com o filho e pouco conhecimento do seu desempenho. O casal tinha sérias divergências quanto à educação mais adequada para o garoto. O pai dizia que: “ *A mãe dele vai acabar estragando esse menino. Ela não educa direito. Eu não estou lá para ver. Acho que pagando caro uma escola, vocês poderiam cuidar melhor dele, não acham?* A mãe, por sua vez dizia que: “ *O pai dele é muito severo, por isso não dá para contar a situação do menino. Ele é capaz de levar ele embora e judiar. Sabe que até eu tenho medo dele? Olhe, por favor não contem nada disso se ele vier buscar o boletim. Eu vou dar um jeito. Eu só sei que mesmo que eu tente esse menino nunca vai gostar dele*”.

Quando o pai soube que seu filho estava retido, compareceu à escola. Estava furioso. Como há muito tempo ele não acompanhava a vida escolar do menino, não tinha idéia dos procedimentos, da estrutura nem das entrevistas realizadas até o momento com o aluno e a mãe. Mesmo assim foi bastante grosseiro. Sabia apenas que o filho tinha sido retido em uma matéria. Segundo a mãe, ela se “*esqueceu*” de dizer a ele que o menino tinha sido reprovado em 6 matérias. O pai entrou na reunião dos professores e dirigindo-se ao professor responsável pela matéria em que ele achava que o filho tinha sido reprovado, o agrediu fisicamente dizendo que: “*não aceito que meu filho fique*

*reprovado só em uma matéria*". Os professores estavam perplexos e a mãe, assustada, tentava segurar os braços do ex-marido. Acabou sendo agredida por ele em público, também. A situação, além de muito desagradável, pelo fato em si e pela necessidade de outros pais terem que interferir, deixou o aluno bastante constrangido. O fato dele presenciar o pai agredindo um professor e a mãe não concordando com a situação, criou um impasse de difícil solução.

O comportamento do pai na escola, além de inadequado, trouxe sérios prejuízos ao filho pois a partir do episódio de agressão física, a escola entendeu que não poderia receber aquela família no ano seguinte. Além disso, o objetivo da escola, de realizar um acompanhamento do aluno junto aos pais, não foi atingido.

A mãe, ainda que desejasse ajudar o filho, interferia na relação dele com os colegas comprometendo sua imagem, além de impedir que ele adquirisse autonomia para assumir seus compromissos. O fato da mãe "sempre estar por perto" lhe dava confiança e certeza de que ela resolveria todas as situações, por ele. (33)

*"É esse o meu jeito..."* A família tinha dois filhos estudando na escola. Tinham sido expulsos da escola anterior e apresentavam graves problemas de comportamento. Desde a primeira semana a situação se apresentou difícil. Os pais também eram agressivos e difíceis de se conversar. A família tinha um histórico de brigas na cidade: no clube, no campo de futebol, no trânsito, conhecida posteriormente pela escola. Não tinham hábitos de higiene muito desenvolvidos e os demais alunos reclamavam disso.

O pai chamava a atenção. Media quase dois metros, pesava mais de cem quilos, falava muito alto e seu vocabulário comum incluía vários palavrões que eram pronunciados sem qualquer constrangimento na frente dos professores, funcionários e dos filhos. Vestia-se de maneira pouco convencional. Sua figura, aliada aos seus gestos, eram repugnantes. Quando chamado não se sentava para o atendimento. Era grosseiro e gritava com facilidade.

Em relação ao desempenho escolar os filhos tinham notas ruins e a família, quando comparecia à escola, desrespeitava e humilhava os professores e funcionários. Tanto a maneira como andavam pelos corredores, passando na frente de outros pais que também seriam atendidos, até a forma como exigiam uma informação, serviam de

modelo para os filhos que os acompanhavam nas reuniões. Os professores não gostavam de atendê-los por serem muito ríspidos. O pai falava (gritava) e sempre se referia ao cargo de diretor de faculdade ocupado por um irmão na universidade vizinha à escola. Uma professora, certa vez lhe disse que o fato do irmão dele ser diretor, apesar de importante, encerrava-se em si mesmo e não interessava à escola. Ele se enfureceu. Na reunião seguinte de entrega de boletins, os professores se recusaram a atender o pai porque sabiam que teriam, como sempre, problemas e que seriam desrespeitados. A orientadora educacional se dispôs a fazer a entrega para aproveitar e mais uma vez conversar com ele sobre a situação grave em que os filhos se encontravam. Quando ela começou a falar, o pai agarrou-a pela roupa na altura do peito e levantou-a da cadeira empurrando-a contra a parede. Ela gritou, mas, em princípio, ninguém a ouviu porque a sala em que estavam era distante das demais e a porta estava fechada. Em seguida, ela caiu no chão e ele saiu gritando pelo corredor, dizendo que “*você é uma b... de professorinha por isso merece ser tratada assim*”.

Não era a primeira vez que ele tinha ameaçado agredir fisicamente uma pessoa. Já o fizera com a própria coordenadora pedagógica, com um funcionário onde trabalhava e com um primo.

Os dois alunos falavam e agiam de maneira muito parecida ao pai. Eles não demonstravam respeito aos funcionários e professores. Quando chamados à atenção pela maneira deseducada de se dirigirem às pessoas, diziam: “*Estou falando normalmente. É esse o meu jeito mesmo*”.

O filho mais velho era usuário de drogas. Apesar dos pais saberem, não falavam a respeito. Com o tempo a situação ficou mais grave porque ele passou a fornecê-la ao irmão mais novo. Este, por sua vez, começou a distribuí-la dentro da escola para os colegas.

O fato dos alunos terem sido expulsos da outra escola mostra, ao menos em princípio, a existência de uma situação atípica. Trata-se de uma situação diferente dos casos em que a família opta por transferir o filho da escola ou mesmo de casos em que a instituição sugere a saída do aluno.

Assim, em razão dos pais terem conhecimento do uso de drogas pelo filho e não procurarem tratamento nem discutirem o assunto com a escola, há dificuldade de busca

de solução para o problema.

Por vários motivos a família não assume o problema do filho ser usuário de drogas. Além da impotência frente à questão, existe o estratégico desconhecimento como forma de não encarar o fato e as demais questões que o cercam. Às vezes a família considera mais prudente passar ao filho a idéia de desconhecer o problema do que assumir publicamente sua existência. Demonstrar desconhecimento frente à situação, na visão dos pais, pode ser um caminho para que o filho, pensando que os pais desconhecem a situação, pare de fazer uso de droga. Pode ser também uma maneira de proteção contra as cobranças sociais, uma vez que a informação, tornado-se pública, passa a exigir providências, que os pais sabem que não conseguirão tomar.

De qualquer maneira o comportamento, especialmente do pai, reforçava a manutenção das atitudes dos filhos. A maneira dos pais agirem dentro da escola determinava que eles continuassem a tratar as pessoas da mesma forma. Não sentiam necessidade de se modificar porque, apesar de ser bastante agressivo, o pai não exigia que os filhos tivessem comportamento diferente. Ao contrário, parecia concordar na medida em que, agindo como agia junto com os filhos, os incentivava a reproduzir o mesmo comportamento. Eles continuaram a usar e distribuir as drogas fora da escola mesmo depois de terem deixado de estudar nela. (34)

*“Eu não tenho cultura, mas minha filha vai ter a qualquer preço...”* A aluna, filha única de um casal, presenciava frequentemente brigas e agressões físicas entre os pais. A mãe a agredia constantemente, diferente do pai que esporadicamente adotava essa atitude. Ele é vendedor, viaja bastante e aponta isso como causa para o desconhecimento de fatos que ocorrem em sua casa. Fisicamente o casal era bastante diferente. Ele vestia-se muito bem, enquanto a mulher tinha uma aparência humilde, rude e usava uma linguagem bastante simples. Falava muito, alto e rápido. Quando a escola fazia referência a qualquer atitude da aluna como deixar de entregar um trabalho em data combinada, ela exagerava o fato, tratando-o como falta grave, superdimensionando-o. Em tais situações, chorava compulsivamente diante de todos, inclusive nos corredores da escola. Cada nota baixa da filha era motivo para desencadear o mesmo comportamento. Referia-se a si mesma assim: *“Eu não tenho cultura, mas*

*minha filha vai ter a qualquer preço. Nada é tão importante como o estudo para ela ter um lugar ao sol. Ela tem que ver meu exemplo. Estou estudando, faço supletivo à noite. Sabe porque à noite? Para não deixar essa vagabunda sozinha. Eu quero ser instruída. Sou muito esforçada. Fui até aprender a dirigir depois de velha, cuido muito da minha casa. Pensa que não dá trabalho? Por isso não admito mesmo nenhuma sujeira”.*

Diante disso a escola passou a comunicar-se com o pai, apesar da dificuldade para encontrá-lo. Os professores não entregavam as notas para ela nem enviavam comunicados. Tratavam diretamente com a aluna. Mesmo assim a mãe ia na escola pedir as provas da menina, antes mesmo que os professores as corrigissem. Segundo a aluna, ainda no estacionamento, a mãe mexia na sua mochila para olhar as atividades do dia.

Em uma entrevista, o pai confirmou algumas características da esposa, dizendo: *“Minha mulher é neurótica com a menina e com limpeza. Você acredita que nós temos que entrar descalços em casa? Ela não quer que eu venha na escola para saber da menina, esconde o dia da reunião, ela fala que sabe cuidar dela melhor que eu. Hoje, por exemplo, vai ser uma briga só, lá em casa. Olha de bater, ela bate mesmo, até se ela não lava bem a panela do jantar. Ela chega da escola às 23:25 h. e vai vistoriar se nós fizemos tudo do jeito que ela quer. E sabe o que acontece se não está do jeito dela? Ela tira a menina da cama, bate até não agüentar mais. Se eu falo alguma coisa, aí ela briga comigo e sabe, eu também tenho o sangue quente e aí começa a briga de verdade. Por isso falo pouco. Olha eu chego em casa, sento e procuro falar o menos possível. Ela fala muito. Fico lendo o jornal. Por qualquer motivo ela briga. E por menos ainda, bate na menina”.*

Foi perguntado o motivo para que o impedia de tomar alguma atitude com a finalidade de evitar que a filha fosse agredida pela mãe. Ele disse: *“Vocês não conhecem a fera. Quer saber? Nossa sorte é que ela não admite ter que faltar na escola, porque quando ela vai para a aula a gente sente um alívio. Apesar que é um alívio relativo porque mesmo assim nós temos que ficar pensando em fazer tudo direto senão...”.*

Uma das professoras da escola que morava no mesmo prédio de apartamentos dessa família relatou: *“É muito comum ouvir a menina chorando e ela gritando. A gente não sabe o que fazer. As brigas do casal também são muito desagradáveis. Sempre são muito tarde, depois que ela volta da escola. Escutamos de longe. O condomínio já fez*

*vários comunicados, mas não adianta. Tenho pena da menina. Interessante que a gente não vê ninguém ir visitá-los. Parece que não tem família por perto. Já perguntei isso para a menina e ela disse que a avó e as tias moram aqui mas não gostam de ir lá porque a mãe já brigou muito com eles”.*

A aluna se mostrava bastante desmotivada para estudar e foi deixando de fazer a maior parte das atividades pedidas. Questionada sobre o motivo de sua atitude, ela disse: *“De qualquer jeito vou apanhar mesmo, não vou? Quando eu apanho, eu falo que vou embora, ela fala que eu posso ir, que ela me acha até no inferno e quando me achar me bate em dobro. Pra que vou fazer tarefa?”.*

Sempre que a menina comparecia à escola, no verão, vestida com roupas de inverno, era certo que tinha apanhado e não desejava que as pessoas vissem. Certa ocasião, a professora percebeu e chamou a orientadora educacional. Ela estava com ferimentos graves no corpo e também no rosto. A escola tentou falar com o pai, mas ele estava viajando. A menina contou que: *“Dessa vez eu apanhei porque esqueci de molhar o vaso que minha mãe pediu. Ela viu e jogou o vaso na minha cabeça por isso tá machucada. Ela me bateu com os galhos da samambaia do vaso, depois com a cinta e depois com a vassoura”.* Imediatamente a mãe foi chamada e a orientadora lhe disse que não poderia se calar diante da gravidade do fato e que ela não poderia agir daquela maneira. Disse que a menina precisaria ficar com uma tia ou uma avó, até a chegada do pai.

A mãe disse: *“Sou uma mãe preocupada, prestimosa mesmo. Quero que a menina aprenda o que é correto. Amanhã, o que as pessoas vão falar de uma menina que não sabe cuidar de uma casa?”.* O pai não fazia contato e a mãe foi buscá-la no final do período. A aluna, muito assustada, foi embora com ela. A orientadora, sem a mãe perceber, colocou no bolso da calça da menina três números de telefone para que ela pudesse ligar. Ela não telefonou para ninguém e a escola continuou tentando insistentemente contato com o pai. Quando isso aconteceu, no início da noite, o caso foi relatado e ele foi imediatamente para casa.

No dia seguinte foi à escola. Segundo ele: *“Cheguei em casa, abri a porta e a cena que vi foi horrível. Nunca mais vou esquecer. A menina estava trancada dentro de casa, amarrada nos pés do sofá, com uma bacia de água e um vaso de flores ao seu*

*lado, que a mãe falou pra ela que era o que ela merecia comer. Estava muito machucada”.*

O caso foi denunciado ao Crami<sup>26</sup> pela escola. Depois de três dias a garota retornou às aulas. O pai foi chamado para que a menina lhe contasse detalhes que ele desconhecia como, por exemplo, que ela sempre ficava trancada em casa e que a mãe levava o telefone na sacola para ela não ligar para ninguém. A mãe dizia a ela que: *“Se você contar pro seu pai, amanhã te bato mais”*. A menina disse que, de fato, nas poucas ocasiões em que contou, a mãe no dia seguinte bateu nela. O pai não tinha conhecimento de tais episódios.

Como o marido não tomava nenhuma atitude efetiva, como procurar um tratamento e até uma internação para a mulher porque, segundo ele *“se eu fizer isso eu vou estar contra ela”*, a escola fez contato com uma tia, pedindo auxílio. Nada foi conseguido.

Na semana seguinte a garota tentou suicídio. Disse-nos que: *“Eu só tenho os amigos da escola e vocês que trabalham aqui. Nem meu pai pode com minha mãe. Dessa vez eu não consegui me matar, mas da próxima vou fazer melhor e se, de novo, não der certo, vou fugir, mesmo sabendo que eu vou ter muita saudade do meu pai”*.

Quanto mais ela se revoltava, pior era seu desempenho na escola. A partir desse momento, a mãe se colocou contra a escola. Diante do quadro, a escola procurou trabalhar só com a aluna sem a participação da família evitando inclusive chamar o pai, uma vez que ele se mostrou impotente para proteger a filha.

A aluna terminou o ciclo em condições razoáveis de aproveitamento, suficiente para prosseguir seus estudos. No final da 8<sup>a</sup> série, a garota não contava mais detalhes de sua vida familiar na escola e não esclarecia os motivos para isso. Disse apenas para sua professora de ciências: *“quero jogar, brincar, fazer teatro para esquecer o inferno que é minha casa e minha vida”*. Era o que ela fazia. Participava de todas as atividades esportivas e brincava bastante no recreio com as amigas.

Para nós, a maneira dos pais participarem da vida escolar da filha era atípica. A discrepância apresentada nos procedimentos dos pais e nos princípios que declaravam

---

<sup>26</sup> Sigla referente ao Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância, com sede em Campinas, SP.

possuir, dificultava a ação da escola. Enquanto a mãe comparecia quase que diariamente à escola e acompanhava de perto os acontecimentos, o pai era ausente impedindo o trato imediato de qualquer assunto com ele. A mãe fazia cobranças exageradas. Muitos detalhes que não precisariam ser conhecidos por ela, acabavam sendo falados ou pelos amigos, ou pelos professores ou por outras mães. Ela investigava e procurava no material sinais que pudessem "ajudá-la". Pelas atitudes, a mãe demonstrava ser uma pessoa desequilibrada. O pai não tomava nenhuma providência porque, inconscientemente, não acreditava que a mulher tivesse realmente algum problema psicológico. Na verdade suspeitamos que ele temia o afastamento da mulher porque a menina ficaria sem ninguém que cuidasse dela. O comportamento do pai indiretamente autorizava o avanço das ações autoritárias da mãe.

Ao término do ciclo, a família mudou-se. Nunca se soube que a mãe tenha sido internada ou afastada da menina. Aliás, nunca mais se soube de nenhum deles. (35)

*“Olha...meu filho é muito parecido comigo...”* A mãe do aluno é professora de inglês, única disciplina em que o filho apresenta baixo rendimento. A mãe fazia todas as tarefas, trabalhos e demais atividades da matéria para o filho. Ele mostrava para os colegas o que era feito afirmando ser de sua autoria. Os amigos sabiam que eram feitos pela mãe, por causa da letra, da forma e de outras características que os mesmos apresentavam. A professora do aluno diz: *"Inúmeras vezes pedi a ele que não trouxesse tarefas feitas pela mãe para a classe. Além dele deixar de aprender porque não tenta sozinho, ele atrapalha meu trabalho com os outros alunos da classe porque eles ficam esperando o que ele traz pronto. Os alunos nem se interessam em procurar fazer. Na classe eu pergunto para todos se entenderam o que expliquei. Ele nunca pergunta nada. Se eu insisto ele fala que já sabia a matéria antes da minha explicação. Eu sei que não é verdade, porque na hora da prova ele vai mal. Sabe porque ele fica com média razoável no final? Porque eu tenho vários instrumentos de avaliação além da prova e tudo o que eu peço para ser feito fora é a mãe que faz. Nas reuniões já pedi para a mãe não fazer isso mas ela não atende".*

A professora chamou a família, explicou os fatos. Segundo a mãe: *" eu sou professora de inglês como você e não consigo ver um motivo realmente forte para não*



*ajudar meu filho. Se eu posso porque eu vou deixar a situação dele que já é ruim, piorar mais? Você sabe que é a única matéria que ele vai mal? Não sei o que ele tem com essa matéria. Acho que ele não se dá muito bem com seu jeito. É, e nem com a professora do ano passado"*

A coordenadora pedagógica chamou novamente a mãe porque a situação não se alterava. Além disso o aluno precisava de orientações também no relacionamento com as pessoas. Era bravo e só com certa dose de carinho atendia as solicitações inclusive dos professores das outras matérias em que ele tinha bom rendimento. Sobre esse assunto a mãe disse que não concordava com a escola, *"olha, me filho é muito parecido comigo. Eu não sou de me dar bem com todo mundo. Porque a gente tem que gostar de todo mundo? Acho que a gente pode fazer nossas escolhas. O pai dele fala que nós dois somos nariz empinado. Mas eu não acho"*. Sobre a questão com a matéria de inglês ela disse: *"Olha, eu vou te contar uma coisa que nunca falei antes. Meu filho tem um trauma por causa de uma professora que teve no primário por isso ele é assim"*. A coordenadora argumentou que, além do garoto não apresentar nenhum sintoma que o indicasse como "traumatizado", ele não havia tido inglês no curso primário por isso, aparentemente, não deveria existir relação de um fato com o outro. Disse ainda que se a hipótese fosse verdadeira seria mais lógico ele ter notas baixas em qualquer outra matéria estudada na época mencionada pela mãe o que não acontecia, ao contrário as notas eram boas. A coordenadora perguntou à mãe se o aluno não estaria deixando de estudar inglês por saber que a mãe lecionava essa matéria e conseqüentemente poderia ajudá-lo sempre que precisasse. A mãe não aceitou a colocação dizendo que continuaria a ajudar o filho.

O pai do aluno, na entrevista, se referiu aos fatos assim: *"eu acho que minha mulher está certa em ajudar nosso filho, eu acho que ela sabe o que está fazendo, afinal a professora da casa é ela. Sobre o jeito dele eu concordo com o que vocês falaram. É meu filho mas tenho que dizer que ele é meio esnobe mesmo. Ela não gosta que eu fale isso, mas é verdade. Já falei isso pra ele."*

Com o tempo ele foi se tornando cada vez mais agressivo com a professora de inglês. Terminou o ciclo sem apresentar mudanças significativas.

Em nossa opinião, os fatos mostram uma relação entre as atitudes do aluno e a forma como a família se posicionava a respeito da questão.

A mãe, não desejando ver o filho com mau desempenho, justamente no assunto ela supostamente “melhor conhece”, procurou maneiras não convencionais para modificar a situação. Como agravante, sua escolha não resultou em benefícios efetivos para o menino, ao contrário, impedia que ele aprendesse.

O comportamento indiferente do pai, possibilitava a ela continuar agindo da mesma forma por ser “uma profissional da educação”. Assim ele se eximia da responsabilidade de assumir outra postura em relação à vida escolar do menino. Este, por sua vez, usava a mãe para não precisar estudar a matéria, e ela entendia o seu auxílio como adequado, procedente e normal.

As duas posições contribuíram para agravar a agressividade do aluno, inclusive no trato com a professora, além de favorecer sua negligência com a matéria.

Não é raro surgirem casos como este em que o aluno, com pais professores, trabalhando ou não na mesma escola onde estudam, apresente dificuldades justamente na matéria que eles lecionem. **(36)**

*“Vou processar todos os envolvidos...”* O aluno, apesar de boas notas, era resistente e pouco receptivo às propostas da escola. Achava que todas as atividades que aconteciam dentro da escola, inclusive atividades lúdicas, esportes, teatro e coral, eram desagradáveis. Ironizava os funcionários quando estes iam falar com ele. Da mesma forma ignorava a presença dos professores em aula. Muitas vezes, quando chamado individualmente, aceitava as colocações, mas no momento seguinte, no grupo, voltava às atitudes anteriores.

A família precisou mudar-se várias vezes de cidade por causa do tipo de trabalho do pai. Nas entrevistas, tanto o aluno citava o fato para justificar a falta de amigos, como a mãe mostrava insatisfação por ser obrigada a mudar-se tantas vezes e, segundo ela, *“piorou muito quando tive que mudar para o Estado de São Paulo. Somos cariocas e os paulistas tem preconceito conosco. Por isso ensino meus filhos a se imporem em uma terra tão estranha”(?)*. O mesmo discurso era utilizado por ela ao

dirigir-se aos professores ou funcionários, independentemente de estar ou não na presença dos filhos.

Os problemas disciplinares aumentavam cada vez mais e quando a escola telefonava, ela dizia: “*não quero ouvir*”, “*garotos dessa idade são levados e o meu ainda tem a vantagem de ter boas notas na escola, o que mais vocês querem?*”.

Apesar da mãe protegê-lo, o aluno se mostrava incomodado, quando sua mãe comparecia para entrevistas e reuniões. Ela não era simpática com os colegas do filho, nem com os professores. Especialmente quando ia buscar as notas, ela fazia comentários depreciativos nos corredores, dirigindo-os aos funcionários. Em uma reunião bimestral, ela se exaltou em público, porque o filho ficou com uma nota abaixo da média. Marcou imediatamente uma entrevista com a coordenadora dizendo na sala para duas professores: “*Vou logo falar com a coordenadora porque não vai adiantar falar com você*”. No dia da entrevista disse: “*Vou esclarecer logo que se meu filho ficar em recuperação dessa matéria, o problema é só de vocês. Vou processar todos os envolvidos e vai ser judicialmente*”. Quando foi explicado e mostrado através do diário de classe e das atividades que a média era resultado de várias atividades que ele não havia realizado, que ele “enforcara” as aulas do dia da prova, não entregara o trabalho pedido, se recusara a trabalhar em grupo, não trouxera o material requisitado anteriormente pela professora, ela disse: “*Bem, é um direito que ele tem. Ele vai recuperar essa média. E brincar é normal da idade*”.

Na entrevista marcada a mãe veio acompanhada do filho menor de 7 anos. O garoto ficava o tempo todo andando pela sala, subindo e descendo do colo da mãe. Ela interrompia a entrevista para atendê-lo. Não quis que ele esperasse no parquinho ou no jardim interno, como havia sido sugerido pela coordenadora pedagógica que a atendeu. O garoto fazia sons altos e estranhos para chamar sua atenção e a mãe, em nenhum momento, o advertiu. Em seguida, a criança começou a cantar bastante alto. A coordenadora disse que estava difícil prosseguir o atendimento, porque o garoto estava atrapalhando. Ela novamente disse que achava normal, que ele era muito esperto e ativo. Em dado momento, quando finalmente a entrevista estava sendo finalizada, a criança pegou o vaso que se encontrava em cima da mesa e jogou-o no chão. Rindo para a mãe,

sentou-se. Ela disse: “*Também, vocês que trabalham com educação deixam um vaso em cima da mesa como enfeite. Só podia mesmo acontecer isso*”.

Esta mãe parecia ter certeza de que as boas notas do filho eram suficientes, justificavam e explicavam seu comportamento. Só as boas notas bastavam. Para ela, a formação humana, o relacionamento de amizade entre os adolescentes, o respeito com as pessoas que trabalhavam com o filho, não importavam. Existia uma “normalidade” em tudo o que ele fazia. Ela também usava o preconceito e a discriminação para definir a dificuldade da família para se relacionar com as pessoas das cidades para onde se mudavam. Responsabilizando a escola, ela se eximia da obrigação de traçar limites para o filho. Não era relapsa, mas nos momentos em que uma atitude mais firme era necessária, ela transferia a “culpa” para a escola. É clara também a confusão feita entre notas (boas) e disciplina. Para a mãe, o fato do filho ter rendimento satisfatório justificava todas as suas atitudes de indisciplina e relacionamento. O filho agia de acordo com os princípios ensinados pela mãe. Ele não precisava cumprir seus compromissos porque tendo boas notas estava assegurado seu papel como aluno. A maneira impositiva com que ele se colocava diariamente na escola, achando suas reações “normais” ou “*como minha mãe falou todo mundo, na minha idade faz isso*”, retrata a influência recebida pelo aluno. (37)

“É muito ruim não ter mãe para vir buscar meu boletim...” Este é um dos casos considerados mais importantes entre aqueles do grupo que aborda casos de alunos com pais separados. Trata-se de um garoto, cujos pais se separaram, entre outros motivos, porque a mãe se relacionava com outra mulher, ex-amiga do casal. Ela deixou o marido e os filhos e se mudou para uma casa na mesma rua em que os meninos residiam com o pai.

Com a separação do casal, os meninos passaram a apresentar comportamentos diferentes dos anteriores ao fato. Especialmente o filho mais velho, apresentou sinais de apatia e timidez exagerada, antes não percebida no grupo. Segundo ele, o pai, médico psiquiatra, também mudou muito após a separação. “*Antes ele nunca batia na gente, agora ficou muito agressivo. Grita a toa. Quando fala com minha mãe, por telefone, não*

*dá nem para ficar perto, por causa das coisas que ele fala*". Ele passou a agredir fisicamente os filhos e certa ocasião chegou a machucar o filho mais velho nas pernas.

O pai proibiu a presença da mãe em todos os setores da vida dos filhos. Ela não os visitava e não comparecia à escola.

O aproveitamento escolar dos meninos também piorou consideravelmente. O mais velho, não se interessava por nenhuma atividade apresentada pelo professor e nem mesmo pelos convites dos colegas para jogar ou tocar ou ouvir música no recreio. Ele não gostava das aulas no pátio, não participava do estudo do meio, não queria trabalhar em grupos com os colegas. Dificilmente se envolvia com as pessoas, não reagia aos estímulos e nem se rebelava com situações como as de provocação de outros meninos. Nas várias entrevistas com a coordenadora pedagógica, ele ouvia mas respondia laconicamente poucas perguntas. Em uma delas, diferente do convencional, apresentou os motivos que o levavam a não querer participar das atividades nem querer fazer lições e trabalhos. Eram motivos como *"não gosto", "é muito difícil", "a professora não explicou direito", "não tinha marcado a data da entrega do trabalho", a professora disse que podia entregar na outra semana", etc.* Quando foi questionado o fato dele não ter amigos e se recusar a fazer atividades que o pusessem em contato com várias pessoas, disse: *"Eu não gosto mesmo. Meus colegas me olham de um jeito que eu não gosto. Eles acham que porque não tenho mãe, eu sou diferente. É, não é que eu não tenho mãe, eu tenho sabe? Eu sei que você sabe que eu tenho mãe. Você sabe, não sabe? Antes, ela vinha na escola, quando eu era pequenininho. Quando não tinha acontecido nada daquilo. Mas meu pai quer que eu pense que ela não é mais minha mãe porque ela fez uma coisa muito feia com a gente. Você sabe o que é, né? Se você não sabe, eu não vou contar. É muito ruim não ter mãe para vir buscar meu boletim. Meu pai não vem porque trabalha muito e é melhor mesmo, porque se ele vem, chega em casa e briga comigo"*.

Apesar de continuar sendo introspectivo com a maior parte das pessoas, depois dessa entrevista, ele não omitia mais para a coordenadora as atitudes do pai. Era sintomático. Seu rendimento e a timidez pioravam, ele era atendido, contava sobre a situação da casa e que o pai estava agressivo com eles.

O pai, mesmo sendo chamado várias vezes, ao longo do ano, por causa do agravamento das dificuldades do filho, vinha muito pouco à escola. Dizia: “*Não tenho tempo de ir aí. Pago a escola para vocês fazerem bem o seu trabalho. Ensinar meu filho é problemas de vocês*”. Mesmo assim ele era avisado sobre a possibilidade da reprovação do filho. Nas poucas vezes em que compareceu, ele criticou a ex-mulher. Não escondia o motivo pelo qual se separaram e a culpava pela situação da família. Dizia que a opção homossexual dela representou um grande impacto em sua vida. Sempre que tocava no assunto, inicialmente seus olhos lacrimejavam e, em seguida, refeito, ele se mostrava frio, exigente e indiferente aos sentimentos dos filhos.

A mãe não podia vir a escola e nem ter contato com os filhos. Não telefonava para conhecer a situação escolar deles. Na única vez que o fez, disse: “*Eu não posso ficar com meus filhos. Meu marido não admite que eu tenha a guarda deles e está me processando por causa da separação. Eu não falo com eles e nem vou aí para não prejudicar ainda mais os meninos*”.

No final do ano, ele foi chamado mais uma vez a escola, mas não compareceu. No dia seguinte, foi avisado por telefone, da reprovação do filho. Rebelou-se violentamente contra a escola, dizendo: “*Não admito esse resultado, em hipótese alguma*”. Mesmo assim não compareceu à escola para ser atendido. Alguns dias depois, quando os professores se encontravam em reunião de final de ano, o pai foi à escola e gritando pelo corredor disse que queria falar com os professores. Como foi dito a ele que não poderia ser atendido, naquele momento, porque os professores estavam em reunião, respondeu: “*Essa b... de escola não sabe com quem estava falando, sou médico, sou muito influente e posso tomar providências e acabar com os professores e toda essa equipe pedagógica de m...*”. Não pôde ser contido pelo funcionário do setor, pois estava muito nervoso. Entrou na sala em que os professores estavam reunidos e começou a agredir o professor que estava sentado perto da porta. Agarrou-o pelo pescoço e puxou-o para cima e para o lado. Imediatamente foi advertido pela coordenadora. Se colocando entre o pai e o professor, ela também foi ameaçada. Ele foi contido pelos outros professores, quando ia agredí-la. Ele se retirou e pouco mais tarde, ainda na mesma manhã, voltou trazendo o filho junto. Dizia que: “*Meu filho está aqui para ouvir as besteiras que vocês vão falar e para me contar, de verdade, o que está acontecendo*”. A

situação era tão constrangedora para o aluno que ele não olhava para ninguém, ficando o tempo todo de cabeça baixa. A escola, por sua vez, se limitou a pedir que o aluno respondesse a três perguntas com o objetivo de informar ao pai da veracidade das informações dadas. O pai, em pé na sala, só ouvia. O garoto confirmou as informações dadas pela escola. O pai se exaltou ainda mais. O menino começou a chorar e disse: *“Pai vamos embora. Para com isso. Para pai.”*

O garoto foi transferido, pelo pai, para outra escola. Em seguida, ele parou de estudar por vários anos e mais tarde fez o curso supletivo, concluindo o ensino médio. Ao completar 18 anos, foi morar com a mãe. (38)

*“Tenho certeza de que ele está certo...”* Um aluno, transferido para a 6ª série da escola, apresentou problemas de disciplina que inicialmente eram tomados, pela mãe e pela própria escola, como “características da fase de adaptação de alguns alunos novos”. Mas o comportamento do aluno se prolongou por todo o ano letivo. A mãe era uma mulher que protegia excessivamente o filho. Se necessário era agressiva ao tratar as pessoas. Seu discurso deixava claro o apoio incondicional que dava ao comportamento dele. Ela era solteira, desejou engravidar, dizia desconhecer o pai do seu filho e se referia ao filho como minha “produção independente”.

Durante os atendimentos, era comum aparecerem algumas frases como *“não adianta vocês falarem do meu filho, pois ninguém o conhece melhor do que eu”* ou *“meu filho nunca mente para mim”* ou *“acho que os colegas o perseguem porque ele não tem pai”*.

Quanto ao comportamento do filho, ela tentava convencer os professores, funcionários até os porteiros de que o filho *“não poderia ter agido de outra forma”*. Era comum, antes de conhecer detalhes de algum fato, iniciar as conversas dizendo: *“tenho certeza de que ele está certo”*.

Sempre que ele classificava o próprio comportamento como de indisciplina, recorria ou exigia a presença da mãe, na escola.

Costumava provocar brigas entre os colegas. Criava situações embaraçosas e não assumia a autoria delas.

Numa ocasião foi repreendido pela própria classe, por ter colocado um colega em situação bastante embaraçosa. Atribuiu ao outro, uma atitude que, na verdade, ele havia tomado. A classe exigiu que ele assumisse o que havia feito para não prejudicar o colega. Além de não assumir a atitude, telefonou para a mãe pedindo que ela comparecesse à escola "para resolver um problema". Como ela não se encontrava, ele deixou o recado com a avó.

Enquanto o aluno aguardava a chegada da mãe, fez o seguinte comentário diante dos colegas e de uma professora, que estava no pátio, durante o recreio. “ *Minha mãe vem aqui e vai resolver o caso. E ainda me livra dessa fácil!*”.

A mãe chegou e muito exaltada, disse: “ *Quem autorizou vocês a deixarem meu filho ligar para minha mãe? Eu não admito que outras pessoas fiquem sabendo dos problemas com meu filho*”. A secretária, que estava junto com o aluno no momento do telefonema, mostrou a ficha, preenchida na época da matrícula, em que ela indicava a mãe como segunda responsável pelo filho e autorizava a comunicação da escola com a avó, para assuntos escolares. Ela disse: “ *Vocês não sabem que isso é só para caso de saúde?*”.

Foi atendida pela coordenadora pedagógica que explicou ter sido do filho o pedido para o seu comparecimento. Caso contrário, a escola poderia resolver o caso só com o aluno. Para justificar o pedido feito pelo filho, ela disse: “ *Sabe porque ele pediu para eu vir? Porque ele sabe que eu sou a única que realmente se preocupa com ele*”.

Algum tempo depois, a avó ligou para a escola, dizendo: “ *Pelas conversas do meu neto, eu estou achando que vocês são bem intencionadas. Conversem com ele, expliquem que ele tem que melhorar. Como ele e a mãe são sozinhos, eu resolvi telefonar. Eu quero muito ajudar meu neto, mas minha filha não aceita qualquer palpite. Eu vou contar uma coisa muito grave para vocês porque estou confiando e acho que vocês podem me ajudar. Eu acho que ele está usando drogas pelas atitudes dele em casa, pelo jeito que chega quando vai nos “bailinhos” e também pelas companhias que ele tem. Tem uns garotos muito estranhos indo na casa dele. E o grande problema é que eu não sei como contar para minha filha. Primeiro porque ela não acreditaria em mim, segundo porque jamais tomaria uma atitude mais enérgica com o menino. Eu sou velha, mas acho que tem muita coisa errada na educação que ela dá para ele. Sabe, desde o*



*nascimento... Ela ter um filho sem pai... Vocês sabem do que eu estou falando, né?”*. A coordenadora agradeceu a confiança e prometeu ajudar o menino. Chamou a mãe e tentou mencionar a possibilidade que, segundo ela, deveria ser verificada tanto em casa, como na escola. A mãe negou-se a acreditar e encerrou o assunto.

No final do ano, como as brigas e o relacionamento com o grupo foram se agravando, foi sugerido à mãe uma mudança de período, ao mesmo tempo foi sugerido ao aluno e à mãe, além de uma nova organização de sua vida estudantil, maior rigor dela quanto aos limites do garoto. A mãe aceitou e se comprometeu a ajudar dizendo que: *“Eu não acho que meu filho seja indisciplinado, mas se vocês também estão falando... Eu vou ser mais rigorosa com ele. Não quero que ele mude de escola outra vez. Sabe lá o que é mudar quatro vezes de escola em 9 anos?”*.

Quanto ao aproveitamento, apesar de se mostrar capaz, ele comprometia sua aprendizagem por ser displicente com os compromissos escolares como pesquisas, leitura de livros pedidos, etc.

Parece que a postura da mãe, independentemente do caso, justificando e referendando as atitudes do filho, mostra sua superproteção. O filho, sabendo que a mãe o apoiaria incondicionalmente, tinha aval para a continuidade de seus atos.

A relação que a mãe estabelecia com a escola era míope, desviada, com aspectos de prepotência e autoritarismo, o que também contribuía agravando a situação do filho. A maneira escolhida pela mãe para participar da vida escolar dele acabava por prejudicá-lo à medida que ele a usava para resolver, de maneira mais cômoda, situações em que estava perfeitamente capacitado para sair-se bem. Ainda que se possa entender parte de tais atitudes, considerando a história de vida da mãe e do filho, não se pode omitir o prejuízo emocional e social que ela lhe causava.

Outra observação, possível, é a identidade da ação de ambos expressa nas frases que utilizam. Há, em suas falas, certa cumplicidade que agrava a situação do aluno tais como *“ela me tira dessa”* ou *“eu sou a única que se preocupa com ele”*.

Fica clara, também, a forma como a mãe se faz presente na escola, mesmo estando fora de seus limites geográficos. Na medida em que a primeira atitude do garoto, diante de um problema, é telefonar para a mãe, aparece a forte ligação entre ambos e a

presença dela na sua vida escolar. Ele chama a mãe e conhece, antecipadamente, a atitude que ela adotará.

Assim, sabendo que pode contar com a adesão da mãe, por certo, se sente mais à vontade para tomar medidas arbitrárias que prejudicam seus próprios pares. (39)

Os casos que se referem aos alunos usuários de drogas, mencionando as relações interpessoais entre eles e suas respectivas famílias e a influência de seu procedimento na vida escolar, são tão delicados na sua abordagem quanto na escolha dos métodos apropriados para analisar as mesmas questões. Muitas vezes, ao serem analisados, os casos ficam sujeitos a possíveis pré-conceitos do locutor o que pode dificultar o próprio relato.

Apesar dos "perigos" de inadequação no trato dos casos de tal natureza, não se pode omiti-los, se desejamos retratar o cotidiano escolar. Alunos usuários de drogas, sua relação com a família e desta com a escola, são realidades importantes.

Os casos têm mostrado que, independentemente da reação que a família ou o aluno possam ter diante do fato, é certo que a estrutura familiar do grupo envolvido, determina, ao menos em parte, esta mesma reação, o encaminhamento, a forma de tratar o caso e, inúmeras vezes, suas conseqüências. Isto significa afirmar que, algumas vezes, a postura dos pais diante do caso facilita a resolução da questão e aumenta as chances de êxito. Entretanto, dos casos analisados, a maior parte deles não obteve solução, na faixa etária em que foram tratados. Provavelmente o fato dos pais tratarem a questão de maneira inadequada, sem orientação externa, com posturas desaconselháveis, resulta no agravamento do problema dificultando os caminhos para sua solução. Se a escola, porém, deseja tratar o problema, por seu lado, precisa munir-se, também, de inúmeros requisitos para aumentar suas chances de sucesso.

A posição da escola, diante dos casos de alunos usuários de drogas, é clara. Eles não precisam deixar a escola, podendo continuar seus estudos, normalmente, desde que a família assuma um tratamento para sua recuperação. Famílias, com dificuldades financeiras, são auxiliadas pela escola na busca de tratamentos alternativos e gratuitos. Alunos que, comprovadamente, além de usuários, vendem ou entregam drogas a outros

colegas devem deixar a escola. A escola considera tais atitudes extremamente prejudiciais se considerado o universo infantil e adolescente que atingem.

Os casos abordados nesta pesquisa mostram diferentes posicionamentos familiares. Por eles é possível verificar a influência da família sobre os filhos, o papel da escola, a postura dos pais em aceitar ou não o fato, a maneira como se apresentam ao comunicar o fato à instituição ou como reagem ao serem alertados pela escola, o tratamento que oferecem ao filho, as demais pessoas envolvidas e, até mesmo, os resultados finais obtidos.

*“Eu não estou muito preocupada com o aprendizado dele...”* Um aluno, filho de japoneses, estuda na escola desde os quatro anos de idade. A mãe é professora primária e trabalha em dois períodos, fato que a impedia de comparecer a escola. O acompanhamento, aparentemente, era feito pelo pai pois ele estava presente às reuniões, à entrega de notas e assinava todos os comunicados enviados.

Quando o garoto estava na 7<sup>a</sup> série, o pai adoeceu. Imediatamente seu aproveitamento caiu e suas notas também. Por este motivo, a escola, começou a atendê-lo e foi ele quem se referiu aos problemas de saúde do pai. Na ocasião, ele pediu: *“Estou contando mas não falem nada pra ninguém. Minha mãe não quer. Em casa eles falaram que essas coisas não devem ser comentadas”*. Procurando saber mais detalhes de tal afirmação, a coordenadora pedagógica ouviu dele: *“Minha mãe nos ensinou assim. Ela e meu pai não gostam que a gente fique contando as coisas fora. Em casa também a gente fala pouco desses assuntos. Aliás em casa quase ninguém conversa. As vezes..., as vezes não..., muuuitas vezes eu me sinto sozinho...”*.

Quando o pai adoeceu, a mãe passou a comparecer na escola e nas poucas vezes em que isso aconteceu, não mencionou o fato. Na mesma época, o menino começou a manter contatos com garotos usuários de drogas. Em pouco tempo ele também se tornou um deles. A escola procurou conversar com a família, mas houve clara resistência por parte dela. O trabalho foi iniciado, então, com a ajuda dos professores. Quando foi possível encaminhá-lo para um tratamento gratuito, a proposta foi feita, mas a mãe não aceitou. Não negava o fato do filho estar usando drogas, mas não dizia o motivo para não aceitar o tratamento. Na época foram levantadas algumas hipóteses: o fato dela não

acreditar nele, o desejo de poupar o marido que estava doente ou por desconhecer a maneira de ajudar o filho.

Com o tempo, o garoto começou a levar drogas na escola, dentro da mochila e usá-las durante o intervalo, nos banheiros.

Quando chamada para conversar sobre o aprendizado do filho, ela disse enfaticamente: “*Eu não estou muito preocupada com o aprendizado dele, quero que tire notas suficientes para terminar o mais rápido possível o primeiro grau e ir embora de casa*”. Em seguida, ela pediu licença e encerrou o atendimento. De fato, o garoto terminou o curso e saiu de casa. Ele parou de estudar, mas tem contato com os antigos colegas da escola e com alguns professores. Disse que não tem contato com a família, que o pai continua muito doente e para pagar algumas dívidas de hospital, eles venderam todos os seus bens. Estão vivendo com a aposentadoria da mãe como professora primária da escola pública e com a ajuda de outros dois filhos adolescentes que trabalham.

A atitude de abandono sentida pelo aluno foi determinante para seu comportamento: em primeiro lugar, ele sofreu a perda da presença do pai na escola, depois em sua vida. A falta de transparência em relação à doença do pai e a maneira impessoal como foram educados para se relacionarem com outras pessoas, dificultou, ainda mais, o encaminhamento de suas decisões justamente no momento em que ele precisava do apoio familiar. Ele mesmo manifestou tal sentimento ao se referir à "solidão em que vive".

A aparente omissão da família dificultou a vida pessoal e escolar daquele jovem. A preocupação da família deixou de ser a escola e passou a ser o desejo ou a necessidade de afastar o filho e, com ele, alguns dos problemas da casa. A omissão da família, ao menos em parte, influenciou e contribuiu para que desistisse de prosseguir seus estudos. Sabendo do desejo da família de que saísse de casa, não via motivos para pensar em outras possibilidades. À medida que ouvia seus pais dizerem que esperavam que ele fosse embora, assimilava a postura esperada agindo de forma coerente com ela.

**(40)**

*“Não sei por que ele fez isso, em casa ele é diferente...”* Este caso, apesar de se referir a um aluno, irá incluir também um breve relato das características de sua irmã, com o objetivo de esclarecer melhor o quadro. Trata-se de uma família de alto poder aquisitivo. A mãe é brasileira e o pai japonês. Ele é médico e ela psicóloga. O aluno tem uma irmã que também estudou na escola. Ela obtinha excelentes notas. A distância entre ela e a maior parte dos colegas era bastante acentuada, não se relacionando como a maioria dos alunos. Os colegas apontavam isso como motivo para não gostarem dela. Apesar de muito bonita, não despertava a atenção dos garotos, o que é bastante incomum no ambiente escolar, nessa idade. Segundo os colegas *“é o jeito dela que atrapalha tudo”*. No seu último ano na escola, começou a se interessar por tocar um instrumento musical dentro da escola. Como isto poderia ser um caminho para aproximá-la dos colegas, a escola procurou incentivá-la convidando-a para tocar aos sábados, nos eventos, durante a semana, nos recreios, etc. Apesar de manter a mesma postura em relação ao grupo, ela foi vagarosamente sendo aceita. No segundo semestre se propôs a tocar na formatura e, embora os colegas da comissão de formatura não tivessem gostado da idéia, a orientadora educacional lhes pediu que a aceitassem. Todos os ensaios foram feitos com a participação dela, inclusive na tarde do dia da formatura. A noite, minutos antes de iniciar a solenidade, ela avisou que não mais tocaria, mas participaria do evento normalmente. Questionada pelos colegas e professores, não apresentou nenhum motivo que aparentemente justificasse sua decisão. Disse apenas: *“Não quero mais, ninguém vai me obrigar. Não estou a fim e pronto”*. A frase revoltou ainda mais os colegas criando uma situação delicada. Na mesma noite, quando os pais foram consultados pela coordenadora pedagógica a respeito do fato, disseram: *“Achamos que está no direito dela. Essa é uma decisão que só ela poderia ter tomado, não adiantou nada ficar pressionando. Se ela não estava querendo mais, fez bem em desistir. De qualquer maneira valeu porque ela está feliz aqui hoje. É um dia muito importante na vida da nossa filha”*.

O irmão, continuou estudando na escola e, diferente dela, não apresentava um rendimento satisfatório. Eram parecidos no relacionamento com as pessoas. Além disso, se alguém o contrariasse, se rebelava e respondia. Segundo uma colega de classe: *“ele*

*fica tão estranho quando briga que fala coisas estranhas. É como se não visse mais quem está na sua frente”.*

Certa ocasião, durante o Estudo do Meio de sua classe, ele desrespeitou o monitor do local visitado, a professora e a coordenadora pedagógica que o acompanhavam - um comportamento imprevisto em situações semelhantes. A mãe foi chamada e disse: *“não sei porque ele fez isso, em casa ele é diferente. Quando leva uma bronca, não reage. É diferente da irmã, que responde pra nós”.* Apesar de ser psicóloga e atuar na área, ela dava a impressão de não perceber claramente as atitudes anormais do filho, se comparadas aos adolescentes da mesma idade. Contou: *“Ele tem umas coisinhas diferentes mas não acho que sejam anormais. Ele gosta muito de ficar sozinho. Se recebemos visitas em casa, ele não sai do quarto mesmo para ficar com os primos da mesma idade que ele. Quando tem alguma festa e nós o obrigamos a nos acompanhar, ele se isola, arruma um lugar que ninguém o veja. Ele não conversa em casa e não tem amigos, nem os meninos da classe dele são seus amigos. Quando nós falávamos com ele parece estar sempre “em outro lugar”. Depois da conversa ele não sabe nada do que foi falado”.* O depoimento da mãe, apresentou elementos nunca relatados pela família e despertaram certa inquietação.

Na mesma semana, coincidentemente, uma mãe veio até a escola e contou que 4 alunos estavam usando drogas nas imediações da escola, um era ele. A família foi chamada e, sem a presença do aluno, foi comunicada da denúncia. Foi sugerido que observassem e comunicassem o fato à escola. Não foi preciso, porque na entrevista seguinte, na presença dos pais, o garoto confirmou estar fazendo uso de drogas e que comprava com o dinheiro da mesada. A família, pela primeira vez, demonstrou estar surpresa com o fato, segundo eles, inclusive por atuarem na área de saúde.

Como previsto nestes casos o aluno disse: *“não acho que o meu problema é tão grave assim. Acho normal, na minha idade, acontecer isso. Não é com todo mundo mas é com bastante gente como eu. Além disso, esse é um problema só meu e eu vou decidir sozinho se vou continuar ou não”.* Os pais, ouvindo a afirmação do filho, não fizeram nenhuma intervenção. Mais tarde, questionados pela coordenadora pedagógica sobre a afirmação do aluno acerca de decidir parar ou não, o pai disse: *“Eu fico surpreso com o*

*fato dele estar usando drogas, mas não por ele ter falado que vai decidir sozinho. Sempre criamos nossos filhos para serem livres”.*

O caso foi submetido à análise do grupo de professores e foi decidida a permanência do aluno na escola com a condição de que a família assumisse o seu tratamento. A família foi novamente chamada e diante da colocação da escola o pai reagiu, dizendo: *"Internar meu filho numa clínica? Nem pensar. Meu filho não é louco, eu vou tratar dele, sei resolver esse problema. Eu e minha mulher somos profissionais da área da saúde"*. Apesar de lhe ser explicado que o caso necessitava de tratamento para jovens usuários de drogas, não necessariamente com internações, mas com profissionais especializados, ele continuou não aceitando a sugestão. Após certa insistência da escola, colocando que a permanência do aluno dependia do início do tratamento, a mãe procurou ajuda mas relatou que o marido ignorava o fato. Quanto às notas, a situação permanece a mesma, mas esse não é o problema mais importante a ser resolvido.

A posição dos pais sobre a desistência da filha em tocar no dia da formatura, mostra um equívoco sobre o significado de autonomia, que desejavam oferecer aos filhos. Tal significado não inclui a noção de respeito pelos demais, o que é demonstrado numa atitude prejudicial a todos os formandos. Esse mesmo princípio de “autonomia” aparece na fala do aluno ao dizer que “iria resolver sozinho sobre a continuidade ou não do uso de drogas”.

Quando, especialmente o pai, se recusou a tratar o filho na esfera médica adequada, ele pareceu transferir sua atuação profissional para questões particulares. Referia-se ao caso do filho, sem adotar o posicionamento ético tão necessário na área médica.

É possível observar, no âmbito escolar, outros pais que adotam posturas semelhantes ou seja, quando o caso está relacionado à sua área de atuação, não aceitam um fracasso ou sua possível limitação para resolvê-lo. Nem sempre os pais têm os poderes que se auto atribuem para resolver, com a mesma competência com que solucionam fora de casa, os problemas que ocorrem dentro dela. Trata-se da mesma situação de um professor que, ao se deparar com um membro da família com

dificuldades na sua área de conhecimento, não aceita buscar a solução para o caso independentemente de sua atuação. (41)

“Meu filho não precisa de nenhum tratamento...” Outro caso relacionado ao uso de drogas mostra a omissão da família, dificultando e agravando o problema do filho e, pior, retardando a possibilidade de solucioná-lo. Normalmente a primeira reação da família, ao saber do problema do filho, é recusar a informação e contestá-la. Alguns, como o exemplo que segue, chegam a sugerir ou mesmo verbalizar a intenção de tomar atitudes radicais contra a escola ou contra quem forneceu a informação. Mais tarde é que, com a persistência e o agravamento do problema, a família vai mudando de idéia. Alguns nunca o fazem e acabam sendo coniventes com os hábitos do filho, evitando, assim, a adoção de qualquer atitude radical. Neste caso, a tendência é o agravamento do problema.<sup>27</sup> (TIBA, 1996: p.19-23).

O aluno tem um aproveitamento escolar bastante baixo. É displicente, não faz tarefas, brinca na rua por longas horas, diariamente. A mãe, descendente da aristocracia cafeeira da região, faz parte de uma geração decadente financeiramente ainda que preserve, em seu discurso, um poder econômico que já não possui. Faz referência a bens de consumo e a um padrão de vida irreal como ser proprietária de helicóptero, fazer cursos livres semestrais no exterior, patrocinar viagens ao filho para a Disney World, etc. Em oposição, seu marido, aparenta ser uma pessoa humilde e de linguagem simples. Ele raramente comparece à escola.

O aluno não tem hábitos de estudo regulares, não realiza as tarefas, não mostra avaliações, trabalhos, circulares e comunicados enviados aos pais, inclusive os que solicitam o comparecimento deles. A mãe não diz, mas o aluno permanece longas horas brincando nas ruas próximas à sua casa, inclusive à noite. Quando está fora da escola, não costuma conviver com os colegas que estudam com ele. Quando a mãe comparece, demonstra desconhecer o procedimento do filho, dentro e fora da escola, ainda que procure não declarar o fato. Os pais não têm o hábito de cumprir compromissos pactuados com a escola como, por exemplo, estabelecer e exigir horário de estudo

---

<sup>27</sup> O psiquiatra Içami Tiba, trabalhando com adolescentes usuários de drogas, relata casos em que a família pode ser responsabilizada pela origem e pela persistência do problema.



diário, no período oposto às aulas para o filho. Quando cobrados se desculpam, assumindo para si toda a responsabilidade dos fatos de maneira a isentar o filho.

Numa manhã, o diretor de uma escola próxima à residência da família, telefonou para a escola dizendo: “*O X, aluno de vocês, ontem à noite, junto com mais 5 colegas da favela daqui, pulou o muro da escola e veio vender drogas aos nossos alunos. Chamei a polícia mas ela demorou e eles fugiram. Fiquei sabendo que não é a primeira vez que isso acontece. Resolvi ligar porque ele estava com o uniforme daí. Eu não sei o telefone dele e gostaria que vocês avisassem à família dele*”. O aluno foi chamado pela coordenadora e não confirmou o relato do diretor. A mãe foi comunicada do telefonema recebido, sendo deixado a seu critério qualquer decisão de esclarecer ou não o fato. No final do período da manhã seguinte, o diretor da escola citada compareceu no estacionamento da escola para falar com a mãe do aluno. Discutiram e ela, assim como o filho não aceitaram a colocação feita. No dia seguinte, ela compareceu e foi atendida dizendo: “*Vim aqui para dizer que meu filho não pode ficar com essa marca. Quero dizer que é mentira do diretor daquela escola. Meu filho me afirmou que jamais esteve lá. Eu não admito que ele telefone para vocês para contar tamanha mentira. Eu até agradeço por vocês terem me ligado contando mas, podem ter certeza, meu filho não tem nada a ver com isso. Essa é uma história maluca, invenção da cabeça de loucos. Só porque ele fica andando de bicicleta de noite lá, ele vende drogas? E tem mais, eu vou processar por calúnia o diretor daquela escola. Se ele quer culpar alguém que busque os bandidos e não meu filho. E pior, ele veio ontem aqui no estacionamento me procurar. É muita petulância*”. De fato, a família abriu processo contra o diretor e o menino faz comentários sobre isso com os colegas e com os professores.

Diante dos acontecimentos, foi sugerido, pela coordenadora pedagógica e pelos professores, que a mãe procurasse maiores informações sobre o caso. Com o passar do tempo a suspeita sobre o menino foi se confirmando. A família foi chamada e a mãe, inicialmente, ao ouvir a colocação, fez-se de desentendida: “*Não estou entendendo o que vocês querem me falar. Meu filho é muito bom, ele só não gosta de estudar. Não sei de nada que possa mostrar que ele tem atitudes diferentes dos colegas, como você está falando*”. A coordenadora pedagógica foi mais direta e comunicou que, como em todos os demais casos, a permanência do aluno dependeria do início de um tratamento para

usuários de drogas. Ela não aceitou e na mesma entrevista disse “*Só faltava vocês também virem com essa história. Agora estou me lembrando do acontecimento. Já faz tanto tempo, já havia me esquecido. Isso é um absurdo. Além disso, meu filho não precisa de nenhum tratamento*”. No final do ano, o aluno saiu da escola e a família continuou ignorando o fato.

No ano seguinte, ele foi matriculado em uma escola privada do centro da cidade, em período noturno. Continua sendo usuário de drogas.

O comportamento dos pais influenciou o aluno em vários momentos. Da mesma forma que a família não cumpria o combinado com a escola, o aluno também não assumia seus compromissos diários como estudante. Assim como a família desmentia, reagia e se omitia sobre o vício do filho, ele também não o assumia ao ser questionado sobre o fato relatado pelo diretor da escola vizinha à sua casa.

A família, muitas vezes sem desejar, optando por ignorar e não enfrentar o problema, acaba por reforçá-lo. O filho, além de todas as dificuldades reconhecidamente existentes no tratamento para abandono do vício, encontra no posicionamento familiar, respaldo para manter sua atitude e não aceita sequer refletir sobre o seu problema. (42)

“A escola deve se limitar às notas, ao aprendizado e à aprovação...” Esta é a opinião de algumas famílias que serão retratadas, através do caso de uma aluna. Ela fala alto, é agitada e sai bastante da sala de aula. Apesar de possuir excelentes notas, mostra-se ansiosa e tem dificuldade para aguardar o momento adequado de fazer observações. Quando está descontente responde grosseiramente para os colegas e os professores. Fica brava com facilidade. Interfere durante as explicações dos professores, se antecipa à eles quando um colega faz perguntas, cobra mudança de metodologia no momento em que a atividade está se desenvolvendo, exige que o professor avance no conteúdo e nas atividades, mesmo que os colegas não tenham compreendido o assunto abordado, cobra deles quando as provas não são devolvidas imediatamente após sua aplicação. Só atende orientações feitas de maneira impositiva e bastante séria.

Quanto aos colegas, não dá oportunidade para que falem, fica brava quando não sabem a matéria ou quando perguntam suas dúvidas ao professor. Costuma chamá-los de “burros” com frequência. Como não é solidária, não gostam de trabalhar em equipe com

ela, porque costuma impor suas idéias, briga com os colegas e não os deixa participar das decisões mesmo quando representa a minoria.

Quando é chamada para atendimentos sobre tais atitudes, ela procura explicar cada uma delas e acrescenta: *“De novo? Porque vocês vivem me chamando para conversar? É sempre a mesma coisa. Porque você não deixa seu colega perguntar? Porque você não deixa o professor terminar de explicar? Sempre igual, sempre igual... Eu tenho notas boas, não tenho? Eu acho que eles não se esforçam e por isso não vão bem. E isso é problema deles”*.

Quanto aos funcionários, trata-os de maneira pouco educada. É muito ansiosa quanto à datas. Não consegue esperar pelo que foi combinado. Por exemplo se foi estabelecida a data de uma reunião, entre alunos e funcionários, para tratar da apresentação de um coral ou teatro, ela não consegue esperar. Cobra e sugere diariamente que a data seja antecipada. Se é marcado um atendimento com ela e surgir qualquer imprevisto, ela não aguarda. É capaz de interromper o atendimento, mesmo que esteja sendo feito com a família de outro aluno.

Porém, demonstra gostar da escola. Procura se aproximar dos professores mostrando certa carência afetiva. Demonstra gostar de fazer trocas como por exemplo, quando um professor chama sua atenção, diz: *“eu deixo ele (aluno) falar se você ficar comigo no intervalo”*... Todo tempo está abraçada em um professor ou funcionário. Costuma dizer que não quer ir para a aula. Costumeiramente pede para ficar observando os funcionários trabalharem.

Os pais são separados há muitos anos. A filha mais velha foi morar com a mãe e ela ficou com o pai e nunca se refere à mãe, sempre ao pai.

A mãe, comparece em todas as reuniões para acompanhar a vida estudantil da filha mais velha. Nunca havia mencionado nada a respeito da filha que mora com o ex-marido. Uma única vez, antes da garota ingressar no setor, ela disse: *“Vocês sabem que eu tenho uma outra filha, não é? Se preparem porque ela é muito difícil. Ela é completamente diferente da irmã. Parece muito com o pai”*.

O pai é pesquisador e professor universitário. Quando comparece à escola, se recusa a conversar sobre os aspectos psicológicos e emocionais da menina. Destaca as

notas, a desenvoltura, rapidez e a destreza de seu raciocínio. Diz que costuma tê-la ao seu lado sempre que está estudando, para a filha *"ir pegando o jeito"*.

Em uma ocasião, quando foi chamado pela escola, com o objetivo de tomar conhecimento e auxiliar no trabalho de integração da filha com os colegas e de controle de sua ansiedade, se mostrou bastante resistente, dizendo *" Acho que vocês deveriam se preocupar mais com as notas dos alunos. O resto é problema de cada um. Cada um vale pelo desempenho que tem, seja estudantil ou profissional. Esse negócio de formação humana é babaquice, trata-se de mais um engodo da tal modernidade"* .

Quando ele veio, pela primeira vez, buscar as notas da filha com a professora orientadora de classe, lhe foi solicitado que comparecesse mais vezes à escola e indagado porque, apesar dos comunicados enviados, nunca comparecia. Ele respondeu: *" Eu já sei o que vocês irão falar dela. É sempre a mesma coisa. Que ela fala muito, não respeita a hora dos colegas. Como eu não estou interessado no assunto, não compareço"*. Foi dito que a escola precisava de sua colaboração, mas ele continuou discordando das afirmações e do pedido feito.

Em uma das reuniões de entrega de boletins aos pais, uma cena chamou a atenção do professor que estava presente na mesma sala. O pai, ao entrar para receber as notas da filha com a professora orientadora, não quis sentar-se e perguntou: *" Onde é que eu assino? Tem nota vermelha? Não tem? Então nem adianta me mandar falar com o serviço de orientação educacional. Não tenho tempo"*.

Para nós, há uma estreita relação entre a opinião expressa pelo pai e o comportamento da aluna na escola. Para ambos, as excelentes notas, a necessidade de aprovação e de sucesso na vida estudantil são priorizados em detrimento da afetividade, formação humana e emocional.

A maneira do pai participar da vida da filha está relacionada tão somente ao seu desempenho estudantil da mesma forma que a filha prioriza este aspecto muito mais que outros de seu cotidiano. A agressividade, o individualismo e a determinação também são marcas que ambos deixam transparecer.

Apesar de não freqüentar a escola, o pai está presente, através da relação que a filha estabelece com as pessoas e das opiniões que expressa, no cotidiano escolar.

O relato de uma professora exemplifica alguns dados citados acima: “Na verdade ela admira tanto o pai que deseja ser a sombra dele. É uma menina que suga o sangue da gente (no meu caso no laboratório é demais! Ela me exaure). Ela é muito estudiosa, perfeccionista, crítica. Ela imita o que a madrasta sempre foi. Convivi com ela muito tempo. Ela mora com o pai e a madrasta, e ambos são muito críticos. Quando eu falo algo sobre minha época ela fica muito orgulhosa porque sabe que eu convivi com a família dela na mesma universidade que o pai e a madrasta trabalham. Ela tem muito orgulho disso. Eu sei porque estudei a vida toda lá e é meu local de trabalho atual também. Eles lhe passam uma sobrecarga e ela tem que lidar com aquilo. Fica nervosa em dia de prova. A gente tenta tranquilizá-la. Ela já melhorou bastante. Ela quer sempre dar a resposta dela. Ela quer ver sempre os defeitos de todo mundo. Ela quer que você seja a professora particular dela. Ela fica assim com o dedinho levantado sem parar para perguntar tudo. Apesar de falar alto conseguiu melhorar o tom de voz, melhorou em alguns aspectos porque a gente tem ajudado, mas ainda solicita muito a gente para ela. Se ela estivesse em uma outra escola eu não sei o que seria dela. É preciso ajudá-la a ver que ela tem que estar dentro de um contexto e tem que saber dividir o carinho, a atenção e mesmo dividir essa potencialidade. Ela tem dificuldade em repartir e acaba passando para o grupo que só ela sabe fazer. Ela massacra o grupo e fica desesperada para fazer o melhor. Ela determina e dá ordens. Porque todo perfeccionista tem a mania de dar ordens. Por exemplo quando ela faz um trabalho acha que só de um jeito é que fica bom. Eu sei disso porque eu também sou, eu me policio porque tenho 40 anos. Agora eu estou melhorando e sei até pedir desculpas. O perfeccionista sofre. Eu converso sempre com ela sobre isso. Nos aproximamos porque temos características em comum. Ela também estava se policiando um pouco mais no segundo semestre. Eu vejo que a classe fica vendo até que ponto eu deixo ela ir. Um dia ela não queria subir para a classe porque não tinha acabado um trabalho. Mesmo eu falando que ela podia terminar um outro dia ela queria de qualquer jeito finalizá-lo. Então um outro grupo dizia: “se ela não subir, a gente também não sobe.” Até eu convencê-la a subir demorou uns 5 minutos pelo menos. Veja a dificuldade dos limites por conta dela achar que tem que ser perfeita. As notas dela são perfeitas. Ela traz a idéia pelo próprio meio em que ela vive de que o conhecimento é o mais importante mas

*mesmo assim gosta de comparar as provas com as colegas, não nas notas mas, nas respostas dadas. Na interação com a gente, ela melhorou porque nós nos aproximamos dela, temos a mania do toque, de estar junto no intervalo. Então isso ameniza a agitação dela. Ela tem uma “personalidade” auto exigente. Tudo é muito limpo, muito criativo, tudo tem uma visão diferente da dos outros. E o que ela não faz bem feito tem a tendência de rejeitar. Por exemplo ela não desenha bem, então ela não gosta das aulas de desenho. Porque é a hora em que ela vai se expor e mostrar para os outros o que não faz bem”. (43)*

*“Vocês são incompetentes...”* Trata-se de uma família com 3 filhos que estudaram na escola desde os 4 anos de idade (antigo jardim I) até completarem o ciclo, na 8ª série.

Os pais compareciam com frequência à escola para as reuniões ou segundo eles, quando *“algo estava errado”*.

Uma ocasião, compareceram à escola para requisitar que os 3 filhos tivessem autorização para entrarem atrasados todos os dias à escola, porque eles não conseguiam que os mesmos acordassem no horário. Foi sugerido ao casal a reorganização de horários para toda a família, uma vez que a escola não poderia atender o pedido feito. Segundo a coordenadora pedagógica: *“o pedido não se justifica uma vez que se refere a possibilidade de atraso diário. Além disso, se compararmos essa família que mora em Campinas com outros alunos que moram em cidades vizinhas como Vinhedo, Paulínia, Holambra, Jaguariúna esses que nunca precisaram atrasar-se senão esporadicamente, teriam mais direito de serem atendidos”*. Os pais não aceitaram, procuraram várias instâncias de poder da escola e por fim ficaram muito bravos com a decisão de manter o horário de entrada dos filhos como a dos demais alunos. Disseram que: *“Vocês são incompetentes, pois não sabem lidar com as diferenças”*. Eles questionavam tudo. O sinal, recreio, método, professores, etc.

Em outra ocasião reclamaram pelo fato da escola possuir em seu corpo docente 4 professores negros. Também reivindicaram a necessidade de trazerem diariamente o lanche quente para os filhos. Reclamaram ao diretor o fato da coordenadora pedagógica impedir que eles entrassem na sala, durante a aula, para entregar o material que os filhos

esqueciam sobre a mesa da casa pois se não fossem eles a entregar não saberiam as condições em que os mesmos seriam entregues. Foram encaminhados à coordenadora pedagógica do setor que lhes explicou: “*O procedimento da escola quanto à entrega de material para alunos é que se faz a entrega do mesmo para o funcionário do setor que o encaminha ao aluno no momento oportuno, isto é, entre a troca das aulas e nunca durante as mesmas. Se vocês entrarem na sala de aula, enquanto o professor está trabalhando com eles, por certo irão interromper a atividade que está sendo desenvolvida o que nessa faixa etária é mais complicado porque os alunos se dispersam*”. Eles afirmaram que não concordavam com a explicação dada. Por várias vezes, a mãe, diferente da orientação e de qualquer autorização, entrou na sala de aula dos filhos para fazer entrega de material e lanche.

A filha mais velha era mais independente dos pais. Era rebelde em relação à escola reproduzindo as falas que ouvia em casa, mas era também com eles. Em várias ocasiões discutiu com a mãe na frente de professores ou da coordenadora. Era bastante inteligente. Não apresentava nenhum problema com notas, chegando a ter o melhor rendimento das colegas do seu grupo. Raramente requisitava a presença dos pais para resolver seus problemas. Porém não possuía muitas amigas, uma vez que todas reclamavam da intromissão da mãe nos trabalhos em equipe e mesmo da irresponsabilidade da garota em obedecer o calendário e os horários. O pai, por ocasião da entrega de um boletim do último ano (8ª série) comentou que: “*Minha filha precisa fazer um cursinho para aprender a matéria porque aqui ela não aprendeu nada e não passa em nenhuma escola técnica da cidade*”.

Diferentemente da previsão do pai, a garota foi aprovada em todas as escolas técnicas em que prestou exame e optou pelo curso de Química. Segundo os colegas que estudam na mesma escola, ela continuou sendo uma excelente aluna apesar de não ter muitos amigos. (44)

Interessante perceber que quando os pais discordam das posturas adotadas pela escola, mas não desejam declarar isso aos filhos, eles acabam por fazê-lo de maneira indireta e muitas vezes involuntária. Conseqüentemente os filhos acabam sendo influenciados em um ou outro momento pela opinião dos pais o que contribui, mesmo

que parcialmente, na percepção que os filhos têm de sua escola. Evidentemente, existem possibilidades do aluno ser influenciado por outras pessoas, além dos membros de sua família, no que diz respeito à instituição escolar mas a vida estudantil de um aluno é mais debatida, no ambiente familiar. Além disso, o convívio doméstico facilita a troca de opiniões e de impressões sobre a escola freqüentada pelo jovem.

*“Olhem bem quanto lixo...”* Este caso diz respeito aos pais de uma família de classe média alta, que são bastante resistentes à maior parte dos pedidos feitos pela escola. Como outros pais, essa família assinou, no ato da matrícula, uma cláusula estabelecendo que a escola não cobraria nenhuma taxa extra mas que, se necessário, pediria material especial para a disciplina de Educação Artística. No segundo semestre, a professora pediu aos alunos que trouxessem algumas folhas de papel sulfite para confeccionarem um trabalho. A mãe, através da filha, avisou que não compraria. Essa não foi a única vez que o fato aconteceu. Sempre que se tratava de alguma compra o posicionamento da família era o mesmo. Em tais ocasiões, a aluna dizia: *“Não vou trazer, minha mãe disse que isso é um roubo e que eu posso fazer esse trabalho até em folha de papel de pão porque dá no mesmo. Ela fala que os trabalhos saem todos uma droga mesmo”*.

A coordenadora, em um dos atendimentos, tentou explicar à mãe usando analogias como: *“Se a senhora matricular sua filha em um curso de escultura, terá que comprar o material necessário, se for ao dentista irá pagar pelo material específico para os consertos necessários. Trata-se de um procedimento parecido. A escola não cobra taxa extra de material na matrícula mas esporadicamente solicita que os alunos tragam alguns deles para fazerem trabalhos, especialmente na disciplina de Educação Artística”*. Nada a convencia.

Foi necessária a adoção de uma medida paliativa para amenizar um problema que não tinha perspectiva de solução. Os próprios colegas de classe faziam comentários a respeito quando um professor adotava a estratégia de requerer o material. Diziam: *“Ih! Professora, nem adianta pedir. Ela não traz mesmo. Você vai perder tempo”*. Quando a professora planejava essas atividades, pedia, por escrito, com antecedência. Foram poucas as ocasiões que conseguiu o material vindo da família.



A mãe compareceu no último dia de aula junto com a filha, entrou na sala da coordenação e com uma pasta na mão abriu-a e jogou todas as folhas que tinha guardado durante o ano dizendo: “*Vocês passaram o ano exigindo material da minha filha. Eu guardei o que foi feito. Olhem bem quanto lixo. Só serviu para sujar as prateleiras do meu escritório*”. A coordenadora pedagógica olhou para a menina e perguntou: “*Você também acha que só produziu lixo, nesse tempo que ficou na escola?*” A aluna demorou a responder. Começou a chorar e disse: “*Foi minha mãe que falou isso lá em casa*”.

Parece que o trabalho de convencimento da mãe sobre a filha, no sentido dela compreender a inutilidade do material pedido pela escola, se chocava com o da escola, que trabalhava com a aluna para que ela aderisse às propostas feitas. A aluna, por certo, ficava bastante indecisa. Se, por um lado, ela usava costumeiramente as mesmas expressões da mãe, por outro chorava ao ser questionada diretamente pela escola.

Parece um caso típico de influência da família (nesse caso a mãe) sobre a educação escolar de uma aluna. A mãe está presente na rotina da escola, através das tarefas, do questionamento sobre o material escolar, dos pedidos (e rejeições da aluna) feitos pelos professores.

Apesar da família ter mantido, durante muitos anos, a filha matriculada na escola, permaneceu, ao longo do curso dos filhos, a mesma postura de rejeição para participar das atividades sempre que elas incluíssem a compra de materiais extras, como fantasias para danças, atendimento a creches carentes, enfeites de bicicleta para passeio ciclístico, etc. (45)

“Ela atrapalha demais a minha aula...” A aluna fala pouco, é fisicamente menos desenvolvida que as garotas de sua idade. Não tem amizade com as meninas de sua classe e não estuda com nenhuma colega fora do ambiente escolar, procedimento comum nessa idade. Fica sozinha em casa, segundo a mãe, “assistindo televisão, o dia inteiro”.

O rendimento escolar é bastante baixo e ela procura esconder da mãe a situação. Em um dos atendimentos a menina se expressou assim: “*Eu não gosto de estudar. Como vou mal na escola, não conto para minha mãe... Ela vai me bater mesmo...*”. Em outro atendimento, a menina dizia: “*Eu sei que minha situação está ruim. Mas todo mundo*

*dessa idade é igual...jovem é um “pé... Minha mãe fala isso sempre. Ela conhece muito jovem. Ela trabalha no meio deles”.*

A mãe trabalha o dia todo na secretaria de uma Universidade e se reporta a isso em quase todas as entrevistas. Diz: *“Eu também trabalho em escola e entendo bem o que se passa com a minha filha”.*

Certa ocasião, foi chamada e estava muito brava com a filha, porque havia descoberto uma série de atividades com notas baixas escondidas na mochila dela. Iniciou a entrevista demonstrando raiva e revolta com a menina: *“Eu não me conformo dela esconder tanto as coisas de mim assim. Só porque fico fora o dia inteiro? E as outras mulheres que trabalham fora, será que todas tem filhos tão ruins assim? Eu faço minha parte mas, e ela? Eu bato nela e nem assim ela melhora. Eu tenho ódio do que ela faz. Fica me olhando “com cara de nada”. Nada mesmo, é como se eu não estivesse na frente dela. Será que vocês não são muito coniventes com ela? Estou desconfiando disso. Sabe porque eu estou dizendo isso? Pelo comportamento e pelos trabalhos. Ela não faz nada. Ela não merece nem as notas que tem no boletim. Ela merece notas muito piores. Ela não tem que passar de ano mesmo. Estou vendo que só eu faço a minha parte, nem vocês que deveriam me ajudar a educá-la”.* Durante toda a entrevista, a mãe criticou severamente a filha.

A mãe também se referia ao seu trabalho, como fonte de observação e crítica generalizada aos jovens e, por extensão à própria filha. *“Eu trabalho na secretaria de uma faculdade e tenho contato direto com estudantes por isso sei do que estou falando. Aprendo muito nessa convivência, apesar de detestar meu trabalho. Ganho pouco e carrego todo mundo nas costas. Só tenho horário para entrar no serviço, nunca para sair. É uma exploração. E para piorar tem aqueles “filhinhos de papai”. Fico indignada. Eles são relapsos, não dão valor ao esforço dos pais e só sabem fazer baderna. Enquanto os pais trabalham, eles ficam no bar da porta da faculdade. Eles não estão nem aí com o esforço que a gente faz para manter um filho na escola”.*

Em outra entrevista, percebendo que a mãe fazia observações cada vez mais negativas sobre a filha, a coordenadora pedagógica perguntou o motivo real desse posicionamento, já que ele não é comum em mães de alunos com as mesmas condições daquela garota. Quando o assunto foi mencionado, inicialmente, a mãe disse: *“Não sei*

*onde você está querendo chegar. Eu critico porque é certo. Eu não vou ficar “alisando” uma vagabunda. Eu fiquei grávida dela porque quis, se é isso que você quer saber”.* Mas no decorrer da conversa ela mudou o seu discurso: “ *Eu sou solteira e quando fiquei grávida achei que o rapaz que eu namorava iria morar comigo, eu gostava demais dele. Mas ele não assumiu nem a gravidez, nem nada. Se eu soubesse o que ia acontecer teria abortado. Mas ele me enganou. Quer saber? Eu me arrependo sim, de ter tido ela. Ela atrapalha “demais” a minha vida. Às vezes tenho ódio dela ter nascido”.* Esse relato foi feito, sem alterações à nível emocional como choro, voz baixa, olhar emocionado, etc.

Para nós, a estranha relação que existe entre mãe e filha pode explicar, em parte, o olhar que a menina tem sobre sua vida particular e, por extensão, com suas atividades estudantis. Seja nas entrevistas em que ambas estão juntas, seja naquelas em que estão separadas, a menina não demonstra nem medo nem respeito pela mãe. Esta, por sua vez, emite opiniões que mais denotam um desejo de vingança sobre a filha como se ela fosse responsável pela suas condições de vida. Demonstra a relação negativa que mantém com a questão da maternidade, a falta de prazer no trabalho, o extremo sacrifício dos pais com os filhos. No momento que faz referência à exploração dos filhos sobre os pais, ela coloca a filha nesse mesmo contexto apesar de se referir a lugares, idades e situações diferentes.

Quanto à função da avaliação ela demonstra compreendê-la de maneira equivocada. Para ela, assim como para muitos professores e pais, a avaliação pode servir como castigo, repreensão e arma de amedrontamento contra o estudante. A opinião, bastante comum no ambiente escolar, de que a avaliação serve como “corretivo para o mau aluno” e que ela pode ser usada como instrumento de poder para o autoritarismo de pais e professores, é reproduzida no relato acima pela mãe.

A opinião da mãe de que “*conhece muito bem os jovens*”, é tomada pela filha como verdadeira na medida em que ela diz “*minha mãe sabe porque trabalha com eles*”. Além disso, o fato da mãe expressar todas as suas opiniões diante da filha, acaba por influenciá-la, porque invariavelmente expressa opiniões que reforçam sua baixa auto estima o que impede que ela se motive para estudar.

A aluna também toma a opinião da mãe de que ela “*é um problema difícil de ser resolvido*” ao dizer que “*na minha idade os jovens são assim*”, como verdadeira. Isso contribui para reforçar o problema uma vez que a menina não se revolta com as constatações da mãe, ao contrário, aceita-as sem questionamentos, fato que impede ainda mais a solução do problema. (46)

Outro dado revelado na análise dos casos mostra que muitas vezes, apesar das atitudes dos pais serem diferentes, elas podem ter resultados parecidos. Por exemplo, tanto a atitude de displicência, de distanciamento, de indiferença quanto a atitude de exagerada preocupação, cuidado e controle dos pais sobre a vida escolar dos filhos podem resultar positiva ou negativamente no desenvolvimento social e cognitivo do adolescente.

“Foi uma brincadeirinha para ela passar de ano...” A mãe, pelos padrões normais de educação, é considerada extremamente “cuidadosa” com a filha. Está sempre na escola e procura acompanhar todas as atividades dela. Exagera no trato das questões que envolvem a filha, aumenta a dimensão dos acontecimentos e se antecipa às conseqüências deles, garantindo que todas as suas afirmações são verídicas. A filha tem o hábito de contar os episódios para a mãe com a mesma dimensão o que acaba por amedrontá-la ainda mais. Numa ocasião, ela fez denúncias de que algumas pessoas levavam para a escola um decalque sobre drogas que estava sendo vendido e que viciava os alunos. Fez um enorme movimento na escola. Mobilizou pais no dia da entrega de notas, escreveu cartas ao jornal e procurou a direção pedindo providências concretas sobre o assunto. Ficava no estacionamento, distribuindo cartas de advertência aos pais. A escola achava todo aquele movimento um pouco exagerado, mas optou por não interferir uma vez que ela dizia que, “defender os jovens era seu direito”.

Os alunos e as famílias demonstraram preocupação com a denúncia e passaram a procurar a escola, buscando esclarecimentos. Eram atendidos e orientados no sentido de ficarem atentos sem contudo se alarmarem uma vez que não havia, até o momento nenhuma prova concreta que confirmasse as denúncias da mãe. Paralelamente, a orientadora educacional e a coordenadora fizeram consultas a dois profissionais da saúde

pública. Ambos emitiram um parecer que afirmava que *“até aquele momento, sob o ponto de vista clínico, não havia indícios que comprovassem a possibilidade da informação ser procedente”*. Na mesma época, foi publicada uma reportagem, em jornal de circulação nacional, comentando *“a onda dos adesivos que viciam”*, levantando a hipótese de ser mais uma informação com o objetivo de chamar a atenção do público jovem, consumidores dos produtos semelhantes aos anunciados como doces, adesivos e até mesmo a cocaína, anunciada como droga existente naqueles adesivos e assim aumentar a venda dos mesmos. Segundo esse profissional tratava-se possivelmente, e, muito mais, de uma estratégia de marketing do que um alerta sobre o perigo do uso de drogas.

No final do episódio, algumas famílias procuraram a escola protestando contra a passividade dela ao permitir que a mãe fizesse o movimento que, segundo uma parcela de pais, demonstrava uma atitude irresponsável e inseqüente. Outros pais apoiaram o fato da escola não ter se precipitado *“como algumas outras escolas que ajudaram a fazer um alarme falso e irritante dentro das famílias”*. Diante dos fatos, a escola chamou a mãe sugerindo que ela fosse mais cuidadosa com as informações dadas ao público escolar. Ela não aceitou a sugestão e disse: *“Eu não acredito no que estou ouvindo. Tive um trabalho e um gasto enorme de reproduzir esses papéis e depois ficar no estacionamento distribuindo para os outros pais. Vocês não ajudaram em nada e agora vem me cobrar? Parece que só eu me preocupo. Vocês é que deviam fazer isso. Vocês sabem que a escola tem que cuidar para seus alunos não usarem drogas? Vocês sabem que vocês tem que falar com as famílias sobre esse assunto? Fiz tudo e vocês vem ensinar que fui inseqüente. Fiz e quero informar aos senhores que se precisar faço tudo de novo se for necessário”*.

Passados dois anos, o serviço de orientação educacional da escola, na época em que convencionalmente se comemora o dia das crianças, distribuiu um texto que citava a boneca americana “Barbie” e baseado nele, discutia com os pais a ideologia presente no sistema capitalista de super valorização de objetos como bens materiais necessários à sobrevivência humana em detrimento da afetividade e do carinho, bens indispensáveis para o equilíbrio emocional e afetivo das crianças e adolescentes. A leitura feita por esta mesma mãe foi diferente e ela entendeu que a escola estava propondo que as famílias de

seus alunos não adquirissem bens materiais para seus filhos. Ela dizia: “*Eu compro quantos presentes quiser para minha filha. Vocês não tem nada com isso. Não concordo que fiquem trabalhando na escola esses textos com a minha filha na escola. Ela chegou em casa e me perguntou porque eu dava presentes. Eu quero ter o direito de comprar o que tenho vontade*”. Procurou a direção da escola para denunciar a “incompetência do serviço de orientação educacional” e entregou uma carta- protesto a todos os pais, na saída do colégio. Novamente foi chamada para que se esclarecesse o objetivo daquele trabalho.

Quanto à aluna, apresenta um quadro de desorganização e falta de hábito de estudo. Procura confundir as pessoas, incluindo a família, quando questionada. Em uma ocasião, ela garantiu à professora de Geografia, ter entregue o trabalho pedido. Embora a professora não o encontrasse e a aluna insistisse em seus argumentos, a professora então, considerou verdadeira sua afirmação. Quando o fato foi levado ao conhecimento do Conselho de Classe, percebeu-se que a menina havia agido de maneira idêntica com outros professores. A orientadora educacional da escola disse que já havia atendido, em pelo menos três ocasiões, as equipes das quais ela participava, pelo mesmo motivo. Ao se responsabilizar pela entrega dos trabalhos, para outros colegas ou para professores, ela não o fazia afirmando que já havia entregue para outro colega. Este, afirmava não ter recebido. Também aconteceu dos alunos se dividirem e cada um ficar encarregado de providenciar roupas e objetos específicos para a realização de uma peça de teatro. Todos cumpriram, menos ela que afirmava não ter ficado incumbida de nada. Dessa maneira ela colocava os próprios colegas em situações delicadas, criando um clima de desconfiança entre eles. Aos poucos, conhecendo sua maneira de agir, os alunos se recusavam a trabalhar com ela.

Omitia suas notas de trabalhos e provas, mas a família, mesmo sendo comunicada pela escola sobre tal prática, não acreditava que a filha pudesse ter tal procedimento. A aluna costumava discordar das notas recebidas, com protestos e negando-se a ouvir os argumentos apresentados. Além disso, ela entrava em atrito com o grupo de colegas da classe, caso estes tentassem explicar o que o professor estava dizendo. Toda vez que ocorriam fatos desse tipo, a mãe imediatamente comparecia à

escola mas, sempre se mostrava mais interessada em defender a filha do que em tomar conhecimento do episódio.

No 3º bimestre, a mãe procurou uma professora dizendo que havia sido diagnosticado um tumor maligno na coluna vertebral da filha. Segundo a mãe, ela teria que submeter-se a uma cirurgia durante as férias, pois se tratava de um caso grave. Pediu a colaboração da escola no sentido de aprovar a aluna. No mesmo dia, ela foi atendida pela mesma professora junto com a coordenadora pedagógica. Elas explicaram que a escola não poderia prever com tanta antecedência se a menina seria ou não aprovada mas que, independentemente da doença e apesar da escola, a priori, não “produzir notas” com a finalidade de aprovar a aluna porque elas deveriam ser resultado de seu trabalho e crescimento durante o ano, as circunstâncias especiais de saúde da aluna seriam levadas em conta. Mas a mãe desejava a aprovação automática da filha e, por isso, foram realizadas várias entrevistas com o objetivo de fazê-la entender a distinção entre a situação da doença e a do aproveitamento escolar e que, nesse momento, era mais importante o tratamento e a saúde da menina que sua aprovação escolar.

De qualquer forma a atitude da mãe foi compreendida como forma de auxiliar a filha em um momento difícil para a família. A aluna foi aprovada e matriculou-se novamente. No início do ano seguinte, ela iniciou o ano freqüentando as aulas normalmente. Logo no primeiro dia, a coordenadora pedagógica perguntou sobre seu estado de saúde e a cirurgia. Ela disse, rindo, que não tinha nada. Que tudo foi “*uma brincadeirinha para ela passar de ano*”. Diante da gravidade da afirmação, a família foi chamada. A mãe confirmou a frase dita filha com outras palavras, alternando rubor e riso durante o atendimento.

Analisando o caso, achamos que a gravidade da conduta da família, confirmada pela aluna, demonstra um sentimento de proteção extremo. As palavras usadas tanto pela mãe, como pela filha, em vários momentos, demonstram a identidade de atitudes possíveis no interior da família. Também se observa, na maneira da mãe comportar-se frente aos problemas, um radicalismo poucas vezes observado, porque não é comum as famílias fazerem uso de expedientes ligados a doenças graves.

Outro traço observado é a desconfiança da mãe em relação ao método e à proposta de trabalho da escola como o tratamento dado ao caso dos adesivos e do texto relacionado ao dia da criança. A mãe, ao mesmo tempo em que interferia, se omitia não assumindo como graves os fatos que apontavam a irresponsabilidade da filha, colocando em dúvida a veracidade do quadro apresentado pela escola e pelos colegas da menina. Por fim, percebemos uma similaridade entre a forma de agir da mãe e da filha. (47)

O caso a seguir mostra que a presença do pai na vida escolar dos filhos, muitas vezes se restringe a momentos isolados, ficando a responsabilidade da tarefa, mesmo nos dias de hoje, quase integralmente, para a mãe. É possível observar casos em que a mãe faz o acompanhamento escolar dos filhos, durante todo o ano, apesar disso, se por algum motivo, surgir a necessidade da tomada de alguma decisão importante, ela só o faz consultando o marido. O quadro é comum no final do ano, quando a mãe comparece à reunião (sem o pai) e, sendo apresentada a ela alguma gestão de encaminhamento para o ano seguinte, demonstra que mesmo sendo ela quem acompanha a totalidade da vida escolar do filhos, o marido é quem, muitas vezes, vai emitir a opinião final sobre a proposta.

Esta aparente contradição entre a autonomia da mulher-mãe ao longo do ano e a dependência do marido para decisões importantes nada mais é do que o reflexo da relações presentes ainda hoje na organização de muitas famílias.

“Vai...seu babaca...” O aluno cursou a oitava série duas vezes. No primeiro ano, a mãe vinha às reuniões marcadas em calendário, mas o pai não compareceu em nenhuma delas. Não demonstravam reprovar, nem apoiar o projeto da escola ou mesmo a conduta dos professores do filho. No final do ano, o aluno foi reprovado, apresentando uma somatória de péssimas notas e de aproveitamento, em 9 das 11 disciplinas que cursava. Imediatamente, o pai entrou com recurso tentando a aprovação do aluno através da Delegacia de Ensino. Como os pais haviam sido chamados ao longo do ano e somente a mãe comparecia, a escola pediu que ambos estivessem presentes em uma reunião para que os vários fatos ocorridos, durante o ano, fossem esclarecidos. A escola sabia que o pai, provavelmente por não comparecer às entrevistas, não tinha



conhecimento de vários detalhes que poderiam esclarecer melhor a retenção do filho. O pai compareceu pela primeira vez e justamente por isso desconhecia completamente a proposta da escola, os professores do filho e mesmo a localização da sala de aula e da sala de atendimentos. Contestou todos os fatos apresentados e por isso foram chamados alguns professores do filho, para fornecer a ele maiores detalhes. Ele se recusava a ouvir e tinha uma postura indelicada, pois impedia que os professores falassem, interrompendo e fazendo ofensas profissionais que logo passaram a ser pessoais. Como era a primeira vez em que comparecia, ele não havia colocado, em nenhum outro momento do ano, seu extremo descontentamento com o método, a proposta, as atividades e o sistema de avaliação utilizados. O clima foi tenso durante todo o atendimento e terminou de maneira bastante desagradável.

A escola enviou para a Diretoria de Ensino todos os registros e documentos que mostravam o trabalho realizado. O pai comparecia à delegacia de ensino e insinuava aos supervisores que, por ser parente de um delegado de ensino, conseguiria um resultado favorável para o filho. No início do ano seguinte, o recurso para aprovação foi negado ao aluno pela Diretoria de Ensino. Junto com ele, a escola recebeu parecer assinado pelo delegado de ensino, elogiando os registros feitos, a clareza dos objetivos citados e atingidos, o acompanhamento realizado pela escola durante todo o ano letivo, os atendimentos feitos ao aluno, a forma de comunicação com a família e a qualidade do trabalho realizado pela equipe de apoio pedagógico. O pai leu o resultado na presença do secretário da escola e ficou ainda mais irritado.

No ano seguinte o aluno foi novamente matriculado na escola para cursar novamente a 8ª série. Iniciou o ano com o mesmo comportamento anterior. Não entregava trabalhos, não prestava atenção às explicações dos professores. Uma professora fez o seguinte relato a respeito do aluno: *“Ele nos olha com ares de reprovação permanente. É irônico. Estuda só o necessário para ter notas. Os pais são piores ainda. Quando mandam bilhetes sempre fazem referências negativas ao nosso trabalho colocando observações como “vou assinar porque sou obrigado”. É horrível atender essa família (a mãe), ela está sempre prevenida e tem resposta para tudo. Ela acha que a gente está sempre querendo prejudicar o filho. O pai, de novo, nem aparece. É como no ano passado. Some e depois vem falar bobagem no final do ano. Coitada da*

*professora de Matemática. Ela é super responsável, tira dúvidas carteira por carteira, vem dar aula de reforço à tarde, fica preocupada quando o aluno não está aprendendo e depois disso tudo ainda teve que ouvir aquele monte de besteira do pai, inclusive que é incompetente. E o pior é que esse ano parece que vai acontecer tudo de novo. Já começa que o pai nunca apareceu”.*

No segundo Conselho de Classe do ano, um dos professores disse: “ *Ele continua do mesmo jeito. Está com problemas disciplinares ainda mais graves que no ano passado, agora não respeita a gente mesmo. Nem funcionários, fica tirando sarro dos colegas que tiram boas notas e que são elogiados. Fala bem alto na classe “Vai, seu babaca”. Cada dia fica mais difícil trabalhar com ele”.* Os demais professores confirmaram que a postura do aluno era essa em outras disciplinas também.

Certa ocasião, o aluno se esqueceu de levar um trabalho para a escola. A mãe encontrou-o na mesa da casa e resolveu levá-lo à escola. Quando chegou, sem pedir autorização, entrou na sala, na troca de aulas para entregar o material para o filho. Ele não estava e os colegas disseram que ele não havia comparecido naquele dia. Quando a mãe estava se retirando, a coordenadora pedagógica, encontrou-a na saída da sala e questionou o fato dela entrar naquele ambiente sem autorização, mas ela não respondeu. No dia seguinte, o aluno foi chamado e disse: “ *Faltei porque resolvi dar umas voltas e não assistir aulas”.*

Terminado o ciclo, o aluno foi aprovado com notas mínimas para prosseguir seus estudos no ensino médio. Continua com os mesmos problemas e o agravante de, atualmente, ser usuário de drogas.

Achamos que este caso pode mostrar como a família transmite aos filhos sua percepção da escola e eles transferem para o ambiente escolar o que é comentado em casa sobre a escola. Esse aluno “carregou”, para dentro do espaço escolar, o olhar da família e suas impressões sobre os profissionais que atuam nela.

Na estrutura familiar do mesmo aluno, apesar do pai estar aparentemente ausente, sua presença é sentida em todo o processo escolar. Tanto professores quanto o aluno e a mãe se referem a ele, mesmo não estando na escola. No final do ano, única época em que ele de fato comparece, a família justifica sua presença física por ser a ocasião mais importante e decisiva na vida estudantil do filho. **(48)**

*“Eu luto pelos meus direitos...”* O pai tem duas filhas estudando na escola. Por muitos anos, elas foram bolsistas porque os problemas financeiros apresentados pela família, eram graves. No ano em que ele foi comunicado que a bolsa das filhas deixaria de ser integral e passaria a ser parcial, ele ficou desesperado. Procurou a equipe de apoio pedagógico do setor em que as meninas estudavam: *“Pelo amor de Deus, eu preciso que vocês me ajudem a interferir junto a direção da escola. Eu não posso pagar nada. Eu sempre fui bolsista e agora querem me dar só meia bolsa. Como minhas meninas vão estudar? O único dinheiro que tenho é para pagar o transporte delas. Se eu perder a bolsa elas vão ter que sair da escola. Vocês precisam fazer alguma coisa”*. Ele chorava compulsivamente. Diante da situação a coordenadora pedagógica fez o pedido à direção para manter as duas bolsas integrais. Foi explicado que havia um número de bolsas para serem distribuídas anualmente aos alunos mais carentes, caso elas fossem contempladas integralmente, um aluno ficaria excluído da seleção, além de existirem alguns indícios de que outras famílias necessitavam mais da bolsa. Diante da insistência, o pedido da coordenadora foi atendido.

Com o decorrer do tempo, as meninas passaram a apresentar um padrão de vida que não refletia as palavras do pai. Os próprios colegas faziam comentários relacionados ao alto padrão de vida delas. Uma ocasião, precisando falar com o pai sobre uma das garotas, a secretária ligou para a residência dele. A empregada explicou: *“Eles foram viajar. Estão de férias. Mas se a senhora precisar muito falar com eles pode ligar na chácara. Liga no celular porque o outro telefone não está funcionando”*. A informação, contestava a anterior, fornecida pelo pai, no início do ano. Ele dizia ser aposentado, pagar aluguel e ter, como única fonte de renda, um salário mínimo. Além disso, no ano em que o fato aconteceu, telefones celulares eram raros e bastante caros no país. A coordenadora pedagógica pediu, como medida de prevenção para o ano seguinte, a ajuda da assistente social da escola, responsável pela triagem das famílias bolsistas. O relatório final em relação aos bens da família foi surpreendente. Eram proprietários da casa em que moravam nas redondezas da lagoa do Taquaral, de uma chácara, uma fazenda e uma casa de praia.

O pai foi chamado pela coordenadora pedagógica para explicar o motivo do pedido feito diretamente a ela. Disse: *“O senhor sabe que me deixou em situação bastante delicada diante da direção da escola? O meu pedido foi levado a sério e atendido. O fato do senhor ser beneficiado com a bolsa e não necessitar dela, não é o mais importante. Para mim, o pior disso tudo é que para atender o senhor, outros alunos, que realmente precisavam, deixaram de ser beneficiados. O senhor sabe o que isso significa?”*. Ele respondeu: *“A escola ganha muito dinheiro com os outros pais. Eu luto pelos meus direitos”*.

A partir deste dia, qualquer comunicado feito pela escola ou pelos professores, mesmo sendo de caráter estritamente pedagógico, tinha como observação do pai alguma referência ao episódio da bolsa. Se uma das filhas apresentasse alguma nota abaixo da média, na reunião, ele dizia: *“Professora, você sabe o motivo dessa nota, não é? É uma vingança e uma perseguição da coordenadora, porque eu enganei a escola”*. Em outra reunião disse: *“Por enquanto, só uma das meninas está com uns probleminhas de nota mas, com o tempo, eu sei que a escola vai dar um jeito de fazer isso e bem pior, com as duas”*. No ano seguinte ele deixou de pagar as mensalidades dizendo que: *“ninguém vai impedir minhas filhas de assistirem às aulas e tirarem o diploma. Além disso a escola pode ficar em último lugar, porque se devo na loja, não compro mais, se não pagar a consulta do médico, não sou atendido, mas se não pago a escola, elas entram, assistem à aula e pronto. É lei”*. As alunas terminaram o ciclo sem reprovações e se matricularam em outra escola.

Pensamos que a cumplicidade entre o pai e as filhas aparece no caso, à medida que as meninas, assim como o pai, omitiam detalhes que pudessem prejudicar a continuidade do recebimento da bolsa, seu objetivo maior. Eles pensavam de maneira similar quanto à conduta à ser adotada frente à instituição. Os valores ligados à honestidade, verdade e amizade assumiam um significado contrário, nas atitudes da família. Não questionavam a legitimidade dos atos, o envolvimento das pessoas ou o fato de prejudicarem outros alunos, assimilando a idéia de “levar vantagem em tudo” como sinal de inteligência e esperteza. **(49)**

Pela experiência de trabalho com adolescentes, é possível perceber que a influência dos pais na vida escolar dos filhos também acontece, quando o casal passa a ter um relacionamento instável. Nestes casos, os filhos, normalmente, apresentam modificações de comportamento na escola. Alguns casos são tão claros que os próprios alunos dizem: *“as coisas não estão boas lá em casa por isso não consigo prestar atenção em nada hoje”*, ou *“hoje eu estou assim mesmo (agitado) porque meu pai e minha mãe brigaram feio de novo”*.

Muitas vezes, os alunos manifestam a instabilidade emocional em que vivem, através de agitação ou de apatia. Quando chamados, os pais acabam confirmando o diagnóstico e relatando momentos de crise familiar vividos pelas crianças e pelos adolescentes.

*“Quanto custa? Tenho que ir embora logo...”* É o caso de uma família com três filhos. O filho mais velho, tendo estudado na escola, desde a Educação Infantil, já terminou o ciclo. Os dois outros ainda estudam na escola. O processo de separação dos pais foi bastante desgastante para todos e até hoje vivem, mesmo separados, em desarmonia. Culpam-se, ameaçam-se mutuamente, agridem-se diante dos filhos e das pessoas envolvidas com eles como, por exemplo, familiares, profissionais da escola, colegas dos filhos, etc. A mãe parece bastante nervosa e agressiva, o pai mais calmo, fala pouco e faz observações que irritam a ex-mulher. Demonstram que os filhos incomodam e atrapalham. Cada um acha que o outro é irresponsável, omisso e indiferente diante dos filhos. Toda vez que acontece algum episódio, relacionado à escola, mesmo que a mãe compareça, ela pede que o mesmo caso seja contado ao pai. A escola insiste para que ambos, ao receberem os avisos, se comuniquem, facilitando assim a resolução dos problemas, o que raramente acontece. Ao contrário, é muito comum um dos dois (especialmente o pai) ignorar que ocorrem no cotidiano dos filhos. Apesar dos alunos estudarem no período da manhã, os pais só vinham apanhá-los à tarde e eles passavam todo o tempo dentro da escola. No início, a escola questionava a família sobre o problema, mas como os pais eram irredutíveis e, sabendo que se os alunos saíssem, ficariam sozinhos em casa, a escola resolveu aceitar a situação, deixando claro para a família que ela não se responsabilizaria por eles, no período oposto. Em uma noite

de inverno, um episódio, na porta da escola envolveu toda a família. Todos os alunos que terminavam as aulas às 18:00 horas, já tinham ido embora. Os três aguardavam alguém que viesse buscá-los. Já passava das 19:30 horas e eles estavam com o porteiro que perguntou a que horas os pais chegariam. O filho de 6 anos disse: *“O tio, não liga não, é sempre assim. A gente sempre fica esperando. Ontem eles brigaram. Quando acontece isso, piora mais”*. Às 20:00 horas, coincidentemente, o pai e a mãe chegaram. Cada um estava em um carro. Segundo o relato do porteiro, no dia seguinte: *“Dá para acreditar? Eles chegaram, estava o maior frio. Ao invés de recolherem as crianças, começaram a discutir alto. Os filhos ficaram só olhando. Não falavam nada. Ficaram sentados na calçada. Me deu pena de ver os três olhando aquela cena. A briga parecia não acabar mais. Um gritava com o outro e perguntava quem ia levar as crianças. Um falava que o outro prometeu pegá-los. Aí, aconteceu o pior. Cada um entrou em um carro na mesma hora e foram embora sem levar as crianças. Acredita, isso? Eles continuaram sentados. Depois de um tempinho, a mãe voltou e pegou eles”*.

Os três apresentam problemas sérios de indisciplina: desrespeito com funcionários e professores, depredação de carteiras e parede. Quando os pais são chamados, cada um adota uma posição. A mãe tem dificuldade para acreditar no que é falado a respeito dos filhos. O pai, quando se trata de destruição de algum material, pergunta: *“Quanto custa? Tenho que ir embora logo. Quero resolver o caso rápido”*.

O irmão mais velho é admirado pelos outros dois. É como um “herói” ou “professor” para eles. Em uma ocasião, as paredes foram rabiscadas pelos dois menores. Atendidos, eles disseram que o mais velho tinha sugerido que eles fizessem aquilo. Quando a coordenadora o chamou e contou o fato ele riu e achou graça na atitude dos irmãos.

Com o tempo, a escola foi sabendo pelos irmãos e pelos colegas que o comportamento do irmão mais velho foi se modificando. Os próprios colegas contavam que ele vendia “lança perfume” nos “bailinhos” para os colegas para arranjar dinheiro. Assim que a situação se tornou conhecida, algumas mães procuraram a escola para saber o que poderia ser feito. Uma delas deu o seguinte depoimento: *“Estou muito preocupada pelo meu filho e também por ele. Vocês talvez não saibam, mas os pais deixam esse menino sozinho em qualquer lugar. No final de todas as festinhas, a gente já sabe, se ele*

*está, alguém tem que levá-lo embora de madrugada porque os pais não vão buscá-lo. Se ninguém leva ele passa a madrugada lá, sozinho até chegar o primeiro ônibus. Então os colegas, como meu filho, têm dó e pedem pra gente levar ele pra casa.* Tentava-se explicar às famílias que a escola não tem alcance sobre a ação dos alunos em finais de semana, feriados, férias, etc. Nem sempre as famílias se sentiram confortáveis com a explicação e alguns colegas, com o tempo, foram se afastando dele.

Em uma das entrevistas, a coordenadora pedagógica mencionou o assunto de uso de drogas de maneira sutil, para os pais. A mãe mostrou-se indignada e ameaçou: *“Se vocês mencionarem novamente uma suspeita sobre o filho, eu processarei todos aqui de dentro”*. O pai só ouvia e no final disse que: *“Não vou fazer nada. Eu pago uma pensão para ela tomar conta do filho. Ela deveria fazer isso direito”*.

Diante da situação, a escola passou a agir independentemente dos pais. Os professores iniciaram um trabalho individual de conversa com o garoto separado do grupo. Alguns resultados foram possíveis. No final do curso, ele já não estava tão agressivo, nem destruía ou depredava a escola, como no início. Aceitava comparecer às aulas de reforço desde que fossem com os professores de quem gostasse. Dessa maneira foi possível ajudá-lo em sua aprendizagem. Era um garoto inteligente.

A questão financeira era outro problema na família. Eles aparentam um padrão de vida não condizente com o salário dos pais. Os filhos vestem-se com roupas caras, freqüentam lugares incompatíveis com a situação financeira da família. Pagam a escola com muita dificuldade e sempre no final do ano, fazem acordos e acordos para matricularem os filhos no ano seguinte e aí, novamente, passam o ano todo sem efetuar o pagamento. Os meninos não fazem comentários a esse respeito com os colegas. Assim como os filhos, os pais, nunca deixaram transparecer qualquer dificuldade financeira.

O garoto terminou o ciclo e matriculou-se em uma escola de elite da cidade para cursar o ensino médio. Freqüentou somente 3 meses a nova escola. Foi expulso e hoje, 6 meses depois, já se transferiu mais duas vezes. Atualmente freqüenta uma escola de ensino supletivo noturno no centro da cidade. Está usando drogas cada vez mais fortes e vendendo-a aos colegas. A família, especialmente a mãe, continua não aceitando que o fato possa ser real e nada faz para ajudá-lo. Os irmãos, que continuaram estudando na escola, nada falam a respeito. **(50)**

“Ela tira a tarefa da mochila só para eu não fazer...” A menina, filha de pais separados, tem um comportamento agressivo com as amigas, quando estas não lhe emprestam tarefas, não “passam cola durante as provas” ou se recusam a colocar seu nome nos trabalhos dos quais ela não participa. Apresenta baixo rendimento e demonstra desinteresse pelas atividades propostas em sala.

Ela mora com a mãe e passa alguns dias com o pai, especialmente finais de semana. Os pais brigam freqüentemente diante da filha. Ambos comparecem à escola em momentos diferentes. Evitam se encontrar e quando a escola marca alguma entrevista com os dois, eles se recusam a comparecer. A aluna contou alguns episódios para a coordenadora pedagógica, como: *“Eu não gosto de fazer tarefas e minha mãe me obriga. Ela é esquisita. Quando estou em casa, ela fica vigiando para ver se eu fiz mas quando eu vou com o meu pai, ela tira as tarefas da minha mochila só pra eu não fazer. Eu não entendo. Acho que ela quer por a culpa nele. As vezes eu e ele esquecemos mesmo mas as vezes eu vou pegar para fazer e não está lá”*. Tais fatos motivaram um atendimento com a presença da mãe e da filha. Ela confirmou e disse: *“Fiz isso sim e faço outras vezes se precisar. É para ele aprender a se preocupar mais com os filhos e não só pegá-los na frente da minha casa e enfiá-los no carro como se fossem sacos de lixo. Ele buzina e pronto. Nunca desce para perguntar como estão as coisas, se a menina está indo bem na escola, o que tem para ela estudar. Ele precisa ser alertado que as coisas não estão bem. Agora se ele não faz nada, eu vou lá no carro pedir para ele falar comigo? De jeito nenhum”*.

Antes de começar o período de férias de julho, o pai procurou a escola dizendo: *“Nós vamos viajar para outro estado onde mora minha família. É uma fazenda agradável e simples mas acho que vai ajudar minha filha a ficar mais tempo comigo. Alguns dias eu vou aproveitar para fazer umas visitas de trabalho enquanto ela fica com minha irmã. Ela é professora e pode ajudar a rever alguns conteúdos. Já combinei com ela. Gostaria de pedir que vocês fizessem uma orientação para minha irmã saber o que precisa rever”*. O material e as orientações foram entregues pelos professores das matérias em que ela apresentava dificuldade.



Na volta às aulas, o pai compareceu junto com a filha e disse: *“Estou trazendo minha filha de volta no segundo semestre do mesmo jeito ou pior do que quando ela saiu de férias. Minha filha tinha colocado o material de vocês na mala. Enquanto ela tomava banho, a mãe dela retirou tudo e escondeu. Não dava pra eu voltar aqui inclusive porque vocês já estavam de férias. Ela estudou muito pouco. Dá para acreditar?”*

Na mesma entrevista, sugeriu-se, ao pai, uma série de procedimentos com o objetivo de procurar auxiliar a filha: estar com ela alguns dias durante a semana, comparecer mais vezes à escola. Eles concordou mas argumentou, na frente da aluna, que: *“Eu concordo com o que vocês estão me dizendo mas preciso cuidar também da minha nova família. Eu não posso me preocupar só com esta que não deu certo”*.

É comum a mãe, ao ser atendida, colocar-se contra a escola, diante da filha. Já foi pedido que ela evitasse tal procedimento, porque a menina sai da entrevista e conta aos colegas que a mãe veio “para defendê-la”. Um exemplo pode ilustrar a afirmação: a professora percebeu que faltava um livro de leitura na biblioteca circulante da classe e perguntou onde ele estava. Ninguém se apresentou. Essa aluna denunciou uma colega de classe: *“Professora foi ela que escondeu na mochila e não quer falar. Eu vi”*. A professora atendeu a menina separadamente e disse: *“Você não precisa falar que foi sua colega. Eu falo com a classe e depois, eu tenho certeza que ela vem me devolver o livro. Não faz isso porque fica ruim para você. Se ninguém me devolvesse eu iria conversar outra vez com seus colegas. Não faz mais isso”*. Na entrevista o fato foi relatado para a mãe e esta, na frente da filha, se colocou contra a professora: *“Minha filha fez errado? Ela contou o que viu e assim mesmo foi advertida pela professora. O que ela queria, que a minha filha ficasse sendo suspeita também?”*

Em nossa opinião, há problemas graves envolvendo a família. Em primeiro lugar os pais, não se entendendo e procurando se agredir mutuamente, usam a filha. A menina está sempre entre os dois sem conseguir saber qual deles, de fato, tem razão em seus argumentos. Como agravante, o pai, desejando também “cuidar da outra família” e assumindo que “esta não deu certo” interfere e contribui para a insegurança da aluna. Para ele, todos os problemas da filha são causados pela ex-mulher ou são de sua

responsabilidade. Assim, legitima sua ausência e se declara isento para assumir uma paternidade responsável.

A mãe, por sua vez, ao defender incondicionalmente a filha, mesmo diante de fatos em que deveria trabalhar junto da escola, instrumentaliza a menina para manter o mesmo comportamento de agressão, delato e falta de compromisso com as atividades escolares.

A falta de diretividade, de limites, a incoerência nas orientações, a omissão em relação às responsabilidades mínimas, a falta de habilidade com a rotina escolar da filha influenciam negativamente a garota, podendo determinar parte de seu comportamento na escola. (51)

*“Não faz diferença ir bem ou mal...”* Após a separação do casal, a escola percebeu mudanças gradativas no comportamento do aluno. Ele é o caçula de três filhos. A mãe o trata de maneira declaradamente diferenciada em relação aos outros dois. Quando a coordenadora pedagógica conversou com a mãe sobre o assunto, ela disse: *“ele é o que vai cuidar de mim quando eu ficar velhinha”*. O aluno é indisciplinado e ao ser chamado à atenção, diz: *“minha mãe não vai gostar de saber que vocês estão me dando bronca”* em deliberada ameaça à escola. Quando recebe algum bilhete, diz: *“não adianta nem mandar porque minha mãe não vai assinar mesmo”*.

Ele não assume compromissos, ri quando os professores falam sobre as atitudes inadequadas que tem na classe. Recebendo uma prova de matemática, dirigiu-se à professora e disse: *“Não faz diferença ir bem ou mal. Tá tudo garantido lá em casa. Nem adianta mandar bilhete para minha mãe”*. Ele é exagerado nos gestos, nas brincadeiras, no tom de voz. Não tem o hábito de falar a verdade, quando está em situação difícil. Defende sempre mesmo tendo que denunciar um colega. Se é pressionado por outros para assumir alguma responsabilidade, o faz muito contrariado.

Nos atendimentos em que a mãe está presente, relata os fatos de maneira inversa, transformando os acontecimentos e denunciando colegas. Tem respostas como: *“Você acha que fui eu, mãe? Eu não. Eles (os colegas) tão querendo me ferrar”* ou *“Eles falaram que era eu, mas não era nada, eu estava na classe naquela hora, pode*

*perguntar para quem você quiser*". Em tais ocasiões, a mãe nunca questiona ou faz perguntas ao filho, a priori, se coloca ao seu lado.

Na aula de português, a professora pediu, várias vezes, para que guardasse, na mochila, uma revista que estava lendo. Como ele se negou, ela pediu que ele se retirasse da classe, sendo atendido, em seguida, pela coordenadora. Dias depois, quando a mãe compareceu para tratar de outro assunto e soube do episódio, riu junto com o filho. Abraçou-o e disse: *"Ah! filho, nem vamos ligar pra isso, viu? Esses seus professores...parece que não tem nada para fazer, não é?"*

O pai, quando comparece, demonstra não concordar com as atitudes da ex-mulher e diz: *"Comigo é a mesma coisa. Eu falo e ela abraça o menino e vai saindo e ainda ri na minha cara. Lógico que ele acompanha a mãe. Quando está sozinho comigo até que é melhor mas junto com ela... Eu fico bravo com ele, quando ele conta coisas que eu acho grave e que acontecem na aqui na escola e ele fica rindo. Os outros ainda são melhores, mas ele... É o pior. Eu já até falei isso direto pra ele. Ele sabe que eu penso isso. Sabe, a mãe protege demais esse menino. Ela faz diferença sim. Os outros dois ela trata diferente. Por isso acho que ele não tem mais jeito"*.

O caso, parece típico de um aluno que entende as "mensagens" que lhe são dirigidas. A "mensagem" da mãe, de que ele irá cuidar dela, sendo então, mais protegido que os irmãos, tem resultados claros, refletidos nas atitudes do menino dentro e fora da sala de aula. Ele conhece, inclusive, por antecipação, a reação dela frente aos acontecimentos: provas, brincadeiras, denúncias, etc. A cumplicidade, que demonstram existir entre ambos, ao falarem da escola, do pai, dos professores e de outros assuntos dificulta acentuadamente os atendimentos. Parece existir um permanente "pacto de proteção" entre eles, até mesmo contra o pai.

A "mensagem" do pai também é entendida por ele. Conhecendo a opinião do pai sobre ele e sabendo que é "protegido" pela mãe, age confirmando a hipótese de ser "o pior dos três". Não precisa mudar seu relacionamento com as pessoas, para a mãe "ele é o melhor dos três", para o pai "ele é o pior deles".

É evidente que outros elementos contribuem para o comportamento do menino, mas a clareza com que ele se relaciona com os rótulos, sem dúvida interfere na sua vida, inclusive escolar. (52)

*“Meu marido é delegado de polícia...”* A mãe é professora e o pai policial. O garoto é filho único e aparenta fragilidade física, dificuldade e lentidão para aprender. Está sempre doente. Não consegue acompanhar o ritmo da classe. Está sempre disperso. Tem atitudes mais freqüentemente encontradas em crianças da 1ª fase do Ensino Fundamental. A mãe o acompanha bastante nas tarefas escolares e está sempre presente.

Ao longo do ano, a mãe foi atendida pelos professores e pela equipe de apoio pedagógico do setor. Tomou conhecimento das atividades realizadas e das dificuldades do aluno. No final do ano, o garoto ficou reprovado em 5 matérias. A mãe iniciou então uma “maratona” conversando várias vezes com cada um dos professores do filho, com todos os funcionários, com os membros da direção da escola.

Numa das conversas com os professores, a mãe colocou um mini gravador em cima da mesa, dentro de uma pequena bolsa. Após as observações dos professores, ela ameaçou: *“Meu marido é delegado de polícia. Foi ele quem conseguiu um guarda para ficar na frente da escola, no horário de saída dos alunos. Assim como esse serviço foi implantado, ele pode ser suspenso, a qualquer momento, sem precisar de um grande motivo”*.

Em seguida, encaminhou recurso à Diretoria de Ensino, buscando a aprovação do filho. Junto com os documentos que, segundo ela, auxiliariam a análise, estava uma fita gravada por ela secretamente de uma entrevista com a coordenadora pedagógica e os professores do filho. A escola encaminhou os documentos necessários e o recurso da família foi negado. O parecer do dirigente de ensino fazia menção à gravação da mãe: *“A conversa existente na gravação só comprova a qualidade do trabalho feito pela escola com o aluno tratando-se mais de uma prova favorável a ela do que, como deseja a família, prova para comprometer a instituição de ensino. Além disso, o recurso utilizado de gravação, sem autorização prévia dos envolvidos, perde seu valor como prova, não sendo recomendado por essa delegacia de ensino”*.

Pensamos que os expedientes utilizados pela mãe ao amedrontar os professores, gravando a reunião deles, ameaçando-os com um discurso de “autoridade” com o conhecimento do aluno, só fizeram agravar os problemas e a insegurança do filho. Ele precisou da “competência” e ajuda da mãe para demonstrar seu desempenho no ano. Por

se tratar de um aluno bastante inseguro, ao receber o resultado final que confirmava sua retenção na série cursada, é possível que sentimentos como incompetência, frustração e desânimo tenham sido somados à inegável sensação de fracasso que geralmente acompanha, por certo tempo, os que passam pela experiência. (53)

*“Melhor ele ser assim do que doente, não é ?...”* O aluno é indisciplinado e apresenta dificuldade para atender os pedidos da escola. Para que ele atenda as solicitações, é necessário que as orientações sejam individuais. Em uma ocasião, quando a mãe foi chamada, ouvindo o episódio que envolveu seu filho, disse: *“Ele era tão quietinho. Quer saber? Fico feliz que anda aprontando...Ainda bem que é assim. Ele nasceu de 6 meses. Parecia um bichinho, achei que tinha problemas. Melhor ele ser assim do que doente, não é?”*. Logo depois, o aluno foi atendido para tratar do mesmo assunto e, mesmo não tendo conhecimento da abordagem feita pela mãe, por que ele não estava presente naquele momento, colocou as mesmas idéias, utilizando outras palavras: *“Eu não acho que apronto muito. Agora estou crescendo e é assim mesmo. Vejo pelos meus colegas. É melhor eu ser assim do que ser babaca. Meus colegas iam rir de mim. Aposto todas para ganhar mesmo. Eu era meio parado. Minha mãe me dá a maior força porque ela disse que eu podia ter sido retardado. Nasci de 6 meses. Minha mãe briga com meu pai porque ele fala acha que o que eu faço é errado. Mas minha mãe fala que meu pai não sabe de nada. Que quando eu nasci ele nem ligou, chorou um pouco mas depois achava que eu não tinha mesmo jeito. Que ia morrer. Sempre que eles brigam, falam disso. Minha mãe já disse que meu pai é um b...”*.

Pensamos que a comparação entre os dois relatos mostra como as idéias de mãe e do filho são parecidas e seguem os mesmos princípios. Tanto a mãe acha que o filho “agora é normal” se comparado com o que era, ao nascer, quanto o filho acha, da mesma maneira que “não apronta nada”. Na mesma proporção que a mãe transmite ao filho, algumas normas de conduta, ele aceita a opinião dela e assume tais normas como verdadeiras. As normas são legitimadas pelas palavras de apoio da mãe e se configuram pela indisciplina aceita e justificada por ela. A origem da justificativa reside e se perpetua nas condições de nascimento e nos primeiros meses de vida do aluno. Nesse contexto, situa-se o pai, a pessoa que discorda, portanto é ignorado e criticado pelos

dois. As razões pelas quais mãe e filho colocam o pai como alguém que desconhece o padrão de normalidade de comportamento de um adolescente, não são difíceis de serem entendidas. A mãe, com esse olhar sobre a figura paterna, não precisa adotar medidas mais severas com o filho. O filho, não precisa modificar seu comportamento, por contar com a aprovação dela. (54)

*“Sou o Desembargador...”* A família tem três filhos e todos estudaram na escola. O primeiro contato dela com a equipe de apoio pedagógico teve como causa o protesto do pai pelo fato do filho ter horário fixo de entrada para as aulas. Como o garoto vinha apresentando atrasos semanais, a escola enviou um comunicado, por escrito, ressaltando a obrigatoriedade do horário de entrada ser respeitado por todos os alunos e famílias. Ele se apresentou à coordenadora pedagógica e disse: *“Sou o Desembargador X” e quero ser imediatamente atendido. Não concordo que meus filhos tenham que chegar com tanta precisão de horário só porque a escola escreve em um papelzinho que tem um sinal de entrada. E ainda me mandam assinar. Se você não resolver eu vou procurar a direção da escola, a delegacia de ensino e se necessário a própria procuradoria. Você não sabe com quem está falando*”. A coordenadora começou a explicar os motivos para a exigência de horário para a entrada dos alunos. Ele interrompeu: *“Não estou interessado nessas explicações. Eu vim fazer um protesto e uma comunicação. Só isso*”. Ela respondeu: *“O senhor fique à vontade para procurar as pessoas ou as vias que, na sua opinião, possam defender seus direitos. Mas o regulamento continua o mesmo para todos os alunos, incluindo seu filho*”. Ele levantou-se, arrastando a cadeira e saiu da sala sem se despedir.

O garoto, assim como o pai, não era simpático, não cumprimentava ninguém ao chegar ou sair da escola. Era fechado e procurava se aproximar somente dos alunos que apresentavam excelentes notas. Não era o seu caso, mas todo o tempo tentava passar a impressão de ser um excelente aluno. Falava um português corretíssimo e os colegas zombavam dele. Chegava a corrigir professores e trazia enciclopédias e dicionários para contestar a fala ou a aula dada anteriormente. Não tinha um discurso de cooperação ou de sugestões para com os professores.

Os colegas não gostavam dele porque, entre outras coisas, diante de várias situações como brigas ou disputa por material, usava o cargo do pai para se projetar e também para se proteger dos amigos. Tinha o hábito de ameaçar os colegas.

Um de seus colegas de classe, foi mal em uma prova de português. Durante toda a manhã, ele o provocou, acusando-o de não ser um bom aluno. No final de uma manhã, ao término das aulas, no estacionamento da escola, brigaram. O aluno provocado foi apoiado pelos colegas, que torciam por ele. Ambos bateram e apanharam. O pai, chegando no local, viu a cena e imediatamente interferiu. Antes de tomar conhecimento do fato, ele agarrou o colega do filho pelo braço afirmando que iria bater nele. O filho observava. Os demais alunos, que assistiam à briga, começaram a vaiá-lo e ele ficou irado. Gritava com todos à sua volta. Logo em seguida a mãe do outro garoto chegou e disse: *“Não vou conversar com o senhor. Não tenho o que falar para um desequilibrado como você que ameaça bater em uma criança que nem seu filho é. Vou resolver a situação em casa, com meu filho. Cuide do seu”*. O pai, junto com o filho, se dirigiu à sala de coordenação. Encontrou a coordenadora no corredor, saindo para o almoço e disse: *“Exijo ser atendido agora. O que vocês estão fazendo aqui que não apartam uma briga de alunos? Será que estão aqui só para passear? Aquele “marginal” que bateu no meu filho tem que ser punido. Eu quero saber agora o que você vai fazer. Não vou esperar para amanhã”*. A coordenadora disse: *“O senhor não precisa exigir, eu o atenderia de qualquer forma inclusive se o senhor me pedisse educadamente. A respeito da briga, que é o motivo principal de nossa conversa vou esclarecer os procedimentos que serão adotados com ou sem o seu consentimento. Em princípio nenhum dos dois alunos estão corretos ao se agredirem fisicamente. Nenhum dos dois alunos é marginal e ambos serão atendidos amanhã porque hoje as aulas já terminaram e o outro colega já foi embora. Não iremos tomar nenhuma medida punitiva sem antes ouvir os dois. Isso será feito amanhã. O primeiro passo é conhecer o motivo da briga, para depois darmos encaminhamento ao caso. O senhor aguarde porque as duas famílias serão comunicadas”*. O pai ficou mais enfurecido e continuou falando e gesticulando com o dedo próximo ao rosto da coordenadora pedagógica. Por último disse: *“Se você não tomar providência ainda hoje, poderá ser judicialmente punida”*. A coordenadora respondeu: *“Seu filho será atendido a partir de amanhã”*. Como no encontro descrito

acima, o pai novamente saiu da sala, arrastou a cadeira e nem ele nem o filho, se despediram.

No dia seguinte, os garotos foram chamados e deram depoimentos a respeito do fato. Um deles disse: *“Esse cara é um chato. Ele acha que é o melhor, mas todo mundo sabe que ele é um enganador. Só quer ficar com bom aluno. Ficou me gozando porque eu tirei nota baixa na prova. Ficava olhando do outro lado da sala e rindo. Fui ficando nervoso. Falei para ele parar senão eu ia pegar ele na saída. Ele não parou. Falou que queria ver eu ser homem pra bater nele. Que o pai dele me rachava. Que moleque chato, pô. Minha mãe ficou brava comigo. É só ele não me encher que não vai acontecer de novo. Mas se ele não parar, não sei não”*. O outro disse: *“Eu não tenho nada para falar a respeito do acontecimento de ontem. Meu pai e eu estivemos aqui ontem mesmo e ele já falou tudo a respeito diretamente para você. Eu não tenho culpa se ele vai mal. Problema dele. Meu pai falou que se ele falar alguma coisa é para eu ligar para ele antes de descer no estacionamento. Ele que me bata de novo”*.

Depois desse fato, nem o pai, nem a mãe aceitavam comparecer à escola se as entrevistas e os atendimentos fossem feitos pela coordenadora pedagógica da escola.

Pensamos que o comportamento e as opiniões do pai foram percebidas dentro da escola pelos colegas, pelos professores e pelos funcionários. O filho agia usando os mesmos princípios que o pai lhe mostrava. O aluno era exigente, pouco educado, autoritário e usava a força aparente de um cargo para ameaçar as pessoas. O aluno tinha no pai uma figura admirável e procurava não decepcioná-lo. Precisava da aprovação do pai, por isso, se esforçava e buscava ter boas notas, mesmo que tivesse que fazer alguns “jogos” com os bons alunos como aproximar-se temporariamente e depois se afastar deles. Tanto para a família como para o aluno ter bom desempenho escolar significava unicamente boas notas. A formação humana e o relacionamento amigo não eram parte integrante do convívio escolar. Em relação às duas famílias envolvidas durante a briga dos filhos, é possível perceber uma diferença de procedimentos no trato com eles. Enquanto a mãe de um dos garotos preferiu tratar o caso com ele, aguardou o encaminhamento da escola e não aprovou a agressão física mútua, a outra família, resistiu e discordou de todas as etapas do encaminhamento feito pela escola, deu razão ao filho e desaprovou a agressão do outro aluno. Em nenhum momento se referiram ao



fato da agressão física, de maneira geral, ser inaceitável independentemente de envolver ou não o filho. (55)

*“Meu pai vai ficar sabendo...”* O aluno é o caçula de uma família de três filhos. Apresenta problemas de comportamento desde a primeira série do ensino fundamental. Briga e agride fisicamente os colegas e verbalmente os professores e funcionários.

Em uma ocasião ele ofendeu, com palavras, uma aluna de sua classe. A aluna é a representante de classe e foi eleita pelo grupo, no início do ano. Além de querida e simpática, ela é competente. Defende os alunos, reclama os direitos da classe com os professores, faz sugestões à coordenação pedagógica do setor, sempre com muita clareza, inteligência e educação. Por ser negra e de origem social bastante simples, a classe parecia querer protegê-la, o que ela aliás dispensava, delicadamente. Nesse dia, ela chorou e a classe ficou revoltada com o aluno.

Ele foi chamado para explicar as razões que o levaram a ofender a colega de classe. Como ele não respondia nenhuma pergunta feita, foi dispensado da sala da coordenação. Antes de sair, falou em tom ameaçador: *“Meu pai vai ficar sabendo desse interrogatório todo. Ele é da “corregedoria” que trata de casos sobre maus tratos à crianças e adolescentes”*. A coordenadora respondeu: *“De fato você deve contar em casa o que aconteceu inclusive para que seu pai possa lhe explicar que faz parte dos direitos da criança e do adolescente serem bem tratados por todos e não serem ofendidos tão profundamente por um colega como você fez com a aluna. E, ao conversar com seu pai, diga que a escola está a disposição para atendê-lo e esclarecer qualquer dúvida que possa surgir”*. Ele ficou um pouco surpreso com a reação, provavelmente por achar que a sua afirmação iria amedrontar a pessoa que o atendeu. A escola não foi procurada e o caso encerrado.

A mãe, em várias ocasiões, foi atendida pelos professores sobre as notas e o comportamento do filho em sala de aula. Todas as vezes demonstrou achar *“normal da idade e que ele é assim mesmo porque ainda é uma criança”*. Quando encaminhada para conversar com a coordenadora pedagógica: *“Não falo com ela, porque é muito severa e não respeita os alunos “desprotegidos”, como meu filho”*. Nunca compareceu a uma entrevista marcada com ela.

Pensamos que a atitude dos pais, ao mesmo tempo em que impede o filho de assumir responsabilidades como estudante, interfere negativamente no trabalho da escola.

A incoerência do pai é percebida quando ele declara seu descontentamento com a escola mas afirma que: “*A escola é incompetente e eu só não tiro meus filhos porque eu sempre estudei aqui e eles farão o mesmo caminho que eu*”. A mesma incoerência aparece no episódio da ofensa do aluno à colega, demonstrando seu preconceito social ao mesmo tempo em que reivindica respeito aos “direitos” da criança e adolescente. (56)

“*Eu estou precisando de ajuda...*” Os resultados positivos obtidos nesse caso se devem, em grande parte, ao esforço e dedicação do pai do aluno. Ele tem cinco filhos e todos estudaram na mesma escola. Sempre participou ativamente da vida deles, estando presente em reuniões, entrevistas, eventos e atividades esportivas, inclusive em finais de semana. Os filhos eram “*bem moleques, sapecas, felizes, brincalhões e aprontavam algumas artes normais para a idade que tinham*”. Sempre que chamado, ele comparecia prontamente. Se necessário, ficava bravo com os meninos, não admitindo que eles desrespeitassem qualquer pessoa incluindo professores, colegas de classe, porteiros, faxineiras e, caso ocorressem situações desse tipo, exigia que eles se desculpassem com a pessoa envolvida. Na mesma proporção reclamava, sempre longe dos filhos, caso não concordasse com os procedimentos adotados pela escola.

Humilde, demonstrava grande vontade em “*acertar na educação*” dos filhos. Não raro comparecia na escola, sem motivo aparente, pedindo alguma orientação sobre o melhor procedimento a adotar com um dos meninos. Tanto professores, como equipe pedagógica, várias vezes, conversaram com ele longo tempo. Ele dava a impressão de ser sozinho para educar os filhos. Apesar de casado, nem ele, nem os filhos falavam da mãe. Alguma coisa estranha ocorria naquele relacionamento mas o assunto nunca foi mencionado.

Como ele demonstrava, em algumas ocasiões, ser mais enérgico do que o necessário, dizendo, até em tom de brincadeira que “*os meninos estão sempre no limite dos seus próprios limites*”, a coordenadora pedagógica procurava orientá-lo, destacando sempre dois aspectos: por um lado, a necessidade dele compreender algumas atitudes

dos filhos como normais da adolescência e por outro lado mostrar aos filhos que ele não aprovava todas as “molecagens” feitas. Assim, ele poderia demonstrar que os limites eram colocados justamente para não serem ultrapassados, deixando claro, ao mesmo tempo, seu afeto para com os filhos. Como ele era extremamente dedicado mas tinha as responsabilidades normais de um trabalhador, a escola sabia que não poderia exigir mais do que ele já fazia pelos filhos. Procurava “cuidar” dos meninos conversando e fazendo tratos, independente da presença dele.

Quando o filho mais velho começou a namorar uma garota mais velha que ele, o pai foi a escola e disse: *“Eu estou precisando de ajuda. Não sei bem como lidar com essa situação. Na verdade não sei como tratar desse tipo de assunto (relacionamentos amorosos) porque eu e os meus filhos temos um péssimo exemplo em casa, que é a mãe deles”*. Demonstrando que o assunto relacionado à mulher o incomodava, não desejou entrar em detalhes e encerrou: *“Já gostei muito dela, nem sei se gosto ainda mas de qualquer maneira é a mãe dos meus filhos”*. Foi proposta, ao pai, uma orientação para o filho sobre o assunto, a ser dada através de um professor. Ele concordou e agradeceu. Como o aluno era de fácil relacionamento, simpático e aceitava conversar, não foi difícil iniciar o trabalho. Existia um professor, que sempre mantivera uma relação de empatia com ele. O professor aceitou acompanhar o aluno e teve, com ele, várias conversas esclarecendo-o sobre a importância do namoro na adolescência, os riscos, a paixão, as possíveis perdas, a auto estima, etc. O professor chegou a sair para almoçar com ele para poderem conversar mais demoradamente.

Ele terminou o ciclo e continuou na escola. Ao término do ensino médio, o pai compareceu para agradecer dizendo que a escola havia participado da fase mais importante da vida do filho.

Os episódios que fizeram parte do caso indicam a possibilidade de uma parceria entre a escola e a família para a educação dos jovens. Os resultados desta parceria têm se mostrado bastante positivos, porém, para que ela exista, é necessário existir confiança mútua. É importante que a escola se abra para que os pais sintam-se à vontade para estar presentes, inclusive para reclamar, para pedir orientação, etc. Nos momentos em que o pai aceitou as propostas de trabalho da escola com o filho, ele sempre demonstrou, apesar dos riscos que poderia estar correndo, no caso de uma orientação inadequada,

confiar na instituição e nas pessoas que trabalhavam com o aluno. A escola, por sua vez, assumiu, além da instrução do jovem, parte de sua formação humana. Este foi um exemplo bem sucedido da parceria feita entre a família e a escola. (57)

*“Não posso com esse moleque...”* O aluno estava matriculado havia um ano na escola, quando ingressou na 5ª série. Seu aproveitamento escolar era baixo, não costumava fazer tarefas, trabalhos ou pesquisas. Quando não queria assistir às aulas, saía da escola sem pedir autorização ou ficava escondido nos jardins ou laboratórios. Falava muito pouco e respondia baixinho às perguntas que lhe eram dirigidas. Nas entrevistas, nunca olhava diretamente para as pessoas, voltando-se para o teto, o chão, as paredes e os objetos. Na sala de aula também era quieto, não fazia perguntas e nem procurava os professores. Seu relacionamento com os colegas era mínimo, sentava-se no fundo da classe e quando se propunha que mudasse de lugar, ele ficava bravo. Se o professor insistisse, ele aceitava mas na aula seguinte, voltava para seu lugar de origem. Gostava de jogar futebol mas os alunos reclamavam: *“Ele é estúpido e logo vem batendo e falando palavrão. Se tem briga é certo que ele está no meio. Dentro da sala também, ele faz e fica quieto. Se a gente não fala, o professor nem percebe”*.

Morando em um bairro próximo à escola, seus colegas de classe faziam referência ao seu “mau comportamento”, segundo eles “o conheciam do bairro e ele andava com garotos que não eram muito legais”.

A mãe, quando chamada, sempre comparecia - uma mulher de aparência simples, negra, semi analfabeta<sup>28</sup>, brasileira e com fala calma. Era comum ela se referir ao filho como “não posso com esse moleque”, mencionando a dificuldade para ser atendida por ele. Nas entrevistas em conjunto, ele se mostrava, através de gestos, palavras e olhares, bastante grosseiro e a tratava rispidamente. Certa ocasião, quando ela ouvia e pedia explicações sobre a rotina escolar, ele disse: *“Mãe, cala a boca, você não entende nada de escola. Você é burra mesmo”*.

---

<sup>28</sup> A descrição da cor da pele e do nível de instrução da mãe foi citado no texto por tratar-se de dois elementos que explicam, segundo o pai do aluno, o fato de sua família, não aceitá-la como pessoa capaz de educar seus filhos.

O pai português, comerciante, de aparência pouco agradável, quanto à higiene, não era educado no trato com as pessoas. A família dele, tinha dificuldade para aceitar sua esposa. Segundo ele: *“Minha família, acha que ela não tem capacidade para educar bem os meninos e por isso falam que eu tenho que pagar uma escola boa que eduque ele”*. Comparecia muito pouco à escola. Uma vez, ao ser chamado porque o filho começou a furtar objetos dos colegas, compareceu. Como a coordenadora estava atendendo um aluno, pediu que aguardasse. Depois de poucos minutos ele saiu, sem comunicar ninguém. O porteiro foi chamá-lo, já no estacionamento, depois de muita insistência, conseguiu trazê-lo de volta. Ele disse: *“Não tenho tempo para perder com essas bobagens de escola. Me chamam e tenho que ficar esperando? Eu não espero, vou embora”*.

Em uma festa junina, o aluno veio acompanhado dos colegas do bairro. Desde o início, tiveram atitudes bastante diferentes dos alunos e por isso, passaram a ser observados pelos funcionários da limpeza. Mesmo assim, quebraram uma porta, o vaso sanitário, pintaram a parede de um dos prédios e furtaram algumas fichas utilizadas nas barracas, das crianças menores. Durante a semana, o aluno foi chamado para conversar sobre o fato. Ele confirmou seu “comportamento inadequado” mas não acusou nenhum colega. A mãe, diante do filho, disse: *“A gente paga a escola, pra ele melhorar o comportamento. A gente quer que ele mude de amigos, mas não está adiantando nada. Ele trás os colegas do bairro aqui dentro da escola. Foram eles mesmo que quebraram as coisas aqui na festa. E ele estava junto. Meu filho não quer falar. É a lei deles. Ninguém dedura ninguém”*.

O aluno não tinha muitas amizades dentro da escola. Os colegas diziam: *“a gente tem medo dele. É perigoso. Até rouba as bolas da escola no sábado esportivo para vender no bairro depois”*. Também, por intermédio de colegas de classe, a escola soube que ele era usuário de drogas. A família nunca havia mencionado o fato e quando o assunto foi tratado com a mãe, ela não contestou. Abaixou a cabeça e disse: *“Eu não posso com ele. O que eu vou fazer? Nem adianta falar em tratamento. Ele não vai de jeito nenhum. É capaz de me bater se eu insisto com isso. Vocês sabem que ele já ameaçou me bater? Meu marido nem escuta quando eu falo disso”*.

Como os acontecimentos iam ficando cada vez mais graves, o pai não comparecia e a mãe não pôde iniciar o tratamento proposto, a escola pediu a saída do aluno. A irmã continuou estudando na escola e conta: *“Meu irmão continua igual. Ele parou de estudar, não quer ajudar o pai, fica o dia inteiro na rua com os moleques de lá. Ele usa crack. Todo mundo sabe, mas meu pai e minha mãe nem falam do assunto”*.

Pensamos que os pais, percebendo a dificuldade para “educar” o filho o matricularam numa escola, considerada por eles “melhor que a anterior”. É provável também que a atitude de procurarem colocá-lo em outra escola é consequência da opinião do marido e de sua família, que consideram a mãe “incapaz” de educar o filho dentro dos padrões esperados por eles. Assim, transferiram para a escola este papel. O aluno, por sua vez, ao ser colocado em um ambiente que não lhe era familiar, apresentou resistência traduzida em silêncios, indisciplina e revolta especialmente canalizada na figura materna. Seus hábitos e valores permaneceram distintos daqueles esperados pela família como normais. A escola, por sua vez, também não se revelou capaz de cuidar do aluno. Além disso, o provável convívio precoce com um mundo adulto, violento e marginal se chocou com o ambiente infantil e parcialmente ingênuo, típicos da faixa etária escolar.

A boa condição financeira da família não garantia um padrão de comportamento convencionalmente denominado como “normal”, como imaginavam os pais. Eles desejavam um filho estudioso e educado mas o grupo social com o qual conviviam era regido por normas diferentes daquelas almeçadas pela família. A escola não conseguiu realizar um trabalho que atendesse os objetivos da família. Além disso, para a escola, atuar sem o auxílio efetivo da família, aumentavam as dificuldades e impediam inclusive o aluno de tratar o vício que o acompanhava como uso de drogas e furtos de objetos. (58)

*“Só quero que minha filha seja como as demais...”* A garota veio transferida de uma escola de elite da cidade, no início da 6ª série. Era modelo profissional. Era muito bonita e valorizava o aspecto físico, as roupas “de marca” e se declarava “uma consumidora compulsiva”. Nos primeiros dias, adotou uma postura de superioridade frente aos colegas. Não conversava com os alunos nem com os professores, ficava

isolada no fundo da classe e não fazia perguntas. Aos poucos começou a fazer amizade com outra aluna que também tinha começado a estudar na escola, naquele ano. Elas se relacionavam pouco com as demais alunas que também não se esforçavam por integrá-las no grupo. Nas poucas vezes em que participava de equipes de trabalho procurava oportunidades para mostrar a todos as revistas em que apareciam suas fotos em desfiles e propagandas. Ela apresentava bom rendimento escolar. Não tinha problemas para apresentar pesquisas e trabalhos. Era ágil e sempre apresentava seus compromissos nas datas marcadas e da maneira combinada com os professores. Os problemas surgiam quando ela dependia de grupos para apresentar trabalhos. Em tais ocasiões ela esperava que os professores intercedessem e aguardava ser procurada pelos colegas para marcar data, local e horário para realizar os trabalhos.

A mãe, logo no início, procurou a escola dizendo: *“Minha filha sempre estudou na mesma escola. As amigas eram filhas de famílias burguesas dessa cidade. Para piorar, ela seguiu a carreira de modelo que incentiva ainda mais a cultivo do corpo e a valorização de princípios meramente estéticos. Ela gosta da profissão, por isso não achamos correto proibi-la. Pensamos em várias alternativas e uma delas foi transferi-la para uma escola onde ela tivesse contato com estudantes de menor poder aquisitivo. Me disseram que aqui tem até alunas da escola do estado, não é? É importante que ela conheça outro mundo além do que ela viveu até agora. Só quero que minha filha seja como as demais estudantes de sua idade. O mundo das passarelas é um mundo adulto, irreal e enganoso”*.

No final do ano, a amiga que lhe fazia companhia, mudou-se de cidade e ela ficou, praticamente isolada, na sala de aula. No ano seguinte, através de uma professora, ela começou a se relacionar com as colegas de classe. Essa professora diz: *“Um dia, entrando na sala de aula, observei que ela olhava uma revista que tinha sua foto. Demonstrei interesse e ela começou a falar de sua carreira profissional. Os outros alunos se interessaram e fizeram mais perguntas. Quando o assunto estava quase esgotado disse à classe que em outra oportunidade voltaríamos a falar novamente sobre a carreira de modelo. Fiquei surpresa porque naquele dia ela parecia estar feliz. Parece até que aumentou de tamanho na carteira. Fez uma pergunta, acredita? Pensei: encontrei o ponto para me aproximar dela. Foi assim mesmo. Cada dia ela me trazia*

*uma revista em que ela e outras colegas apareciam e conversava mais. Aos poucos fomos diversificando nossas conversas. Ela começou a me procurar no recreio, nos corredores e um dia que eu não daria aula na sala dela, veio até a porta da sala em que eu estava dando aula e me entregou um bilhetinho. Estava escrito que ela gostava muito de mim e que eu era a única pessoa que queria ajudá-la, de verdade. Fiquei até emocionada. A partir daí comecei a falar outras coisas que achei importantes. Disse que ela era uma pessoa, além de modelo, e como pessoa poderia ser querida. Disse que ela poderia se colocar de outra maneira diante dos colegas e que assim eles iriam gostar mais dela. Ela reclamou um pouco do grupo mas percebi que, pelo menos na minha aula, ela começou a ficar mais desarmada.”* Nas demais aulas ela também começou mudar sua postura, perguntando mais e conversando com algumas colegas próximas à sua carteira.

Aos poucos, os alunos de sua classe, passaram a conversar mais com ela e aceitá-la nos grupos de estudo. Ao término do primeiro bimestre ela já estava completamente integrada.

A professora mostrou como é possível atuar além dos limites convencionalmente observados pelos professores “transmissores de conteúdos” e efetivamente auxiliou a integração da aluna com seu grupo. Além disso a posição da mãe contribuiu em muito para a aluna aceitar a nova escola, os novos colegas, facilitando sua adaptação. **(59)**

*“Vocês estão fora da realidade...”* Dois alunos que estudavam durante o dia, foram vistos à noite de uma sexta-feira, por uma faxineira que limpava a escola, tendo relação sexual no prédio da escola. No atendimento subsequente disseram que haviam combinado encontrar-se na escola por entenderem que o local era seguro e os pais aceitariam que eles fossem à escola para fazer “trabalho”. As famílias foram chamadas.

No dia do atendimento, somente o pai da aluna compareceu. A mãe, nunca comparecia a escola, mesmo antes desse episódio. A aluna reclamava que eles não davam atenção para os problemas dela. A mãe era diretora de uma escola pública e dizia que seus horários de trabalho a impediam de comparecer nas reuniões para entregas de



boletins e nas festas. Não era educada com os funcionários, quando recebia um telefonema de qualquer natureza que envolvesse a filha.

O pai, após ouvir o relato do caso permeava sua fala entre risos e ironias: “*Quer saber? Não acho nada do que vocês contaram, estranho. Nem é tão grave assim. Vocês não acham que estão exagerando? Afinal, gente minha filha só estava namorando do jeito que os jovens entendem hoje que deve ser. Isso é até normal nessa idade*”. Ouvindo o argumento do diretor de que não se tratava de um namoro, mas de uma relação sexual entre dois jovens adolescentes, ele insistiu: “*Acho que vocês estão fora da realidade. Ainda se fosse uma transa em cima da bandeira nacional, não é?*”.

Segundo a coordenadora, terminada a entrevista, a escola procurou trabalhar com os pais da aluna no sentido de sugerir algum acompanhamento e diálogo entre eles, uma vez que esta parecia ser a maior queixa da aluna relacionada à família. Não houve êxito.

A menina era excelente aluna, tinha boas notas e ótimo relacionamento com os colegas e os professores. Parecia gostar da escola. Participava dos eventos, das festas e estava sempre disponível para auxiliar os grupo de alunos que se envolviam em alguma atividade cultural.

Com o tempo, a mãe, especialmente, passou a reprimir com rigidez as participações da filha e tentava impedi-la de comparecer às atividades extra escolares e de encontrar-se com os amigos. O resultado era cada vez pior. O depoimento da garota para a orientadora educacional resume algumas atitudes dela: “*Eu não agüento minha mãe. Meu pai é bobo, só faz o que ela manda. Minha casa parece um cemitério, ninguém conversa com ninguém. Eu só sei que quanto mais eles me proibem mais eu fico com raiva deles. Eu fujo pela janela, à noite e muitas vezes eles nem ficavam sabendo. Quando descobrem eu sei que vou apanhar mas nem ligo, fujo de novo*”.

Na festa em comemoração ao "dia das mães", à noite, no teatro da escola, a aluna iria se apresentar em uma peça. Quando ela se preparava para entrar no palco, a mãe apareceu, tirou-a dos bastidores, agredindo-a fisicamente dizia palavras e ofensas à pessoa da filha na frente de seus colegas. Também dirigiu algumas frases contra a escola “*que permitia uma palhaçada como aquela já que depois sabe que a filha vai aprontar*”. A garota disse para a mãe: “*Se você não quer curtir o dia das mães pelo menos me deixa*

*dar esse presente para outras mães que são muito melhores que você*”. Os colegas ficaram em silêncio e mesmo diante dos apelos dos professores que estavam com a aluna, a mãe levou-a.

Depois do episódio a situação da menina só piorou. Ela parecia ter vergonha dos colegas, ao mesmo tempo em que procurava ser mais sensual diante dos alunos.

Quando terminou o ciclo, deixou a escola mas mantinha algumas amizades dentro dela, com professores e mesmo com colegas que continuaram estudando lá. Depois de dois anos ela sofreu um acidente de carro em que ficou bastante machucada. Dos cinco adolescentes que estavam no carro, dois morreram. Estavam drogados e dirigiam em alta velocidade.

Também começou a fazer alguns programas com garotos para ter algum dinheiro uma vez que os pais nada lhe financiavam. Continuou morando com os pais por vários anos e, segundo ela: *“Eles agora melhoraram. Sabe porque? Pelo menos agora me ignoram. Meu pai, dia desses, disse que eu não tenho jeito mesmo e nasci para ser mulher de rua”*.

O caso, apesar de não estar diretamente ligado ao trato das relações da aluna na sala de aula, envolve a relação entre os membros da família e descreve como tal relacionamento “entrou na escola” através de fatos e de falas das pessoas envolvidas. A escola acabou sendo o local em que os problemas emergiam, provavelmente por ser o único em que a família discutia aquilo que não era tratado no ambiente doméstico. Sem que a escola tivesse, em princípio, a intenção de conhecer ou trabalhar as relações familiares, elas acabaram se manifestando através das entrevistas com o pai, dos telefonemas da mãe e principalmente da postura da aluna na sala de aula, com os professores, colegas e funcionários. (60)

*“Meu sonho é não estudar em lugar nenhum...”* A família mora em uma cidade da região de Campinas e o aluno viajava diariamente para freqüentar a escola. Demonstravam alto poder aquisitivo, viajavam várias vezes para o exterior e o aluno trazia objetos caros e desconhecidos para a aula.

Era bastante quieto e não tinha muitos amigos. Poucas vezes participava das brincadeiras no recreio e demonstrava estar cada vez menos motivado. Não estudava,

não fazia as tarefas, não apresentava as leituras de livros pedidos, não fazia as pesquisas nas datas marcadas. Além disso quando precisava trabalhar em equipe deixava toda a responsabilidade para os colegas do grupo. Por tais motivos, ele começou a ser atendido pela orientadora educacional e dizia claramente que “não gostava de estudar e que à tarde só pensava em ir para a rua, brincar”. Dizia também que, na escola, só gostava dos colegas e de algumas brincadeiras”. Uma ocasião, quando interrogado sobre o motivo de não realizar as atividades, foram colocadas questões como: se gostava de estar na escola e qual seu grande sonho. Ele afirmou: “*Eu gosto da escola, mas meu sonho mesmo não é nem viajar muito, meu sonho é não estudar em lugar nenhum*”.

Os pais não costumavam acompanhar as atividades escolares do filho, só comparecendo esporadicamente para retirar o boletim. Segundo a coordenadora pedagógica, “*conversando com o pai é possível perceber que eles têm grande dificuldade para colocar limites ao garoto. Prometem fazer algumas trocas como uma bicicleta ou um computador novo, se ele estudar. Mesmo sendo orientados quanto a inconveniência das trocas, eles não atendem e muitas vezes dão o presente mesmo que ele não tenha conseguido o que prometeu. Eles cometem dois erros ao mesmo tempo. Um, ao trocarem presentes com notas e, outro, ao presentear o garoto mesmo sem ele ter obtido a nota. Ao ser questionado o pai diz que na hora não consegue cumprir o que prometeu*”.

Ele esperava o ônibus fretado de sua cidade nas proximidades da escola, em frente à residência de um senhor idoso. Segundo esta pessoa, que compareceu à escola, para reclamar das atitudes do aluno: “*No começo era só brincadeira sem importância, mas foi ficando pior e agora é só problema. As gracinhas dele estão ficando cada vez mais sérias. Anteontem ele pichou todo o muro e na semana passada tirou as pedras do calçamento na frente de casa. Ontem fui falar com ele, mas ele nem liga. Zomba de mim, porque sou velho. Por isso apelei para a escola. Vocês precisam fazer alguma coisa*”.

Segundo a coordenadora, o aluno foi chamado. “*Falamos com ele e mandamos um comunicado ao pai. Deixamos claro que esse era um assunto que deveria ser tratado diretamente entre a família e o morador e que, estávamos sugerindo que eles conversassem para resolver o caso*”. O pai foi muito educado e apesar de dizer que

tomaria as providências, nada fez. O episódio se repetiu, pelo menos, mais duas vezes naquele ano.

No final do ano, o pai comunicou que faria a transferência do garoto dizendo: *“Estou levando meu filho para estudar na minha cidade, pois analisando o comportamento das pessoas, percebi que a escola discrimina quem não estuda aqui e quem mora em outra cidade”*. A coordenadora que o atendeu argumentou que, há muitos anos, a escola recebe alunos e professores de várias cidades e nunca foram aventados problemas de tal natureza. O pai continuou: *“Aqui, nem ter dinheiro para comprar tudo que vocês pedem, sensibiliza. Meu filho tem notas ruins porque acha mais interessante a rua do condomínio onde moramos do que a escola”*. A coordenadora disse: *“Concordamos com seus dois argumentos. Primeiro, seu dinheiro de fato não nos sensibiliza e seu filho prefere sim, brincar no condomínio do que estudar. Não achamos que mudar seu filho de escola, seja a solução mas, se me permite sugiro que, se querem mesmo tirá-lo daqui escolham uma escola e trabalhem com ela, porque sem a ajuda da família o garoto pode ter muitas dificuldades”*. O pai não pareceu muito satisfeito com a entrevista, nem com a sugestão feita.

A família matriculou o aluno em outras duas escolas e ele terminou o ciclo do ensino fundamental em uma escola pública noturna da cidade onde moram.

Parece que a inoperância da família, aliada a falta de limites, à obtenção de bens materiais com relativa facilidade e à falta de mecanismos motivadores para o aluno, foram elementos que, somados, resultaram no baixo rendimento do garoto e na sua resistência em aprender. Os pais demonstraram em várias ocasiões, dificuldade para aceitar sua responsabilidade no processo vivido pelo aluno e culpam unicamente a escola pela falta de êxito do filho. Ignoram completamente os pedidos como o do morador, considerando não se tratar de um problema importante, além disso justificam a falta de motivação do aluno, em parte, pela “vontade de brincar no condomínio”. Assim vão, ao mesmo tempo, se omitindo e aceitando a falta de compromisso do filho. A escola, por sua vez, não conseguiu transmitir ao aluno motivos para que ele se sentisse bem nela ou adquirisse prazer em estudar. (61)

*“Minha mãe quer conversar já com você...”* Os 3 filhos dessa família estudaram na escola. Quando o filho mais velho terminou a 8ª série, eles os transferiram para outra escola argumentando que estavam muito descontentes com as propostas e que os professores e a escola já não eram mais os mesmos.

Em agosto do ano seguinte, a mãe compareceu dizendo: *" Fizemos uma besteira tirando as crianças daqui. Só quando a gente experimenta outra escola é que percebe como o trabalho de vocês é maravilhoso. Está sendo uma experiência terrível para todos nós. Sabemos que eles estão sofrendo e por isso vim pedir encarecidamente que vocês arrumem as vagas para eles voltarem"*. Feito o pedido inicial, todos os meses eles compareciam ou telefonavam para a escola reiterando o pedido. Naquele ano, segundo a escola, mesmo com a dificuldade de vagas foi possível atendê-los. Para a coordenadora: *"Vários motivos contribuíram para que nós os atendêssemos, mesmo com poucas vagas. Primeiro porque eles já tinham sido alunos daqui. Segundo porque os pais demonstravam adesão à proposta da escola. Terceiro porque eles aparentemente haviam mudado a postura agressiva e desrespeitosa que tinham com os professores e funcionários"*.

Após os primeiros meses do ano, os pais passaram a demonstrar um grande descontentamento com a organização diária da escola. Escreviam bilhetes quase diariamente reclamando da organização da escola como rigidez de horários, cobrança de uniforme, fila da cantina, esportes realizados no recreio entre alunos de idades diferentes, etc. As filhas apresentavam os mesmos sintomas e quando reivindicavam algum direito não eram educadas com os professores e diziam que os funcionários eram "empregados" porque os pais pagavam a escola. Invariavelmente ficavam descontentes com as propostas de trabalho feitas na sala de aula.

O pai trabalha como professor de inglês. Desde a primeira vez em que os filhos estudaram na escola ele fazia críticas severas ao método utilizado pelos professores. Por três vezes ele foi convidado para uma reunião com o objetivo de serem ouvidas suas sugestões. Não compareceu a nenhuma delas.

Os filhos tinham algumas características comuns: não gostavam de trabalhar em grupos, se coletavam material interessante para pesquisa não mostravam nem dividiam com os colegas. Segundo uma colega: *"Eles falam que cada um tem que procurar seu*

*material. Mas só que quando são eles que não tem material para a pesquisa, ficam pedindo e ficam bravos se a gente não empresta". Os colegas rejeitavam tal comportamento dizendo: "eles são muito chatos".*

*Eles sempre tiveram poucos amigos. De acordo com a orientadora educacional "eles tem algumas características psicológicas que os afastam naturalmente dos colegas e dificilmente eles farão amigos se mantiverem essa postura. Quando desejam fazer reivindicações cooptam um pequeno grupo e se movimentam escondendo dos demais o que querem. Se conseguem alguma informação com antecedência, como a mudança do dia de uma prova ou a apresentação de uma peça de teatro, não contam aos colegas. Procuram obter vantagens individuais e nunca socializam suas idéias se elas beneficiam mais pessoas. Denunciam os colegas sem constrangimento se estão em situação difícil, mas escondem fatos se é para terem vantagens ou se protegerem. O adolescente não gosta disso e ao mesmo tempo percebe logo quem é confiável e quem não é. Por isso os colegas os ignoram. E eles, para chamar a atenção do grupo tomam atitudes individualistas que só serve para afastá-los ainda mais dos outros".*

O apego e a valorização de bens materiais também eram evidentes e mais acentuados do que nos outros alunos, com realce às suas compras, viagens, passeios, presentes e críticas públicas a quem se veste de forma mais humilde, inclusive os professores. As questões envolvendo gastos financeiros eram bastante delicadas como a lista de material e as despesas da formatura, porque eles não aceitavam os argumentos apresentados. No caso da lista de material diziam que *"a escola fazia questão de escolher o material mais caro e nunca o de melhor qualidade porque assim os professores receberiam maiores porcentagens nas vendas"*. No caso da formatura, mesmo que a comissão de pais explicasse que a atividade não era obrigatória, eles argumentavam que as opções eram feitas sempre pelo maior preço porque os pais tinham porcentagem nas vendas das empresas que prestavam os serviços.

Durante uma comemoração na escola, a mãe fez uma interferência e para surpresa dos presentes, elogiou publicamente o trabalho da escola e dos professores. Agradeceu a formação recebida pelos filhos. Uma das filhas, presente, ria durante a fala da mãe. Comentou posteriormente com as colegas que sua mãe havia dito em casa que precisava "puxar o saco" da escola porque ela precisava de notas. Alguns meses mais

tarde, quando a coordenadora pedagógica fez uma ligação para a família para tratar de uma carta onde eles reclamavam uma nota melhor no trabalho apresentado pela filha, a mãe, referindo-se ao episódio citado, disse que a sua fala tinha a intenção de garantir um clima melhor para a filha que vinha tendo problemas de notas e relacionamento na escola.

Em outra ocasião, uma das filhas, juntamente com 3 colegas da classe, atrasou-se após o sinal do término do recreio. A professora pediu que aguardassem para entrar na aula seguinte, porque já fazia um certo tempo que os demais colegas tinham iniciado a prova. As alunas procuraram a coordenadora pedagógica que disse: *"As normas de entrada e saída foram trabalhadas e discutidas entre vocês e o serviço de orientação educacional, no início do ano. Vocês mesmos chegaram a conclusão que os alunos deveriam ter horários para entrar na classe, para não virar uma bagunça, lembram? Será que agora vocês podem mudar o que foi feito em grupo?"*. Uma das alunas disse: *"É gente, tá certo! Foi decidido mesmo"*. Elas se dirigiram ao jardim de convivência para aguardar o início da aula seguinte. Concomitantemente, a coordenadora pedagógica foi atender outro aluno. A aluna, entrou na sala de coordenação e interrompendo o atendimento disse: *"Minha mãe quer conversar já com você. Eu telefonei, contei tudo para ela saber logo o que vocês estão fazendo. Ela disse que é para você ligar agora no serviço dela, senão ela vem aqui e vai fazer uma besteira"*. A coordenadora explicou que iria terminar o atendimento e depois telefonaria para a mãe. Após algum tempo, a aluna entrou novamente na sala e disse que sua irmã chegara e queria ser atendida naquele momento, porque tinha outro compromisso". A coordenadora pedagógica explicou novamente à aluna que após o atendimento falaria com elas.

Pensamos que a maneira adotada para fazer as reivindicações, independentemente do direito da família, comprometia o relacionamento deles com as demais pessoas. A forma e a linguagem utilizadas acabavam por impedir, em parte, a aproximação com as pessoas dentro e fora do ambiente escolar. Tomando o último episódio como exemplo, vemos que a aluna queria entrar na classe atrasada; queria burlar o acordo combinado em grupo; queria a autorização da coordenadora para fazê-lo; queria fazer a prova mesmo estando atrasada e queria o apoio familiar ao fazer o telefonema para casa. Provavelmente a aluna tomou tais atitudes sabendo que a família

iria apoiá-la, como, de fato, o fez. Caso contrário teria agido como os demais colegas, aguardando ou conversando novamente com a coordenadora e, não sendo atendida, no segundo momento, pediria a intervenção da família. A família "autoriza", de alguma maneira a ação impositiva da filha sobre a escola. Esta usa palavras como *"exijo, mando, quero agora, quero já"*, provavelmente reproduzindo a forma como a família se relaciona e como entende, também, a relação com a escola e com todo o processo educativo por que passam os filhos. (62)

*"E o quadro se alterou..."* Quando a filha foi reprovada, os pais entraram com recurso na Diretoria de Ensino, buscando a aprovação da menina. Os documentos e relatórios foram encaminhados pela escola relatando os motivos apresentados pelos professores ao tomarem a decisão sobre a vida estudantil da garota. O pedido de aprovação foi negado.

No ano seguinte, a aluna estava matriculada novamente na mesma escola. O procedimento, segundo os profissionais da escola, não é comum pois quando os pais demonstram discordar completamente da proposta da escola, eles acabam mudando o filho para outra instituição. A situação, inicialmente foi delicada, segundo uma professora: *"Ficou uma situação meio constrangedora na sala de aula. Nós tínhamos sido tão ofendidos pelo pai da menina e de repente, estávamos trabalhando com ela, como se nada tivesse acontecido. Não foi fácil. Ela estava no mesmo período, na mesma classe, com todos nós, que éramos os mesmos professores dela no ano passado. Mas sabe o que a gente pensava? O tempo vai ajudar. E foi assim mesmo, depois de um pouquinho de tempo a gente nem lembrava mais de tudo aquilo. Também precisávamos respeitar e preservar a presença dela na sala de aula"*.

Pensamos que vários elementos contribuíram para uma mudança de postura da família. O próprio tempo foi um deles, porque a observação, depois de todo o episódio, necessitava de um prazo para ocorrer. Outro elemento foi uma compreensão maior, por parte da família, do trabalho desenvolvido pela equipe pedagógica e da proposta da escola. Além disso, o pai consultou vários profissionais ligados à área da educação, fato que, indiretamente, contribuiu para que a família mudasse algumas atitudes como por exemplo, a de referir-se aos professores da filha de maneira pejorativa. Passaram a fazer



comentários e críticas, primeiramente, à coordenação para que esta tomasse providências e os comunicasse em seguida.

A experiência negativa pela qual a família passou, acabou contribuindo para que os pais acompanhassem mais atentamente a vida escolar da filha. Ao aceitarem a orientação de hábitos de estudo e da reorganização metodológica para as atividades desenvolvidas fora da escola, eles davam sinais de apoio ao trabalho feito com a aluna, sinalizando uma parceria interessante.

Conseqüentemente, a aluna começou a comparecer às reuniões em equipe, a entregar os comunicados enviados pela escola aos pais como calendário, pauta das reuniões, eventos, datas de entrega de notas, etc. O trabalho apresentava seus primeiros resultados satisfatórios já no segundo mês de aulas. Por último, foi possível perceber uma melhora de rendimento dela, além de parecer mais à vontade e segura diante dos acontecimentos cotidianos.

O que se percebe, diante de resultados como este, é a estreita ligação entre os procedimentos dos pais e as atitudes dos filhos. Esse caso demonstra inclusive como os filhos podem reagir mais adequadamente à proposta da escola quando seus pais aderem a ela. O que costuma acontecer quando os pais não concordam com o projeto da escola e mesmo assim mantêm seus filhos matriculados nela? As possibilidades do aluno se adaptar estarão bastante reduzidas, porque ele encontrará resistência em casa quando se referir à escola. **(63)**

O último bloco reúne 7 (sete) casos mais diretamente ligados ao terceiro objetivo ou seja, como os pais (família) se fazem presentes na escola através dos filhos.

“Ô gente, é só uma latinha...” Este caso se refere à proposta feita para uma das séries no desenvolvimento de um projeto de estudo do meio (anual). Ainda na escola, houve um debate acerca da importância de se respeitar os locais visitados; de se preservar o meio ambiente, da necessidade de manutenção da limpeza do ônibus; do respeito com os trabalhadores como motorista, monitores; do respeito com as diferenças culturais existentes nos locais visitados; do respeito às diferenças percebidas no vestuário, linguagem e comportamento das pessoas visitadas, etc. Após tal trabalho, um

dos alunos, no percurso da Via Anhangüera, jogou uma lata de refrigerante pela janela com o ônibus em movimento, atingindo um carro que passava. O ônibus foi parado, os monitores advertidos e o aluno identificado. Quando os colegas chamaram sua atenção, ainda no ônibus, ele disse: *“Ô gente, é só uma latinha, tem dó, não me enche o saco!”* Como não demonstrasse preocupação com a gravidade do fato, no dia seguinte foi chamado pela coordenadora pedagógica e, novamente, pareceu não ter entendido claramente o acontecimento. Disse: *“O que tem isso? A latinha nunca ia fazer o carro bater, ia? Acho que vocês estão exagerando. Eu até já contei em casa, pô!”*. Questionado sobre a opinião dos pais, afirmou: *“Minha mãe falou que eu não devia jogar a latinha porque eu sabia que vocês iam pegar no meu pé. Ela falou que vocês não dão brecha. Falou que quando ela era pequena também jogou uma latinha na serra e o pai dela não fez esse escândalo. Falou que era pra eu falar que não adianta chamar porque ela tá muito ocupada. Ela não vem. Falou que da próxima vez ela me leva no estudo do meio, que eu não vou mais com a escola.”* Diante da entrevista, a mãe foi chamada. Compareceu dizendo: *“Não sei, não entendo mesmo como essa escola pode perder tanto tempo com um assunto tão bobo como esse. Vocês não acham que estão fazendo uma guerra por causa de uma latinha? Meu filho é bom aluno, olha as notas dele, isso não vale? Acho que isso sim é importante, ele aprender, tirar boas notas, passar de ano e aprender. Agora, por favor, vocês ficam se preocupando com uma latinha?”*.

Apesar da perplexidade da profissional que a atendia, foram dadas explicações sobre o trabalho de conscientização realizado na escola, anterior à saída do grupo. Como ela continuasse dizendo não entender o motivo da escola chamá-la, o fato foi novamente relatado em detalhes, incluindo os riscos envolvidos pela atitude do filho. Mesmo assim ela se manteve irredutível até o final do atendimento, achando que “perdia tempo” com a entrevista.

Pelo relato é possível perceber vários sinais que identificam a reação tanto do aluno, quanto da mãe. Ambos se surpreenderam com a preocupação das pessoas diante do ocorrido, ambos consideraram o fato irrelevante, ambos acreditam que o acontecimento não justificou a necessidade de comparecimento para a entrevista e, finalmente, ambos consideram “exagerada” a atenção dada ao caso. A mãe só reprovou a

atitude do filho porque *"ele sabia que a escola pegaria no seu pé"* e não porque a ação era incorreta.

O papel delegado à escola, neste caso, foi o de assumir sozinha a função que poderia estar dividindo com a família uma vez tratar-se da importância da preservação do meio ambiente e de conduta correta no trânsito, assuntos supostamente relevantes para todos os educadores, inclusive pais. É provável que se a mãe tratasse os assuntos de maneira diferente, desde os primeiros anos de vida do aluno, a escola seria um espaço de continuidade e aprofundamento de temáticas iniciadas pela família.

Sobre o assunto preservação ambiental é possível perceber, pela maneira dos alunos agirem dentro e fora do ambiente escolar, quais deles já possuem uma orientação sobre educação ambiental, que antecede a escola nos momentos em que viajam, nos eventos e nas atividades de estudo do meio, etc. Se para alguns alunos o fato de jogar papel no lixo causa certo estranhamento, para outros se trata de uma atitude automática, que não necessita da intervenção dos professores<sup>29</sup>.

Ainda sobre o assunto, outras observações puderam ser feitas, em final de período, na saída dos alunos da mesma escola.

Um aluno comprou pipoca e a mãe, ao chegar, antes que ele entrasse no carro, o fez jogar o saquinho e as pipocas na calçada, segundo ele *"para não sujar o carro"*. Perguntamos ao aluno: *"E sujar a rua, pode?"* Não obtivemos resposta.

A *"limpeza do carro"*, feita por algumas famílias ao deixarem os filhos na escola pela manhã, jogando na calçada o que sobrou do lanche que o aluno veio comendo, retrata a sobreposição da importância da limpeza do espaço privado sobre o público, não importando que este esteja abandonado. Por causa disso a escola iniciou há vários anos um trabalho de preservação de seu ambiente e, no dia em que se comemora o meio ambiente, alguns projetos se desenvolvem como entrevistar os funcionários da limpeza para saber a opinião deles acerca dos progressos feitos, contar o número de latas doadas por mês ao Centro Boldrini<sup>30</sup>, entrevistar os limpadores de rua para saber a quantidade de papéis que eles recolhem por dia. Foi realizado também um projeto chamado

---

<sup>29</sup> Mesmo entendendo que educação ambiental tem uma abordagem muito mais ampla que o exemplo citado, optamos por ele para mostrar como essa questão ainda não é devidamente tratada.

<sup>30</sup> Trata-se de um hospital para tratamento de crianças com câncer, localizado no distrito de Barão

“Campinas: uma cidade de contrastes” em que o aluno poderia escolher entre as 5 modalidades a que ele mais gostasse como poesia, música, painel, fotografia e vídeo e depois fosse apresentado em equipe na escola. Os resultados obtidos ao longo dos anos foram pátios mais limpos, diminuição de “pichações” nas paredes e menor número de carteiras quebradas.

As famílias, ao adotarem posturas adequadas no trato da questão com seus filhos, indiretamente colaboram com os projetos escolares de educação ambiental, assim como auxiliam o entendimento dos alunos acerca dos objetivos da escola ao trabalhar projetos de tal natureza. Entretanto, o relato de outro aluno mostra a realidade com a qual a escola convive. Ele diz: “*Olha, aqui na escola eu cumpro o que vocês mandam, mas quando eu saio com o meu pai eu vejo ele jogar coisas pela janela do carro e ele não fala nada quando eu faço igual*”. Essa lógica de raciocínio pode ser observada freqüentemente nas festas ou eventos dentro da escola que tem como público central não só os alunos. Nessas ocasiões ela se transforma. São quantidades enormes de lixo jogados pelo chão. As vezes se presencia o filho e a família procedendo de maneira imprópria. Mesmo a escola trabalhando anteriormente com os alunos evidências como: possível exploração da mão de obra dos faxineiros, grande número de depósitos de lixo disponíveis, importância da preservação dos espaços públicos (na medida em que são usados por muitas pessoas), elas são, muitas vezes, ignoradas em ocasiões como as citadas acima. (64)

“Minha filha não tem nada...” Trata-se de uma aluna que, apesar de tímida, se relacionava muito bem com os amigos e professores. Além disso tinha excelente desempenho escolar. Era uma garota bonita fisicamente e doce no trato com as pessoas. Com o passar do tempo ela foi perdendo peso e adoeceu; o diagnóstico era anorexia nervosa. Como o problema se agravava e a própria aluna não falava do assunto, a escola procurou a família. No início, a mãe resistiu em contar o que se passava com a filha. A garota começou a faltar às aulas e perder as atividades propostas pela escola. Depois de muitos telefonemas da escola para obter o motivo de tantas faltas, é que a mãe explicou

---

Geraldo.

o fato e mesmo assim, com muita reserva. Disse que: *“Minha filha não tem nada. Andou faltando porque tivemos muitos compromisso ultimamente. Não, ela não está com problemas, não! Ela só tem comido pouco. Quando fica cansada prefere não comer muito. Bom, levei-a ao médico e ele disse que ela está com um probleminha mas é bem fácil de resolver. Aliás ela já esta boa. Não precisam se preocupar. Se tiver algum problema eu ligo”*.

A aluna começou a freqüentar cada vez menos as aulas. Quando comparecia, mostrava sinais visíveis de sua doença. A escola insistiu e chamou a mãe novamente para que soubesse que a aluna estava cada vez mais isolada, introspectiva, que não se abria mais com as colegas. Foi solicitado que ela relatasse o que estava acontecendo; a mãe, entretanto, continuava afirmando nada se passar. Nesse momento a coordenadora pedagógica chamou uma das professoras com quem a aluna tinha um excelente relacionamento antes de adoecer. A professora ofereceu ajuda dizendo que tentaria auxiliar. Só então e, pela primeira vez, é que a mãe se mostrou fragilizada e aceitou conversar com a professora.

Em seguida, autorizada pela mãe, a própria aluna falou sobre a doença e pediu ajuda. As várias conversas da aluna com a professora eram permeadas por períodos de interrupção e choro dela. Certa vez disse que: *“Eu quero viver, mas não sei o que se passa comigo. Minha mãe atrapalha minha vida. Tenho medo de dizer mas acho que não gosto dela.”*. Novamente foi solicitado à mãe que permitisse um contato com o médico que tratava dela para que a escola fosse orientada sobre a melhor maneira de conduzir o caso. A mãe novamente resistiu, não falava sobre a doença da filha, nem sobre o tipo de relacionamento que as duas tinham. As únicas informações eram as que a aluna contava à professora. Diante do quadro, com autorização da direção, um médico foi consultado sobre procedimentos básicos para que a professora continuasse o trabalho. As conversas com a professora iam progredindo cada vez mais. Elas saíam juntas e, depois de um tempo, a mãe pediu ao médico da filha que fizesse contato com a escola. Mesmo assim ela se manteve distante. Não telefonou nem compareceu.

O tratamento da menina continuou e o contato entre escola e o médico eram constantes. Naquele ano, apesar da doença, a aluna conseguiu superar os problemas decorrentes do excesso de faltas, como a falta de conteúdo e de trabalhos. A mãe não a

ajudou muito, não procurava com os colegas as informações sobre datas de provas, trabalhos ou mesmo material necessário para que ela se recuperasse. Comparecia à escola somente quando sua presença era indispensável.

No ano seguinte, já recuperada, a aluna ganhou muito peso e precisou iniciar um tratamento de reeducação alimentar. Terminado o curso, ela continuou mantendo contato com a escola e mais freqüentemente com a professora.

Foi possível perceber que somente no momento em que a mãe permitiu a interferência da escola no caso é que as possibilidades de ação surgiram. Antes disso ela conseguia impedir o contato da filha com as pessoas com que tinha convivido por tantos anos e que supostamente seriam de sua confiança. A força da mãe aparece claramente e foi, durante todo o tempo, determinante. Como a escola não tinha clareza a respeito da doença da aluna, o fato pode ter contribuído para uma ação limitada dela.

Além disso, é provável que o relacionamento entre mãe e filha tenha contribuído para o agravamento da doença na medida em que a mãe, procurando esconder, impedia que a filha lidasse com ela de maneira apropriada. Quanto ao posicionamento da menina dentro da escola, é possível verificar que a atitude de esconder o problema se manteve até que a mãe "autorizasse" sua divulgação. (65)

*“Vocês poderiam ajudá-lo a passar de ano?”* Um dos casos em que os pais creditam à escola a função de “cuidar” do filho diz respeito a um aluno que, apesar da limitação para participar de todas as atividades esportivas, causada pela obesidade, está sempre na escola. Bastante educado, calmo e tímido, não apresenta mudança de humor, raiva nem espanto, quando passa por situações que, se comparadas com outros alunos, poderiam levá-lo a reagir. Procura agradar os colegas todo o tempo e trata de maneira simpática todos da escola, inclusive funcionários e professores. Os colegas também gostam dele por ser amigo de todos e o “adotam” na tentativa de ajudá-lo a prosseguir.

Nunca fez tratamento para obesidade e deixa transparecer por gestos (está sempre puxando a camisa para cobrir-se e usa roupas bastante largas) que a situação o incomoda. Diferentemente dos colegas de sua idade, demonstra envergonhar-se diante das meninas. A escola sugeriu à mãe que o encaminhe para um tratamento, mas ela diz que todos na sua casa têm a mesma característica, o que dificulta os tratamentos

individuais e segundo ela, por experiência, quando só um começa o tratamento, os resultados nunca são positivos.

O desempenho escolar dele é baixo. Costuma dormir nas aulas, segundo ele porque: *“Durmo muito tarde, gosto de assistir televisão. Meus pais? Eles deixam. Eu não gosto de estudar em casa, fico enrolando. Começo, levanto, vou à geladeira, dou uma voltinha, começo de novo e quando vejo já acabou o dia. Não gosto de assistir aulas mas gosto de vir na escola, ver meus amigos. Os professores também são bem legais. Mas estudar é chato”*.

Aparentemente, o aluno é bastante cuidado pela família, especialmente pela mãe. Quando está na escola e não quer fazer uma atividade, telefona para ela que imediatamente autoriza sua dispensa para ir para casa.

Certa ocasião ele manifestou que gostava de cantar. A escola pensou que esse poderia ser um caminho para que ele se motivasse e com o tempo, sua apatia diminuísse. Ele foi encaminhado ao grupo de música e para um professor que tocava cavaquinho. No início teve um bom desempenho, participando em vários momentos, chegando mesmo a se apresentar em público. Logo depois, porém, desistiu dizendo: *“Não quero mais. Ensaiar dá muito trabalho”*.

Tentados vários caminhos, sem êxito e ele com 17 anos em meio a um grupo de alunos com a média de 13 anos, foi proposto para a família que fosse transferido temporariamente para outra escola e, terminado o ciclo, retornasse para prosseguir os estudos no ensino médio. Havia também a experiência de uma professora que trabalha na escola que, tendo realizado vários encaminhamentos de alunos com perfil parecido - idade diferente do grupo, baixo rendimento, falta de adaptação ao ensino convencional - alcançou sucesso. A mãe, entretanto se recusou a aceitar a proposta e o aluno continuou na escola. Diz que: *“Eu sei que as notas dele não são boas mas nós gostamos muito dessa escola e não queremos que ele saia. Vocês poderiam ajudá-lo a passar de ano? Será que não dá para falar com os professores com jeitinho? Ele é um menino muito bom”*. Em todos os atendimentos, a mãe tem demonstrado confundir a avaliação escolar com o comportamento do filho. Por isso, para ela o “bom comportamento” do filho deveria garantir a aprovação. A escola tentou explicar que este não é o princípio utilizado pelos professores para atribuir nota ao aluno. Ela tem dificuldade para

entender. Diz: “*Não adianta, eu prefiro que ele fique na escola muitos anos, do que saia no mundo desprotegido e corra risco de más companhias*”.

Parece-nos que a maneira como os pais e alguns professores tem participado da vida escolar do menino é prejudicial. Como os pais o apoiam incondicionalmente e não lhe cobram nem o estimulam, ele não sente necessidade de mudar seu procedimento de rotina como chegar no horário, copiar os textos dados pelos professores, fazer pesquisas na biblioteca. Os professores, por sua vez, não o desafiam para atingir seus objetivos. Dessa forma ele se mantém na posição mais cômoda e menos trabalhosa. Ele sabe que os pais resistem a uma mudança de escola porque ele “correria riscos”. Sabe também que este fator é mais importante para seus pais, do que ele conseguir melhor desempenho, tanto que aceitam suas reprovações contínuas. Se os pais não estão preocupados com seu rendimento, porque ele deveria estar? O raciocínio do aluno reforça a manutenção de seus hábitos, inclusive alimentares. Nessa idade, o adolescente deseja ser bonito para ser querido e aceito dentro do grupo.

São vários os motivos que levam os pais a transferirem a responsabilidades pela formação dos filhos, para a escola. No caso acima trata-se de insegurança, medo e equívocos dos pais em relação à função escolar. Em outros casos o próprio horário dos pais que trabalham muitas horas por dia, a inserção da mulher no mercado de trabalho estruturado sob o prisma masculino, a violência e a necessidade de segurança que sentem as famílias, faz com que a escola ainda represente um lugar seguro em relação a outros que o jovem possa frequentar. Para os pais “*enquanto o filho está dentro da escola nada irá acontecer*”. Essa é uma visão parcialmente correta uma vez que se observam, atualmente, fatos dentro das escolas que não garantem mais que elas sejam guardiãs dos alunos ou locais de segurança absoluta. As escolas têm sido palco de brigas, depredações, uso e venda de drogas, etc. De qualquer maneira os pais acreditam (ou tentam acreditar) que a escola permanece um local “*de confiança*”. Estes e outros fatores têm sido responsáveis, ao menos em parte, pela permanência de muitos alunos na escola. Os filhos “precisam ter onde ficar”. (66)

“*Ele não faz questão de muito estudo...*” O aluno é filho caçula de uma família de alto poder aquisitivo da cidade. O aluno vai para a escola dirigindo o próprio carro



importado, mora em um prédio de apartamentos de alto padrão, com empregados e mordomo. Os colegas querem ir fazer trabalhos de equipe em sua casa para “poderem correr pela casa que não tem fim”. O aluno acha engraçada a curiosidade dos amigos sobre seu padrão econômico. Apesar de quieto, tem bom relacionamento com os colegas de classe e com os alunos que freqüentam as aulas do curso profissionalizante, na mesma escola, oriundos de uma classe social com baixo poder aquisitivo.

Estuda no período da manhã e freqüentemente tem sono durante as primeiras aulas. Aparenta ser mais velho que sua idade. Não tem problemas de indisciplina e trata bem tanto os alunos quanto os professores e funcionários. Ele fala pouco e diferente de muitos alunos de sua idade, só responde o que lhe é perguntado. Não prolonga respostas e não é indelicado. Quando chamado para conversar sobre seu rendimento escolar, disse: *“Eu sei que não estou bem. Se os meus colegas falarem que eu deixo de fazer os trabalhos, é verdade. Meu pai e minha mãe nem sabem o que acontece comigo. Converso mais com meus irmãos. Não sei se eu vou passar de ano ou não. De todo jeito vou continuar estudando aqui. Depois não sei se vou continuar. Eu vou trabalhar com meus irmãos, na empresa do meu pai. Ele não faz questão de muito estudo. Ele mesmo fez só o primário. Fala que se eu terminar o ginásio já está bom. Meus irmãos foram até o colegial”*.

Um dia ele levou para a escola, dentro da mochila, uma arma carregada e no recreio mostrou para os amigos, no banheiro. O episódio foi contado pela mãe de um dos seus amigos: *“Meu filho me contou e eu fiquei muito assustada. Perguntei se a escola sabia, e ele disse que achava que não. Ele disse que ninguém queria contar porque ele era legal e também porque ninguém queria ser dedo duro”*. Depois de alguns dias ele foi atendido pela coordenação pedagógica: *“Meu irmão mais velho me deu a arma para eu sair à noite porque é perigoso. Todo mundo em casa sai armado. Até minha mãe tem uma pequenininha que ela leva na bolsa. Eu não fico mostrando a arma pra todo mundo. Acho até errado trazer arma na escola mas meus colegas pediram e eu trouxe para mostrar pra eles. Só isso”*.

Ele freqüenta ambientes noturnos como um adulto e diz que os pais “nunca falam nada”. Perguntado sobre os amigos ele diz: *“Meus amigos daqui da escola, eu*

*venho e encontro aqui, de dia e no sábado. Eles são muito legais. Mas para sair à noite eu tenho outros amigos. São mais velhos”.*

Na escola, fica conversando com os colegas e não participa de atividades esportivas. Não demonstra interesse pelas alunas. A escola tenta falar com a família, mas eles não retornam as ligações.

Ele convive e aprecia, ao mesmo tempo, o convívio com dois universos distintos. Um deles é a escola com todos os elementos que fazem parte de seu cotidiano: adolescentes, compromissos escolares, horários a cumprir de acordo com regras estabelecidas, pessoas que, de certa forma, “cuidam” dele. O outro é um mundo adulto, com características próprias: autonomia, amigos e conhecidos mais velhos, namoradas mais velhas, bares noturnos, horários diferentes, shows em outras cidades, etc.

Os pais não participam de nenhum dos dois mundos do filho. Ele sabe disso e se prepara para assumir seu “compromisso maior” que é tomar conta da empresa do pai, mais tarde. Por enquanto, faz uso das vantagens que lhe são oferecidas pelos ambientes que frequenta.

A influência da família, neste caso, especialmente do irmão mais velho, é percebida nas suas atitudes. O irmão, de certa forma, ao conversar com ele, ao “ensinar” como ele deve agir para proteger-se, está mostrando os caminhos que ele deve assumir, ao mesmo tempo em que o “prepara” para ser como os irmãos, no futuro. A maneira ausente dos pais se colocarem na vida dele também mostra que a influência está presente, inclusive em seu comportamento dentro da escola. A família, apesar de alto poder aquisitivo, é de origem humilde. Talvez este seja um dos fatores para que ele não tenha uma postura de ostentação diante dos demais alunos na escola. O conceito da importância dele escolarizar-se se espelha na opinião do pai, já que “um pouco de estudo está bom”. Afinal, as perspectivas de futuro lhe parecem bastante satisfatórias, uma vez que ele, junto com os irmãos, herdará a empresa do pai. (67)

*“Dá para chamar meu filho?...”* O aluno começou a apresentar problemas de disciplina e de rendimento quando iniciou a 8ª série. Era muito querido na escola tanto por colegas como pelos professores e funcionários. Simpático e educado. Os professores mantinham um relacionamento bastante franco com ele, porque se mostrava receptivo,

mesmo quando era chamado à atenção. Era comum alguns o chamarem individualmente e como disse uma professora: *“Se for preciso eu o chamo no intervalo e lá mesmo, por minha conta, dou-lhe uma bronca danada. Se fico sabendo que ele aprontou alguma coisa, mesmo que seja fora da escola, nos barzinhos, nas festas, eu vou lá e falo. A gente gosta tanto dele que não dá para não falar. E pensa que ele responde mal? Nada, se ele está errado, aceita e pronto”*.

Outra professora se referiu a ele, durante uma reunião de Conselho de Classe, assim: *“Gosto demais desse aluno, ele é danado, moleque mesmo. É daqueles alunos que fazem a gente estar sempre atento inclusive com o que falamos com ele, porque ele não se convence com qualquer argumento. Gosto de aluno assim. Ele fica bravo quando acha que tem razão, mas ao mesmo tempo não tem vergonha de pedir desculpas. Com aquele vozeirão e aquele tamanho chega e diz “Desculpa aí, viu professora? Fiz bobagem!”*”.

Com a família ele mantinha a mesma relação. Costumava assumir as conseqüências de suas atitudes inclusive diante dos pais. Estes se mostravam bastante preocupados com tudo que envolvia o filho. Toda a família era alegre e mesmo durante as entrevistas eles riam juntos, pareciam se respeitar e se entender. Era comum, no meio da conversa, o pai, para exemplificar o que estava sendo tratado, contar casos engraçados que aconteciam entre eles.

Compareciam sempre que chamados e costumavam pedir a presença do filho nas entrevistas. O pai dizia: *“Dá pra chamar meu filho? Eu gosto que ele escute o que vai ser falado. Sabe, cada um tem que assumir uma parte na história para ela dar certo. Até a irmãzinha, porque se, por exemplo, ela precisar colaborar ouvindo música baixo para o irmão estudar vai saber o motivo do pedido, vai saber que é porque a escola mostrou que ele precisa melhorar as notas. Lá em casa é sempre assim. A gente costuma fazer umas reuniõezinhas e todo mundo fica por dentro de tudo. Eu e a mãe deles achamos que é o jeito deles participarem sem reclamar muito”*.

Os pais tinham sempre uma postura parecida durante as entrevistas. Normalmente ouviam o que era relatado sobre o filho e em seguida faziam várias perguntas para a pessoa que os atendia. Depois, invariavelmente, se dirigiam ao filho e perguntavam: *“Ficou alguma dúvida do que foi falado aqui? Tem alguma coisa que*

*qualquer um de nós falou e que você não concorde? Você entendeu porque nós vamos agir com você do jeito que foi combinado aqui?”*. As perguntas eram feitas de maneira calma pelos pais, demonstrando, de fato, desejarem saber a opinião do filho. Em algumas ocasiões, ele questionou e, ou os pais esclareceram, ou pediram que a pessoa explicasse novamente. Em uma das entrevistas, depois desse “roteiro”, houve o seguinte diálogo entre o pai e o filho: *“Ó moleque, assim não vai dar. Todo mundo aqui preocupado com você, querendo te ajudar e você, nada?”*. *“ Ó, dessa vez pisei feio mesmo, não vai ter de novo, desculpa”*.

Os atendimentos realizados com a família eram fáceis. Eles saíam sem deixar dúvidas de seus propósitos e não tinham o hábito de ofender os professores. Entretanto, faziam muitas perguntas quanto ao modelo proposto para o trabalho com os alunos, sistemas educacionais e teorias pedagógicas. O pai, em várias ocasiões, disse, ao sair da sala de atendimento: *“O que tem que ser resolvido, tem que ser resolvido aqui, não adianta sair e depois reclamar. Nem a escola, da gente; nem nós, da escola. E nem ele pode reclamar de não ter ouvido e falado tudo o que precisasse”*.

Quando os primeiros problemas com uso de drogas começaram a aparecer a família foi chamada. Tiveram uma reação diferente dos demais pais dos alunos que faziam parte do grupo. Para eles: *“Não dá para achar que isso nunca ia acontecer com nosso menino. O mundo está aí, oferecendo tudo para eles. Ainda bem que a escola se preocupou e nos chamou. A gente agradece porque seria bem mais fácil, danado do jeito que ele é, pedir que ele saísse da escola sem tocar nesse assunto. Agora a gente tem que saber o que fazer e agir rápido. Também não achamos que o melhor caminho seja proibir que ele saia com os amigos. Mas a gente vai ficar sempre por perto”*. Foram combinados alguns procedimentos como, por exemplo, os pais não deixarem o filho voltar em outro período para a escola sem se certificarem de tal necessidade, evitando que ele ficasse passeando nas imediações da escola sem atividades estabelecidas pelos professores e estarem atentos aos programas e horários combinados para os finais de semana.

Em pouco tempo o garoto passou a dar respostas positivas, conhecidas pelos pais através de outras pessoas que acompanhavam o menino nos finais de semana. Mas continuava, na escola, com os mesmos amigos cujos pais, também chamados, não

tiveram a mesma postura desta família. Alguns sequer compareceram, outros negaram a informação dada pela escola e outros ameaçaram-na. A diferença entre essa e as outras famílias acabou ficando bastante acentuada, porque tratava-se de um mesmo problema, acontecendo ao mesmo tempo, entre os colegas de um mesmo grupo mas com posicionamentos opostos dos pais para assumir e resolver a questão.

Eles acompanharam o filho no caminho de sua recuperação. Foram consultar alguns especialistas e seguiram as orientações dadas. Além disso, estavam em contato permanente com a escola, por telefone ou pessoalmente, fornecendo e pedindo informações sobre o aluno.

Depois de algum tempo, segundo os pais, o problema foi resolvido. O aluno terminou o ciclo e esporadicamente visita a escola. Segundo a família, a opção de não cursar o ensino médio na mesma escola em que os antigos colegas, ainda usuários de drogas, se matricularam, foi dele.

Pensamos que a maneira carinhosa e, ao mesmo tempo, firme dos pais se colocarem diante do filho foi determinante para seu sucesso. Eles não negavam a existência dos problemas, mas tratavam as questões sem ofender, destratar, bater ou desmerecer o menino. Pareciam sempre caminhar buscando a resolução dos problemas. Não eram ingênuos mas usavam bom humor, sempre que possível, para amenizar e dar ao problema a exata dimensão que possuía.

Outra característica importante parece ser a maneira com que conversavam e se tratavam. Nada era escondido dos filhos. Eles participavam dos problemas e das alegrias. O próprio fato deles pedirem sempre que o filho estivesse junto nas entrevistas nas quais seriam abordados fatos envolvendo seu rendimento escolar ou seu comportamento era um sinal extremamente positivo, raramente encontrado em outras famílias atendidas ao longo dos anos. A estratégia parece bastante inteligente, porque os pais atribuem aos filhos responsabilidades que eles podem assumir.

O caso descrito pode ajudar o entendimento de como o sistema de parceria entre escola e família auxilia o trato com o adolescente e sua vida escolar. (68)

*“Meu filho só gosta de Shakespeare...”* Os pais não vivem juntos. Brigam constantemente diante dos filhos. Ela é uma mulher jovem, muito bonita e vaidosa. Não

aceita a separação, nem o novo casamento do marido, mora com os dois filhos mais velhos e o pai com o filho caçula.

O menino mais velho é um aluno indisciplinado, não gosta de regras como horário, sinal, uniforme. Sai da classe sem licença, não atende os professores nem faz o que é pedido. Joga bola, é exagerado nas brincadeiras, chega sempre suado e sujo para as aulas depois do recreio. É o último aluno a entrar na sala, às vezes até se esconde para ficar do lado de fora. Gosta muito de esportes e frequenta a escola nos finais de semana. É simpático, meigo, carinhoso e brincalhão. Está sempre cantando e compõe músicas engraçadas e bonitas para cantar nos corredores para os professores, funcionários e colegas. Teatro é sua grande “paixão”. Atua muito bem e se dedica para que as peças fiquem perfeitas e sejam apresentadas para todos. Parece gostar muito da escola, dos professores, dos funcionários. Está sempre distraído os colegas com brincadeiras. Se os professores pedem sua colaboração ele atende por poucos minutos e logo volta à atitude anterior. Mostra-se auto suficiente. Parece mais velho que sua idade. Diz que: *“A escola é legal, eu gosto de tudo que acontece fora da sala de aula mas acho a escola chata quando quer ensinar”*. Participa de todas as atividades extra classe e pede para não ser esquecido “quando tiver coisas para fazer” como teatro, dança, etc. Apresenta tendência à liderança. Toda a classe se espelha nele e os colegas ficam observando o que ele faz ou que “ordem” dará e o acompanham. Quando advertido, responde procurando sempre uma “explicação” para sua atitude, mas não é mal educado nem desrespeita as pessoas. Promete melhorar, mas não o faz. Suas notas são ruins, ele não presta atenção nas aulas, não faz perguntas nem pede ajuda quando não entende o que é explicado. Não gosta de falar com os pais sobre a sua vida estudantil e esconde tudo o que é dito a seu respeito.

A mãe, em um longo desabafo, disse à coordenadora pedagógica: *“Eu não sei mais o que faço. Meu filho só gosta de declamar Shakespeare. A escola precisa ter um curso aos sábados para que a família fique tranqüila porque estando aqui eles estão cuidados e aprendendo alguma coisa. Meu filho não faz nenhuma tarefa. Ficou em 5 matérias sem média. Cada vez que ele apronta alguma coisa na escola como não fazer tarefa, não me mostrar prova, não fazer trabalho, atrasar para entrar na classe para não assistir a primeira aula, atrasar para levantar para perder todas as aulas, vir até a escola e “enforçar” aula, eu faço o seguinte: troco cada desgosto desse por um prazer*

*para mim. Ele arruma a cozinha e eu assisto TV; ele faz a comida e eu vou ao cinema; ele arruma a cama e eu saio para o shopping; ele lava a roupa no fim de semana e eu durmo até mais tarde. Sei lá, é o meu jeito de tentar. Será que ele vai ser assim sempre? Será que eu vou ter que cuidar da conta bancária, do cartão de crédito, das contas dele até quando for adulto? O que eu faço? Já tentei tudo. Me ajuda, vai? A escola tem que fazer alguma coisa. O pai só paga a escola e quer resultados. Que tal ele ficar uma semana na escola pública para ver o que é bom? Está nas mãos de vocês. Outro dia ele e outro menino do prédio ameaçaram brigar. Eu fiquei falando para deixarem disso. Mas enjoiei de tanto falar e deixei. Fiquei vendo a briga pela janela do apartamento. Foi feia. Rolaram no chão. Ele estava sangrando quando entrou em casa. Não tive dúvidas, mandei ele passar pano no chão e aspirador na casa toda. E fiquei vendo Jornal Nacional.”*

*A mãe, ao se referir ao marido, diz: “Ele é um cafajeste. Tem outra mulher. Ela é horrível. Me trocar por aquilo? Eu só espero que ele não abandone as crianças. Pelo menos consegui que o juiz mandasse descontar direto do hollerith dele a mensalidade da escola”.*

*O pai, chamado pela escola, para tomar conhecimento do filho, disse: “Nós somos separados, mas minha ex-mulher não aceita. Ela e toda a família achavam que eu tinha outra mulher enquanto estava casado com ela, mas não tinha. Isso atrapalhou porque os meninos ficavam ouvindo essa história desde pequenininhos e quando eu chegava em casa eles me perguntavam se eu estava com a outra. Quando pedi a separação ela ficou enfurecida e a partir daí parece que está o tempo todo querendo se “vingar” de mim. Ela conseguiu inclusive me atrapalhar no ambiente de trabalho. Sabe o que ela fez? Entrou com uma ação para que a mensalidade do colégio fosse descontada do meu hollerith. Isso é humilhante para um homem. Me sinto envergonhado. Eu nunca tinha deixado de fazer o pagamento. Você acha que meus colegas de trabalho não gozam de mim? Já pedi para ficar com os meninos, mas ela não quer nem ouvir falar disso. Gostaria de acompanhar a vida escolar deles, mas ela esconde e proíbe os meninos de me contarem quando há entrega de notas, reuniões e comunicados da escola para depois falar na frente do juiz que eu não sei nada dos filhos. Ela é muito estranha. Depois que me casei novamente ela quis me namorar. Ela*

*foi minha amante por um certo tempo. Mas foi um jeito para eu voltar, ela quis me pressionar. Como não deu certo, ela disse que não ficaria com nosso filho caçula. Ela pensou que o menino não se acostumaría ou que minha mulher não fosse aceitar. Como não aconteceu isso, ela ficou mais brava ainda. E piorou quando eu consegui a guarda do menino. A partir daí ela se esqueceu que tem outro filho. Ela não se refere nunca a ele. Nem vai visitá-lo. Vocês já ouviram ela falar que tem três filhos?”*

De fato, quando ela se referia aos filhos dizia ter “dois meninos”. Jamais se referiu ao caçula que mora com o pai. A escola só soube de sua existência por intermédio do pai. Nem o irmão fala do assunto.

Em uma nova entrevista, o pai compareceu e se mostrava desanimado com toda a situação. Fez uma espécie de desabafo: *“Os filhos...Ah! ela não os ama. Não os ama de verdade. Ela só os usa para se vingar de mim e a escola é a arma que ela usa para essa guerra. Acho que vou-me embora dessa cidade, não agüento mais tudo isso.”*

A mãe, por sua vez, repete o mesmo discurso, sem constrangimento, para as pessoas com quem conversa na escola. Por vezes pede ajuda e não se acanha em propagar os castigos que aplica ao filho. Expõe o marido perante as pessoas, mesmo na presença dos filhos, e parece ter satisfação com isso. Eles escutam e nada falam. Fala de seus problemas pessoais, financeiros, domésticos, familiares sem importar-se em preservar sua privacidade. Sua vida e seus problemas são públicos.

O menino tem uma postura similar à da mãe, neste aspecto. Conta tudo o que se passa em casa para colegas, professores e funcionários. Se refere aos trabalhos domésticos que a mãe o obriga a fazer com repulsa: *“Odeio ter que trabalhar em casa. Fico parecendo uma mulherzinha. Odeio aquilo. O dia que eu for embora de casa, nunca mais faço nada, nem se eu me casar eu vou ajudar. Vou ser machão mesmo. Vou descontar”*.

Pensamos que a maior dificuldade para tratar o caso reside na estrutura/deseestrutura familiar. O casal não consegue se entender e os resultados aparecem no comportamento do filho. A escola age de maneira limitada, apenas fazendo atendimentos disciplinares e algumas orientações no campo pedagógico que se mostram incipientes. Para o aluno, a escola representa um local de recreação e não de ensino. Sempre que as solicitações se encaminham para o campo da aprendizagem ele resiste



negando-a e usando para isso as brincadeiras. A mãe, apesar de morar com os filhos, parece viver em função do passado e de tudo que houve em sua vida conjugal. Ela está presente, semanalmente, na escola, já conhece todos os funcionários pelo nome e os professores também, mesmo os que não são professores do filho, mas parece utilizar-se da escola como forma de preencher seu tempo porque nem sempre tem algo específico e claro para dizer e não deixa de referir-se aos seus problemas pessoais que invariavelmente incluem acusações ao marido. Pensamos que a atitude dela, aparentemente bem intencionada, atrapalha a vida escolar do filho. Apesar de estar presente, ela deixa claro o desejo que possui de que a escola cuide de seus filhos inclusive “aos sábados, para eles estarem protegidos”.

Pelos dados, a influência dos pais sobre os filhos ocorre de maneira negativa, resultando na resistência do aluno para estudar e melhorar seu desempenho na vida estudantil.

O menino não terminou o ciclo na escola, porque continuava apresentando os mesmos problemas de disciplina, apesar de ter melhorado muito suas notas. A mãe, “para castigá-lo”, resolveu fazer sua transferência para uma escola pública, segundo ela, “*da pior qualidade para ele aprender a dar valor ao que tem*”. O pai mudou-se para outro estado. (69)

*“Acho que ela é culpada por tudo isso...”* O menino é tímido, tinha desempenho escolar mediano, não tinha muitos amigos. É filho único. Começou a apresentar provas e documentos com assinatura falsificada dos pais. Quando foi chamado pela coordenadora pedagógica para explicar o motivo que o fazia agir daquela maneira, ele começou a chorar compulsivamente. Disse: “*Minha mãe foi embora de casa, eu e meu pai estamos muito tristes, nós queremos que ela volte. Meu pai falou que o único jeito dela voltar é se eu for bem na escola. Ele disse que eu tenho que provar para minha mãe que eu sou capaz. Ele me disse que esse era o presente que eu poderia dar pra ela*”.

O pai foi chamado e depois de ouvir e verificar os documentos com as assinaturas falsificadas, disse: “*Acho que ela é culpada por tudo isso que está acontecendo com o nosso filho. Ela é relapsa, não olhava as tarefas do filho. Toda mãe que fica em casa faz isso, não faz? Porque ela não? E para piorar, agora que estamos*

*só os dois, eu tento ajudar nas tarefas e ele fala que era melhor com a mãe. Por isso eu quero que ela volte pra casa e cuide do menino”.*

A mãe também foi chamada: *“Não agüentei mais aquela situação, resolvi abandoná-los. Quem sabe agora, quando ele for estudar com o menino, ele percebe que o problema não era meu descaso, como costumava dizer, e sim o menino que não quer estudar”.*

A situação familiar estava complicada e a escola resolveu trabalhar mais com o aluno. Foi combinado e explicado ao aluno que ele precisaria contar ao pai quando as notas não estivessem boas, porque mais tarde, nas reuniões, ele iria tomar conhecimento delas, de qualquer maneira. O menino aceitou.

Entretanto ele aparentava estar cada dia mais triste e suas notas cada vez piores. O pai foi novamente chamado. Chorou bastante, depois acusou a mulher pelo fracasso do filho. Foi proposto que ele ajudasse mais sistematicamente o filho em casa. Ele argumentou que não tinha tempo e nem paciência. *“Eu preciso que vocês tomem conta dele por mim já que a mãe não quer voltar de jeito nenhum. Será que vocês não poderiam ficar com ele o dia todo para acompanhá-lo? Eu aceito pagar mais de mensalidade”.* Mesmo com a recusa do pai em acompanhar o filho, a escola optou por continuar insistindo para que ele comparecesse mais vezes. Isto aconteceu durante algum tempo mas, em seguida, sua presença tornou-se esporádica e permaneceu assim até a saída do filho da escola no término do ciclo. **(70)**

Os casos relatados foram escolhidos em meio ao universo de outras dezenas de casos por atenderem aos objetivos da pesquisa, servirem de base para a análise que se processará no próximo capítulo, assim como responderem às questões levantadas desde o início deste estudo.



### **III. SIGNIFICAÇÕES POSSÍVEIS**

Ao refletirmos sobre as categorias que iam emergindo, ao longo da análise dos dados, fomos percebendo que as relações interpessoais perpassavam grande parte dos casos: aquelas existentes entre pais e filhos, entre família e escola, entre educador e aluno. Por isso as próprias relações entre esses segmentos se delinearam como categorias que nortearam a análise deste trabalho. Ao mesmo tempo, a avaliação foi surgindo, naturalmente, como outra importante categoria - senão a mais - no conjunto delas.

Percebemos também que os casos apresentavam situações que acabavam "explicando" a existência do próprio caso e, mais que isso, os confrontos decorrentes dele, seu encaminhamento e desfecho final. Independentemente do presente trabalho ter a escola como cenário principal, o que por si só já induz ao convívio - voluntário ou não - com a questão da avaliação, ela foi se apresentando em quase todos os casos analisados. Mais ainda, procuramos tomar a questão da avaliação para além da sua formalidade, tentando entendê-la em toda sua plenitude, incluindo os processos avaliatórios formais e informais que a escola, a família e a sociedade impõe aos indivíduos e, no caso específico dessa pesquisa, aos alunos matriculados no ensino fundamental de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> série.

Pareceu-nos, na análise inicial do banco de dados, que a (in) disciplina seria tomada como uma categoria central do trabalho. Entretanto, no decorrer do tempo, fomos percebendo que ela, apesar de acompanhar inúmeros casos, se apresentava muito mais como resultado das relações que se estabelecem entre alunos, professores e família. Optamos, então, por discutir estas relações como categorias centrais e abandonar a (in) disciplina como uma delas.

Por último, procuramos no presente capítulo, não nos distanciar dos objetivos centrais do trabalho, ao mesmo tempo em que, buscamos conduzir a análise dos dados através da triangulação entre objetivos, tema e categorias emergentes.

A avaliação, que antes já indicava possuir força determinante na aprovação e reprovação dos alunos pelos caminhos formais, agora demonstra possuir, na informalidade, força de reprovação e, pior, de exclusão. Não podemos esquecer, por

exemplo, apreciações verbais indevidas feitas pelo professor sobre o aluno, que resultam na quebra de auto-estima positiva e produção de auto-imagem negativa que, por sua vez, conduzem a exclusão escolar. Vários estudos como os de BERTAGNA (1997), CAMARGO (1996), FREITAS (1995), GODOI (2000), HOFFMANN (1992), LUCKESI (1984), LUCKESI (1996), LUDKE (1986), LUDKE (1992), MACHADO (1996), PINTO (1994), SOBIERAJSKI (1992), SOUZA C. (1995)a, SOUZA S. (1995)b, VILLAS BOAS (1992), apontam nesta direção e nos alertam para o perigo que esse tipo de avaliação representa. Os processos avaliatórios estão presentes e atuam negativamente na sala de aula. A força da relação professor aluno é significativa e acaba produzindo resultados variados nos indivíduos. Mesmo que surjam leis e decretos eliminando provas e notas, na tentativa ingênua de tomá-las como únicos instrumentos impeditivos da exclusão e discriminação, jamais se poderá eliminar o instrumento de auto motivação do aluno que é sua relação com o professor.

Como o modelo de escola existente é baseado em aspectos muito mais relativos à “instrução”, o que vale é instruir o indivíduo e não apostar no desenvolvimento de seu relacionamento e em sua formação humana. Nessa área a avaliação se faz muito mais intuitivamente do que de forma sistemática.

Além da inegável existência da força da avaliação informal feita pela escola sobre o aluno, os casos que acabamos de analisar demonstram a existência desta mesma força avaliatória da família sobre o aluno e sobre a escola leia-se professores e demais membros que atuam nela. Na maior parte dos casos se percebe a presença da avaliação. Como uma das categorias do processo ensino-aprendizagem, ela vai sendo realizada tanto pelo modo clássico em que o professor, através de instrumentos concretos como provas, trabalhos, avalia o aluno, como também pelos pais sobre a conduta da escola ou do professor. Seja quando o aluno avalia seu professor ou as pessoas com quem convive, na escola, seja quando os pais avaliam a escola - seus funcionários, professores e sobretudo seu projeto pedagógico. Assim como existe o processo de culpabilização dos professores sobre seus alunos através de acusações e julgamentos demonstrando ser ele - aluno - o responsável exclusivo pelo próprio insucesso, há também culpabilização do professor pela família e pelo aluno na medida em que estes avaliam permanentemente o profissional buscando responsabilizá-lo por todas as injustiças provocadas pelo próprio

sistema de ensino. A existência de uma avaliação informal do aluno e da família sobre o professor - também chamado de juízo de valor - pode mostrar a ingerência da avaliação escolar (informal e valorativa) nas relações entre os indivíduos.

Por esta mesma via, caminham as reformas educacionais da atualidade decretando o fim da exclusão, da eliminação e reprovação através de instrumentos como notas, provas, reprovações, com a imposição da progressão continuada, como forma de tentar aumentar a eficácia no trato das questões educacionais mais delicadas de nosso país. Entretanto as políticas educacionais não discutem as outras formas, e porque não dizer, as mais eficientes, de reprovação e exclusão escolares contidas na avaliação informal (disciplina, valores e de atitudes).

Entendendo que o verdadeiro objetivo da avaliação deve ser o de reorientar o processo de ensino fazendo com que os envolvidos no mesmo questionem, conjuntamente, suas práticas e compromissos é preciso rever a concepção de avaliação que ronda as práticas escolares e atribuir à avaliação outras finalidades que não somente a de aprovar ou reprovar o aluno. Além disso, ela não pode se destinar a avaliar somente o aluno precisando atingir também a prática do professor.

O que se tem observado, entretanto, é a avaliação sendo utilizada como cumpridora de objetivos ligados à classificação, à doutrinação, ao disciplinamento, à exclusão e à discriminação dos indivíduos. Assim ela vai cumprindo um papel seletivo, regulador e mesmo modelador de comportamentos humanos.

No interior da escola a avaliação é sentida cotidianamente e, tomando corpo nesse espaço geográfico, afeta e amplia sua provável origem sendo usada para classificar indivíduos não só na escola, mas também na sociedade. Mesmo que as atuais medidas governamentais, em nosso país, objetivem a aprovação do sujeito na escola, a questão é mais ampla do que somente impedir a reprovação do indivíduo por ela. Trata-se de medidas educacionais que resolvem o problema do Estado, mas não resolvem a principal contradição que é a reprovação do sujeito, quando não bem preparado, ao longo da vida. Portanto a contradição está posta e o atual momento histórico e político não permite que ela seja ignorada, caso contrário conviveremos e aceitaremos a manutenção desse quadro.

Além de seletiva, a avaliação cumpre também uma função reguladora e modeladora de comportamentos. É possível que, no caso de não obter êxito na escola, o indivíduo transfira para si a responsabilidade por não ter sucesso, eximindo de culpabilidade as condições reais de sua incompetência. Da mesma maneira atua a sociedade que escolhe os indivíduos de maior sucesso. Mas daí o questionamento: Melhores em que? Melhores para que? Melhores para quem? Melhores onde? De tais perguntas advêm respostas que, em parte, deveriam explicar o necessário (por que crítico) distanciamento do objetivo do ensino, do objetivo da sociedade. Infelizmente a escola ajusta seus objetivos acriticamente para atender a sociedade e as famílias que exigem um ajuste dos filhos -alunos- ao mercado. E a avaliação presta um bom serviço à sociedade ao classificar a escola entre "boas" e "ruins" (leia-se as que "servem" e as que "não servem" como modelo de eficiência e qualidade). Como se faz isso? Através de um processo avaliativo que é um poderoso instrumento de controle de "qualidade" na instituição. Da mesma forma a existência de processos avaliativos entre as instituições são cada vez mais comuns. Exemplos ilustrativos como o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), Provão e outros não nos faltam atualmente.

As famílias de classe média, que não têm as mesmas chances da elite brasileira, mas contam com melhores condições que as classes menos favorecidas, vivem uma luta permanente para que seus filhos tenham "sucesso na vida". Resulta daí procurarem uma "boa escola" - que significa aquela que no futuro garanta a eles acesso ao "mercado". Assim ouvimos, em vários casos, famílias preocupadas com a "qualidade de ensino" e necessitando certificar-se de que a escola oferece a garantia do filho estar preparado para enfrentar o mercado de trabalho - leia-se vestibular- com chances de êxito garantidas.

Assim, todos acabam se afastando do real objetivo do ensino que é o de formar pessoas com capacidade de convívio, afeto e humanização e que busquem, no conhecimento, o bem coletivo. Este processo pode - por que não?- ter início na escola se as práticas avaliativas assumirem outro objetivo. Por exemplo invertendo a avaliação que exclui e discrimina por uma avaliação inclusiva. Nesse sentido, a cultura da reprovação - tão presente nas escolas - precisaria ser substituída pela cultura da aprovação. Da mesma maneira a escola precisaria se afastar de seu objetivo isolado de

dar conteúdos, aproximando-se de seu objetivo máximo que é oferecer ao aluno a possibilidade de pensar. (GIROUX, 1997, 1999). Altera-se, dessa maneira, inclusive, o objetivo do currículo. (APLLE, 1989).

E quais as chances da escola? Como ela poderia se transformar? Vários estudos como os de DALBEN (1992) e ENGUITA (1989) tratam da importância do Conselho de Classe, enquanto possibilidade de transformação das práticas vigentes, hoje, na escola se entendido como uma instância de grande poder representativo de vários segmentos, em especial, de alunos e professores. Pela mesma via é possível acreditar no projeto político pedagógico da escola como caminho de mudança, na medida em que represente todos os sujeitos que participam da escola e estabeleça prioridades de ação política e pedagógica em seu interior.

E os pais dos alunos? Como atuam nesta conjuntura? Que concepção de avaliação eles possuem? No caso da escola pesquisada os pais demonstram estar preocupados, ao longo da vida em garantir estudo e boas escolas aos filhos por entenderem que este é o único caminho para um futuro melhor. Uma vez que não possuem poder econômico que garanta aos filhos dependerem deles por toda a vida, procuram na formação e no diploma a garantia da qualidade de vida para seus filhos.

Não iremos aprofundar a questão das várias possibilidades que podem ser levantadas sobre a definição de qualidade de vida por não ser este o objetivo do presente trabalho. Mesmo sabendo que a qualidade de vida não está necessariamente localizada no poder econômico, no padrão elevado ou nas possibilidades de aquisição de bens de consumo ou bens materiais, mas muito mais centrada na convivência humana, nas relações de afeto e amizade entre as pessoas e nas alternativas de possibilidades de escolhas livres ao longo da existência, tomaremos qualidade de vida pelo olhar dos pais da escola pesquisada. Para eles, a garantia de um trabalho digno para os filhos, a possibilidade de aquisição de bens que lhes traga conforto e tranquilidade, a independência econômica e a possibilidade de escolha, são sinônimos de qualidade de vida. Estes são os elementos a serem tomados ao tratar do assunto, ao longo do trabalho. Voltando à pergunta inicial do parágrafo anterior, procuramos entender o que fazem e desejam os pais da escola pesquisada em relação à mesma escola, e à avaliação de seus filhos. Para eles, a escola deverá garantir, aos filhos, um "bom futuro" - já esclarecido o



que se entende por ele- para tanto exigem, reivindicam e lutam fervorosamente para que a instituição atenda seus objetivos. A escola, por sua vez, convive e atende as famílias e percebe que, por vezes, o comportamento delas é bastante adequado aos objetivos da escola, mas outras vezes, mesmo tendo claro seus fins, escolhem caminhos equivocados para atingi-los. E os resultados acabam por interferir na escola e, mais, por influenciar a vida escolar dos filhos de diferentes maneiras. Ao estarem presentes, fisicamente ou não no ambiente escolar, é certo que as famílias estão atuando neste aspecto da vida de seus filhos, independentemente da forma como o fazem. Como se percebe esta presença? Olhando pelo viés da escola, a presença dos pais se dá especialmente pela maneira como eles avaliam informalmente a instituição. Os mesmos processos já citados anteriormente presentes na avaliação informal do professor sobre o aluno, são sentidos na avaliação informal (leia-se avaliação de valores e atitudes) dos pais sobre seus filhos e dos pais sobre a escola.

O caso de número 64<sup>31</sup>, da pg.228, do cap. II, desta pesquisa, intitulado “O gente, é só uma latina...”, pode ser tomado como esclarecedor da questão<sup>32</sup>. Nele aparecem relatos nos quais, tanto o aluno quanto a família, resistem em aceitar que a preservação do meio ambiente é um valor importante e deve ser ensinado e cobrado pela escola. Poderíamos perguntar: esta forma de resistência da família não seria muito mais a maneira encontrada para proteger o filho do que propriamente discordar do princípio levantado? Não parece tratar-se de resistência como proteção ao filho uma vez que, em várias ocasiões em que questões da mesma natureza apareceram, a família demonstrou não considerá-las um valor importante, comparado à importância que demonstrou atribuir à quantidade de conteúdo que o filho deveria aprender ao longo do ano letivo como garantia para "estar preparado para continuar os estudos". Assim como este, outros exemplos poderiam ser extraídos do capítulo anterior para ilustrar a temática levantada.

Comparando o período em que a escola pesquisada contou com a participação dos pais<sup>33</sup> como um grupo ativo, percebemos diferenças significativas nos resultados do trabalho e mesmo no ambiente da escola. Mesmo porque, quando os pais estão distantes

---

<sup>31</sup> O caso citado e os demais que aparecerão neste capítulo se referem ao capítulo II desta pesquisa.

<sup>32</sup> Alguns casos foram novamente "chamados" com a intenção de extrair deles algum elemento que, não citado no capítulo anterior, pudesse auxiliar e aprofundar a análise em curso.

<sup>33</sup> Estamos nos referindo a experiência do GPV (Grupo de Pais Voluntários), descrita no cap. I da Introdução, parte 2, denominado “Uma experiência que motivou o interesse pelo tema”.

da escola, esta perde um aliado importante para o êxito do trabalho com alunos, especialmente, adolescentes o que pode ser avaliado a partir da natureza e trama dos casos relatados no capítulo anterior.

Alguns elementos que aparecem nos casos são considerados como “muito importantes” por professores, pais, funcionários, direção e até alguns alunos. De tais elementos, a avaliação e a (in)disciplina parecem liderar o ranking de preocupações sendo seguidos por outros de "menor" importância como a relação professor - aluno, professor - pais, pais – alunos. A questão dos limites, dos alunos e pais usuários de drogas, da sexualidade na adolescência, da separação dos pais, da violência doméstica, do novo papel das mães dentro e fora de casa também aparecem como “situações problema” e por isso mesmo resolvemos citá-los acompanhados de breves comentários.

Disciplina: Um dos importantes elementos que fazem parte da organização do trabalho escolar é a disciplina. Ela determina e interfere no julgamento e adoção de normas e condutas escolares. Entretanto, em trabalhos recentes, estudar disciplina ou indisciplina não tem significado necessariamente o estudo dos motivos que a geram<sup>34</sup>. Para nós, entender a necessidade da disciplina - para o professor- e indisciplina escolar - para o aluno- está atrelado a uma análise prévia - nem sempre feita - dos problemas que as geram, como uma metodologia adequada para a aula, motivação dos alunos, conteúdos significativos, etc.

A (in)disciplina escolar tem sido uma das maiores queixas e um problema a ser enfrentado por professores e funcionários, independentemente da faixa etária do aluno. Por dedução, percebemos que, se um problema incomoda a tantos profissionais da área de educação é preciso ir além de explicações simplistas como a responsabilidade atribuída aos meios de comunicação, a dinamicidade dos computadores, a visão imediatista dos jovens atuais, levantando questões como: Por que o aluno não aceita as normas escolares? Por que educação escolar, só se dá dentro da sala de aula? Por que o aluno faz trocas para "comportar-se" disciplinado? Se o comportamento do aluno em sala de aula é avaliado significa dizer que a avaliação é um instrumento de controle da

---

<sup>34</sup> A esse respeito ver também o artigo de LA TAILLE, 1996.p.19-22.

disciplina conseqüentemente avaliação e disciplina estão interligados? E para os pais, o que significa (in)disciplina?

Interessante perceber que, ao tratar a disciplina como uma categoria presente na dinâmica escolar, acabam surgindo outros elementos como ensino, aprendizagem, avaliação e respeito, competências e relacionamento humano causada pela complexidade e estrutura organizacional da escola.

Para AQUINO (1996b) “... a educação escolar contemporânea parece, na maioria das vezes, ter sucumbido a uma pronunciada demanda de normatização da conduta alheia”.

Assim fica parecendo que a escola se organiza pelo viés do comportamento individual do aluno, assim como utiliza os procedimentos isolados dos mesmos como parâmetros de revisão e análise de seu projeto pedagógico deixando de lado um valioso instrumento de revisão de seus objetivos e práticas pedagógicas que está presente na observação dos movimentos coletivos organizados (ou não) pelos grupos dentro da escola. E, com esse princípio, a escola vem se ocupando muito mais de adotar normas de conduta e apresentá-las aos alunos do que observá-los e decidir coletivamente o que lhes pareça mais adequado.

Os princípios e valores dos alunos costumam se manifestar em suas ações cotidianas e são facilmente verificáveis no convívio deles com o grupo, dentro da escola. Assim, uma acentuada dificuldade de disciplinamento individual, pode coletivamente, persistir, se acentuar ou desaparecer dependendo da pessoa, da escola, do grupo de amigos, etc. Mas como a escola pode influenciar as pessoas que já possuem normas de conduta e de disciplinamento próprias? Não é raro, ao se discutir indisciplina escolar como problema central da escola que, ingenuamente se atribuam culpas individuais. Ou seja, a culpa é do professor, do aluno ou é da família. Na verdade, tal tipo de análise tende a um reducionismo que pouco auxilia a resolução do problema. É preciso tomar a questão como resultado de uma complexa rede de influências, assim como a resolução do problema da indisciplina escolar precisar ser tomada como desafio por todos incluindo a família e a escola. Não se pode ignorar a existência de um contexto social que oferece ao sujeito outras possibilidades e ambientes que fazem com que ele sinta dificuldade em adaptar-se a determinadas normas de conduta, impostas pela maior parte

das escolas como a exigência do aluno permanecer sentado por longos períodos, poucos espaços para atividades corporais, longas e ininterruptas falas do professor, ausência de exercícios físicos e outros hábitos que somados, despertam pouco interesse, especialmente da juventude. Existe também a família que não se colocando como parceira, admite atitudes de seus filhos no espaço escolar as quais, tomadas coletivamente, não podem ser admitidas. É o caso relatado no capítulo anterior de um aluno considerado indisciplinado pela escola que tinha suas atitudes aceitas e assumidas pela família como normais porque ela mesma agia de maneira similar ao filho em situações parecidas, inclusive em relação a preservação do meio ambiente, lixo, limpeza e conservação de espaços públicos. Como a escola desenvolve projetos nesta área, a família que não atua em parceria com a escola, é rapidamente percebida.

Essa visão está presente quotidianamente no interior da escola e deve ser considerada se há o desejo de entendê-la.

O autor afirma a seguir:

*“ raras são as vezes em que a escola é representada como espaço de (re) produção científica e cultural nas expectativas de seus agentes e clientela. Ao contrário, a normatização atitudinal parece ser o grande sentido do trabalho escolar - o que não deixa de causar perplexidade, uma vez que o objetivo crucial da escola (a reposição e recriação do legado cultural) parece ter sido substituído por uma atribuição quase exclusivamente disciplinadora. Desta forma, as práticas pedagógicas concretas acabam sendo abarcadas por expectativas nitidamente moralizadoras. Ou seja, constatou-se que, no plano das representações, despende-se muito mais energia com as questões psíquicas/morais do aluno do que com a tarefa epistêmica fundamental”. (AQUINO, 1996a)*

De fato, a escola tem enfatizado aspectos disciplinares e “atitudinais” em detrimento de aspectos pedagógicos importantes e, muitas vezes, utiliza seus representantes, especialmente os professores, como porta vozes dessa “mensagem” para os pais dos alunos. Estes, por sua vez, acabam se convencendo da importância do comportamento e disciplinamento do filho como fundamentais para sua formação educacional. Não estamos defendendo a omissão da escola sobre a educação dos alunos ou separando-a como se procedimentos rotineiros não coubessem também à escola. Mas o que se percebe é que, muitas vezes, existe uma troca dos papéis essenciais entre a

família e a escola com conseqüências danosas ao jovem. A escola se preocupando com normas de conduta e a família se ocupando do ensino de seus filhos.

Situações em que a família ou a escola assumem papéis e funções que, em determinados momentos, seriam apropriados a outro segmento, não são raras. Assim surge a pergunta: Porque ambas, muitas vezes, procedem assim? Porque "invadem" espaços que não os seus? Será que isso ocorre quando uma das instituições, não ocupando seu espaço, possibilita que ele seja ocupado por outros?

Se, por um lado, a escola assume o papel da família ela pode estar invadindo e desarticulando uma estrutura construída durante anos. Se, por outro lado, a família invade o espaço de educação escolar, que cabe à instituição, poderá estar interferindo na condução do projeto político pedagógico estabelecido por todos para aquela escola. Não se trata aqui de fragmentar a participação ou estabelecer momentos específicos em que uma ou outra devam agir. Mas trata-se de deixar claro que algumas atribuições são específicas da família que tem o direito de reivindicá-las para si, enquanto outras cabem a escola que, pela sua natureza, poderá ocupar-se melhor delas.

Muitas vezes, ao tratarmos o assunto "(in)disciplina", somos tomados por sentimentos de inquietação e reflexão profunda porque a questão está invariavelmente atrelada à visão de autoritarismo ou excesso de liberdade. E o que representa, de fato, a disciplina como sinônimo de limites ou normas de conduta para convívio do grupo? Não se pode ignorar os determinantes históricos que perpassam esta questão. Os pais dos alunos analisados na pesquisa têm manifestado que muitas das dificuldades em impor limites aos filhos advêm da realidade vivenciada pela sua própria geração. Ora lidam com a possibilidade que eles próprios tiveram de liberdade excessiva e as conseqüências dela, ora lidam com a necessidade de controle pela via do autoritarismo e todos os elementos decorrentes de tal norma de conduta.

Outro dado, presente no cotidiano escolar, é a relação íntima entre disciplina e avaliação. Tais princípios são equivocadamente indissociáveis. Na verdade, a dificuldade advém da inegável existência da avaliação informal que aflora em momentos como este. O professor utiliza a nota como instrumento de controle e dominação sobre o aluno e uma classe que, muitas vezes, não o atende. Por isso, tanto o professor envia tais conceitos dizendo, por exemplo: - "Se não parar de falar, te dou D de participação",

como o aluno, quando diz ao professor: - “Professor, ele não para de conversar, você não vai dar D para ele?”.

A mesma lógica, utilizada dentro da escola, acaba sendo também a das famílias quando, por exemplo, a mãe diz ao filho: - “Não sei como o professor não te dá zero ao invés de ficar te agüentando”.

Além da escola, a sociedade também avalia permanentemente. E, muitas vezes, a escola ou um professor em particular, são cobrados pelas próprias famílias dos alunos ou colegas professores. Quando, por exemplo, o professor estabelece com seu grupo de alunos as diferenças entre estudo e trabalho diário (tarefas), a família pergunta: “...Professora, mas, meu filho precisa estudar se não tem prova hoje?”. O oposto também acontece ou seja, a mesma tentativa de troca inclusive de bens materiais pode ser vista entre aluno, professor e pais quando estes tentam barganhar dizendo ao professor: - “...E se meu filho fizer o trabalho, você garante que ele ficará com nota boa?”.

Estas reflexões motivam perguntas como: qual o papel das normas disciplinares? Adestrar ou normatizar o espaço escolar? Pensamos que, por um lado, as normas disciplinares têm como função a modelação do sujeito e a imposição de regras morais e, por outro lado, elas podem significar a normatização do espaço a ser utilizado por todos. Depende da forma como as mesmas são tratadas. Se elas são autoritariamente implantadas, a chance de insucesso e de resistência por parte do grupo submetido é quase certa. Mas, se elas forem geradas dentro do próprio grupo, e se este for composto por elementos que participam do processo educativo; se elas forem discutidas coletivamente e se transformarem em práticas educativas, se fortalecerem positivamente as relações interpessoais, se respeitarem as individualidades e diferenças, por certo elas serão um fator positivo e motivo de crescimento para todos. E, por conseguinte, pensamos que a proposta pedagógica da escola deve ter a representatividade de todos para ser, de fato, participativa.

Importante esclarecer que, mesmo um projeto democrático e coletivo poderá gerar debates, embates, críticas, descontentamentos no seu processo de implantação. Mas o resultado de uma proposta construída por essa via, será extremamente motivadora e geradora de responsabilidades por parte de seus integrantes.

Podemos questionar: porque propostas de tal natureza são tão raras? Especialmente porque “desamparam” ou desnudam todos aqueles que participam do grupo envolvido com o aluno. Desnudam a escola deixando à mostra aquilo que ela, equivocadamente, acredita ser - “educacional” - ou seja a imposição institucional, que não abre brechas para as diferenças aflorarem. Desamparam a família ao questionarem seus valores. Também desamparam o professor, porque contestam firmemente seu poder de coerção. Propostas assim exigem que todos se “desarmem” de suas prerrogativas conservadoras e se proponham a realizar modificações conjunturalmente transformadoras.

Outra questão pode ser levantada: Em que consiste “respeitar as diferenças” entre os alunos, deixando cada um, à sua maneira, pronunciar-se, posicionar-se sem causar indisciplina? Para muitos é preciso garantir um espaço de informação, concentração e conhecimento para todos. Mas é preciso, também, que se garanta a individualidade do aluno. Parece que a maneira mais sensata é ouvir os alunos e pais sobre o que esperam do projeto pedagógico construído na escola. Depois de apresentado a todos, e, na medida em que se torne conhecido e discutido, é possível aos grupos manifestarem as suas razões e críticas. Sabe-se que é muito gratificante para um aluno ser questionado sobre o porquê de estar agindo desta ou daquela maneira. Quando ele pode verdadeiramente expor sua opinião, tendo chances de ser ouvido, ele se sentirá valorizado, assim como seus pais. Conseqüentemente os resultados serão bem mais positivos.

Ainda uma outra questão se coloca e diz respeito à disciplina e ao conhecimento: Qual a relação entre ambos?

Para AQUINO (1996: p. 53):

*“...O aluno é obrigado, assim, a fazer funcionar esta grande engrenagem que é o pensamento lógico, independentemente do campo específico de determinada matéria ou disciplina, uma vez que a todas ela abrange. A partir daí, o barulho, a agitação, a movimentação passam a ser catalisadores do ato de conhecer, de tal sorte que a indisciplina pode se tornar, paradoxalmente, um movimento organizado, se estruturado em torno de determinadas idéias, conceitos, proposições formais”*,

Podemos observar que aqui o próprio conceito de indisciplina é apresentado de maneira não convencional. O que para muitas escolas representa transgressão a normas, aparece agora como um caminho para aquisição de conhecimento, de maneira prazerosa e lúdica. Por isso, ao tentar responder à questão apresentada, é necessário que se situe de que (in)disciplina e de que conhecimento se está tratando. O (pseudo) conhecimento transmitido unilateralmente pelo professor é tão prejudicial quanto a indisciplina, representada pelo desrespeito ao coletivo escolar. Ambos acabam resultando em descontentamento e produção relativa ou mesmo inexistente do saber. O que ocorre é que tanto escola (leia-se professores, direção e funcionários) quanto pais, muitas vezes, entendem a disciplina e a aquisição de conhecimento de maneira convencional e moldadas em práticas pedagógicas ultrapassadas. E quando propostas de atualização coerentes, reais e positivas se apresentam, os mesmos segmentos, juntos ou em momentos distintos, se manifestam contrários e de forma equivocada, as questionam e podem desestimulá-las decisivamente. Importante lembrar que um processo de desmotivação pode ocorrer, tanto por parte dos pais quanto dos professores, através do aluno. Um caminho para tal é aquele em que tanto professores como família fazem comentários desqualificando propostas, apresentadas pelos alunos ou pela escola, mesmo antes de conhecê-las integralmente. Quantas cenas aconteceram em que os alunos fazem propostas de mudança e os professores reagem antes de ouvi-los, dizendo: “-Que novidade é essa? Vocês estão querendo é enrolar minha aula!”. Ou aquelas em que a família toma conhecimento de alguma proposta da escola e se dirige ao filho, dizendo: “-Sua escola agora, começou a querer enrolar? Essas novidades...No meu tempo não tinha nada disso e era muito melhor!”.

As frases acima são, na verdade, novas afirmações do que temos defendido ao longo do presente trabalho. Ou seja de que existe um processo de avaliação informal envolvendo os vários segmentos no interior da escola, inclusive da família. Ela, mesmo não podendo atribuir notas, expressa sua opinião na medida em que conceitua as atividades como boas, ruins, bonitas, feias, aceitáveis, não aceitáveis, etc. E o aluno é porta-voz das "opiniões" as quais nos referimos.



Outra questão que aparece para análise é: Que relação existe entre Disciplina e Poder? Mencionando FOUCAULT (1977: p.181) para quem existe uma estreita convivência entre ambas, cabe discutir o que faz a escola.

É sabido que a disciplina escolar é fortemente defendida e aplicada pela escola como instrumento eficaz de manutenção do poder e da ordem. Para que seja aceita por todos que dela participam há um apelo permanente que se instrumentaliza e apresenta fortes razões para sua manutenção. A afirmação de que a disciplina é importante para se formar um “bom cidadão”, é esclarecedora. Em tal afirmação não são discutidas as noções de cidadania, de ética, de democracia ou participação popular nas decisões tomadas. Não se discute o verdadeiro papel da escola na sociedade nem a função real que cabe a ela desempenhar. E mais, essa prática, na verdade, esconde a intenção real de se lidar com a questão da disciplina sob o prisma da submissão e do controle.

E ainda: Ao homogeneizar a escola, através da disciplina e da organização de normas para esse fim, está se respeitando o gosto e o prazer do aluno?

GUIMARÃES ( 1996: p. 81) assim se coloca:

*“É preciso construir práticas organizacionais e pedagógicas que levem em conta as características das crianças e jovens que hoje freqüentam as escolas. A organização do ano escolar, dos programas, das aulas, a arquitetura dos prédios e sua conservação não podem estar distantes do gosto e das necessidades dos alunos, pois, quando a escola não tem significado para eles, a mesma energia que leva ao envolvimento, ao interesse, pode transformar-se em apatia ou explodir em indisciplina e violência”.*

Considerando alunos com a mesma faixa etária, com os conflitos e interesses inerentes à idade, parece difícil para a escola executar a tarefa de conseguir, ao mesmo tempo, atender o coletivo escolar e respeitar as diferenças individuais que se apresentam e que certamente não são muito discrepantes em relação ao conjunto dos alunos. Mas é muito importante que cada um dos alunos se perceba como sujeito individual e sinta que suas reivindicações, na escola, são ouvidas. Assim cada um consegue perceber que, ao compor um grupo - a segunda importante etapa na formação humana - este deve permitir espaço para as diferentes formas de ação. Ou seja, há possibilidades de reivindicações

individuais e coletivas. Além do que, tratar da questão dos limites e da (in) disciplina se adequa muito bem ao perfil e a natureza da escola.<sup>35</sup>

Finalmente, uma questão maior deve ser pensada: qual a relação entre a construção da cidadania, o conhecimento e a escola, enquanto disciplinadora de conduta?

A escola, enquanto local de educação e ensino, precisa trabalhar as questões relevantes que envolvem os indivíduos que dela fazem parte, mas é muito importante, que repense seu papel social para poder melhor cumprir sua função. Os elementos que dela participam devem ser envolvidos nesse projeto de construção de uma nova sociedade de maneira clara e consciente e os pais devem se envolver no processo não como espectadores, mas como interlocutores, junto aos demais elementos da escola.

Para os pais, de uma maneira geral, a escola deve ser local de ensino e educação. Pensam e atribuem à escola este papel por se sentirem impossibilitados, por vários motivos, para ocupar-se dela mas também por acreditarem, indiscutivelmente, que na escola estão reunidas várias condições e pessoas que lhes garantem o cumprimento de tal objetivo. Por mais que os pais discordem da escola, o fato de manterem os filhos estudando nela demonstra certo grau de confiança e crença nas pessoas que nela atuam.

E como a escola assume seu papel? Muitas vezes com competência, mas, especialmente nos casos dos alunos "mais difíceis", ela acaba por excluí-los argumentando, com ou sem razão, que estão desadaptados ou que não aceitam a organização proposta pela instituição e os pais, em muitos destes casos, sentindo-se pressionados acabam retirando o filho da escola. O que acontece, então, quando os alunos não se adaptam em nenhuma instituição de ensino? A questão, de difícil resposta, leva-nos a duas vertentes de reflexão: em primeiro lugar, que tipo de aluno a escola deseja? Normalmente deseja o aluno calmo, obediente, até mesmo submisso e silencioso. Poucas são as escola que incentivam, de fato, a participação do aluno e "bancam", até o final, seus questionamentos. Sob tal ótica a escola deseja um aluno diferente do que os muitos padrões atuais de comportamento refletem. Estamos falando de um mundo em que as transformações, inclusive na área da informática e da comunicação, tem andado bastante ligeiro e mostrado, para todas as classes sociais, a

---

<sup>35</sup> Cf. TIBA, Içami. Disciplina: o limite na medida certa, 1996.

dinamicidade presentes. Outra vertente possível de reflexão diz respeito ao aluno incapaz de adaptar-se a qualquer instituição de ensino por ser rebelde, desrespeitoso com as pessoas e com o meio em que vive. Esse aluno por motivos variados, não teve limites mínimos de convívio, impostos ao longo da vida, podendo se transformar em um adulto autoritário, inconveniente, excluído socialmente e abandonado pelos seus pares.

Usaremos o caso da página 110, de número 13, do cap. II, chamado “Será que você não poderia cuidar deles para mim?...” para resumir e apontar algumas características que, de forma recorrente, aparecem nos casos descritos do capítulo anterior. Quando os pais declaravam que os filhos “eram danados mesmo” estavam indiretamente autorizando um comportamento inadequado deles dentro e fora da escola. A resistência que apresentavam para impor limites era explicada pela experiência com o filho mais velho que entendiam “ser triste” em razão de uma educação rigorosa. O menino, no ambiente escolar, comportava-se naturalmente e, se comparado com os colegas, não demonstrava infelicidade. O que o desagradava era o comportamento dos irmãos e ele procurava se distanciar deles para garantir seu espaço na escola. Parecia ter vergonha das atitudes dos irmãos, negando-se a ser porta voz deles diante dos pais e declarando-se aliviado com a saída deles quando os mesmos deixaram a escola.

Os pais eram bem intencionados e acreditavam em sua proposta de educação, mas não pareciam agir da mesma forma com a escola. O pai, ao mesmo tempo em que, “pedia ajuda”, deixava clara sua opinião, bem como a de sua esposa, de que não se sentiam satisfeitos com o modelo de educação proposto pela escola.

Pensamos, também, que as doenças manifestadas pela mãe tinham alguma ligação com a indisciplina apresentada pelos filhos, porque ela apresentava os sintomas sempre que eles se envolviam em algum caso mais grave. Nas ocasiões em que outras famílias ou mesmo a escola a procuravam para tratar de assuntos relacionados à indisciplina dos filhos, imediatamente após o fato ocorrido, ela estava na casa de sua mãe. Para ela, talvez esta fosse a maneira de não assumir posicionamentos frente aos filhos que contrariassem sua proposta de “ser mais maleável com eles do que havia sido com o filho mais velho”.

Separação de Pais: Por certo, não cabe à escola qualquer julgamento a respeito da questão relacionada à separação dos pais de seus alunos, muito menos o julgamento da viabilidade e pertinência de uma decisão tão importante e particular como essa. Entretanto, cabem aqui, três questões sobre o assunto. A primeira se refere ao fato do aluno estar matriculado em uma escola comprometida com sua educação global e que se propõe a auxiliá-lo em questões importantes de sua vida juvenil, além das questões acadêmicas. A segunda questão leva em conta o fato do aluno trazer para a escola o que vivencia e que pode interferir, de várias maneiras, em sua rotina, inclusive escolar. É provável que o aluno apresente algumas manifestações e atitudes diferentes das usuais, ainda que temporariamente. Por último cabe encerrar dizendo que a separação dos pais não constitui objetivo dessa pesquisa, entretanto, analisar casos que mostram como a separação dos pais interfere, na prática, na vida escolar do aluno, é um deles. Da mesma forma não cabe aqui um julgamento sobre a pertinência ou não de pais de alunos adolescentes serem usuários de drogas mas cabe à pesquisa analisar situações em que pais usuários de drogas influenciaram, por tal motivo, a vida escolar do filho.

O que se percebe, no processo de separação de pais, é que a escola acaba tendo várias finalidades, dependendo da dinâmica de cada caso. Ora a escola é canal de desabafo dos problemas emocionais e afetivos daquele grupo, ora ela funciona como um espaço de encontros possíveis dos pais, ora funciona como ponte entre procedimentos que serão adotados pelos pais, ora como espaço para os pais mandarem seus recados uns aos outros ou como local onde o aluno será ouvido sobre esse importante momento de sua vida familiar.

Os dados apontam que a maior parte dos jovens, no momento da separação dos pais, sente que sua vida familiar deverá ser reorganizada em função dos acontecimentos. São raros os casos em que o aprendizado não sofre - ainda que temporariamente - abalos. Nos momentos de pico da separação - que são os dias que antecedem e os que sucedem imediatamente a separação do casal e que os territórios físicos e afetivos serão divididos, pode-se perceber uma mudança no quadro escolar do jovem. Muitas vezes o jovem apresenta alguns comportamentos que podem ou não permanecer como dormir durante a aula, ficar agressivo com os colegas, deixar de fazer tarefas, não querer fazer trabalhos em sua casa (para os colegas não tomarem conhecimento do fato), faltar à

provas, se afastar dos amigos ou aproximar-se exageradamente deles num claro sinal de dependência. São manifestações que podem se prolongar ou podem ser breves, dependendo da maneira como os pais tratam a questão nos momentos subseqüentes à separação.

Quando os pais procuram logo a escola e contam o que está se passando, costuma-se fazer algumas observações rotineiras que se baseiam na experiência dos inúmeros casos atendidos, com o objetivo de ajudá-los a amenizar o momento pelo qual a família passa. Trata-se de orientar para que o casal não coloque o filho no centro da questão. Muitos não conseguem separar a relação do casal da relação com o filho. Nesses casos tentam atingir o outro com o que tem de mais valioso, o filho. E assim os jovens são "convocados" a tomar partido, colocados em situações delicadas e testados pelo adulto permanentemente para que façam escolhas e manifestem opiniões. Esses procedimentos não são aconselháveis e a família é alertada no sentido de evitá-los, contribuindo, assim, para que o equilíbrio emocional e afetivo do jovem não se altere e para que ele possa se relacionar satisfatoriamente com as pessoas de seu grupo social. Ocorre, muitas vezes, da família, não adotando os procedimentos apontados, se deparar com a rebeldia do jovem contra os pais e até procurando se distanciar deles para conseguir "sobreviver" à situação. A escola, em tais casos tem observado que o jovem leva para dentro dela as angústias inerentes ao momento e, muitas vezes, deixa transparecer a maneira como a família está se relacionando.

Pais separados que disputam os filhos tentando dominá-los acabam por interferir em vários aspectos de sua vida, inclusive escolar. Para SHIYASHIKI (1992: p.72):

*“É bastante comum, quando o casal está em vias de separação, um dos filhos apresentar problemas de saúde, escolaridade ou relacionamento com os irmãos como forma de, ao criar um problema maior, levar os pais a abandonarem essa idéia”.*

É comum, na escola, o aluno passar a apresentar comportamento diferente do que normalmente apresenta. Frequentemente seu rendimento cai, fica disperso nas aulas, se isola das brincadeiras e se afasta ligeiramente dos amigos. Muitas vezes a família não comunica à escola o ocorrido por vários motivos. Às vezes para “não expor seus

problemas internos” outras vezes por entender que a separação não afetará o rendimento do filho ou ainda para aguardar a consolidação ou não da decisão tomada. Independentemente do motivo alegado, a escola poderia tomar conhecimento do fato e de suas variáveis, porque elas interferem na vida escolar da criança e do jovem.

Entretanto, o que se verifica é que quanto mais a separação se concretiza mais um dos cônjuges (normalmente o que não mora mais com o filho) se afasta do acompanhamento escolar indagando, esporadicamente ao filho, sobre a escola. Esse comportamento é bastante prejudicial uma vez que vários sentimentos podem passar a fazer parte da vida do filho: ele vai achar que o pai ou a mãe “não ligam mais para ele” já que passaram da situação de considerar a escola importantíssima, para a situação de ignorá-la, ou passa a achar que “os pais não gostam mais dele” porque aquilo que faz parte de sua vida diária nem é mais considerado, ou, ainda, fica em uma posição cômoda, pois já que “ninguém lhe cobra” sobre desempenho escolar “deve ser porque não é mais algo importante”. O problema, então, se concentra em quem assume a criação do filho (normalmente esse papel ainda é da mãe). A ela cabe a responsabilidade de -sozinha – cuidar de vários aspectos da vida dos filhos. Nesse caso é provável que o filho a considere “muito chata e desagradável” já que ela cobra e o pai não.

Cabe à escola "aprender a ensinar" como a criança e o adolescente podem, com o passar do tempo, enfrentar sozinhos situações como essas sem comprometer seu equilíbrio emocional. Sabendo que o equilíbrio da criança e do adolescente, para enfrentar situações futuras, está ligado à maneira como os pais encaram a separação e sabendo que muitos casais lidam com ela de maneira adequada a pergunta se coloca: Como auxiliar o adolescente? A maioria dos filhos de pais separados, estaria “condenada” a sofrer emocionalmente, por tal motivo? O jovem, filho de pais separados, carrega essa experiência por toda a vida? Tendo em vista o fato de que alguns jovens, que têm pais separados, não apresentam distúrbios de qualquer natureza, como medir a gravidade da situação emocional do aluno no momento da separação, com a finalidade de atenuá-la? Como a escola tem se preparado, ao longo dos anos, para contribuir fortalecendo seus alunos, uma vez que muito se fala da escola como local de formação integral do jovem? Estas são perguntas que os dados nem sempre alcançaram em sua plenitude mas são considerados extremamente importantes no que diz respeito à escola.

Temas como este que não costumam estar na pauta dos debates nem na construção do projeto político pedagógico da escola e por isso deixam-na "debilitada" para enfrentar, de maneira coerente e adequada, tão importante questão.

O caso de número 33 relatado na página 155 intitulado "Não aceito que meu filho fique reprovado..."<sup>36</sup> talvez resuma a difícil questão de que trata o item. O relacionamento dos pais dificultava ainda mais o acompanhamento do aluno. A separação do casal não era apenas física mas de princípios e valores, quanto à educação dos filhos. A distância que se estabeleceu entre o pai e a mãe dificultava os momentos reservados para se discutir a situação dos filhos, porque, além de encontros esporádicos, eles viviam em um ambiente de constantes embates e brigas.

O garoto sabia das dificuldades de relacionamento dos pais e usava a distância causada pela separação como uma das causas de suas atitudes. O tipo de relação que se estabeleceu entre os pais facilitou a falta de compromisso do aluno. Para ele, enquanto os pais não se entendiam, abria-se um espaço para que agisse da maneira considerada a mais interessante, no momento.

A atitude da mãe de esconder os fatos relacionados à vida escolar do filho, do ex-marido e de pedir à escola que compactuasse com ela, colocava as pessoas em situação difícil e constrangedora.

No caso relatado na página 96, "Odeio os dois que falam que são meus irmãos..." com o número 07 aparece, como em outros casos, o fato da separação acabar impedindo que o filho encontrasse o pai, o que contribuiu para agravar, no decorrer do tempo, a situação de todos, especialmente do aluno que se ressentia da ausência de uma figura masculina em sua formação. A distância física e afetiva que se estabeleceu entre ambos foi um motivo forte para que a mãe fosse legitimada como a única pessoa que convivia com ele no âmbito familiar, já que eles não tinham contato com outros membros da família - tios, avós, primos, etc. A negligência com que a mãe se comportava em relação às orientações da escola era semelhante àquela com que tratava as orientações médicas. O aluno, por sua vez, agia da mesma maneira que a mãe, não atendendo às orientações da escola e procurando chamar atenção sobre sua pessoa. As

---

<sup>36</sup> Cf. cap.II desta pesquisa.

posturas adotadas tanto pelo pai quanto pela mãe influenciaram a vida do filho, inclusive na esfera escolar.

No caso 38 da página 167 chamado “*É muito ruim não ter mãe para vir buscar meu boletim...*” fica explícito como em outros já descritos, que o pai, por um lado, pelas atitudes que tomava em relação ao filho, não apresentava equilíbrio emocional para ajudá-lo a superar a separação da mãe, no que diz respeito à timidez e dificuldade escolar causadas pela separação. Ele se mostrava extremamente rude com as pessoas e fazia o filho sofrer com tal atitude. A rigidez e violência do pai agravaram o mau relacionamento com o filho. Mesmo comparecendo pouco à escola, ele exercia muita influência sobre a personalidade e o comportamento do menino.

Por outro lado, a ausência da mãe, parece ter sido bastante sentida pelo filho, na medida em que ele informava sobre sua existência, para os outros. Além disso, o fato da pessoa com quem a mãe passou a se relacionar, ter sido muito amiga da família, contribuiu para que o aluno se distanciasse dos demais. Para ele, pessoas tão próximas como a mãe e uma grande amiga não poderiam ser agentes da situação que viviam. A própria concepção de amizade pode ter mudado, para ele, a partir do ocorrido. O aluno demonstrava a mudança, não conseguindo se relacionar, normalmente, com ninguém do grupo. Sua timidez parecia estar ligada às relações familiares.

Muito provavelmente, a história de vida desse menino se encontra entre aquelas que têm a marca do preconceito, da violência, do fracasso escolar e da incompetência. Como agravante, neste caso específico, o distanciamento entre os objetivos da escola e da família impedem as chances de êxito do trabalho pedagógico escolar.

No caso 70 relatado como “*Acho que ela é culpada por tudo isso...*” da página 244, as características marcantes da família, influenciando o aluno, estão evidenciadas pelos aspectos psicológicos que permeavam as relações. A mãe era uma pessoa muito querida pelo filho e ele sabia que o pai a cobrava quanto ao bom desempenho escolar dele. Quando se deparou com as primeiras dificuldades escolares, resolveu “tomar uma atitude”, escondendo os resultados obtidos e falsificando os documentos. Entendia tal atitude como uma maneira adequada para não magoar a mãe e não prejudicá-la, porque o pai a cobrava “por ela ficar em casa, sem trabalhar e assim mesmo não cuidar dele”. Para agravar ainda mais a situação, quando a mãe os abandonou, o pai, por um lado, fez



“um pedido” ao filho para “dar um presente à mãe indo bem na escola e assim ela voltar”. Por certo, o quadro representou uma grande pressão sobre o garoto. Por outro, não conseguia perceber as dificuldades reais que o aluno apresentava, nem auxiliá-lo. O menino precisava de alguma organização e de acompanhamento sistemático por parte da escola e do pai, mas este se recusava a fazê-lo inclusive porque a confirmação do insucesso do filho seria uma maneira de mostrar à mãe a necessidade de seu retorno. O menino passou a ser um instrumento para que ele alcançasse seu objetivo. O aluno, por sua vez, sentia não poder perder a “chance” que o pai estava lhe dando de, com bons resultados na escola, trazer a mãe de volta.

O pai, não podendo ou não desejando cuidar do filho, usou, como recurso o apelo à escola para que ela “tomasse conta” dele, alterando assim o papel destinado a instituição.

O abandono da mãe, a conduta do pai de ora condenar a mulher, ora desejar sua volta, pressionam de tal forma o aluno que ele demonstra, concretamente, dentro da escola, como a influência familiar se manifesta.

Violência Doméstica: O assunto deveria despertar atenção dos educadores por representar um fato que, vivenciado pelo jovem adolescente, o desestabiliza emocionalmente. O artigo de FALCÃO (1998), “Criança repete violência aprendida em casa”, publicado no jornal Folha de São Paulo, adverte:

*“Crianças e adolescentes que crescem em lares violentos – mesmo que não sejam vítimas diretas e apenas testemunhem as agressões – têm três vezes mais chances de repetir a violência ao se tornarem adultos do que os que crescem em ambientes “saudáveis”, segundo a Associação Americana de Psicologia. Ou seja, diferentemente dos adultos, as crianças sofrem duas vezes com a violência doméstica: primeiro quando são vítimas diretas do abuso (físico ou sexual) e também quando testemunham agressões cometidas por outros membros da família”.*

Essa afirmação tem correspondido aos dados coletados uma vez que o comportamento dos adolescentes que vivem em um ambiente doméstico de agressão geralmente apresentam característica de rebeldia, desrespeito e agressividade na escola. O oposto nem sempre pode ser confirmado, ou seja, que todos os alunos agressivos na

escola apresentam esse comportamento porque vivem em ambiente doméstico violento. Entretanto, pode ocorrer de muitos casos serem percebidos, através do aluno, na escola sem que a família auxilie dando informações a respeito. Aliás, as mães em especial, demonstram muita resistência e demoram a contar as agressões a que ela ou os filhos são submetidos dentro de casa. Muitas vezes o acompanhamento do aluno na escola ocorre sem que esse dado seja divulgado, o que, sem dúvida, dificulta o encaminhamento e a solução do caso, pois o atendimento ao pai agressor demora a acontecer.

No mesmo artigo citado, a psicóloga Rosemary Miyahara<sup>37</sup> do Núcleo de Referência às Vítimas da Violência (NRVV) afirma que: “*As crianças que testemunham com assiduidade o pai agredir a mãe apresentam seqüelas psicológicas muito parecidas com as que sofrem abuso físico de algum membro da família*”.

Novamente a escola confirma a informação, através dos dados obtidos, especialmente no que diz respeito à faixa etária que corresponde a infância e à adolescência. O sujeito, mesmo não sofrendo diretamente a agressão, assume as conseqüências dela uma vez que a mesma ocorre com as pessoas ligadas afetivamente a ele, especialmente a mãe. Entretanto, por presenciar tal situação de sofrimento, a criança ou adolescente manifestam na mesma intensidade do que manifestariam se fosse com eles próprios.

*Segundo estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em 1997: “63% das crianças que testemunham a violência em casa repetem algum ano na escola e, em média, abandonam os estudos aos 9 anos, contra 12 anos dos filhos de mulheres que não são submetidas a abuso grave”.* (FALCÃO, 1998).

Ainda que esta porcentagem traduza a realidade da maior parte da população juvenil, percebe-se na pesquisa, com jovens estudantes de escola de ensino privado e pertencentes à classe média, uma alteração, uma vez que, quanto maior seu poder aquisitivo, mais tempo ele permanece na escola, chegando atualmente com mais facilidade ao 3º grau. Porém esse dado não altera a confirmação da existência da agressão doméstica em todos os níveis e classes sociais. E o fato do jovem permanecer na escola, vivenciando pessoalmente a agressão ou presenciando-a, sobre outros membros da família, não altera muito o quadro. Ao contrário, vem confirmar que muitas

---

<sup>37</sup> Entrevista concedida ao jornal *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 22 jul. 1998. 3. cad. Cotidiano. p.11.

vezes a manifestação agressiva do jovem na escola, independentemente do grau ou série que esteja freqüentando, é em parte, resultado do que ele presencia em seu lar. Ainda segundo o mesmo artigo: “...crianças que testemunham a violência na família passam a reproduzir em outros ambientes o que vêem em casa.” (FALCÃO, 1998).

Infelizmente este também é um dado confirmado através dos casos 35 (pg.159) “Eu não tenho cultura, mais minha filha vai ter a qualquer preço...”, 22 (pg. 130) “Eles falam que eu não tenho jeito...”, 38 (pg. 167) “É muito ruim não ter mãe para vir buscar meu boletim...”, 33 (pg. 155) “Não aceito que meu filho fique reprovado...”, 34 (pg. 157) “É esse o meu jeito...”.<sup>38</sup> Os alunos que presenciaram em família algum grau de violência doméstica, apresentaram, em maior ou menor profundidade e em momentos diferentes, manifestações de agressividade, rebeldia ou resistência para desenvolverem atividades pedagógicas individuais ou em equipes. Importante esclarecer que a rebeldia aqui citada se dirige tanto para a escola quanto para a família. Nos casos mais comuns os jovens se rebelam, quando estão dentro da escola, contra ela. Mas acontecem também situações em que o adolescente se rebela contra os membros da família em especial o pai ou a mãe, por serem as pessoas mais diretamente ligadas a ele. O caso 60 (pg. 219) “Vocês estão fora da realidade...” exemplifica o que afirmamos.

Foi possível observar também que muitas famílias que não comunicavam a violência sofrida em casa, não abordando o assunto ao longo das entrevistas acabaram ao final, se pronunciando através dos alunos que manifestavam alto grau de agressividade e irritabilidade manifestadas no relacionamento com as pessoas. Em vários casos as famílias, quando questionadas, acabavam por confirmar a existência do problema. Cabe registrar que a escola e não a família, normalmente toma a iniciativa de abordar o assunto.

Os dados demonstram que se o aluno não está emocionalmente estável, se o relacionamento dele com as pessoas não tiver bases seguras e afetivamente tranquilas, ele tem suas chances de êxito escolar reduzidas em relação aos demais alunos. Ainda que não se possa considerar a escola como local de resolução de problemas pessoais, se

---

<sup>38</sup> cf. cap. II desta pesquisa.

ela não tomar conhecimento e não se estruturar para atendê-lo, ela deixará também de cumprir seu papel, enquanto local de educação e formação humana.

Se a escola apresentar aos pais um projeto estruturado em bases pedagógicas e humanas adequadas é provável que eles – pais – além de apoiarem a instituição, influenciarão os filhos com sua opinião. Estes, por sua vez, levarão em conta, mesmo que parcialmente, a opinião dos pais. A escola, nesse processo terá chances aumentadas de contar com o apoio dos alunos. Normalmente quando os pais aderem ao projeto apresentado pela escola, os filhos também o fazem. E o oposto também é verdade, ou seja, quando os pais manifestam discordar da maior parte das propostas apresentadas pela escola, é muito difícil que esse aluno apresente adesão a elas. A opção para os pais, é que, não concordando em princípio com a escola, antes de anunciar isso para o filho, procurem a instituição para esclarecimentos, sugestões e entendimento. Só depois de tal iniciativa é que a família deve colocar ao filho sua impressão sobre a escola. Com isso os pais estão garantindo credibilidade à escola que o filho frequenta diariamente.

Sabemos que legalmente, pai e mãe são igualmente responsáveis pelos filhos. Mas, na maior parte dos casos o que se observa é o pai estar mais afastado das atividades cotidianas dos filhos. Mesmo com todas as transformações, decorrentes do mundo do trabalho atuais, que colocam a mulher no mercado sem que ela possa abdicar da sua jornada doméstica, o que se observa é que a mulher aceita com maior facilidade o fato de precisar se ausentar do trabalho para cuidar da vida escolar de seu filho do que o pai. Por isso, na maioria das vezes, são os próprios pais que justificam suas ausências da escola pelas atribuições profissionais que lhe são atribuídas. Normalmente, quem comparece à escola, mesmo que ambos trabalhem, é a mãe.

Uma ampla pesquisa<sup>39</sup> realizada pela Datafolha expõe as novas formas de organização, hábitos e valores da família brasileira e confirma a observação acima. Destaca: *"A mãe emerge como a figura mais importante da casa. Além de cumprir as tarefas de antigamente, tornou-se uma das principais fontes de renda e ganhou autoridade. É um faz-de-tudo doméstico: educação, disciplina e afeto são quase monopólio feminino. De dona-de-casa, passou a dona da casa"*. (FAMÍLIA, 1998).

---

<sup>39</sup> O estudo desta publicação foi recomendada como material de análise por um dos membros da banca por

A Questão dos Limites: É muito comum ouvirmos pais dizerem que não tem condições de proibir algumas atitudes negativas dos filhos, mesmo não concordando com elas. Na verdade, trata-se de uma dificuldade dos pais, mais do que dos filhos, porque eles mesmos confundem conceitos que não são discutidos coletivamente de maneira clara. São conceitos que se confundem uns com os outros como limite, liberdade, privacidade e autonomia ou que estão carregados, por parte dos pais, de temor de um distanciamento do filho, caso ele seja " repreendido" ou impedido de algum ato impróprio. Quando os pais tem clareza de sua responsabilidade e sabem a função que lhes é atribuída, as possibilidades de aparecerem problemas dessa natureza, diminuem consideravelmente uma vez que não restam dúvidas ao jovem sobre o que pode e o que não pode ser feito. O que, na verdade ocorre, é que muitos pais acabam misturando esses princípios e, sem se darem conta, não esclarecem devidamente as dúvidas que poderão gerar atitudes equivocadas, por parte dos filhos. Para o jovem, pais confusos representam mais um problema dentre tantos que surgem na adolescência. Os adolescentes se deparam com muitos tipos diferentes de problemas tanto de natureza física, quanto emocional e afetiva, sabem que precisam resolvê-los, mas resolver problemas nem sempre é fácil. É preciso armar-se de coragem e segurança que, na verdade, ainda não se consolidaram em sua personalidade. Pessoas com as características acima podem agravar tal quadro, e o jovem, já naturalmente inseguro, provavelmente apreciará muito pouco a insegurança demonstrada pelos pais.

Quando os pais trocam determinados valores, que devem fazer parte de uma sólida estrutura familiar, por valores objetivados em bens de consumo, típicos da sociedade capitalista, os filhos ficam, inicialmente, em uma posição cômoda. Com o passar do tempo, porém, eles transferem essa relação para outros campos de sua vida, inclusive o afetivo. É o caso dos pais que estabelecem trocas como princípio norteador da relação familiar. Conseqüentemente, na escola, o aluno deseja essa mesma troca uma vez que faz uma transferência das atitudes familiares para o ambiente escolar, sem se dar conta de que essa relação não deve necessariamente ser reguladora das relações pessoais. Quando os pais dizem: "Meu filho, se você passar de ano eu lhe dou uma bicicleta" eles

---

ocasião do exame de qualificação.

estão, com raras exceções, dizendo ao filho que aquele presente será para ambos pois o filho, nesse caso também presenteou os pais. Este quadro espelha um desvio em relação às reais funções que devem regular as relações familiares. Um carinho ou uma palavra motivadora que "aqueçam o campo afetivo", podem ser atitudes mais propícias à determinadas situações, que objetos comprados com a intenção de agradar os filhos. No caso citado acima, soma-se, ainda, o fato do prosseguimento nos estudos ser uma necessidade atual. Agindo assim os pais acabam transferindo para si a responsabilidade que é, também, do aluno. Transferindo o conhecimento para um objeto, como se nele pudesse estar contido "valor de troca" ou de "uso comunitário". Equívocos dessa natureza, muitas vezes, resultam em frases do tipo: "Professora eu só faço o trabalho se for para nota".

O caso 44 (pg.185) "Vocês são incompetentes..." exemplifica o exposto. Trata-se de um família que abre mão de suas obrigações básicas transferindo-as para a escola e esta, por sua vez, incentiva a conduta dos pais, entendendo que com isso terá domínio do comportamento dos alunos. Casos em que tais características estão presentes possibilitam a observação de sintomas que ora reforçam ora desestabilizam as escolhas e procedimentos da família, na escola e a falta de mediação, por parte desta última, da postura dos alunos. Provavelmente do quadro nascem dois problemas a serem resolvidos pela família e pela escola. Um deles diz respeito à questão da falta de respeito dos alunos com as pessoas e o outro à postura inadequada da escola com a família - problemas que persistem e se agravam a cada dia- já que os pais transferiram para a instituição a responsabilidade por ensinar, incluindo valores como respeito e convívio.

A questão dos limites, de fato, transita em uma linha nebulosa pela relação estreita que acaba estabelecendo com princípios morais e condutas individuais. O caso 31 (pg. 150) "Vocês pensam que eu não sei que ele é danado..." resume uma série de fatores, também encontrados em outros casos, que auxiliam o entendimento da questão dos limites, que ultrapassa o que pode ou não pode, convencionalmente, ser feito pelos jovens. O fato da mãe esconder do marido os acontecimentos mostra-se muito prejudicial, inclusive porque ambos vivem na mesma casa. Também é prejudicial o fato da mãe permitir que o filho omita sua situação escolar. Em qualquer um dos casos os

resultados logo tendem a aparecer. A relação familiar está baseada em princípios de omissão que o filho acabou por aprender com os pais.

Enfoques Diferentes Família e Escola: Casos em que a família, especialmente a mãe, acaba desejando assumir o lugar da escola são muito perigosos. Primeiro porque tiram a autoridade da instituição e segundo porque deixam o aluno sem saber ao certo a quem atender. Não se trata de impedir que os pais façam sugestões de âmbito pedagógico, mas de delimitar a área de conhecimento em que cada grupo irá atuar, mais incisivamente, de acordo com sua competência. À escola cabe o ensino e o acompanhamento da aprendizagem, entre outras tarefas educativas. À família cabe o auxílio na organização escolar, enquanto o aluno estiver no espaço doméstico, cabe-lhe, também, transmitir equilíbrio emocional e afetivo para sua formação humana. Se cada um desempenhar bem o seu papel não é preciso avançar de maneira equivocada evitando correr tantos riscos de inadequações.

Muitos vezes o aluno não consegue se adaptar e se manter de maneira adequada porque tanto a família quanto a escola, por algum motivo, não apresentam unidade de princípios e concepções de educação. Assim, por não haver coerência entre os valores da família e da escola, surgem procedimentos negativos por parte do aluno e prováveis descontentamentos por parte da escola e da família. Choques de princípios costumam ser nefastos para a educação do adolescente. Nesse caso a única alternativa possível é que ambos, família e escola, encontrando-se, coloquem seus questionamentos e, juntos, procurem uma solução.

Mesmo entre seus pares, onde, supostamente, o jovem tem maior independência, chegando a responsabilizar-se quase que totalmente por suas decisões, não se pode atribuir pequena importância à família - ao contrário - ela adquire, nessa etapa, maior responsabilidade na intensidade e na qualidade de sua presença junto aos filhos. Pode-se perceber a orientação que o jovem recebeu de sua família, através de suas atitudes, a maneira como se relaciona com os demais, o grau de responsabilidade com que assume seus compromissos, etc. Pode acontecer da família não concordar com

decisões tomadas pelo jovem, mas não pode deixar de comprovar que a maneira com que ele o faz carrega consigo, ao menos em parte, muito de sua formação.

Ainda a respeito do comportamento dos pais, ao longo do período de observação, pudemos perceber uma estreita relação e identidade, entre ambos, dentro da escola. Ainda que a idade, a linguagem, as brincadeiras, as observações sejam específicas de cada um deles, a opinião, o nível de participação, a adesão aos projetos e atividades escolares, a disponibilidade apresentada, são muito parecidas entre pais e filhos. Daí se conclui o quanto os pais são responsáveis pelo procedimento dos filhos na escola. E esta igualdade independe da faixa etária dos filhos e da fase escolar que vivam. A relação é perceptível nas várias etapas de crescimento. (SANTOS, 1992). Significa que: quando os pais manifestam publicamente sua opinião sobre a escola, o filho também o faz, sem reservas ou constrangimentos.

Na fase infantil, existe uma adesão espontânea da criança ao seu modelo familiar. Por isso, a criança "carrega" a opinião de sua família onde quer que esteja inclusive no interior da escola em que estuda. Ela transmite a visão da família sobre a avaliação e os procedimentos implícitos no projeto político pedagógico de sua escola. Já na fase adulta, mesmo que haja uma assimilação de novos parâmetros, fruto das relações sociais que o sujeito estabelece, os alunos continuam reforçando e, às vezes, reproduzindo mesmo muitos princípios, valores e conceitos adquiridos ao longo da vida,<sup>40</sup> dentro de sua família incluindo a visão que esta possui da escola que o filho frequenta. Pode-se observar inclusive que é comum pais que estudaram em uma escola escolherem a mesma para que seus filhos estudem declarando que o fazem por motivos de ordem muito mais afetiva que pedagógica. Ou mesmo o aluno ingressar na escola já possuindo as "informações" sobre ela por ter tantas vezes ouvido em casa comentários e detalhes sobre seus procedimentos. Nesse caso, é possível que ele manifeste uma postura parecida com a da família em relação à escola e aja de acordo com ela, ao ingressar. Se a ação é positiva, a possibilidade de êxito do aluno é maior. Mas se a visão dele sobre a escola é outra, as dificuldades de adaptação e aceitação podem ser maiores. Por exemplo, quando um dos membros da família diz que a escola "é muito legal na parte esportiva, mas os professores são chatos e exigentes", pode ser que o aluno ingressante

---

<sup>40</sup> É como se os filhos fossem aumentando seu leque de influências sem deixar de possuir as marcas mais profundas de



chegue na escola com uma impressão pré determinada e aja de acordo com ela - ele poderá, desde o início, se relacionar bem com os colegas e aguardará com muita ansiedade o horário do recreio para a prática de esportes, mas haverá um distanciamento dele, ao menos no início, em relação aos professores e suas propostas. É possível que o pré-conceito de um aluno ao ingressar em uma escola, aliado às informações que lhe foram fornecidas acabe por dificultar ou retardar o que ele poderia já estar usufruindo na instituição. O trabalho de “conquista” que a escola necessitará fazer é muito maior do que com o aluno que entra sem prévias impressões. Diga-se, também, que o processo de aceitação tanto pode levar certo tempo, como pode nunca ocorrer, resultando na saída prematura do aluno, no caso da escola não apresentar um modelo de ensino que conquiste o jovem.

Além da fase infantil e da fase adulta, já citadas acima, a adolescência - fase com a qual trabalhamos e onde a pesquisa se concentra - é o período em que os jovens tentam se rebelar contra os conceitos apreendidos no interior da família. Mesmo assim, percebe-se claramente a identidade entre eles e os pais e entre as opiniões de ambos os grupos. Nessa fase, os jovens procuram se distanciar dos pais para assim adquirir sua própria identidade. Desejam independência, privacidade e autonomia. Imaginam que ao lado dos pais seus desejos jamais se realizarão. Daí muitos jovens decidirem morar fora da casa dos pais, estudar fora de sua cidade, casar, viajar, etc. Para eles, a autonomia é mais difícil se os pais estão por perto. A escolha da escola para estudar poucas vezes é aceita se for uma opção dos pais. No caso dos amigos, se a família não os aceitar, eles preferem escondê-los ou omiti-los do que trocá-los por outros. Os hábitos são transformados, preferencialmente, em bandeira de contestação. A família, enquanto instituição, é negada. Os pais são requisitados muito mais para prestarem favores absolutamente indispensáveis, do que como companheiros. Os adultos são quase sempre, ignorados. Nesse leque de pessoas estão os professores e os funcionários da escola em que estuda. O aluno adolescente, nesse período, tem grande dificuldade de aceitar regras e normas mesmo que se mostrem necessárias e indispensáveis. Pode ser que individualmente ele as aceite, mas quando ele está “no grupo de amigos” as mesmas normas se tornam obstáculo. Aliás “o grupo”, “a tribo”, “a tropa” são respeitados e

---

sua educação familiar.

ditam a maior parte das condutas. Por isso, muitas vezes, pais e professores se vêem isolados e, em casos extremos, desanimados e vencidos.

Mesmo nessa fase, a mais difícil de se perceber a presença dos pais na escola através dos filhos, e a influência que exercem sobre eles, é possível detectá-las. Mesmo que não compareça diariamente, a família pode estar presente, em grande parte, nas atitudes tomadas pelo filho. Em princípio ele pode se colocar independentemente da família. Mas quando surgem as primeiras alegrias ou frustrações, ele age demonstrando certo grau de identidade com seu grupo familiar.

Para FREINET (1974: p.33):

*“ Deve-se dar, portanto, uma atenção minuciosa a todos os elementos vitais do nosso filho, sabendo que tudo aquilo que se faça de mal ou de errado na sua presença o poderá marcar, que o bem o influenciará beneficentemente...”*  
*“...A partir da hora em que nosso filho nasce não podemos esquecer nunca, em momento nenhum, que temos junto de nós não um ser amorfo, ainda não desperto para a vida, mas sim um organismo de uma sensibilidade extrema que registra sem o saber, e também contra a nossa vontade, as impressões mais sutis e que nós julgamos o mais afastadas possível da sua compreensão...”*

Ora, se desde os primeiros momentos de vida a criança absorverá e assumirá as atitudes perante a vida de acordo com a relação existente no interior da família, significa que a influência dela em todos os campos da vida do filho será real, marcante e possivelmente permanente. Ressaltamos aqui o significado que pretendemos atribuir à palavra permanente. Não se trata da permanência de atitudes que resultam em procedimentos imutáveis ao longo da vida do indivíduo, mesmo tendo ele outras interferências, contribuições ou ainda experiências que lhe demonstram a necessidade de modificar alguns comportamentos, principalmente se ele teve possibilidades emocionais e cognitivas para entender a importância das mudanças. Estamos nos referindo à permanência de atitudes ligadas a uma mais intensa influência familiar que pode ocorrer por vários motivos: em consequência da natureza do nascimento daquele filho (a), longo tempo de convívio, ausência de fatos como separação dos pais e destes com os filhos, tipo de convivência estabelecida, relações que foram criadas entre os membros do grupo, tempo de convívio diário, ausência ou existência de violência, agressão física, agressão psicológica ou carinho, atenção e diálogo entre todos daquele núcleo.

O caso 32 relatado na página 153 *“Por que as normas são importantes?...”* pode auxiliar a observação das situações em que os enfoques diferenciados entre a família e a escola deixam o jovem em situação delicada. É possível observar aqui a dificuldade da mãe em assumir um papel que, segundo ela, pode afastá-la do filho. Prefere colocar-se como amiga e colega de brincadeiras dele. Mais importante que as roupas e a linguagem, são as idéias que ela transmite ao filho para aproximar-se dele.

O pai, não morando no mesmo ambiente e, afastado compulsoriamente da vida do filho tem dificuldade para perceber os objetivos da escola, escolhendo omitir-se.

Existem casos em que os pais sinalizam sua amizade e seu carinho para com os filhos aproximando-se daquilo que o jovem mais gosta , outras vezes usando roupas e objetos como o dele (as vezes o dele!), outras vezes apropriando-se da linguagem e gestos característicos da adolescência. Normalmente, essas *“manifestações”* tem por objetivo demonstrar que eles (pais) *“estão próximos”, “são amigos”, “entendem o que passa na cabeça do jovem (filho)”*. Observa-se nessa atitude, muito comum, um equívoco na função a ser exercida pelos pais. Alguns casos demonstram que quanto mais os pais tentam se aproximar, por essa via, de seus filhos, piores os resultados. Menos comum é o jovem aceitar essa atitude de um dos pais (ou dos dois). Nesse caso pode acontecer dele perder um importante referencial sobre o papel dos pais na sua vida. É indispensável, especialmente para o adolescente, que pai e mãe desempenhem suas funções. Ter claro esses papéis favorece ao jovem adolescente crescer mais seguro e confiante.

Nesta reflexão, não se dispensa a importância da existência do pai amigo, da mãe colega de passeio, pais confidentes, etc. Tais características podem estar implícitas na função dos pais<sup>41</sup>, mas estes devem assumir prioritariamente a função de pais que implica em uma série de responsabilidades específicas e diferentes de outros papéis como os de tios, avós, amigos, etc.

Diferente do episódio citado, é mais comum casos em que os pais procuram aproximar-se dos filhos pelo uso da linguagem e do vestuário deles e os filhos não aprovam. Dizem que *“não tem nada a ver”* porque os pais estão vivendo outra etapa da

---

<sup>41</sup> Quando nos referimos aos pais assumirem as responsabilidades inerentes a seu papel queremos esclarecer que outras pessoas podem assumir essa função sem serem necessariamente os pais biológicos do jovem. O que importa é que essa função seja assumida sempre pelas mesmas pessoas para que o adolescente não se sinta confuso em relação

vida e tem idade diferente da sua. É comum o jovem fazer comentários como: “*conheço um velho que quer ser mocinho*”. Os símbolos e imagens da fase juvenil são claros e o jovem não gosta de dividi-los com quem não seja de seu grupo.

Pelo caso 14 (pg. 113) “*O menino tem jeito:?...*” é possível perceber que a maneira como a família se relacionava com a escola, tenha contribuído para que os profissionais se sentissem mais responsáveis por orientá-los adequadamente. Seria difícil justificar o insucesso de um aluno com uma família mostrando-se pronta e solícita para atender os pedidos feitos. As justificativas, nesse caso, não seriam convincentes, uma vez que os pais se colocavam “nas mãos da escola” e procuravam dentro dela alternativas para modificar o quadro apresentado pelo filho até a 4ª série. A parceria estabelecida entre a escola e a família parece ter sido o ponto fundamental dessa relação, resultando em benefícios efetivos na vida escolar do aluno.

No caso 05 ( pg.95) “*Vocês não acham que nessa idade isso é normal?...*” parece também existir uma diferença entre o que a família espera da escola e o que esta se propõe a oferecer. Os pais parecem desejar que o filho esteja na escola em período integral, enquanto esta oferece atividades formais em período parcial. Tanto a posição da família quanto a da escola têm fundamento e justificativa. Mas sem dúvida são diferentes. A questão em pauta não é discutir qual das propostas é a mais adequada para a educação dos jovens, inclusive porque a escola funcionando em tempo integral pode apresentar inúmeros benefícios à educação da criança e do adolescente, desde que se estruture para atender os alunos dessa maneira. Quando a escola oferece e os pais aceitam, na matrícula, que o curso seja em período parcial, eles deixam de exigir da escola atividades em período integral. O oposto também é verdadeiro. Se a escola deixa de oferecer aulas, não cumpre rigorosamente seu horário ou outros deveres que constam de seu contrato, os pais têm o direito de cobrar, exigindo da instituição o combinado no ato da matrícula. No caso dessa família parece que ela aceitou, em princípio, a proposta oferecida pela escola, mas posteriormente passou a exigir outros serviços, não previstos por ela.

Percebemos que os pais influenciavam tanto a vida do filho na escola que seu comportamento se respaldava num apoio, já de antemão, estabelecido. Por exemplo, ele

---

as diretrizes e orientações a seguir.

sabia que não necessitava aceitar as normas escolares uma vez que os pais, por princípio, discordavam delas.

Sexualidade: Uma das perguntas mais corriqueiras que se fazem professores e famílias é: a escola deve interferir, de alguma forma, nas atitudes dos alunos, dessa faixa etária, relacionadas à sua opção sexual e conduta adotada a esse respeito? Em princípio, a resposta é não. Entretanto, se a atitude do aluno interfere no desenvolvimento das atividades em sala de aula e na organização da escola é preciso que a escola interfira e com habilidade oriente e ajude o aluno, porque nesse caso, cabe a ela, enquanto instituição de ensino e de formação, essa função. Existem importantes projetos ligados à sexualidade na adolescência que podem ser desenvolvidos, inclusive com a participação da família como parceira no esclarecimento e acompanhamento do jovem. Nesse campo, o adolescente tem, via de regra, muitas dúvidas e interesses que são maximizadas em decorrência da dificuldade em buscar respostas para suas angústias e dúvidas. Normalmente ele o faz através de amigos, ou dos meios de comunicação. Como estes nem sempre estão instrumentalizados para abordar de maneira criteriosa as questões que o envolvem, as dúvidas permanecem e os problemas sentidos pelos jovens acabam aflorando dentro da escola.

Infelizmente muitas escolas não tem se dado conta de que, em sua tarefa de educar globalmente os indivíduos, a orientação sexual aparece como um dos elementos importantes a ser considerado em seu projeto pedagógico. É preciso que haja espaço para que os jovens se manifestem e, mediados por educadores competentes, possam discutir e tomar decisões que certamente serão importantes para o encaminhamento de sua vida adulta. Por isso, projetos como os de orientação sexual, se enriquecem com a participação da família. Seu papel é fundamental para apoiar e dar continuidade ao trabalho iniciado na escola, além da valiosa demonstração, para o jovem, de que ambos - família e escola – trabalham juntos e podem auxiliá-lo. Pudemos observar, na prática, o desenvolvimento de um projeto como esse sendo desenvolvido em uma escola, por uma professora de Ciências (coincidência segundo eles, pois poderia ser outra profissional qualquer que se interessasse em aprender e elaborar um projeto desse tipo), que obteve resultados positivos.

O caso 28 (pg. 145) “*Em casa ninguém fala nada...*” pode servir como exemplo de como os pais, involuntariamente adotando comportamentos inadequados, acabam prejudicando os filhos. É preciso ética e competência ao tratar o assunto (inclusive formalizando-se projetos dentro da escola que contem com a participação de alunos e professores) para que o encaminhamento seja o mais adequado e coerente, objetivando a informação correta e a formação sadia do adolescente, desvinculada de preconceitos e moralismos que em nada contribuem para o avanço dessa temática. Os projetos devem ser centrados no respeito humano, no respeito que o jovem deve ter por si e pelos outros. Com esse enfoque, acreditamos que o jovem possa ter garantia de uma educação sexual adequada e indispensável, nessa fase de sua vida.

Existem momentos concretos em que se observa a presença dos pais na vida dos filhos adolescentes com maior ou menor ênfase. Quando acontece um atendimento com o aluno que antecede ao dos pais, ele fornece pistas do tipo ou do perfil de seus familiares que normalmente são confirmados na entrevista da família. É comum durante ou depois do encontro um dos profissionais se referir ao aluno dizendo que ele “é igualzinho” ao pai ou a mãe. Ou ainda que “sua maneira de pensar é idêntica à da mãe ou do pai”. Algumas vezes até mesmos os gestos ou posturas são lembrados como parecidos. Outras vezes o uso de palavras ou vocabulário idênticos. São elementos que, aliados ao cotidiano do aluno, acabam demonstrando uma visão de mundo similar. É como se a escola “visse” os pais através de seus filhos (alunos).

Finalizando, nos parece, pelos casos apresentados, que se os pais não aderem ao projeto da escola, nenhum esforço pedagógico irá convencê-los da validade total das propostas apresentadas porque elas estarão surgindo independentemente deles e - porque não dizer? - muitas vezes sem sua adesão e até sem o seu consentimento. Pode acontecer dos filhos apresentarem, assim como os pais, algumas resistências ao mesmo projeto proposto e manifestarem sua opinião ao longo de sua vida escolar.

Podemos afirmar, com alguma certeza que, quando a escola exclui os pais de seu projeto educativo, ela poderá ficar em uma posição cômoda na medida em que o nível de questionamento sobre suas ações será pequeno. Mas é possível que deixe de

contar com a rica participação e contribuição dos pais que são, em parte, responsáveis pela formação do cidadão que ela, escola, anuncia desejar. Além disso, os pais podem ser aliados no processo de construção do conhecimento do aluno, desde que estejam disponíveis para, de fato, ajudarem a organização de parte da vida estudantil à qual o professor não tem alcance ou seja, consultas a bibliotecas, a material de apoio extra classe, leituras complementares, motivação para vistas ligadas ao tema estudado, etc.

Todo o tempo existe um movimento de interface entre os pais, os alunos e os professores. São os pais comparecendo na escola e "pedindo" ajuda ou esclarecimentos aos professores. São professores procurando pais para exigir, pedir, sugerir apoio ou responsabilidades que podem ou não ser deles. São alunos buscando junto ao professor saídas ou reivindicando direitos, justos ou não, mas sempre procurando serem assistidos pedagogicamente e, muitas vezes, emocionalmente. São professores buscando alunos para juntos ou individualmente alcançarem seus objetivos. São pais buscando, via escola, que seus filhos os compreendam. São filhos buscando - via escola- serem ouvidos e assistidos afetiva e emocionalmente por seus familiares.

E nessa dinâmica como não perceber, nas formas avaliativas informais os valores e atitudes dos pais na vida escolar dos filhos? Como não perceber a presença dos pais na escola através de seus filhos? Como não perceber o quanto eles influenciam a vida escolar dos adolescentes pesquisados? Como não perceber enfim, qual a postura das famílias diante da escola?

São movimentos e relacionamentos que esperamos terem aflorado na presente pesquisa.

## **IV. CONCLUSÃO**

### **1. REFLEXÕES SOBRE A FAMÍLIA E A ESCOLA**

Analisando o conjunto de questões respondidas pelos pais, por ocasião da pesquisa para o trabalho de dissertação de mestrado em 1995, pudemos observar, por um lado, uma porcentagem representativa deles manifestando o desejo de não participar de nenhuma atividade da escola e as razões apontadas devem ser levadas em conta: falta de tempo, trabalho fora da cidade, necessidade de utilizar o tempo "livre", principalmente os sábados, para organização da casa etc. A postura familiar, no entanto, encontra eco na própria postura dos filhos que, assim como os pais, também freqüentam pouco a escola em outros períodos. Assim, as propostas feitas a eles têm maior adesão quando se restringem ao horário de aulas. Em atividades fora do horário escolar a presença dos alunos diminui consideravelmente. Tanto os pais como os próprios alunos justificam suas ausências alegando compromissos pessoais ou a rotina familiar que não inclui atividades escolares além dos períodos convencionais. Por outro lado, a observação demonstrou que os pais que comparecem à escola sempre o fazem acompanhados de seus filhos. Também os alunos que mais freqüentam a escola sempre têm nos pais figuras presentes, se não em todos os momentos, pelo menos na maioria deles em que atividades acontecem paralelas aos dias letivos. O oposto também é verdadeiro. Os alunos que nunca freqüentam a escola, além dos dias e horários normais de aulas, são filhos de pais que raramente marcam presença, convidados ou não, porque atualmente as famílias se envolvem com várias atividades que não se restringem mais somente à escola de seus filhos, como ocorria antigamente, quando a escola era, principalmente nas cidades do interior, um centro de aglutinação da população e era uma das responsáveis, além da igreja, do clube e das praças, pelos encontros sociais e de lazer da localidade. Hoje a escola é o local onde as famílias e os próprios alunos buscam, preponderantemente, a formação acadêmica. É importante, porém, considerar que nem sempre a escola consulta as famílias para planejar eventos e por isso não consegue atender às expectativas delas. Além disso é bom lembrar que a faixa etária dos alunos



modifica a intensidade da participação das famílias. Quanto menores eles são maior a participação das famílias nas atividades escolares.

Ainda que queiramos contestar essa realidade, entendendo que a participação de todos é fundamental, não é possível ignorar que a escola já não desempenha mais um papel aglutinador na sociedade. Esta é uma das razões que pode ser apontada para o afastamento dos pais, mas outras existem e devem ser mais profundamente analisadas. Caso contrário, ficaremos limitados a tentar desvelar uma interrogação nos indagando se os pais não comparecem à escola por falta de opções e chamamentos ou se a escola não os chama porque eles já não comparecem.

Nesta linha de reflexão, cabe registrar um estudo comparativo, paralelo a esta pesquisa, acerca do trabalho das mães fora de casa<sup>42</sup>. Dados coletados em 1986, por nós, na mesma escola, apontavam que um número elevado de mulheres/mães (quase 80% delas) não trabalhava fora de casa naquele período. Hoje, através de nova pesquisa, na mesma escola, pudemos notar que o quadro vem se modificando e atualmente 50% das mães possuem uma atividade fora do lar, seja como trabalhadoras autônomas ou como assalariadas. Um dado não registrado na pesquisa anterior e, até certo ponto, ignorado pela escola era o do emprego de várias mulheres/mães fora da cidade de Campinas. Dele resulta a necessidade dos filhos se deslocarem sempre com as mesmas pessoas e em horários que não mais permitem flexibilidade, para encontros de jovens e outras atividades afins. Também por conta de tal situação, os trabalhos em equipe, considerados pelos profissionais que atuam na escola absolutamente indispensáveis para o desenvolvimento intelectual e cognitivo do aluno, ficam comprometidos. As famílias só os permitem em casos de extrema necessidade, especialmente quando os mesmos tendem a ocorrer fora do horário de aulas e do ambiente escolar.

Vários fatores contribuíram para um novo olhar sobre o papel da mãe trabalhadora, da mãe responsável pela educação infantil, do pai provedor. Tais fatores resultaram na reorganização da família e conseqüentemente em um novo papel para os filhos dentro dessa “nova” família. Aparece aí a responsabilidade da escola com a educação da criança colocada nesse novo ambiente educativo. Nesse sentido, ROSEMBERG (1995: p. 168-169) pergunta:

---

<sup>42</sup> Esse levantamento foi realizado entre 947 mães de alunos de 5ª a 8ª série da escola pesquisada, em maio

*“ Por que a família, em especial a família burguesa, estaria abrindo mão da exclusividade dessa função que, no começo do século, era considerada como seu dever natural, a única forma de garantir a sobrevivência física, a sanidade psicológica de sua prole e, portanto, sua própria posição na hierarquia social?”*

Para a autora vários elementos contribuíram para a mudança na configuração e na organização da família na sociedade atual. Dentre eles destaca as novas atribuições que a mulher vem assumindo em vários campos, assim como o novo olhar que ela, tanto como mãe, quanto em outros setores, vem adotando em relação à criança pequena.

No caso mais específico da figura materna, podemos observar no modelo atual uma pessoa que oscila entre o papel da mulher na sociedade moderna, que é de atuação efetiva no mercado de trabalho, e a sua função clássica no interior da família. Neste movimento ela acaba se sentindo culpada, quando tem que desempenhar vários papéis como o doméstico, o profissional, o de educadora dos filhos, etc. Tais papéis incluem a imposição de limites para as pessoas que convivem em um mesmo espaço. Costumeiramente, lhe cabe a tarefa de, em casa, atribuir tarefas aos filhos, organizar a rotina familiar, combinar com os membros da família as atividades cotidianas. Nessa trama de tarefas ela acaba por assumir algumas “culpas” pelo que deixa de fazer ou pelo que não é feito de acordo com o que se espera dela, enquanto mãe. No presente trabalho, teremos oportunidade de observar vários casos, ainda que resumidos, onde esta realidade aparece.

TIBA, terapeuta de adolescentes, (1996: p.66-67) se expressa sobre a questão:

*“Nas últimas três décadas, a tradicional divisão de papéis entre o homem e a mulher sofreu grandes alterações. Atualmente, ambos já não recebem mais uma educação formal tão diferenciada. As moças pleiteiam as mesmas faculdades e ocupam espaços cada vez maiores no mercado de trabalho. Com isso, a clássica divisão de tarefas pai/provedor, mãe/rainha do lar foi modificada...Isso é muito bom! A mulher poderia aproveitar essa percepção para iniciar um movimento que lhe garantisse uma posição melhor no mundo. O problema surge quando, por não enfrentar esse contexto novo com tranquilidade, a mãe começa a se cobrar e a querer fazer coisas demais, como uma espécie de punição por ter abandonado os filhos, passando tanto tempo fora de casa. Se, por um lado, a mãe que trabalha fora leva a vantagem de poder enxergar como se sobrecarrega e cria filhos folgados,*

*por outro, corre o risco de exagerar e aumentar ainda mais a sua carga, por julgar que sua ausência lesa as crianças”.*

Apesar do autor fazer uma interpretação pessoal do papel da mulher na sociedade, ele pontua uma importante questão: Como a estrutura familiar atual interfere na educação dos filhos? Desta questão se pode deduzir outras como: o mercado de trabalho permite à mulher conciliar, com tranqüilidade, papéis como o de mãe e mulher? A luta pela conciliação destes papéis causa uma sobrecarga de trabalho à mulher? Como a mulher lida, no contexto familiar, com os vários papéis que desempenha?

Cabe lembrar que, embora o novo papel da mulher tenha como uma de suas conseqüências a modificação do atual perfil da família, esta não deixa de ser um importante núcleo de crescimento e aprendizado conjunto para as crianças e os adolescentes.

Sobre a fundamental importância da família, assim se expressa PESTALOZZI:

*“Não há livros, não há métodos artificiais que possam substituir a educação em família. A melhor história, o quadro mais emocionante visto num livro são para a criança como a visão de um sonho sem vínculos, sem seguimento, sem verdade interior. Pelo contrário, o que se passa em casa, sob os olhos da criança, liga-se naturalmente, no seu espírito, a mil outras imagens precedentes, pertencendo à mesma ordem de idéias e, portanto, têm para ela uma verdade interior.” ( apud FREINET, 1974, p:14)*

Este autor atribui grande importância à família na educação do indivíduo. Mesmo concordando, em parte, com o autor é preciso esclarecer o contexto histórico em que viveu e expressou suas idéias. Tratava-se de uma sociedade em que a família se estruturava de maneira diferente dos dias atuais. A mulher, figura constantemente presente em casa, era quase inteiramente responsável pela educação dos filhos. Estes estavam sempre em companhia de um grande número de pessoas que conviviam juntas em uma mesma casa. A estrutura era patriarcal. Principalmente no meio rural, a educação acadêmica não ocorria, como nos moldes atuais, fora do ambiente familiar, mas acontecia na própria casa, onde as crianças liam, desenhavam e aprendiam a escrever. Assim, a qualidade e o desenvolvimento nos primeiros anos de vida da criança

- primeira infância- estavam sob a responsabilidade da família. Na década de 20<sup>43</sup>, apesar das mudanças como o surgimento das cidades e a abertura de muitas escolas no meio urbano, as famílias (pais) exerciam uma influência forte e dominante. As imposições eram consideradas normais para a opção profissional, afetiva, familiar, financeira, etc. Os filhos aceitavam e cumpriam as “ordens” dadas. De maneira geral, era nesse contexto que se vivia. A partir dos anos 60, diferentemente, a “rebeldia” passou a caracterizar a sociedade e os filhos passaram a negar os princípios vigentes e norteadores da conduta especialmente se fossem oriundos da família.

TIBA (1996: p.56-57) retrata da seguinte maneira o quadro comparativo entre as décadas de 20, 60 e 80:

*“No passado, o limite era castrador. ...o pai tornava-se uma figura distante, ameaçadora e punitiva. Como resultado, esse tipo de educação gerou nos filhos uma revolta íntima e formou dentro deles um grande desejo: “Quando me tornar pai, serei diferente: carinhoso, afetivo, aberto para conversas, enfim, amigo do meu filho”. Junto com esse desejo havia o de sair de casa. À medida que se tornassem independentes, sobretudo na adolescência, menos os filhos se submetiam. Formalmente, poderiam até estar submetidos, mas utilizavam recursos compensatórios. ...Nesse período, o mercado de trabalho no Brasil estava em ascensão... As meninas começaram a sair de casa, a trabalhar... O que aconteceu depois? Esses pais viraram anti-repressivos e tiveram dificuldade para impor limites a seus filhos. Quando as crianças passavam da conta, tamanha era sua birra à proibição e o medo de reprimir que simplesmente deixavam fazer”.*

Vigoravam as orientações externas<sup>44</sup>. A influência da família era praticamente nula e as orientações oferecidas por ela passaram a ser ignoradas. Era a época dos posicionamentos radicalmente opostos aos do início do século. As famílias transitam entre o desejo de influenciar e até dominar, que as caracterizava na década de 20, e a necessidade de manter a privacidade do jovem, tão propagada por ele como fundamental para seu crescimento físico e mental, assim como para seu equilíbrio emocional, característica da década de 80. Nos anos 60, a vontade de sair da casa dos pais e fazer escolhas próprias incluía também a desistência do estudo. Muitos jovens passaram a

---

<sup>43</sup> Outros detalhes podem ser encontrados no livro “Modernização sem Mudança: a indústria açucareira em Pernambuco 1840-1910” do historiador Peter Eisenberg. Nesta obra, através do estudo da economia brasileira no final do século, o autor retrata a organização social da época e a estrutura da família brasileira daquele período.

<sup>44</sup> Entenda-se aqui orientações externas como aquelas orientações adquiridas no grupo de amigos, no grupo de colegas de escola, no grupo ligado a lideranças positivas e negativas no grupo de lazer, etc.

trabalhar em troca de um salário para seu sustento, demonstrando com esse gesto a independência que desejavam ter em relação aos pais. Com isso a família adotou um distanciamento da escola que, com o passar dos anos, passou a ser encarado com normalidade. Para os pais que tinham os filhos dentro das escolas o comparecimento não era compulsório. Conseqüentemente poucos pais compareciam para retirar boletins ou assinar registros que mostrassem a vida escolar dos filhos. Se por um lado a família começa a abrir mão de suas obrigações elementares, enquanto segmento responsável pela orientação e conduta básica do indivíduo, por outro a escola incentiva e se simpatiza com esta opção não fazendo nenhum chamamento que destaque a importância da presença dos pais, muitas vezes impedindo a organização deles em associações representativas. Assim, a escola se coloca em uma posição cômoda de autonomia não necessitando dar satisfações de sua diretriz educacional às famílias. Esta é a escola irresponsável que existe ainda hoje: deixa de comunicar aos pais os principais acontecimentos da vida do filho, não assume seus próprios equívocos com facilidade, deixa de se comunicar com os pais por saber que isso demanda esforço e acaba por fechar-se em si mesma, não tomando decisões em parceria com os pais.

Os pais, por seu turno, assumem um distanciamento do cotidiano da vida dos filhos no que diz respeito à escola. Para muitos, não participar acaba sendo mais interessante uma vez que têm outras atividades que não podem deixar de assumir. Para a escola, a ausência da família significa poder decidir sozinha, levando em conta seus próprios interesses. Assim surge a FAMÍLIA AUSENTE<sup>45</sup> ou seja, aquela que transfere algumas responsabilidades que seriam suas para outros setores que acabam se ocupando, nem sempre de forma adequada, da educação<sup>46</sup> da criança e do adolescente como as escolinhas de esportes, centros musicais, academias esportivas, etc.

No interior da FAMÍLIA AUSENTE existem pessoas com características próprias que ao se somarem, compõem um grupo específico: o irmão que "nada sabe de nada", o pai que faz de conta que tem o domínio do que ocorre dentro de casa, mas ao ser indagado demonstra ignorar a maior parte dos acontecimentos domésticos, a mãe que

---

<sup>45</sup> Denominação escolhida e de responsabilidade da pesquisadora para um grupo familiar com as características expostas no texto.

<sup>46</sup> Entenda-se aqui educação tão somente como orientações, procedimentos, estabelecimento de limites, organização dos membros do grupo e encaminhamentos rotineiros necessários para o desenvolvimento cognitivo, afetivo e emocional de seus componentes.

acha que todos lhe contam tudo que se passa em casa e, esporadicamente, ao verificar que isso não ocorre, que desconhece fatos, entra em pânico ou ainda sai em defesa incondicional de seus pares.

A organização familiar citada pode vir a ser a mesma que, em outro momento da vida do jovem, se ocupa de orientar sua escolha profissional. Considerando ser este um dos momentos mais importantes da vida do adolescentes, é compreensível que todos se ocupem dele. Os pais desejam que a escola freqüentada pelo filho esteja apta e o prepare para ingressar em uma faculdade. Algumas vezes, os pais fazem escolhas de carreiras para os filhos desde a primeira infância. Por tal razão a preocupação com a questão do vestibular se manifesta desde a Educação Infantil, momento em que os filhos ingressam na escola, principalmente no interior das classes sociais mais privilegiadas. Esta não deixa de ser uma intervenção real dos pais na vida escolar do filho. Não estamos nos referindo à preocupação natural dos pais com a escolha de uma profissão adequada ao perfil do filho, mas sim à atitude de impor uma profissão visando carreiras que garantam sucesso e ascensão social. Atualmente esta postura tem sofrido inúmeras críticas e contestações, uma vez que a titulação já não garante a colocação no mercado de trabalho nem tampouco a manutenção do emprego. De qualquer forma há, por parte de muitos pais, no momento de escolherem a escola para seus filhos pequenos, a preocupação de escolher escolas que propiciem ingresso em boas escolas de terceiro grau assim como carreiras que tenham mercado de trabalho garantido. Neste modelo familiar, não estariam os pais exercendo grande influência sobre os filhos na medida em que manifestam sua opinião acerca da escolha profissional que eles devem fazer? Será que a dependência financeira dos filhos faz com que os pais tenham maior facilidade na condução dos caminhos que eles - pais - consideram importantes para serem os filhos? Será que os pais têm a percepção do mecanismo que o sistema lhes impõe? Será que a rebeldia dos jovens passa somente pelo campo das idéias ou também pela vontade de se libertarem do poder financeiro dos pais? Se assim for, estaremos explicando, ainda que parcialmente, um outro aspecto da influência que os pais exercem sobre seus filhos. Considerando que muitos pais pagam o estudo dos filhos e em algum momento da vida deles fazem sugestões incisivas relacionadas ao seu futuro profissional, é possível que a influência dos pais tenha um forte componente financeiro/ econômico? Por este

raciocínio, uma outra questão se coloca. Será que os pais, ao escolherem uma escola para os filhos, nos primeiros anos da vida deles, estão preocupados com a formação humana, o desenvolvimento do espírito crítico, a realização individual e comunitária ou a escolha recai sobre aspectos citados anteriormente?

O que não se considera neste contexto é a delicada situação do jovem que acaba sendo cobrado tanto pela família como pela escola. Na família, ele é cobrado por deixar de assumir responsabilidades independentemente de estar preparado para tal e, de igual forma, ele é cobrado pela escola por não assumir posturas consideradas possíveis para sua idade.

Retomando PESTALOZZI (INCONTRI,1997) que considera a família responsável, em primeira instância, pela formação mais ampla do indivíduo e principalmente pela relação que ele estabelecerá com os outros indivíduos ao longo da vida, fica a questão: se temos a família como veículo de educação preponderante, é possível que outros segmentos tenham a mesma significação educacional para o sujeito? A educação familiar não “diminuirá” com o passar dos anos? Apesar de concordamos com o autor acerca da importância da família entendemos que em nossos dias, a educação familiar se dá, também, em outro contexto, porque os membros da família têm uma relação sustentada em outras bases - a mãe ausente mais horas, a autonomia dos membros da família, a responsabilidade atribuída a cada um, etc.

Outro autor que também destaca a influência da família na educação dos filhos, com ênfase, é FREINET<sup>47</sup>. Ele utiliza em seu discurso algumas palavras que atualmente adquiriram novo significado comparado aquele que possuíam na época em que ele escreve (1948). O termo “fingimentos” por exemplo é utilizado não como uma atitude de deturpação ou de desestruturação de um acontecimento mas, segundo ele, a criança finge na tentativa de convencimento de seu desejo. Seria hoje o que se entende mais carinhosamente como um “dengo” ou uma “manha”. Há também em seus escritos uma tendência a moralização de alguns aspectos, como o religioso. Menciona várias vezes o pecado, o castigo divino e os costumes daquela época tais como o castigo físico necessários à criança. Compreendendo o contexto histórico em que vivia podemos sem temeridade separar essas idéias -desatualizadas para nossos dias- e continuar usufruindo

---

<sup>47</sup> Trata-se de um autor que, como Pestalozzi, para ser compreendido, requer um olhar acerca do momento histórico

daquelas que incontestavelmente contribuem para a análise e o entendimento de nossa realidade. Ele viveu entre 1896 e 1966, período em que ocorreram as duas Grandes Guerras e com elas uma gradativa transformação de hábitos e costumes, inclusive a inserção das mulheres no mercado de trabalho e uma reorganização na educação dos filhos. No mesmo período vigorava também, o modelo masculino de dominação sobre o mundo feminino e o mundo infantil. Assim a educação tinha um caráter repressor, moralista e discriminatório, típicos da época mas se comparados aos dias atuais completamente ultrapassado e equivocado. A criança deveria obedecer sem questionamentos o pai, aceitando imposições de caráter econômico, social e pessoal. Com isso as obras desse autor nos dão elementos bastante interessantes e intrigantes<sup>48</sup>. A contemporaneidade de suas idéias é incontestável independente de uma ou outra palavra que o tempo modificou sem contudo comprometer o sentido das reflexões do autor.

Sobre a primeira infância<sup>49</sup>, FREINET (1974: p.24) expressa: “*A ciência psicológica e psicanalítica revelou que as qualidades essenciais do adulto têm a sua origem em toda essa primeira infância.*”:

Assim as características pessoais do sujeito no convívio fora da família não estão desvinculadas do relacionamento que manteve dentro dela. Daí a constatação de inúmeros traços que, adquiridos na vida, são oriundos do aprendizado no interior da família. Não desejamos aqui, entretanto, ignorar a individualidade das pessoas uma vez que o raciocínio não deve ser simplista indicando que TODOS são iguais dentro de uma família. Evidentemente consideramos que os traços genéticos e individuais são formativos dos traços de personalidade e influenciam o indivíduo em vários aspectos. Mas, mais do que isto, os hábitos, princípios e características básicas são criados e desenvolvidos no interior da família, tanto quanto fora dela. Crescendo, as normas aprendidas na família podem se transformar em hábitos que acabam influenciando no modo de viver, pensar e posicionar-se diante de situações conflitantes, fazer opções de vida - inclusive estudantil, profissional, afetiva - que serão "ensinadas" para outros membros e assim sucessivamente.

---

em que viveu pois este tem uma forte ingerência sobre toda sua obra.

<sup>48</sup> Aqui estamos nos referindo principalmente aos escritos do autor denominado Conselhos aos Pais de 1948.

<sup>49</sup> Para o autor todo o desenvolvimento da criança, inclusive sexual, ocorre nas experiências vividas no grupo familiar, especialmente nesse período.



Por esta lógica se deduz a impossibilidade de existirem mudanças para um indivíduo. Assim, se ele, por exemplo, nasce em um lar onde os membros são desonestos, ele também o será. Dessa maneira, de nada adiantam as interferências externas uma vez que o "destino" dele já estaria traçado. Para que escola, agremiações, amigos, instituições políticas e religiosas se ele não tem chances de transformação? Para WEIL (1994:p.22) existe tanto um temperamento definido pela sociedade em que se vive como: “...traços da personalidade com os quais nascemos e que fazem parte da nossa constituição...”

Para ele existe também o caráter que é determinado independentemente do nascimento (ibidem1994: p.24): “*O Caráter de uma pessoa é resultante da ação do meio ambiente sobre o temperamento*” .

Concluindo, podemos entender que a família assume um papel fundamental no desenvolvimento ao longo da vida do sujeito, aliada às demais influências do meio em que vive. Esta influência se dará mais fortemente na fase infantil, entrando em decréscimo nas demais fases de desenvolvimento sem, contudo, deixar de ocorrer. Pode acontecer do indivíduo se afastar de sua família ao longo da vida, mas as influências familiares poderão ter sido suficientes para não serem mais esquecidas.

Apesar dos riscos de algumas afirmações, pretendemos não omitir, por ter sido objeto de muitos anos de observação no trabalho cotidiano, a inquestionável influência familiar na vida das pessoas. Como procuramos demonstrar, é muito mais difícil para o sujeito modificar princípios adquiridos em família do que aqueles aprendidos fora dela. Por isto, todas as ingerências possíveis ao longo da vida como, e principalmente, a escola, contarão com a presença invisível dos pais em seu interior, transmitindo e transferindo para a escola - através da presença diária do filho nela- sua conduta, idéia, posição e expectativa.

O último texto escrito por Paulo Freire antes de sua morte, publicado em reportagem no jornal Folha de São Paulo, por ROSSETTI (1997) e SCHLEGEL (1997), faria parte de um livro chamado “Cartas Pedagógicas”. Nele o autor procuraria descrever a vinculação da educação com o cotidiano das pessoas e com a vida política do país. Era objetivo do autor dirigir seus próximos escritos a um público externo às escolas,

especialmente aos pais e famílias que apesar de não estarem dentro da instituição, acabam por influenciar a vida escolar de seus filhos.

Dizia:

*“ Eu estou pensando em dirigi-lo aos pais, às mães aos meninos também- é mais difícil, por causa da minha linguagem – às professoras e professores. É sobre determinados envolvimento nossos na vida em casa, na relação doméstica, na relação da escola, da rua, procurando esclarecer como essas relações têm muito que ver com o destino democrático do Brasil. Não creio que a pedagogia seja tudo, mas creio que sem ela também não se faz nada”*

Assim como o autor, consideramos de fundamental importância a convivência entre pessoas no ambiente familiar. Além disso entendemos a grande influência da escola na formação dos indivíduos e ao longo de suas vidas, pois os mesmos podem estar ligados à instituição escolar tanto como alunos, quanto como professores, administradores, pais de alunos, etc. A forma como os indivíduos estão ligados à escola e entre si – como no interior da família - atualmente tem relação direta com a estrutura da sociedade contemporânea.

No caso da família, nos grandes centros urbanos, percebemos uma organização menos centralizadora, se comparada ao modelo existente no século passado. A própria situação da mulher, trabalhando fora de casa, a obriga a ausentar-se e deixar os filhos com outras pessoas ou - mais frequentemente - em escolas. Muitas crianças ficam em creches, berçários e escolas em período integral, desde os primeiros anos de vida. Outras crianças ficam nas escolas em período parcial, e mesmo retornando às suas casas, no caso de crianças maiores e adolescentes, é comum elas próprias serem responsáveis por organizar seus estudos acadêmicos longe dos pais ou de sua supervisão. O quadro, cada vez mais rotineiro, acaba por atribuir à escola um papel relevante na educação das crianças, adolescentes e jovens. Atribuição que, muitas vezes, a escola assume por saber que a família, por inúmeros motivos, não tem condições de assumir.

MORAES (1994, p: 24) aponta que a mudança na estrutura familiar da atualidade é resultado das transformações mais gerais da sociedade moderna:

*“A garantia de uma infância feliz remete, por sua vez, ao estatuto da maternidade, as responsabilidades paterno-maternas e ao eventual papel do Estado. A satisfação das necessidades infantis supõe a presença de adultos*

*aptos a desempenharem as funções materno-paternas. No entanto, as sociedades contemporâneas vivem uma crise das funções masculinas e femininas dadas as incompatibilidades entre vida familiar tradicional (marido provedor, mulher dona de casa em tempo integral) e a crescente profissionalização feminina. Os efeitos dessa crise, por sua vez, aparecem na progressiva diminuição do tamanho da família e na redefinição dos estilos de vida. No Brasil também o processo de intensa urbanização das últimas décadas e as conquistas democráticas obtidas no campo dos direitos individuais constituem outros fatores que impulsionaram as profundas transformações ocorridas nas relações familiares.”*

No interior da sociedade moderna é que se encontra a família que também passa por grandes transformações. Em decorrência disso também enfrenta algumas dificuldades para assumir sua função na educação dos filhos.

TIBA (1996, p:11) acrescenta que a inadequação no cumprimento de obrigações básicas para educar não se restringe à família mas, a escola, igualmente responsável, deixa de cumprir seu papel formativo. Para ele:

*“Os grandes responsáveis pela educação dos jovens, a família e a escola, não estão sabendo cumprir o seu papel. O que se observa hoje é a falência da autoridade dos pais em casa, do professor em sala de aula, do orientador na escola. Onde foi que os educadores se perderam? Antes de responder a pergunta, é preciso levar em conta que essa geração viveu a questão da disciplina de um modo peculiar e sofrido. Para facilitar a compreensão, vou chamar de primeira a geração dos avós, de segunda, a geração dos pais e professores, e de terceira, a geração dos jovens. Pois bem, a primeira educou seus filhos de maneira patriarcal, com a autoridade vertical, isto é, o pai no ápice da linha e os filhos na base dela. Com isso, a segunda geração foi massacrada pelo autoritarismo dos pais. E decidi refutar esse sistema educacional na educação dos filhos. ...As intensas mudanças vividas, de maneira muito rápida, pela segunda geração tiveram um custo na educação da terceira, cujo preço, provavelmente alto, ainda não podemos estimar. Esses jovens ficaram sem noções de padrões de comportamentos e limites. As instituições de ensino, que têm a tarefa de introduzi-los nessas normas, muitas vezes se omitem. ...O segredo que difere o autoritarismo do comportamento autoritário adotado para que a outra pessoa (no caso filhos ou alunos) torne-se mais educada ou disciplinada é o respeito à auto-estima”.*

O autor apresenta uma série de conceitos que podem ser discutidos e questionados como: “alunos existem para serem ensinados”; a existência de regras de comportamento; as generalizações quanto à permissividade de pais e a liberalidade das gerações dos pais dos alunos de hoje; a atribuição equivocada, aos professores de boa parte da indisciplina escolar, sem levar em conta a possibilidade da inadequação da

estrutura e do currículo da escola ou ainda o fato de omitir a realidade das classes desprivilegiadas, maioria da população estudantil brasileira. (TIBA, 1995). Mesmo assim, ele aponta alguns sinais que demonstram uma série de condutas atuais dentro das famílias e das escolas que auxiliam, mesmo parcialmente, as análises sobre a inegável influência dos pais e dos professores na vida escolar dos alunos<sup>50</sup>.

A ingerência da escola e mesmo da família no contexto escolar é comumente vista pela ótica da avaliação e é tratada na lei 9394/96 em seu inciso V do artigo 24 como “rendimento escolar”, não se restringindo à aprendizagem cognitiva (SAVIANI, 1997). No relatório do parecer 451/98 do CEE, fica clara essa posição:

*“Permite que aos que dela fossem pensar, em seus diferentes níveis e modalidades, a pensasse como um todo e a explicitasse, nos limites do seu texto, em sua proposta pedagógica e em seu regimento. Na elaboração dessa proposta e desse regimento, consubstanciados certamente numa visão de homem, de sociedade e, por conseqüência, numa concepção de educação e de avaliação, cuidados especiais deverão ser tomados para que estejam contidos, nesses instrumentos, procedimentos referentes ao processo ensino-aprendizagem, e em particular ao de verificação do rendimento escolar. O legislador deixou sob a responsabilidade da escola e de toda sua equipe a definição do projeto de educação, de metodologia e de avaliação a serem desenvolvidos. Abandonou detalhes para agarrar-se ao amplo, ao abrangente. Aponta, por isso, para uma educação para o progresso, onde estudo e avaliação devem caminhar juntos, esta última como instrumento indispensável para permitir em que medida os objetivos pretendidos foram alcançados. Educação vista como um processo de permanente crescimento do educando, visando seu pleno desenvolvimento, onde conceitos, menções e notas devem ser vistos como mero registros, prontos a serem alterados com a mudança da situação. E, nessa busca do pleno desenvolvimento e do progresso do educando, estão presentes outros objetivos que não só os de dimensão cognitiva, mas também os de natureza sócio-afetiva e psicomotora, que igualmente precisam ser trabalhados e avaliados. O cuidado deve estar é no uso que se pode fazer desta avaliação, não a dissociando da idéia do pleno desenvolvimento do indivíduo”.* (SÃO PAULO, 1998)

Na prática percebe-se que, tanto a escola busca verificar os resultados obtidos pelo aluno, quanto a própria família se preocupa em medir os resultados quantitativos

---

<sup>50</sup> A dissertação de mestrado defendida recentemente por GODOI (2000) mostra como, mesmo nas séries iniciais como a Educação Infantil, os pais influenciam a educação dos filhos e manifestam seus valores sobre a escolarização dos mesmos.

obtidos pelo filho e o quanto esses resultados poderão garantir, no futuro, o ingresso, via escolarização, no mercado de trabalho.

Nem sempre os pais e a escola têm clareza da importância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos na escolarização dos filhos e dos alunos. Muitos pais se preocupam mais com o preparo que a escola oferece aos filhos para estarem ingressando, mais tarde, no ensino de terceiro grau e, posteriormente, enfrentando o mercado de trabalho do que com a formação humana dos mesmos. Da mesma forma, muitos professores se preocupam mais com a nota do aluno do que com seu aprendizado efetivo. Sobre a prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, o relatório do mesmo parecer 451/98 do CEE comenta a lei 9394/96 da nova LDB em seu inciso III do artigo 32:

*“...o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores” e “ o objetivo é a formação básica do cidadão, que não poderá ser dissociada do mundo do trabalho e da prática social. Trata-se de uma providência de caráter formativo, com possibilidade maior de transferência e por isso necessária ao desenvolvimento das capacidades e potencialidades do educando, a fim de torná-lo consciente do seu desenvolvimento e agente de sua educação, portanto, elemento indispensável de sua auto-realização”.*(SÃO PAULO, 1998)

Se, por um lado, a família não assume sua parcela de responsabilidade na educação dos filhos, por outro, a escola não facilita a participação da família na elaboração de seu Projeto Político Pedagógico, descartando inclusive a presença da família como se ambas não precisassem caminhar juntas para obterem sucesso na formação e no saber do sujeito (aluno/filho).

Sabendo da importância das duas instâncias geradores de aprendizado – família e escola- o autor (TIBA,1996, p:103) observa: *“Cada aluno traz dentro de si sua própria dinâmica familiar, isto é, seus valores familiares (questões de comportamento, disciplina, limites, autoridade etc.).*

E ainda (TIBA, 1996, p:140):

*“A educação ativa formal é dada pela escola. Porém, a educação global é feita a oito mãos: pela escola, pais e o próprio adolescente. Se a escola exige o cumprimento de regras, mas o aluno indisciplinado tem o apoio dos pais, acaba funcionando como um casal que não chega a um acordo quanto à educação da criança. O filho vai tirar lucro da discordância pais/escola da mesma forma que se aproveita das divergências entre o pai e a mãe”.*

Considerar a família como um segmento importante para a elaboração de um Projeto Político Pedagógico parece cada dia mais importante. Inclusive porque as relações da família com a escola se modificaram assim como as novas bases que sustentam as relações no interior da família. Dentre elas está a preocupação dos pais com a educação escolar. A preocupação com a escola está dividida em duas frentes: em uma delas, a família atribui à escola toda a função da educação, do ensinamento pedagógico, humano e pessoal, em outra, a família cobra e exige da escola um trabalho correspondente à sua responsabilidade. Neste contexto, os pais ora cobram corretamente, ora se omitem, ora cobram incorretamente. Por exemplo, ao exigirem que a escola ensine o filho, há uma cobrança correta uma vez que o ensino faz parte da natureza da atividade escolar. Entretanto, quando a família exige que a escola se ocupe de tarefas ligadas à organização e formação do indivíduo como um todo, há inadequação acerca da visão do papel da escola na educação do aluno.

Não desejamos, neste estudo, emitir idéias, valores, conceitos morais, verdades absolutas (inclusive por desconfiarmos da existência delas) ou qualquer outro julgamento acerca das atitudes das pessoas envolvidas. Nos limitamos, ao longo do trabalho, a demonstrar o resultado das ações humanas no campo pesquisado. Ao tratarmos alguns assuntos como "Separação de Pais", "Violência Juvenil", "Pais Usuários de Drogas", etc não tivemos a intenção de que nossa análise adquirisse um caráter de julgamento. (GUIMARÃES, 1996). Da mesma maneira ao abordarmos questões relacionadas com a sexualidade humana não quisemos emitir opinião acerca da adequação ou inadequação das condutas adotadas. Interessou-nos abordar o assunto por percebermos que todos os casos em que a questão aparece, dentro da escola (em suas várias faces), os encaminhamentos e resultados estão intimamente ligados ao olhar que a família tem e de como ela trata concretamente a questão junto com a instituição. A

mesma posição aparece quando o assunto esteve relacionado com os pais ou alunos usuários de drogas. Ainda que a pesquisadora tenha, pela experiência profissional, um posicionamento acerca da questão, não cabia colocá-lo nesse momento por não tratar-se do principal objetivo do trabalho.

## 2. EM DIREÇÃO A UM NOVO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO PARA A ESCOLA

Desde o início de nossa pesquisa possuíamos algumas hipóteses decorrentes de muitos anos de trabalho com adolescentes e suas famílias. Por isso, como já citamos em capítulos anteriores, o desenvolvimento do presente trabalho não foi convencional, como no caso das pesquisas em que se escolhe um tema e em seguida são estabelecidos os objetivos e a metodologia – ou no caso de pesquisas empíricas – se observam, estudam e analisam os casos e, por último, se conclui o trabalho. Neste caso, os dados já existiam ou foram se acumulando naturalmente em decorrência da atuação profissional diária. Assim, ao escolhermos os casos o fizemos de maneira aleatória ou porque eles poderiam contribuir com respostas às indagações iniciais. Cada caso escolhido, para compor o banco de dados da pesquisa, se encontrava em estágio diferente de atendimento e encaminhamento. Existiam os casos que já se haviam encerrado, porque o aluno não estudava mais na escola ou porque os resultados esperados já haviam sido atingidos e aqueles que se encontravam em estágio de atendimento. Nestes últimos, a coleta dos depoimentos a serem utilizados como material de pesquisa ia acontecendo simultaneamente ao tratamento do caso em si.

Possuíamos alguns “sinais” ou “desconfianças” acerca do tema escolhido, ou seja, achávamos que a relação dos pais com a escola estava intimamente ligada ao campo da avaliação informal, especialmente da avaliação de valores e atitudes e que estes poderiam influenciar a vida escolar dos filhos. Desejávamos, pois, esclarecer se a natureza de tais relações, para nós inclusas no campo avaliatório, era de fato aquela de que possuíamos alguns "sinais". Assim procuramos nos colocar de maneira “aberta” diante dos resultados, estando, inclusive, predispostos para novos e inesperados

resultados que a pesquisa nos pudesse demonstrar. Procuramos, por esta mesma razão, abrir espaços para que a pesquisa ganhasse novos rumos e nela aflorassem suposições ainda inexploradas. Dessa forma caminhamos todo o tempo. Entretanto, percebemos que, ao final, os dados acabaram sustentando, em grande parte, nossas suposições ou seja, encontramos inúmeras situações em que a relação dos pais com os filhos e com a instituição perpassou o campo da avaliação informal. Tanto pais, quanto alunos e escola estabelecem entre si relações baseadas em "pareceres" e "opiniões" ligadas ao modelo social e político em que vivem: regras de comportamento, disciplina, posturas e posições ditadas pelo padrão estabelecido no meio que os cerca. E, mais do que isso, acabam induzindo os indivíduos a assumir comportamentos baseados nos mesmos padrões que podem interferir na auto-estima daqueles envolvidos no processo.

Também percebemos, que possuímos, quantitativamente, mais casos que “não deram certo” do que os casos com “bons resultados” do ponto de vista educativo. O quadro também surgiu naturalmente, sem que escolhêssemos descrever esse ou aquele caso em função de seu resultado educativo. A escolha se deu na medida em que eram verificados como importantes para a análise ou seja indicavam que a avaliação realizada no campo dos valores e das atitudes (de caráter informal) se dá, tanto na esfera familiar quanto na escolar, e que esta dimensão do processo avaliatório contribui de maneira preponderante para a auto estima do aluno e, por conseguinte, aumenta ou diminui as chances de seu sucesso.

Verificamos, também, que muitos casos abordados não apresentam esclarecimentos sobre como terminaram ou como ficaram posteriormente os alunos, o que pode parecer falta de encaminhamento do problema em si ou ruptura indevida da descrição dos mesmos. Para o desenvolvimento do presente trabalho, a forma e o momento de encerrar a descrição do caso foram deliberadamente escolhidos por considerarmos que nada mais se devia extrair dele, para utilização na pesquisa. Entretanto, para além da mesma, eles tiveram continuidade de acordo com sua necessidade. Nenhum caso ficou sem ter o devido tratamento.

Outro fator a ser considerado é o tempo que a escola leva para compreender algumas atitudes de seus alunos. Este tempo pode ser aumentado, significativamente, quando os alunos e as famílias falam pouco. Quanto mais rápido a escola conhece parte



da história da família, mais facilmente pode compreender as atitudes do aluno e, se necessário, fazer alguma intervenção, objetivando a qualidade do relacionamento entre as pessoas que convivem no ambiente escolar. Assim, o trato direto do caso, sem o conhecimento da história da família, pode retardar ou mesmo impedir o entendimento e até a solução do mesmo.

É preciso lembrar que a hipótese levantada acerca da ação dos pais na vida escolar dos filhos não exclui, de forma alguma, a possibilidade do aluno ter percepção própria e independência em relação aos pais (mesmo sabendo que a autonomia de um jovem aumenta proporcionalmente à sua idade). Caso contrário estaríamos atribuindo exagerado poder às famílias e a determinados grupos sociais, ao mesmo tempo que eliminando a capacidade do jovem de pensar e agir com independência. Ou seja, não estamos defendendo a hipótese de que a família influencia a vida escolar do filho a ponto de determiná-la. Trata-se muito mais de verificar como as pessoas se relacionam e, como cada qual, a seu modo, influencia o outro, no campo da avaliação valorativa, estabelecendo importantes interfaces que possibilitam a análise da convivência humana.

Pode ser que o equilíbrio entre pais e filhos seja encontrado na medida em que ambas as partes cumpram as prerrogativas básicas inerentes a seu papel no contexto escolar e social em que vivem. E talvez caiba à escola, ter os pais dos alunos como co-autores de seu projeto pedagógico, junto com professores, funcionários, alunos e direção. Desta forma os dois grupos sociais ( família e escola) podem atuar como gestores da educação do aluno-filho, cada qual tomando para si a responsabilidade que lhe cabe nesta parceria.

No que tange à educação escolar, vertente do presente trabalho, estamos tratando de pessoas - alunos que possuem opiniões e desejos individuais e estão, ao mesmo tempo, sendo avaliados informalmente pelo seu grupo familiar e pela escola que freqüentam.

Assim, a decisão de tomar a avaliação como uma categoria central do trabalho não foi difícil uma vez que em todos esses anos vínhamos percebendo que a ação dos pais na vida escolar de seus filhos perpassa o campo da avaliação e, mais especificamente, a avaliação de valores e atitudes. Além disso, são os processos avaliatórios, mesmo que informais, aqueles através dos quais família e escola se

relacionam emitindo julgamentos uma sobre a outra e sobre o aluno ou filho. Posto este princípio, buscamos extrair dos casos sinais que esclarecessem as hipóteses iniciais.

Os momentos mais preciosos para a pesquisa ocorreram no cotidiano escolar sem pré determinação de dias, horários ou pessoas específicas. O trabalho diário da profissional ia sendo realizado ao lado das observações de alunos no pátio e durante o convívio diário, das entrevistas das famílias com professores, das entrevistas individuais com os alunos, da observação do relacionamento entre o aluno e os demais colegas, dos relatos dos professores e funcionários e também dos depoimentos da equipe pedagógica que atendia o aluno.

Verificamos, ao longo da pesquisa, que a escola, de maneira geral, não conta com a participação efetiva dos pais. A participação deles acontece apenas na esfera da contribuição e do voluntariado descomprometido ou seja, eles estão presentes na escola para ajudar em festas, promoções beneficentes ou para arrecadar fundos para alguma instituição ligada à escola. Raramente, no âmbito pedagógico ou interferindo efetivamente na organização do trabalho cotidiano. Caso contrário, ou seja, contando com a presença efetiva dos pais, a escola necessitaria de uma nova organização de trabalho que garantisse espaços para a atuação desse segmento, o que poderia “incomodar sobremaneira a instituição” na medida em que eles questionam os equívocos cometidos, sugerem alternativas que nem sempre vão ao encontro do que a escola pretende, propõem novos projetos que podem alterar os planos existentes no âmbito econômico, etc. Enfim, a participação dos pais na escola pode representar uma forma democrática na concepção de educação e, na medida em que são adotadas, alteram as práticas existentes normalmente nos modelos clássicos de gestão escolar.

Se, por um lado, parece difícil o entendimento da dinâmica existente no interior das famílias, por outro, observar a dinâmica do trabalho existente no interior das escolas não apresenta grande dificuldade. Basta que o olhar se concentre sobre a organização do trabalho pedagógico que se incorpora ao projeto político pedagógico. Esta importante categoria pode desnudar o projeto político vigente na instituição observada (FREITAS, 1989).

Vejamos como a escola facilitaria sua organização se tivesse um Projeto Político Pedagógico como PISTRAK (1981) o concebeu. Esse educador russo considera

a educação como veículo de transformação social e os Planos importantes porque, de um lado, organizam previamente um trabalho e, de outro lado, tornam possível avaliar posteriormente o que foi realizado no grupo. Segundo ROSSI (1982:p. 20-21), PISTRAK entende que:

*"Não há educação neutra ou apolítica. A idéia da neutralidade da educação, assim como da ciência ou dos meios ou atividades instrumentais, é ela mesma altamente ideológica, e, mais do que isso, uma mistificação ideológica. Se se pensa que a educação não é política e, baseando-se nessa premissa, não se age politicamente como educador, essa inação tem o mesmo significado da ação conservadora. Se não se age para mudar a realidade social, então se a está mantendo, justificando e legitimando. Isso é também uma atitude política e, como tal, uma atitude política conservadora".* (ROSSI, 1982: p. 20-21)

Assim, algumas categorias da organização do trabalho, levantadas por ele, possibilitam tanto a observação do trabalho realizado quanto a efetivação e a organização de um Projeto Político Pedagógico no interior da escola.

O trabalho deve ser um organizador curricular; a unidade metodológica deve organizar os conteúdos; o trabalho precisa ser coletivo e a auto-organização dos alunos é indispensável.

## ? TRABALHO COMO ORGANIZADOR CURRICULAR

O trabalho aqui não é entendido como uma atividade de exploração da mão-de-obra como no sistema capitalista, mas como trabalho socialmente útil. Uma vez adotado este princípio, tanto professores quanto alunos realizam trabalho dentro ou fora da escola. E o fruto dele é a soma do saber e do fazer coletivos.

O professor, neste caso, deixa de ser o condutor do processo e passa a ser um mediador de ações e de relações entre seus alunos. Nem por isso ele perde sua função ou importância. Ao contrário, ele se torna elemento indispensável no grupo para fazê-lo avançar. O trabalho do professor se “materializa” no conhecimento que o aluno adquire. Pelo trabalho cria-se a ligação entre teoria e prática; entre o pensar e o fazer ou seja:

*"É o trabalho o elemento que garante a indissociabilidade entre teoria e prática social. O trabalho é, dessa forma,*

*uma categoria central para a atividade da escola. Essa afirmação supõe, portanto, um novo enfoque para a produção do conhecimento. Neste novo enfoque, não há lugar para a separação entre teoria e prática, nem entre sujeito e objeto". (FREITAS, 1991a)*

O trabalho assim entendido resulta em profundas mudanças: nas relações sociais dentro da escola, do currículo, da metodologia, dos conteúdos necessários ao aprendizado e de práticas mais adequadas para melhor apreensão dos mesmos.

E o que deve ser priorizado nesse “movimento”?

Para PISTRÁK (1981: p.10):

*"...estudar a realidade histórica, o atual, significa situar o espaço do adolescente na luta que se trava no mundo. Nesse sentido, a finalidade do conteúdo do ensino consiste em armar o educando para a luta e a criação de uma nova sociedade. O trabalho na escola, enquanto base da educação, deve estar ligado ao trabalho social, à produção real, a uma atividade socialmente útil".*

Mesmo na escola capitalista, que propagando ideologicamente o oposto, vem restringindo a autonomia dos profissionais da educação, é possível buscar conteúdos significativos para o aprendizado do aluno ou seja, aqueles conteúdos que apresentam alguma relação com sua vivência. Esta proposta pode ser atingida, em parte, com a chamada interdisciplinaridade, mesmo entendendo os limites implícitos ao nos referirmos a “conteúdos que se interagem” ou a existência de vários “componentes curriculares” assim como as inevitáveis controvérsias que emergem do uso de tais denominações.

Se a meta é acompanhar o aluno no seu processo de reflexão de mundo, a medida é provisoriamente válida. Inadmissível é a existência de um profissional da educação descomprometido de atuar como ser político, deixando com isso de auxiliar ou mesmo impedindo o crescimento de seus alunos. Não se trata de cobrar do professor uma atuação político - partidária em sala de aula ou de aceitar que o mesmo faça análises inconseqüentes de acontecimentos políticos isolados. Trata-se de fazê-lo comprometer-se de maneira responsável, profissional e ética, trabalhando com os alunos conceitos básicos e práticas de cidadania e ética que os conscientizem de sua função social. Concretamente este processo envolve três fases. Primeiramente o conhecimento

por parte de alunos e professores e a análise do fato. Em seguida, o professor medeia o debate indispensável para o posicionamento do grupo. Por último, a ação propriamente dita ou seja, trata-se da intervenção dos alunos sobre o fato. Sabemos da dificuldade de análises como estas com alunos adolescentes, que vivendo no sistema capitalista adotam o consumismo como modelo e forma de viver. Daí, a veracidade da afirmação de que o jovem prioriza o Ter em detrimento do Ser, numa referência classicamente conhecida quanto às suas preferências materiais e até intelectuais. Entretanto, quanto maior o conhecimento desta realidade pelo profissional da educação, maior sua responsabilidade para refletir cotidianamente (sem a desculpa do conteúdo ou do componente curricular em curso) junto com seus alunos acerca das condições objetivas da sociedade atual, das formas de ação possíveis no contexto escolar (independentemente da classe social a que pertencem seus alunos), das possibilidades e dos limites concretos para atuar vislumbrando um mundo mais justo.

Apesar da maior parte dos professores afirmar que o conteúdo ministrado de maneira fragmentada deve ser superado por outras formas de ensino, ainda hoje nos depararmos com profissionais sem nenhuma preocupação com a relevante vivência do aluno como motivação de aprendizado, ou da indispensável relação do objetivo com a história processual da humanidade. Pior que isso, o próprio professor, que pela natureza de sua profissão, deveria ser o maior interessado na maturidade política e intelectual de seu aluno, conseguida através da reflexão permanente, muitas vezes, ao ser questionado, não consegue atribuir função e significado ao conteúdo que ministra.

## ? UNIDADE METODOLÓGICA

Para PISTRÁK (1981: p.19):

*"...cabe ao professor situar sua disciplina no plano geral da escola e, com base nessa síntese, organizar o programa da disciplina para todo o ano. Mas, só o exame coletivo dos programas de cada disciplina garante o êxito do trabalho. Tudo isso implica um trabalho coletivo dos educadores no segundo grau, subordinados às necessidades gerais onde cada especialista tem seu lugar nos objetivos gerais do ensino".*

No modelo de escola vigente, mais do que a fragmentação dos conteúdos, desvincula-se a teoria da prática e diversos assuntos que poderiam ser trabalhados

conjuntamente, o são de forma espontaneísta e individual. Não se trata de forçar “atividades para coincidir com o momento de estudo”, mas de, verdadeiramente, desenvolver diversos aspectos de um mesmo assunto, por todos os envolvidos no processo de ensino e de aprendizagem. Esta prática é possível de várias maneiras. Por exemplo, na época do planejamento, o grupo escolhe e adota um Tema Central para ser trabalhado durante o bimestre, o semestre, o ano, etc. O envolvimento de todos os segmentos da escola, inclusive da família dos alunos, enriquecerá ainda mais a proposta. Evidentemente esta prática tem um custo econômico, social e político altos. Em primeiro lugar, é muito provável que os alunos adquiram um olhar mais crítico sobre seu mundo, passando pela inevitável avaliação da instituição e de todos os profissionais que atuam nela. E aí reside um incômodo antigo. Normalmente os profissionais da educação e a escola não sabem lidar com críticas feitas pelos alunos adolescentes, reagindo a elas de maneira autoritária o que empobrece ou anula qualquer debate. Em segundo lugar, este tipo de encaminhamento, dado ao trabalho escolar, pode gerar críticas à família, à medida que os filhos questionem sua estrutura, o poder exercido pelos membros na casa, reivindicando explicações convincentes aos limites impostos, etc. Quando os filhos passam a questionar mais enfaticamente alguns princípios familiares, quando a família atribui à escola a responsabilidades por esta mudança juvenil, quando os pais não adotam o diálogo como prática doméstica, quando a família não se estrutura para rever as imposições infundadas feitas ao jovem, sem dúvida a escola e o aluno (filho) incomodam muito. Por último, quando a escola adota a prática do debate/embate interdisciplinar, é possível que o aluno questione os valores do próprio sistema capitalista em que vive. Quando isso acontece, entram em cena questões bastante delicadas como a desigualdade social, a exploração do trabalhador, a dominação dos donos do capital, o lucro exagerado, a miséria planejada, etc. Dessa maneira, o aluno/filho/homem, passa a incomodar os principais segmentos da sociedade em que vive. Seriam estes alguns dos motivos pelos quais tão poucas escolas buscam concretizar a proposta da chamada transversalidade ou interdisciplinaridade?

Evidentemente, tal raciocínio pode demonstrar um olhar extremamente positivo do potencial do debate, dentro da escola, levando em conta as condições de trabalho existentes atualmente. Muitas vezes os professores não acreditam no poder que têm para

auxiliar um jovem aluno na sua formação, limitando-se ao papel de “transmissores de conteúdo”. Queremos, porém, acreditar que esta ação pedagógica e humana não é impossível. Ora, se a capacidade do professor não fosse real, estaria o estado neoliberal vigente, investindo tanto no repensar do papel da escola através dos PCNs, da elaboração dos novos currículos, do “provão”, da promoção automática e de tantos outros mecanismos de aparente competência mas de real intencionalidade econômica? Se a escola não fosse um local para uma possível transformação, estaria preocupado em transmitir novos referenciais aos professores? Não estaria o Estado vendo no professor, um agente de transformação indispensável para a reestruturação da escola? Cabe aos professores repensarem seu papel e perceberem a quem estão servindo com seu fazer pedagógico que, normalmente não inclui o aluno, muito menos os pais, no que se refere à construção do projeto político pedagógico da escola.

#### ? AUTO ORGANIZAÇÃO DOS ALUNOS

Um escola, onde a auto-organização dos alunos não é uma prática, segundo PISTRÁK (1981: p.131), terá chances reduzidas de êxito. Organização não é tomada aqui como o movimento adotado pelo professor para normatizar seu grupo, através de regras impostas que geram, costumeiramente, um disciplinamento relativo. Se assim for, a ausência momentânea de um adulto será suficiente para os alunos se manifestarem de forma indisciplinada. A organização, para Pistrak, é aquela onde se cultiva gradativamente o interesse do estudante, onde ele se envolve e percebe por si mesmo a necessidade de organizar-se para realizar uma determinada atividade. Nela a curiosidade surge sem ser imposta, ela surge "na prática de uma determinada ação", sem que os próprios estudantes percebam, porque ela não é impositiva nem brusca. Desta forma a indisciplina é reduzida. O pedagogo também assume seu lugar nesse tipo de organização, não impondo sua vontade aos alunos, mas sendo "o companheiro mais velho" que os ajuda na realização de suas atividades. E o papel do professor é de interferir diretamente nos momentos em que os alunos não conseguem realizar uma dada atividade. Na verdade, não se espera que os alunos descubram sozinhos o caminho, e a interferência acontece para que "eles não se percam" nos seus objetivos.

Para PISTRAC (1981: p.11): *"...o conhecimento do real e a auto-organização são as chaves da nova escola, inserida na luta pela criação de novas relações sociais"*.

As observações demonstraram a necessidade de se atribuir funções e democratizar as decisões de forma que o aluno se responsabilize pelo seu fazer e pela busca de sucesso nas atividades de grupo. Os episódios mostraram que, quando o aluno vê importância em planejar e executar um trabalho (para PISTRAC isso aconteceria através de Assembléias de Alunos), as chances de sucesso são maiores, porque ele se empenhará para alcançar um resultado positivo. O oposto também é verdadeiro. Quando os alunos são obrigados a cumprir determinadas normas, que não são decididas por eles, a reação geralmente é negativa.

A "justiça infantil" é tratada pelo mesmo autor como um valor que auxilia a formação do sentimento de responsabilidade no estudante. Mesmo que as crianças mantenham, entre si, contato direto e contínuo, o que aumenta o risco de parcialidade no julgamento, a grande vantagem é que elas aprendem a resolver os problemas e evitam intromissões desnecessárias em suas vidas.

## ? TRABALHO COLETIVO

De modo geral, nas escolas, as chances do Projeto Político Pedagógico se efetivar aumentam quando ele é assumido pelo grupo. A experiência mostra que muitas propostas não se realizam ou duram curto espaço de tempo por não terem tal perfil<sup>51</sup>, quando se apresentam como decisões individualizadas, fragmentadas, independentes do desejo coletivo. Para PISTRAC (1981: p.137): *"... crianças e homens em geral formam um coletivo quando estão unidos por determinados interesses, dos quais têm consciência e que lhes são próximos"*.

Da mesma forma que os professores, também os estudantes podem se envolver em projetos "coletivos", se a escola for um local adequado para sua vivência e não só

---

<sup>51</sup> A trajetória dos pais do GPV, parcialmente descrita nesse trabalho, pode justificar, em parte, essa afirmação. Ainda que inicialmente o grupo tenha vivido momentos de participação numericamente significativa, esta foi se reduzindo, com o tempo, ao encontro esporádico de poucos pais, que definitivamente não representavam a maioria. E isso aconteceu, como já foi comentado, pela falta de articulação desse grupo com outros segmentos da escola e pela dependência das instâncias burocráticas da instituição para legitimá-los. Como consequência, o projeto político pedagógico da escola contou com a



para aprender conteúdos. Para PISTRAC deve existir um sentido pedagógico no que o aluno irá realizar. Quando a atividade tem um significado inserido no projeto desenvolvido, como por exemplo, um projeto –temporário- que trate do estudo das várias profissões dentro de uma escola, tem sentido que os alunos varram um pátio, 2 vezes na semana, por tempo determinado. Vale dizer que isso é diferente de se estabelecer que o pátio da escola será varrido diariamente, pelos alunos, por não existirem funcionários para tal.

O que se observa, de maneira geral, nas escolas, é a inexistência de projetos participativos envolvendo todos que fazem parte do cotidiano escolar. Há muito por ser feito neste aspecto. Se, pelo menos, todos os alunos participassem da maior parte das atividades e estas fossem constantemente provocadas por eles, poderíamos afirmar que a escola havia transposto, em parte, o limite do fazer individual transformando-o em fazer coletivo. O que ocorre é que as atividades existem, mas, além de envolverem um número pequeno de alunos, elas não são planejadas por eles. É o caso dos jogos de finais de semana. Não são todos os alunos que participam deles e, muitas vezes, se percebe que a organização e o funcionamento dos sábados esportivos não são planejados pelos alunos e sim pelos adultos que estarão naquele momento atuando junto deles.

Além disso para que o Projeto Político Pedagógico se concretize com a participação de todos é preciso verificar o papel que a família vem ocupando no âmbito escolar. Este papel norteou os três objetivos principais para essa pesquisa ou seja, a ação dos pais na vida escolar dos filhos; a postura dos pais na escola e; como os pais se fazem presentes nela, através dos filhos.

Este estudo endossa, mais uma vez, a necessidade de se modificar – à luz das categorias apontadas por PISTRAC (1981) – a organização do trabalho da escola. A abertura da escola para a vida certamente incorporará a abertura para que a vida familiar e a vida propriamente escolar sejam colocadas a serviço da formação e do desenvolvimento da juventude.

Diferente dos processos tradicionais, em que um pequeno número de pessoas toma para si a prerrogativa das decisões gerais da instituição, o trajeto inerente aos

---

participação dos pais do GPV somente nos primeiros anos de sua construção.

processos democráticos demandam mais tempo para a obtenção dos resultados finais, até pelo maior número de pessoas envolvidas nele mas, sem dúvida acabam sendo muito mais gratificantes na medida em que abrem espaços para a manifestação de todos os segmentos envolvidos com a escola. Além disso, esse processo, por ser democrático, demanda um extenso trabalho e abertura de todos independentemente da função que ocupam na escola. Como essa abertura representa um grande desafio, a tendência é que as escolas, no decorrer da construção de seu Projeto Político Pedagógico, excluam a participação dos pais e trabalhem só com os demais segmentos que a compõem.

Por fim, percebemos que os pais, independentemente do grau de participação que lhes é permitido possuir, avaliam permanentemente a escola, os professores e seus próprios filhos. Os valores e as referências utilizadas nesse processo são construções externas à escola (história de vida, classe social, etc.). Esse é um processo inevitável, razão pela qual é melhor que o compreendamos e nos preparemos para lidar com suas conseqüências – e por que não – nos preparemos para uma abordagem inclusiva desta realidade no próprio projeto político pedagógico da escola.



## **BIBLIOGRAFIA:**

- ARAÚJO, Ulisses F. *Moralidade e indisciplina: uma leitura possível a partir do referencial piagetiano*. In: AQUINO, Julio G. *Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1996.
- AQUINO, Julio G. *Confrontos na sala de aula: uma leitura institucional da relação professor-aluno*. São Paulo: Summus, 1996a.
- \_\_\_\_\_. (Org.). *Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1996b.
- APPLE, Michael W. *Educação e poder*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- \_\_\_\_\_. , TEITELBAUN, Kenneth. *Está o professorado perdendo o controle de suas qualificações e do currículo? Teoria e Educação*, Porto Alegre, nº 4, 1991.
- AUSUBEL, David P. *Educational psychology: a cognitive view*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1968. *Apud* NOVAK, Joseph D. *Uma teoria de educação*. São Paulo: Pioneira, 1981.
- \_\_\_\_\_. , ROBINSON F. G. *School learning: introduction to educational psychology*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1969.
- BARROSO, João. (Org.). *O estudo da escola*. Porto: Porto, 1996.
- BERTAGNA, Regiane H. *Avaliação da aprendizagem escolar: a visão de alunos de 4ª e 5ª séries do 1º grau*. Campinas, SP, 1997. 187p. Dissertação (Mestrado em Metodologia de Ensino). Faculdade de Educação, UNICAMP.
- BORDIEU, Pierre, PASSERON, Jean Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- CAMARGO, Alzira Leite Carvalhaes. *O discurso sobre a avaliação escolar do ponto de vista do aluno*. Campinas, SP, 1996. 320p. Tese (Doutorado em Metodologia de Ensino). Faculdade de Educação, UNICAMP.

- CARVALHO, Patrícia. Adolescentes e pais pedem socorro. *Revista da SIESP*, São Paulo, v.22, n.186, p. 27-30, out.1996.
- CROOKS, T.J. The impact of classroom evaluation practices on students. **Review of Educational Research**, Washington, Win., v.58, n.4, 1988.
- DALBEN, Angela I. L.F. *Trabalho escolar e conselho de classe*. 3.ed. Campinas, SP: Papirus, 1992. ( Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).
- D' ANTOLA, Arlete (Org.). *Disciplina na escola: autoridade versus autoritarismo*. São Paulo: Ed. Pedagógica e Universitária, 1989. (Temas Básicos de Educação e Ensino).
- EISENBERG, L. P. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco 1840 – 1910*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas, SP: Unicamp, 1977.
- ENGUITA, Mariano F. *A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- FALCÃO, Daniela. Criança repete violência aprendida em casa. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 22 jul. 1998. 3. cad. Cotidiano. p.7.
- FALKEMBACH, Elza M.F. Planejamento participativo: uma maneira de pensá-lo e encaminhá-lo com base na escola. In: VEIGA, Ilma P. (Org.). *Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível*. Campinas, SP: Papirus, 1995. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).
- FAMÍLIA. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 20 set. 1998. Cad. Especial A1. p. 01-16. (Pesquisa DATAFOLHA).
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1977.
- FREINET, Célestin. *Conselhos aos pais*. São Paulo: Estampa, 1974. (Coleção Técnicas de Educação., n.6).
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*, 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997. (Coleção Leitura)

- FREITAS, Luiz Carlos de. *Avaliação: construindo o conceito*. *Revista Ciência & Ensino*, Campinas, SP, n.3, dez. 1997.
- \_\_\_\_\_. *Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática*. Campinas, SP: Papyrus, 1995. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).
- \_\_\_\_\_. A dialética da eliminação no processo seletivo. *Revista Educação e Sociedade*. Campinas, SP, n.39, agosto de 1991b.
- \_\_\_\_\_. *Interações possíveis entre a área de currículo e a didática: o caso da avaliação*. Caxambu: ANPED, 1998. (mimeo).
- \_\_\_\_\_. *A organização do trabalho pedagógico: elementos para a pesquisa de novas formas de organização*. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO, 5., 1989, Belo Horizonte. *Anais...*Belo Horizonte: [s.c.p.], 1989. (mimeo).
- \_\_\_\_\_. Organização do trabalho pedagógico. *Revista de Estudos*, Novo Hamburgo, v.14, n.1, jul.1991a.
- FUSARI, César Cerchi. *A construção do projeto de ensino e a avaliação*. In: CUNHA, Maria Cristina A, CONHOLETO, Maria Conceição (Coords). *A construção do projeto de ensino*. São Paulo: FDE, 1990. (Idéias, n.8).
- GENTILLI, Pablo A.A. *A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- GERALDI, Corinta, M.G. *Cartografias do trabalho docente*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.
- GHIRALDELLI, Paulo Jr.(Org.). *Infância, escola e modernidade*. São Paulo: Cortez, Curitiba: UFPA, 1997.
- GIROUX, Henry A. *Cruzando as fronteiras do discurso em educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Tradução: Daniel Bueno. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

- GODOI, Elisandra Girardelli. *Educação infantil: avaliação escolar antecipada?* Campinas, SP, 2000. 159p. Dissertação (Mestrado em Metodologia de Ensino). Faculdade de Educação, UNICAMP.
- GUIMARÃES, Áurea M. *Dinâmica da violência escolar: conflito e ambiguidade*. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.
- HEXTALL, I. Making Work. In: WHITTY, G. and YOUNG, M. *Exploration in politics of school knowledge*. Nafferton: Nafferton Books, 1976.
- HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. *Avaliação: mito & desafio – uma perspectiva construtivista*. 7.ed. Porto Alegre, 1992. (Coleção Educação & Realidade).
- LA TAILLE, Y. de. *Indisciplina e o sentimento de culpa*, A. In: AQUINO, Julio G. *Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1996.
- LIBÂNEO, J. C. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1991. *Apud* FREITAS, Luiz Carlos de. *Crítica da Organização do Trabalho Pedagógico e da Didática*. Campinas, SP: Papirus, 1995. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)
- LUCKESI, Cipriano C. *Avaliação da aprendizagem escolar*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- \_\_\_\_\_. Avaliação educacional escolar: para além do autoritarismo. *Tecnologia educacional*, Rio de Janeiro, nº 6, nov./dez. 1984.
- LUDKE, Menga, ANDRE, Marli. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.
- LUDKE, Menga, MEDIANO, Zélia. *Avaliação na escola de 1º grau: uma análise sociológica*. Campinas, SP: Papirus, 1992.
- MACHADO, Ilma Ferreira. *Conflitos em avaliação de aprendizagem*. Campinas, SP, 1996. 178p. Dissertação (Mestrado em Metodologia de Ensino). Faculdade de Educação, UNICAMP.

- MALAVAZI, Maria Marcia Sigrist. *A Construção de um projeto político pedagógico: registro e análise de uma Experiência*. Campinas, SP, 1995. 229p. Dissertação (Mestrado em Administração e Supervisão Escolar). Faculdade de Educação, UNICAMP.
- MEDIANO, Zélia D. Avaliação da aprendizagem na escola de 1º grau. **Educação e Seleção**, São Paulo, v. 16, p. 11-20, jul. /dez. 1987.
- MORAES, Maria Lygia Q. de. Infância e cidadania. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, nº 91, p. 23-30, nov. 1994.
- NIDELCOFF, Maria Teresa. *Uma escola para o povo*. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- NOVAK, Joseph D. *Uma teoria de educação*. São Paulo: Pioneira, 1981.
- PATTO, Maria Helena S. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1993. (Biblioteca de psicologia e psicanálise; v.6).
- PERON, Sarah Cristina. *Análise de algumas condições institucionais para a organização do trabalho pedagógico*. Campinas, SP, 2000. (Trabalho de conclusão de curso). Faculdade de Educação, UNICAMP.
- PERRENOUD, Philippe H. *Construir as competências desde a escola*. Tradução: Bruno Charles Magne. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Cycles pédagogiques et projets d'école: facile à dire!*, nº 221, Paris: L'Harmattan, 1994. (Série Cahiers pédagogiques).
- \_\_\_\_\_. *La construcción del éxito y del fracasso escolar*. Madrid: Morata ; La Coruna: Fundación Paidéia, 1990.
- \_\_\_\_\_. *La fabrication de l'excellence scolaire: du curriculum aux pratiques d'évaluation*, Paris: ESF Droz, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Ofício de aluno e sentido do trabalho escolar*. Tradução: Ferreira Júlia. Portugal: Porto Editora, 1995.



- PESTALOZZI, Johann H. *Sämtliche Werke und Brief. Kritische Ausgabe.* Zürich: Orell Füssli, 1927-1980. Obras: v.I a XXVIII. Cartas: v. I a XIII. *Apud* FREINET, Célestin. ***Conselhos aos pais.*** São Paulo: Estampa, 1974. (Coleção Técnicas de Educação., n.6).
- PESTALOZZI, Johann H. *Sämtliche Werke und Brief. Kritische Ausgabe.* Zürich: Orell Füssli, 1927-1980. Obras: v.I a XXVIII. Cartas: v. I a XIII. *Apud* INCONTRI, Dora. ***Pestalozzi: Educação e ética.*** São Paulo: Scipione, 1997. (Pensamento e Ação no Magistério).
- PINTO, Ana Lúcia Guedes. ***A avaliação da aprendizagem: o formal e o informal.*** Campinas: SP, 1994. 141p. Dissertação ( Mestrado em Metodologia de Ensino). Faculdade de Educação, UNICAMP.
- PISTRAK M. M. ***Fundamentos da escola do trabalho.*** São Paulo: Brasiliense, 1981.
- ROSEMBERG, Fúlvia. A criação de filhos pequenos: tendências e ambiguidades contemporâneas. In: RIBEIRO Ivete e RIBEIRO, Ana Clara (Orgs.). ***Família em promessas contemporâneas: invasões culturais na sociedade brasileira.*** São Paulo: Loyola, 1995.
- ROSSETTI, Fernando. Novo livro seria destinado a pais e filhos. ***Folha de São Paulo,*** São Paulo, 3 maio. 1997. 3 cad. Cotidiano. p.7.
- ROSSI, Wagner G. ***Pedagogia do trabalho: caminhos da educação socialista.*** São Paulo: Moraes, 1982.
- SANTOS, ODER J. ***Pedagogia dos Conflitos Sociais.*** Campinas, SP: Papyrus, 1992. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)
- SAVIANI, Dermeval. ***A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas.***3.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1997. (Coleção educação contemporânea)
- SÃO PAULO. Conselho Estadual de Educação. Parecer n: 451/98 CEE. Avaliação. Sobre rendimento escolar e avaliação. Relatora: Maria Antonia de Oliveira Vedovato. 30 jul.1998. ***Diário Oficial do Estado,*** São Paulo, p.18, 1 ago.1998.

- SCHLEGEL, Rogério. Indignação recheia último texto de Freire. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 11 maio. 1997. 3. cad. Cotidiano. p.3.
- SHINYASHIKI, Roberto. *Pais e filhos: companheiros de viagem*. São Paulo: Gente, 1992.
- SILVA, Tomaz T. da. (Org.). *Trabalho, educação e prática social: por uma teoria da formação humana*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- SOARES, Magda. Metodologias não-convencionais em teses acadêmicas. In: FAZENDA, Ivani (Org.). *Novos enfoques da pesquisa educacional*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1992.
- SOBIERAJSKI, Maria Stella. *Explorando a prática da avaliação em uma 5ª série do 1º grau*. Campinas, SP, 1992. Dissertação (Mestrado em Metodologia de Ensino). Faculdade de Educação, UNICAMP.
- SOUZA, Clarilza P. (Org.) a. *Avaliação do rendimento escolar*. 4.ed. Campinas, SP: Papyrus, 1995a. ( Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).
- SOUZA, Sandra Zákia Lean S. A prática avaliativa na escola de 1º grau. In: SOUZA, Clarilza Prado (Org.). *Avaliação do rendimento escolar*. 4ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 1995b. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).
- TIBA, Içami. *Disciplina: O limite na medida certa*. 2.ed. São Paulo: Gente, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Seja feliz, meu filho: como as expectativas dos pais podem favorecer ou prejudicar o crescimento do adolescente*. 2. ed. São Paulo: Gente, 1995.
- VEIGA, Ilma P.A.(Org.). *Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível*. Campinas, SP: Papyrus, 1995. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).
- \_\_\_\_\_. (Org.). *Repensando a didática*. 4. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1990.
- VIANNA, Ilca. O.A. *O planejamento participativo na escola: um desafio ao educador*. São Paulo: EPU, 1986.

VILLAS BOAS, Benigna Maria F. *As práticas de avaliação e a organização do trabalho pedagógico*. Campinas, SP, 1992. Tese (Doutorado em Metodologia de Ensino). Faculdade de Educação, UNICAMP.

WEIL, Pierre. *A criança, o lar e a escola*. 16.ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

ZAGURY, Tania. *Educar sem culpa: a gênese da ética*. Rio de Janeiro: Record, 1993.

\_\_\_\_\_. *Encurtando a adolescência*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

\_\_\_\_\_. *O adolescente por ele mesmo*. 10.ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.

\_\_\_\_\_. *Sem padecer no paraíso: em defesa dos pais ou sobre a tirania dos filhos*. Rio de Janeiro: Record, 1991.